

PRIMEIROS estudos

Revista de Graduação em Ciências Sociais
Edição n. 4 | ISSN 2237-2423 | Ano 3 | Março, 2013
ESPECIAL 1º ENCONTRO ANPOCS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



Germana Monte-Mór, 2005. Gravura em metal, série "Jequitinhonha"

PRIMEIROS estudos

REVISTA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EDIÇÃO N. 4 | ISSN 2237-2423

ANO 3 | MARÇO, 2013

ESPECIAL 1^o ENCONTRO ANPOCS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

BRASIL – SÃO PAULO

A Primeiros Estudos – Revista de Graduação em Ciências Sociais é uma publicação eletrônica de caráter científico, com periodicidade semestral, organizada por estudantes de graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Seu objetivo é estimular e aproximar os graduandos de todo o país ao cotidiano da produção e publicação de artigos, resenhas e traduções com temas vinculados às três grandes áreas que compõem o curso de Ciências Sociais, a saber: Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

EQUIPE EDITORIAL

EDITOR RESPONSÁVEL

Prof. Dr. Alexandre Braga Massella

COMISSÃO EDITORIAL

Barbara Cristina Soares Santos
Carolina Cordeiro Mazzariello
Gabriela Rodrigues da Guia Rosa
Isabel Furlan Jorge
Leonardo Viana Braga
Romulo Lelis
Ugo Urbano Casares Rivetti

CONSELHO EDITORIAL

Adrian Gurza Lavalle – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Alexandre Braga Massella – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Álvaro Comin – King's Brazil Institute, King's College London, Reino Unido

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro de Vita – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Ana Claudia Duarte Rocha Marques – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz – Depto. Antropologia, Univ. Federal Fluminense (UFF), Brasil
Ana Lúcia Modesto – Depto. Sociologia e Antropologia, Univ. Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil
Ana Paula Hey – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
André Vitor Singer – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Antonio Mitre – Depto. Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil
Bernardo Ricupero – Depto. de Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Dominique Tilkin Gallois – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Eduardo Marques – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Eduardo Viveiros de Castro – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil
Elizabeth Balbachevsky – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Eunice Ostrensky – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Fernanda Peixoto – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Fernando Limongi – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Gabriel Cohn – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Gabriel Feltran – Depto. Sociologia, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Brasil
Heitor Frúgoli Jr. – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Heloisa Buarque de Almeida – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Jean-Pierre Chaumeil – CNRS – Centre EREA de l'UMR7186, Institut Français d'Etudes Andines, França
João Paulo Candia Veiga – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
José Guilherme Cantor Magnani – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
José Jeremias de Oliveira Filho – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
José Maurício Arruti – Depto. Antropologia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Brasil
Leopoldo Waizbort – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Mário Antônio Eufrásio – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Mauricio Moya – Depto. Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
Matthew McLeod Taylor – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Marta Arretche – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Maria Hermínia Tavares de Almeida – Depto. Ciência Política, Univ. de São Paulo (USP), Brasil
Maria Fernanda Lombardi – Depto. Ciências Sociais, Univ. Federal de São Paulo (UNIFESP), Brasil
Marcio Goldman – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil
Márcia Lima – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Nadya Araújo Guimarães – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Paolo Ricci – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Patricio Tierno – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Paula Montero – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Renato Sérgio de Lima – Fundação SEADE, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Brasil
Renato Sztutman – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Ronaldo Almeida – Depto. Antropologia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Brasil
Rogério Arantes – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Rolf Rauschenbach – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Rose Satiko Gitirana Hikiji – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Rossana Rocha Reis – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Ruy Braga – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Sandra Cristina Gomes – Depto. Políticas Públicas, Univ. Fed. do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil
Vagner Gonçalves da Silva – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Vera da Silva Telles – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

EXPEDIENTE

Revisão: Barbara Cristina Soares Santos, Carolina Cordeiro Mazzariello, Gabriela Rodrigues da Guia Rosa, Isabel Furlan Jorge, Leonardo Viana Braga, Romulo Lelis, Ugo Urbano Casares Rivetti

Diagramação: Marcos Eriverton Vieira

Capa: Juliano Bonamigo

Imagem da capa: Germana Monte-Mór

Ficha catalográfica elaborada pela Comissão Executiva da Primeiros Estudos – Revista de Graduação em Ciências Sociais com base nos parâmetros do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (SIBI-USP)

Primeiros Estudos – Revista de Graduação em Ciências Sociais.
– Edição n. 4 (1º Semestre 2013); -- São Paulo: Universidade de São Paulo,
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013 -

Semestral.

ISSN 2237-2423

1. Ciências Sociais. 2. Antropologia. 3. Ciência Política. 4. Sociologia. I.
Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
II. Título: Primeiros Estudos

CDD 300

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto Nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004.

Universidade de São Paulo

Prof. Dr. João Grandino Rodas – Reitor; Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz – Vice-Reitor

Pró- Reitoria de Graduação

Prof^a. Dr^a. Telma Maria Tenorio Zorn

Pró- Reitoria de Pesquisa

Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu – Diretor; Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria –
Vice-Diretor

Primeiros Estudos – Revista de Graduação em Ciências Sociais

www.revistas.usp.br/primeirosestudos

primeirosestudos@gmail.com

www.facebook.com/primeirosestudos

Twitter - @prim_estudos

**Editorial****06** Por Romulo Lelis**Apresentação****07** Por Regina Facchini, Gabriel de Santis Feltran & Bernardo Ricupero**Artigos**

- 11** *Do aço aos carros: processos de industrialização e formação de classe no Sul Fluminense*
Marcela Rabello de Castro Centelhas, Samantha de Andrade Gifalli & Thiago Brandão Peres
- 24** *Alas e luas brancas: gênero, performance e música em Chiquinha Gonzaga*
Rafael do Nascimento Cesar
- 34** *Ativismo judicial nas lutas da sociedade civil contra os transgênicos*
Luiza Duarte Bissoli
- 46** *Balão não tem destino: uma etnografia das relações de quebrada através das práticas dos baloeiros*
Marcos Vinícius Guidotti Silva
- 58** *Conflitos ambientais urbanos no estado de Minas Gerais – mesorregiões Campo das Vertentes e Zona da Mata*
Vivian Prado Pereira
- 69** *Corpos desviantes no ciberespaço: uma etnografia sobre avatares negros no Second Life*
Raíra Bohrer dos Santos & Gustavo da Rocha Silveira
- 79** *Da dispersão à concentração e o caminho de volta: uma análise da política entre os Waiwai*
Victor Alcantara e Silva
- 90** *Empresas intensivas em conhecimento: internacionalização, interação com o Estado e com a universidade*
Diogo Serafim Schmidt, Juliana Passos de Mello & Lucas Silveira de Moura
- 101** *Influências de Émile Durkheim e Henri Bergson nas tensões teóricas da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs*
Veridiana Domingos Cordeiro
- 112** *Do lado de lá: um estudo etnográfico sobre as homossociabilidades que se constituem nas periferias da cidade de São Paulo*
Maíra Kobayashi
- 123** *Mensurando a qualidade da democracia na Venezuela*
Rafael Moreira Dardaue Mucinhato



Artigos

- 131** *Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas*
Diana Zacca Thomaz
- 144** *Mulheres e RCC na América do Sul: uma revisão bibliográfica e um estudo de sites do Movimento de Renovação Carismática Católica*
Cristiane Santos de Castro
- 156** *Processos políticos e a produção de papéis e significados: uma análise das relações entre o Estado e o movimento LGBT na criação do Centro de Referência GLTTB de Campinas – SP*
Vinícius Pedro Correia Zanoli
- 167** *Tocqueville e os teóricos contemporâneos da Revolução Francesa*
Felipe Freller
- 178** *O trabalho informal na indústria de calçados: experiências e percepções dos agentes*
Felipe Rangel
- 190** *Transformações socioprodutivas e trajetórias migratórias de famílias do sertão paraibano*
Giovana Almeida Nascimento
- 201** *Os usos das justiças do diálogo e a “produção de justiça”: uma análise da administração de conflitos de gênero e geração*
Paolla Jenevain Braga & Luiza Mattheis Cruz

Editorial

Por Romulo Lelis

Nesta 4ª edição da *Primeiros Estudos* apresentamos um número especial inteiramente dedicado à publicação dos melhores trabalhos do 1º Encontro ANPOCS de Iniciação Científica. Julgamos fundamental dar visibilidade ao Encontro, sobretudo pela carência de fóruns como esse para divulgação e incentivo de pesquisas em Ciências Sociais durante a graduação. Os trabalhos indicados pelos professores coordenadores dos Grupos de Trabalho do Encontro demonstram a qualidade das pesquisas produzidas por graduandos de todo o Brasil e reforçam a necessidade de empreendimentos dessa natureza. A *Primeiros Estudos* parabeniza o 1º EAIC por seu sucesso e faz votos para que iniciativas como essa se proliferem e tenham continuidade.

Algumas novidades deste processo editorial merecem ser compartilhadas. A principal delas é a entrada da *Primeiros Estudos* no Portal de Revistas da USP. Nossa nova instalação do *Open Journal System* está com novo visual e novas funcionalidades para editores e usuários. Para os usuários, além da melhor organização das informações, merece destaque a integração da revista às redes sociais: agora é possível compartilhar as publicações via *E-mail*, *Facebook*, *Twitter*, etc. Além disso, esta edição marca o fim do ciclo de uma Comissão Editorial e a sua renovação com novos integrantes. Desejamos boas vindas aos novos membros da *Primeiros Estudos* e muito sucesso para a nova Comissão Editorial.

Por fim, gostaríamos de registrar nosso agradecimento à ANPOCS por todo apoio para a elaboração desta edição, em especial à Mirian da Silveira, que intermediou todas as nossas solicitações com simpatia e competência. Agradecemos também a todos que colaboraram para realização do 1º EAIC, professores, estudantes e funcionários, a quem dedicamos esta publicação.

Apresentação

Por Regina Facchini, Gabriel de Santis Feltran & Bernardo Ricupero*

Este número especial da *Primeiros Estudos* abre espaço para a publicação dos melhores artigos dos grupos de trabalho que integraram o *1º Encontro ANPOCS de Iniciação Científica* (EAIC), realizado como parte da programação do 36º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em 2012. Na qualidade de integrantes da Comissão Científica desse encontro, que se configurou como um projeto-piloto bastante bem sucedido, sentimos-nos honrados ao apresentar ao leitor os trabalhos aqui reunidos, não sem antes contar o processo que os conduziu até este volume.

Ao difundir trabalhos de Iniciação Científica de excelência, o 1º EAIC representou uma inovação nas mais de três décadas de encontros da ANPOCS. Seu processo de construção passou por selecionar quinze temas que pudessem abranger temáticas tradicionais e emergentes que figuraram nos últimos Encontros Nacionais, reunindo um conjunto de jovens doutores com destacada atuação nas Ciências Sociais brasileiras para compor as ementas e a programação dos Grupos de Trabalho. Nesse processo, atuaram como diretrizes: i) propiciar a participação de pesquisadores de diferentes regiões do país e ii) propiciar o diálogo transversal entre as diferentes áreas das Ciências Sociais.

O 1º EAIC contou com 264 inscrições, sendo que mais da metade delas se concentraram em torno de seis grupos de trabalho: Ação coletiva, movimentos sociais e políticas públicas (35); Desigualdades, diferenças e marcadores sociais (32); Estado e instituições políticas (27); Estudos de religião (22); Mídia, produção cultural e consumo (20); Violência e justiça (19). Um olhar para os 60 trabalhos selecionados para apresentação no Encontro, no entanto, evidencia a diversidade temática e o enquadramento renovado dado a questões mais clássicas nas Ciências Sociais brasileiras. É assim que questões relacionadas a gênero e/ou sexualidade emergem na análise de políticas públicas, em estudos relacionados ao trabalho, à religião, à

* Comissão Científica do *1º Encontro ANPOCS de Iniciação Científica*.

violência e à sociabilidade na periferia; que as questões raciais aparecem tratadas a partir do ciberespaço e de escolas; e que o conflito de classe aparece nas relações de trabalho, mas também nas relações socioespaciais que envolvem o centro e as periferias, ou *quebradas*, em grandes centros urbanos. Assim a política e o Estado podem ser tratados, em escala nacional ou internacional, em compasso com as modificações sociais, econômicas e jurídicas.

Ainda no que diz respeito à configuração dos trabalhos selecionados para o 1º EAIC, chamam atenção o tratamento conjunto de diversos marcadores sociais de diferença, a ênfase nas relações entre diversos atores sociais no tratamento da política e a valorização de recortes que implicam a análise comparativa internacional, que figuram entre estudos sobre relações internacionais e processos migratórios, mas também se destacam no olhar para o Estado e para instituições políticas. Questões indígenas, ambientais, políticas territoriais e relações entre religião e política. Se tomarmos os trabalhos apresentados como uma amostra qualificada da produção na Iniciação Científica nas Ciências Sociais brasileiras, temos uma formação para a pesquisa que não abre mão da pesquisa empírica e jovens pesquisadores preocupados com questões políticas e com as novas formas que os conflitos sociais têm tomado e com olhares atentos para o cenário internacional.

Outro traço marcante nos artigos reunidos neste número especial é a variedade de temas, referenciais teóricos e abordagens metodológicas empregadas, demonstrando que mais do que uma ou outra epistemologia, privilegia-se a coerência interna entre teoria, análise e método. Além disso, a maior parte dos trabalhos discute questões muito atuais, sem que se deixe de prestar atenção a problemas que poderiam ser chamados de mais tradicionais nas Ciências Sociais brasileiras. Refletindo essa orientação, temas que, até há pouco, poderiam ser considerados como marginais ganham lugar de destaque, como gênero, sexualidade, meio ambiente, periferia. No entanto, a maneira de estudá-los é muito diversificada: indo da construção da imagem de uma artista mulher como Chiquinha Gonzaga em suas biografias, passando por uma etnografia da sociabilidade homossexual ou dos baloeiros, nas periferias de São Paulo, e chegando à análise da judicialização da questão dos transgênicos.

Relativamente recente nas Ciências Sociais brasileiras, a internacionalização das abordagens é evidente. Mais uma vez, temas contemporâneos têm lugar importante: as tensões subjacentes à concessão ou não de vistos a refugiados haitianos

pelo governo brasileiro, a disputa em torno da democracia que mobiliza a Venezuela, relações entre o pensamento social brasileiro e indiano. Não deixa, porém, de ser significativo como questões por assim dizer clássicas de nossa tradição merecem tratamento renovado. Dessa maneira, discute-se, por exemplo, o trabalho precário no setor calçadista, o uso de avatares negros no ciberespaço e coloca-se em questão a apropriação de Tocqueville pela interpretação “revisionista” de François Furet.

Do ponto de vista metodológico, vale destacar a presença destacada da etnografia e os distintos modos como a *internet* se configura como espaço de investigação. A observação participante revela a pluralidade das relações sociais de poder presentes em bairros populares de São Paulo; focaliza processos e atores políticos entre os povos indígenas *Waiwai* das Guianas, mas também entre ativistas e gestores de políticas públicas focalizadas para LGBT em Campinas; é utilizada para apreender a dinâmica de audiências de conciliação na aplicação da Lei Maria da Penha em Juiz de Fora e, ainda, aplicada à pesquisa no ciberespaço, confrontando a dicotomia entre real e virtual ao situar a atuação de hierarquias e desigualdades sociais no *Second Life*. A *internet*, além de se configurar como objeto de estudo, aparece como fonte de material para análise documental sobre processos de industrialização e de judicialização de conflitos envolvendo questões ambientais, mas também, na medida em que é utilizada para a organização política e comunitária, oferece material para o estudo de tais mobilizações, como no caso da pesquisa sobre o lugar das mulheres na Renovação Carismática Católica. Ainda que proeminentes, estas técnicas seguem em diálogo estreito com as entrevistas, sejam semi-estruturadas ou centradas em histórias de vida, e os *surveys* favorecendo a produção de inferência analítica.

Ressalta-se ainda que os estudos aqui apresentados, em sua maioria, desdobram-se de pesquisas mais amplas, nos quais jovens pesquisadores integram equipes compostas por pesquisadores em diferentes estágios da carreira. Os trabalhos demonstram claramente, portanto, que a produção de ponta em Ciências Sociais está mais baseada, e progressivamente, no trabalho de grupos de pesquisa coletiva. Dada essa tendência, a conhecida “solidão” do trabalho acadêmico parece já ter seus dias contados.

Convidando o leitor a compartilhar este volume, que em sua qualidade faz presente o devir das Ciências Sociais no Brasil, não poderíamos deixar de agradecer o estímulo vital de Maria Filomena Gregori e Júlio Simões, criadores e entusiastas do 1º EAIC, bem como ao Berto e a todos os coordenadores de Grupos de Trabalho, que

integraram a proposta com motivação ímpar. A leveza do processo de organização do evento e a qualidade dos artigos aqui reunidos demonstram a vitalidade com que as Ciências Sociais se renovam no país, a começar pela Iniciação Científica.

Do aço aos carros: processos de industrialização e formação de classe no Sul Fluminense¹

Marcela Rabello de Castro Centelhas, Samantha de Andrade Gifalli & Thiago Brandão Peres*

Resumo: Pretendemos realizar uma abordagem comparativa entre duas experiências de industrialização, ocorridas na região Sul do estado do Rio de Janeiro. Nosso estudo examinou processos de formação da classe trabalhadora, tanto no caso da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), nos anos 1940-1950; quanto no da Volkswagen Ônibus e Caminhões (VW), nos anos 1990-2000. Analisaremos o conjunto de mecanismos e estratégias utilizados pelo Estado e pelas empresas para constituição de uma força de trabalho, as implicações destes nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e em suas práticas organizativas e mobilizatórias. A atividade de pesquisa utiliza métodos quantitativos e qualitativos. Consultamos bibliografia especializada das Ciências Sociais, jornais e periódicos da rede mundial de computadores e da Biblioteca Nacional, bem como depoimentos de atores sociais. Também teremos como suporte os dados de perfil coletados em dois *surveys* (2001 e 2009) realizados pelo Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS/IFCS/UFRJ) com os trabalhadores da VW e das empresas participantes do consórcio modular.

Palavras-chave: trabalho, trabalhadores, sindicalismo, cultura de direitos, conflito.

O aço da CSN

Sob o contexto do Estado Novo, situaram-se no Rio de Janeiro, na década de 1940, as iniciativas precursoras da atuação do Estado enquanto produtor direto. A

¹ O presente artigo é fruto de intenso trabalho coletivo junto ao Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS/IFCS/UFRJ). Os autores agradecem aos integrantes do NETS pela oportunidade do trabalho conjunto e pela troca de conhecimento e experiência ao longo de todos os anos de estudos dedicados ao mundo do trabalho. Os resultados desta pesquisa foram apresentados em diversos eventos científicos, entre eles, o Primeiro Encontro ANPOCS de Iniciação Científica. Aproveitamos para agradecer a Ruy Braga (USP) e a Maria Aparecida Bridi (UFPR) pelas críticas e sugestões que foram essenciais para a elaboração deste artigo. Em especial, agradecemos ao nosso orientador, Prof. Dr. Marco Aurélio Santana, pessoa crucial para a construção desta pesquisa e, principalmente, para a nossa formação. Dedicamos este texto aos amigos Danilo de Castro Magalhães e Renata Barbosa Lacerda pelo apoio e pelas palavras de incentivo, ressaltando a importância do coletivo para a construção do conhecimento, para além do mérito individual.

* Graduandos em Ciências Sociais – UFRJ.

Companhia Siderúrgica Nacional, ou CSN, criada em 1941, representou um estímulo à produção industrial fluminense convertendo o Vale do Paraíba em um importante pólo industrial. Tinha-se como objetivo reforçar a ação econômica estatal, criando uma infra-estrutura para a industrialização e intimamente associada ao progresso. Para isto, era indispensável a siderurgia — área estratégica tanto no setor industrial quanto no militar. Ao fim, um decreto-lei criou a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, Rio de Janeiro. Na época, “a comunidade contava cerca de 2.800 habitantes, a maioria dedicada a atividades agropastoris. Uma década depois, já transformada em ‘Cidade do Aço’, sua população ultrapassava 39.000 pessoas” (MOREL, 2001, p. 50).

Em pesquisa realizada em 1970, pela própria Companhia, observou-se que mais da metade dos entrevistados provinham de Minas Gerais e cerca de 30% do Rio de Janeiro, em sua maioria oriundos de zonas rurais.

O caminhão chegava lotadinho de homem [...]. Ali descia um por um do caminhão e dava o nome. Tinha muitos que não sabiam o nome. Aí eles batizavam. Tinham muitos que não sabiam o endereço, não sabiam o nome do pai, não sabiam o nome da mãe. O agenciador é que dava um nome. (entrevista de um operário aposentado) (MOREL, 2001, p. 56)

Nesses termos, os processos de admissão constituíam os momentos iniciais de socialização do trabalhador: além de ganharem um uniforme, realizavam exames médicos, eram individualizados e classificados segundo aptidões, local de origem e instruções. Estes ritos de admissão objetivavam o enquadramento na empresa, a criação de um grupo unificado e, de certo modo, uma ruptura com a história pessoal anterior.

A ‘família siderúrgica’

Encerrada a fase de construção e iniciada a produção de aço, em 1946, a CSN reduziu sua força de trabalho: de 11.719 trabalhadores empregados, o contingente reduz-se para 8.054 em 1947. Para assegurar a fixação da força de trabalho e a submissão à disciplina fabril, além de reforçar os laços corporativos dos trabalhadores com a empresa, a CSN lançou mão de formas de recrutamento e treinamento enquanto instrumentos para a formação e consolidação do que viria a ser denominado “família siderúrgica”, expressão que alude a um espírito de colaboração que deveria existir entre todos, chefes, subordinados, dirigentes e trabalhadores.

A partir da citação abaixo, podemos perceber como a CSN se defrontou com a necessidade de formar sua própria força de trabalho a partir de uma mão-de-obra de origem rural ou sem experiência no trabalho industrial.

Os homens que vieram construir Volta Redonda, espontaneamente ou recrutados em seus Estados, *eram bisonhos*, quase sempre *mal tratados*, completamente ignorantes do que seria uma usina siderúrgica. Vieram como teriam ido para um garimpo procurar trabalho, ganhando o que eles julgavam ser uma boa remuneração. *Em geral só conheciam quatro ferramentas: a enxada, a foice, o martelo e o facão*. Como produtores de energia, *além deles*, sabiam que existiam o boi, o cavalo e muares (MOREL, 2001, p. 47; grifos nossos).

Observando atentamente, a citação acima, escrita pelo General Macedo Moraes e Silva, primeiro presidente da CSN, traduz a concepção de que o problema brasileiro estava em seu povo sem formação, o qual seria um entrave para a constituição de uma nação industrial e moderna. Segundo esta concepção, a CSN viria a cumprir, além de uma função propriamente econômica, uma missão civilizatória: através do trabalho e da educação seriam formados cidadãos brasileiros.

Com o intuito de formação desse “operário modelo”, a empresa lançou mão de um conjunto de mecanismos, desde os mais repressivos (policiamento, prisão), que deflagravam uma real militarização das relações de trabalho (os postos-chave de mando eram ocupados por militares), até outros que tinham por foco a consolidação da “família siderúrgica”. Ou seja, se por um lado a Lei de Segurança Nacional e todo o aparato de regras apontavam para um controle e repressão explícitos dos trabalhadores, por outro, a concessão de casas e outros benefícios, a implantação de uma escola profissional e a qualificação via SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) foram fundamentais para a formação de um operário sob medida para suprir as necessidades da CSN, ao introduzir os alunos à hierarquia, à disciplina e ao ritmo de trabalho, ao mesmo tempo em que incutiam o “espírito” de colaboração entre os integrantes da “família siderúrgica”.

No espaço interno da fábrica, instalaram-se regras, proibições e incitações, além de benefícios, prêmios, e incentivos, destinados a assegurar a cooperação e o bom comportamento do trabalhador. O empregado devia zelar pelo material que a Companhia lhe confiava; era proibido de organizar e orientar manifestações coletivas de apreço ou despreço sobre a siderúrgica; o chefe devia ser obedecido dentro e fora do recinto de trabalho. O tempo também era rigidamente controlado: cartões de ponto e boletins apresentavam minuciosamente as atividades exercidas indivi-

dualmente pelo operário. Além disso, em 1946, a Companhia cuidou de estabelecer as Caixas Receptoras de Sugestões. Pode-se apontar que esta medida foi a precursora dos métodos participativos contemporâneos, cujo objetivo era recolher trabalhos apresentados pelos empregados e que, por sua vez, pudessem ser úteis aos serviços ou interesses da CSN. Os trabalhos não poderiam ser anônimos e, se utilizados, prêmios em dinheiro e menção honrosa eram concedidas ao autor. Dessa forma, podemos afirmar que, tanto na esfera fabril quanto na extrafabril, o conjunto das medidas supracitadas visava aprimorar o trabalhador “de hoje e o do futuro”.

A concessão de casas pela Companhia, também era um elemento fundamental para a consolidação da família siderúrgica, pois colocava o trabalhador e seus familiares sob total dependência da Companhia. Segundo Leite Lopes (1992), a imobilização da mão de obra pela moradia possibilitava a fixação da força de trabalho e o controle sobre todas as esferas da vida do trabalhador, pois, afinal, este ficava à disposição da empresa, mesmo nas horas de folga:

Qualquer hora que precisava, estava ativo no trabalho, compreende? Largava às 4, se precisasse, 8 horas da noite, vinha em casa, que me achava em casa, levava pro serviço [...]. (S.E. ex-operário, chegado em 1943, foi Encarregado no Setor de Laminação) (MOREL, 2001, p. 67).

Todavia, a necessidade desse conjunto de estratégias demonstra as dificuldades de se moldar os tais seres “bisonhos” à disciplina fabril, o que nos permite afirmar que a imagem da “família siderúrgica” não foi passivamente interiorizada pelos trabalhadores, e não impediu o surgimento de reivindicações ligadas a conflitos reais, surgidos no chão da fábrica, e que foram, paulatinamente, sendo canalizados para o sindicato — que surge em 1945. Apesar de o sindicato ter, inicialmente, atuado segundo características típicas da gestão corporativa do movimento dos trabalhadores, pode-se dizer que ele adquire, gradualmente, uma certa autonomia e vai ganhando reconhecimento dos trabalhadores enquanto um canal legítimo de encaminhamento das reivindicações (MOREL, 1989).

Ângela de Castro Gomes (2005) afirma, que o trabalhismo foi construído por mecanismos de Estado inseridos numa esfera simbólica. Combinava benesses materiais com o reconhecimento positivo de uma identidade trabalhadora. Tal fato geraria um compromisso ético dos trabalhadores com o desenvolvimento e a ordem nacional em reciprocidade ao reconhecimento outorgado pelo Estado. Assim, o Estado passaria a controlar os trabalhadores e os sindicatos por meio da dívida

da legislação trabalhista e da construção de uma cidadania regulada, convertendo reivindicações populares em doações e concessões outorgadas ao mesmo tempo em que atualizava um projeto de construção do cidadão-trabalhador. Este foi o norte do projeto político que orientou a criação da CSN e a forma de gestão da sua força de trabalho.

Entretanto, em oposição à noção de “dádiva” veiculada pela Companhia, os trabalhadores começaram a contrapor uma concepção de direitos que a CSN deveria respeitar — por exemplo, ao exigirem o cumprimento dos direitos trabalhistas ou ao intervirem nas regras de concessão da “girafa”¹. Nesses termos, como aponta Santana (2006), o sindicalismo metalúrgico e o processo de industrialização de Volta Redonda serviram como marco do desenvolvimento da região Sul Fluminense. Contudo, o movimento de reestruturação e reespecialização da produção industrial brasileira nos anos 1990 começou a complexificar esse cenário regional.

Os carros da *Volks*

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho mantém relação, dentre outros aspectos, com a globalização da economia, ambos elementos que uma determinada literatura nos anos 1990 convencionou chamar de “reestruturação produtiva”. Como combinação de complexos processos dentre os quais a intensificação do movimento de mundialização de capitais, o acirramento da concorrência a nível global e as transformações tecnológicas surgidas no bojo de um processo de inovações técnico-científicas, deu-se o processo de reespecialização de cadeias produtivas para novos territórios.

A década de 1990 é marcada, no Brasil, pela intensificação de uma forma de capitalismo que se modifica para vencer as dificuldades encontradas pelos antigos modos de organização da produção e da economia. Percebemos alterações nas esferas produtivas, mas também mudanças de valores, mudanças nos padrões de consumo, mudanças culturais (c.f., por exemplo, HARVEY, 1992; SENNETT, 2008; HARDT; NEGRI, 2005). Sendo assim, analisaremos como se constituiu a força de trabalho de uma fábrica compreendida dentro do período de neoliberalização da política e da

¹“Girafa” era o nome dado à participação dos trabalhadores nos lucros da empresa.

economia brasileiras, bem como, quais foram os efeitos desse novo contexto nacional e internacional nas práticas organizativas dos trabalhadores.

Neste contexto, o município de Resende, no Rio de Janeiro, é palco da instalação, em 1996, da montadora alemã Volkswagen Ônibus e Caminhões ou *Volks*. Se comparada às tradicionais indústrias daquela região, como a CSN, a forma de organização da produção da montadora apresenta algumas mudanças como o consórcio modular². Essa forma de organização da produção se caracteriza, entre outros fatores, pela produção enxuta, por número reduzido de trabalhadores e pela participação dos fornecedores dentro da mesma linha de produção.

Todavia, para captar o principal significado de Resende, devemos atentar ao fato de que, apesar de toda a propaganda pública enfatizando a tecnologia e a novidade, estudos posteriores atestaram que o “desenvolvimento tecnológico na fábrica e as mudanças nas políticas de trabalho foram mínimas” (ABREU; BEYNON; RAMALHO, 2006, p. 80). A fábrica, para muitos autores, estava, na verdade, baseada “em um sistema de fluxo da produção bastante convencional, que não dá nenhum espaço para o envolvimento do trabalhador ou do sindicato na sua configuração ou funcionamento” (ABREU; BEYNON; RAMALHO, 2006, p. 80). Contudo, são notáveis os esforços das empresas para assegurar que a nova fábrica recrutasse trabalhadores qualificados, aptos a se entrosarem com os novos arranjos produtivos. Nesse sentido, a presença de uma unidade SENAI em Resende foi capital.

Como mencionamos anteriormente, os operários da CSN possuíam uma “qualificação formal”. Contudo, percebemos a consolidação de um “modelo de competências” em detrimento da “qualificação formal”. Na *Volks*, o novo perfil de trabalhadores, portanto, passaria pela valorização de atributos diferenciados — privilegiando aspectos subjetivos do trabalhador tais como:

polivalência, capacidade de decisão e de iniciativa, pela cooperação, pela autonomia, pela responsabilidade, pela criatividade e participação efetiva deste trabalhador no processo produtivo (ROCHA, 2006. p. 141).

² Na ‘montagem modular’ levada a cabo em Resende, a Volkswagen isenta-se do processo de montagem, ocupando-se das atividades de gerenciamento da qualidade, do design e do marketing, enquanto as demais empresas subcontratadas envolvem-se com o cotidiano da linha. Nessa inovadora forma de produção, divide-se entre as firmas participantes do consórcio a estrutura física e o financiamento da fábrica, constituindo uma forma de divisão dos riscos de investimento em espaços produtivos

Além da preocupação com a qualificação, a Volkswagen também atentou para outros elementos da formação da classe trabalhadora, como os possíveis conflitos dentro de fábrica decorrentes da pluralidade de firmas e suas respectivas formas de lidar com a força de trabalho. Com o intento de atenuar essas disparidades, a empresa instituiu um uniforme único, utilizado até mesmo pelos executivos, assim como adotou uma política de salários e benefícios que fosse comum a todos os participantes do consórcio.

Um perfil dos trabalhadores da *Volks*: trabalho e conflito

Nos anos de 2001 e 2009, o Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS/IFCS/UFRJ)³ realizou dois *surveys* com trezentos⁴ trabalhadores da *Volks* e das empresas participantes do consórcio modular. A continuação da série histórica — de 2001 a 2009 — permitiu que pudessem ser acompanhadas de perto as continuidades e transformações ocorridas tanto no perfil dos trabalhadores como na região Sul Fluminense. Através das questões aplicadas, foi possível captar aspectos tais como: perfil sócio-econômico, escolaridade e formação profissional, além da percepção dos trabalhadores acerca de seus organismos de representação.

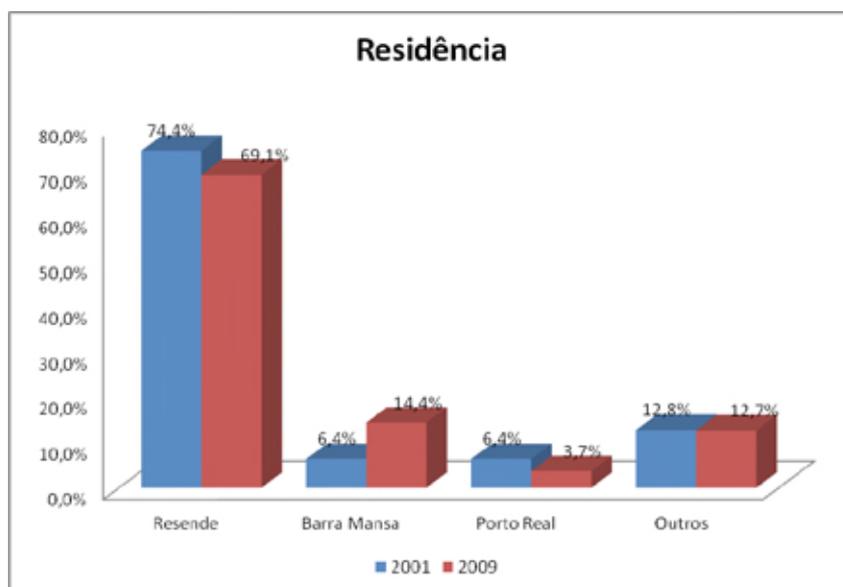
Para a formação de classe, no caso da *Volks*, é necessário apontar a estratégia de alocar a montadora num *greenfield*. Tal mecanismo relaciona-se intimamente com a tentativa da montadora de prevenir e evitar a contratação de trabalhadores mais experientes, principalmente aqueles oriundos da CSN — de elevada tradição operária e sindical.

A partir dessa chave de análise, compreendemos a preferência da *Volks* em contratar uma mão de obra predominantemente local (Gráfico 1), evitando, assim, o recrutamento de trabalhadores naturais de Volta Redonda.

³ O NETS é um núcleo de pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da mesma instituição.

⁴ Em 2009 a amostra foi calculada com um intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 5 pontos percentuais. A população de trabalhadores na fábrica da Volkswagen em Resende é de 1767. O cálculo do tamanho da amostra ficou em 300 entrevistas.

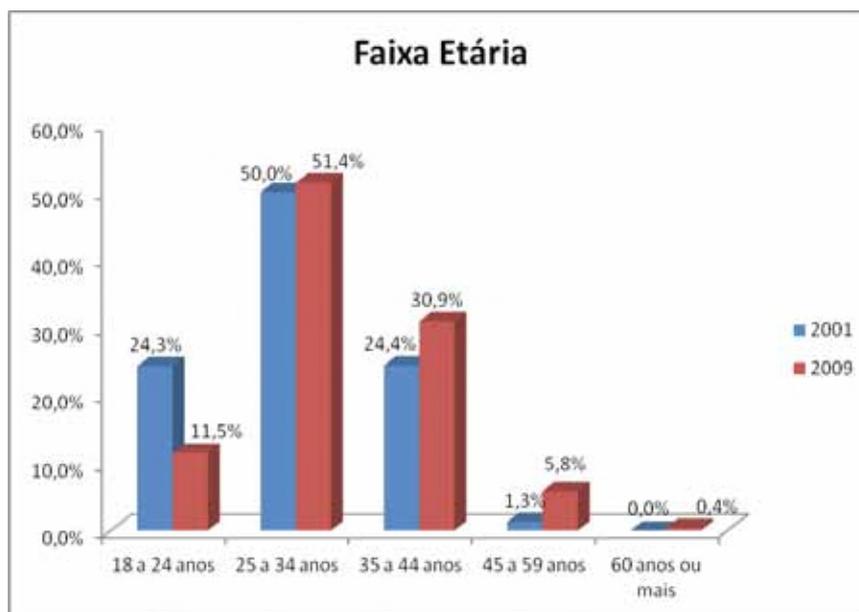
Gráfico 1



Fonte: Survey realizado pelo Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS/IFCS/UFRJ).

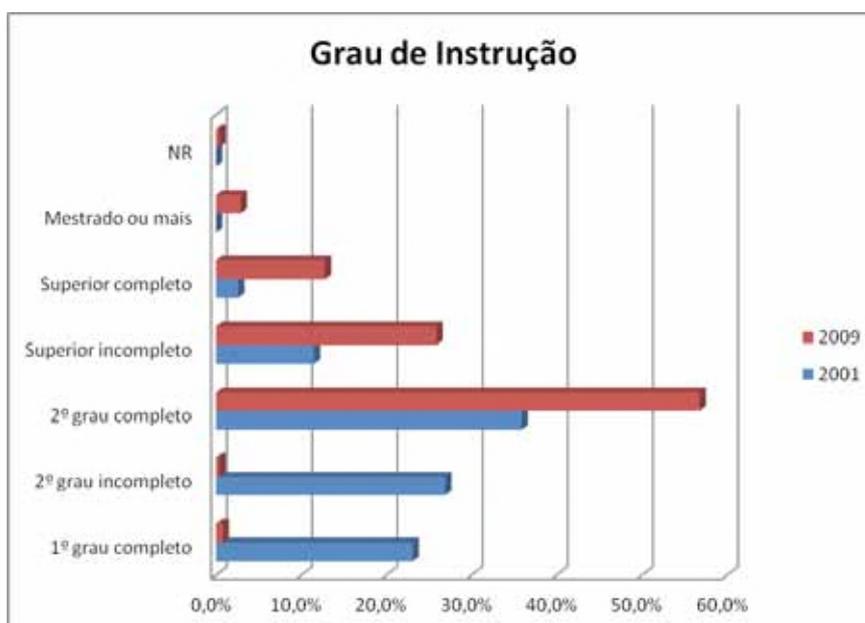
Da mesma forma, percebemos que, devido a um maior grau de escolaridade dentre a população brasileira mais jovem na atualidade, a estratégia de contratação de operários com segundo grau completo (Gráfico 3) está intimamente associada à outra estratégia: a de recrutamento de uma força de trabalho predominantemente jovem (Gráfico 2).

Gráfico 2



Fonte: Survey realizado pelo Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS/IFCS/UFRJ).

Gráfico 3



Fonte: Survey realizado pelo Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS/IFCS/UFRJ).

No entanto, foi possível perceber que essas estratégias não foram passivamente interiorizadas e os trabalhadores reagiram aos mecanismos de gestão de atenuação do conflito. A suposta ‘docilidade’ do sindicato local dos metalúrgicos, controlado pela Força Sindical – considerada mais afável do que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) presente no ABC Paulista –, não se mostrou tão evidente.

Em 1999, apenas três anos após a instalação da montadora, deflagra-se uma greve entre os trabalhadores da *Volks*, não somente do Sul Fluminense, mas também em outras plantas da empresa pelo país. A pauta do movimento em Resende reivindicava, dentre outros, a paridade de salários com os metalúrgicos do ABC⁵, o fim do “banco de horas”⁶ e o estabelecimento de uma comissão de fábrica unificada⁷.

⁵ A noção de paridade é muito poderosa e tem sido vista como crítica pelos trabalhadores da indústria automobilística por toda a Europa e Estados Unidos. Era uma clara preocupação do sindicato de Resende, e durante os anos 1990 se tornou também um assunto fundamental para os sindicatos do ABC. Para estas entidades, a dispersão das fábricas para fora do ABC foi encarada com uma estratégia de baixos salários por parte da indústria.

⁶ O ‘banco de horas’ opera com um entendimento de semana média de trabalho que a empresa pode reduzir ou aumentar conforme a demanda, sem qualquer penalidade para qualquer dos lados. Os trabalhadores não perderiam seus salários nas semanas mais curtas e a empresa não teria que pagar hora extra nas semanas mais longas.

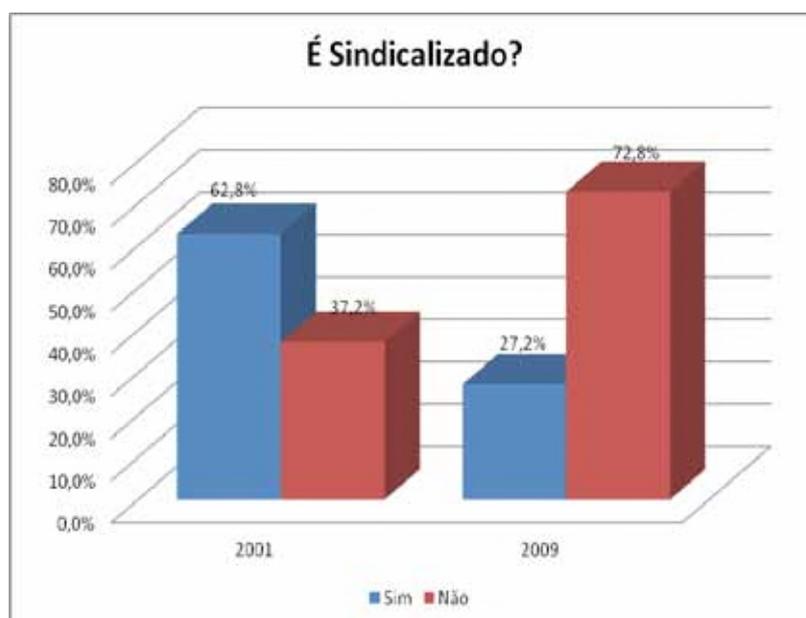
⁷ Inicialmente, seguindo a lógica do consórcio modular, a VW tinha se recusado formalmente a estabelecer canais de negociação coletiva, considerando que esses arranjos eram de responsabilidade individual dos membros do “consórcio”. Contudo, isto provou ser problemático e, em 1999, após a greve, a *Volks* e as demais empresas concordaram em formalizar uma comissão de fábrica unificada.

A greve de 1999 foi avaliada pelo sindicato enquanto vitoriosa ao conseguir que a comissão de fábrica unificada fosse aceita pela empresa e que a política do banco de horas fosse restringida e, posteriormente, extinta. No mesmo ano da greve, a notícia de formalização do Comitê Mundial dos Trabalhadores da *Volks* também parece muito relevante no que tange a reatualização das formas de enfrentamento da classe trabalhadora.

Tanto a greve de 1999, quanto a formalização do Comitê nos mostram que mesmo a combinação de uma força de trabalho majoritariamente local, jovem e com grau de escolaridade relativamente elevado, de baixa tradição industrial e sem experiência sindical não impediu o surgimento de conflitos reais e a sua paulatina canalização para o sindicato. Esse, por sua vez, a partir de experiências prévias decorrentes das mudanças industriais no ramo siderúrgico, não se mostrou passivo diante das estratégias da empresa.

Percebemos no gráfico 4 que, no ano de 2001, período de grande efervescência sindical pela vitória da greve de 1999 e pelo surgimento da comissão de fábrica, a percentagem de sindicalizados correspondia a 62,8% dos trabalhadores. Contudo, em 2009, oito anos depois, esse quadro se altera. Podemos ver uma queda significativa no percentual de sindicalizados, que cai para 27,2%.

Gráfico 4



Fonte: Survey realizado pelo Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS/IFCS/UFRJ).

No gráfico 5, em que é perguntado “Por que não é sindicalizado?”, o alto índice conferido aos dois últimos itens – “Não tenho informações suficientes” e “Não acredito nos sindicatos” – pode manifestar que o progressivo afastamento das lideranças do chão-de-fábrica, a partir de 2002, pode ter contribuído para a queda na sindicalização.

Gráfico 5



Fonte: Survey realizado pelo Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade (NETS/IFCS/UFRJ).

Parece claro que a escolha do Sul Fluminense para a instalação da fábrica corresponde a interesses da *Volks* de se distanciar dos “maus hábitos” de São Bernardo (ABREU; BEYNON; RAMALHO, 2006), optando por regiões onde seria supostamente mais ‘fácil’ negociar com o sindicato. Visava-se mesmo, como aponta Santana (2010), a criação de um “cordão sanitário”, impedindo que o “veneno” sindical e conflitivo pudesse contaminar a “tenra” classe operária que se levantava do chão em tão pouco tempo.

Desse modo, percebemos que, assim como na CSN, as estratégias empresariais não foram passivamente interiorizadas e não impediram o surgimento de conflitos e reivindicações. Da mesma forma, mesmo que hoje o sindicato passe por uma crise que põe em cheque a sua capacidade de representação de uma classe trabalhadora, podemos dizer que ele permanece sendo um caminho legítimo de luta por direitos.

Do aço aos carros

Nosso estudo buscou compreender a formação e consolidação da classe trabalhadora, bem como as suas formas organizativas e mobilizatórias em dois períodos claramente demarcados (décadas de 1940-1950 e 1990-2000) que tiveram lugar no Sul Fluminense. A CSN marcou, em muito, os traços industriais de toda a região. Hoje, apesar da continuada importância desta empresa, a chegada da indústria automobilística, concreta e simbolicamente, deu novos ares às características industriais locais.

De um lado, uma classe operária formada sob a interpelação referente à “família siderúrgica” e nascida sob a égide do “trabalhismo” e do progresso da nação. De outro, uma classe trabalhadora que valoriza a necessidade dos estudos e que reproduz o discurso do progresso por meio do aperfeiçoamento individual.

No entanto essa concepção de “família siderúrgica” na CSN não foi passivamente interiorizada, e não impediu o surgimento de reivindicações e expectativa de direitos, assim como na *Volks*, a combinação entre uma classe operária mais jovem, local, mais escolarizada em um território com pouca tradição sindical criou, sim, dificuldades para as lideranças sindicais mais tradicionais. Entretanto, paralisações, mobilizações e greves buscando a paridade de salários com os metalúrgicos do ABC, o fim do “banco de horas” e a consolidação de uma comissão de fábrica unificada nos revelam também uma capacidade de reatualização das formas de organização por parte do Sindicato dos Metalúrgicos ao abordar as profundas transformações por que passou a localidade nas últimas décadas.

Referências

ABREU, A. P.; BEYNON, H.; RAMALHO, J. R. (2006). “A fábrica dos sonhos da Volkswagen”. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Org.). *Trabalho e desenvolvimento regional – efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Mauad, p. 71-90.

BEYNON, H. (2003). “O sindicalismo tem futuro no século XXI?”. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Org.). *Além da fábrica*. São Paulo, Boitempo, p. 44-71.

CARDOSO, A. M. (2003). “Os sindicatos e a segurança socioeconômica no Brasil”. In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Org.). *Além da fábrica*. São Paulo, Boitempo, p. 227-270.

CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Vozes.

- GOMES, A. C. (2005). *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Ed. FGV.
- HARDT, M.; NEGRI, A. (2005). *Império*. São Paulo, Record.
- HARVEY, D. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo, Edições Loyola.
- LOPES, J. S. L. (1978). *Vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MOREL, R. L. M. (2001). "A construção da 'família siderúrgica' – gestão paternalista e empresa estatal". In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro, D. P&A, p. 45-78.
- RAMALHO, J. R. (2000). "Trabalho e Sindicato: posições em debate na sociologia hoje". *Dados*, vol. 43, n. 4.
- ROCHA, L. M. (2006). "O novo discurso da qualificação profissional da indústria automobilística do Rio de Janeiro". In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Org.). *Trabalho e desenvolvimento regional – efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Mauad, p. 137-158.
- SANTANA, M. A. (2006). "Trabalhadores e política no Sul fluminense: a experiência de Volta Redonda nos anos 1980". In: RAMALHO, J. R.; SANTANA, M. A. (Org.). *Trabalho e desenvolvimento regional - efeitos sociais da indústria automobilística no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Mauad.
- _____. (2010). "Ruptura geracional induzida e estratégias de gestão: a experiência nas montadoras do Sul Fluminense". *Educação e sociedade*, Campinas, vol. 31, n. 111, p. 371-389.
- SANTOS, W. G. (1979). *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro, Campus.
- SENNETT, R. (2008). *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro, Record.
- WEFFORT, F. (1986). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Recebido em dezembro/2012*
Aprovado em janeiro/2013

Alas e luas brancas: gênero, performance e música em Chiquinha Gonzaga

Rafael do Nascimento Cesar*

Resumo: Esta breve comunicação busca refletir acerca da trajetória da compositora Chiquinha Gonzaga (18471-1935) assim como algumas das estratégias narrativas mobilizadas por seus biógrafos depois de sua morte. E é rastreando as formas de objetivação de seu carisma a partir de suas biografias que se pode compreender de que forma as convenções de gênero estão articuladas à produção de bens simbólicos.

Palavras-chave: Chiquinha Gonzaga, gênero, biografia.

No dia 17 de outubro comemorou-se o Dia Nacional da Música Popular Brasileira. A lei que institui a data dentro do “calendário das efemérides nacionais”¹ pode ser considerada como um pequeno, mas significativo, ato simbólico que assinala como patrimônio imaterial nacional um produto cultural específico e, ao mesmo tempo, confere-lhe uma guardiã, ou mesmo uma “mãe fundadora”. Segundo o deputado Fernando Ferro (PT/PE), “A adoção desse dia é uma forma de homenagear a primeira maestrina do país, que, em pleno século XIX, quando predominava a música europeia nos salões da aristocracia brasileira, desafiou os costumes de sua época e ousou trazer os ritmos africanos para suas composições musicais”².

De uma forma ou de outra, falar sobre Chiquinha Gonzaga é quase sempre falar em transgressão ou em algum tipo de ousadia heroica. Dentre os vários tipos de registros que pude consultar no tempo em que realizei esta pesquisa, a tônica ia muito frequentemente em direção de transmitir ao público leitor – ou ouvinte – uma característica pessoal da compositora que acabou por definir não somente seu modo de compor, mas também aspectos da dinâmica cultural brasileira do século XIX: o pioneirismo.

* Graduando em Ciências Sociais – USP.

¹ Lei Nº12.624, de maio de 2012.

² Extraído do site <http://www.chiquinhagonzaga.com/memoria/2012_dia_nacional_MPB.html>.

Ao ser qualificada como pioneira, opera-se sobre Chiquinha Gonzaga um ato mágico que tem por objetivo desconectá-la de todo o substrato social e cultural que a enreda, fazendo com que esta passe a pairar livremente sobre um cenário que ora deleita-se ora enraivece-se com a intrepidez de seu caráter. Pioneira, Chiquinha Gonzaga inauguraria, com seu modo de ser, pensar e sentir, uma mentalidade inaudita e sem precedentes entre as mulheres e homens de sua época; algo que, por um lado, seria a razão última de seu reconhecimento e renome e, por outro, a maldição que a condenou a uma vida de sofrimento e incompreensão por parte de seus contemporâneos.

Nas cinco mais conhecidas biografias escritas sobre a compositora, o que chamei de “pioneirismo insuspeito” aparece em maior ou menor frequência e com maior ou menor ênfase, mas, de um modo geral, nenhuma delas escapa à transmissão deste modelo que tem por finalidade confirmar tanto a genialidade pungente da biografada quanto denunciar as mazelas de uma sociedade machista, maledicente e obtusa, que não estaria “preparada” para uma personalidade tão “a frente de seu tempo”.

A pesquisa que realizei teve como principal objetivo a investigação de tal fenômeno de apropriação e construção simbólica a partir da trajetória social da compositora, instrumentista e compositora Chiquinha Gonzaga. Interessava-me saber, entre outras coisas, como o passado desta personagem foi produto de uma elaboração intensa, por parte tanto de seus biógrafos como de estudiosos da música brasileira, e de *criação*, isto é, de ordenamento e inteligibilização desta mesma trajetória a partir de critérios dados pelas condições políticas e intelectuais em curso da história nacional. A esta questão ligava-se outra: por que, à história das relações de gênero no Brasil (ou, se preferirmos, “história das mulheres” brasileiras) subjaz a noção de que só é possível falar na *transgressão* e *ousadia* de grandes mulheres e, em contrapartida, na *submissão* e *subalternidade* de mulheres ordinárias? No caso de Chiquinha Gonzaga, em especial, ela toda fora caracterizada como alguém cuja estrutura psíquica foi capaz de subverter os processos de inculcamento de arbitrários sociais – característicos de qualquer socialização humana – e, com isso, pôde empreender a patriótica e altruísta tarefa de conferir à música brasileira aquilo que, diacriticamente, é seu traço mais distintivo: sua qualidade de popular.

Não quero negar, entretanto, o protagonismo de Chiquinha Gonzaga, que, juntamente com outros indivíduos com os quais mantinha estreitas relações, transfor-

mou efetivamente a realidade cultural carioca, sobretudo no tocante à música e ao teatro. O que pretendo, pelo contrário, é historicizar a atribuição deste pioneirismo por suas biógrafas e biógrafos, evitando, portanto, entendê-lo tal como ele se apresenta aos leitores. É inegável que parte do reconhecimento ambíguo que Chiquinha legou às gerações futuras se deveu ao fato de ela estar na dianteira de uma dinâmica social e cultural efervescente – bem se sabe que o Rio de Janeiro tornou-se famoso no século XIX, seja na literatura ou na própria historiografia, pela sua proeminência no processo de modernização do Brasil –, é duvidoso, contudo, que a compositora tenha se valido única e exclusivamente de si própria para chegar aonde chegou. É preciso, portanto, retrazar as condições sociais e históricas de tal “pioneirismo insuspeito”, isto é, evidenciar como era possível para uma mulher de sua posição social e de sua época abandonar o lar, os filhos e se dedicar a uma profissão como a de compositora e “pianeira” nos cafés-cantantes do Rio de Janeiro, ainda que tais atitudes fossem alvo de uma depreciação moral aguda em certos estratos sociais.

* * *

É curioso que muita da atenção dada à personalidade de Chiquinha Gonzaga, e muita da tinta gasta em seu nome, concentrem-se em esmiuçar detalhes de sua vida pessoal e subsumi-los a uma espécie de crônica de suas desventuras, sejam elas amorosas, maternais, públicas, etc. Tanto foco à sua vida acabou por provocar uma disjunção entre compositora e obra – ou ainda, entre a mulher e a música – colocando, assim, a vasta produção gonzaguiana sob um borrão luminoso e edulcorado o qual chamamos “fama”. Reconhecidos pela “transgressão” que representaram perante os ouvidos eruditos do Império, os choros, maxixes, operetas e lundus que Chiquinha Gonzaga compôs pouco parecem servir como um documento histórico interessante para se identificar as tensões e conflitos existentes em um momento da história da cultura brasileira erroneamente definido pela simples oposição entre “a música europeia” e os “ritmos africanos”.

A antropóloga Mariza Corrêa, ao investigar a relação de esposas de antropólogos famosos (como Dina Dreyfus, casada com Claude Lévi-Strauss) com a hierarquia do trabalho acadêmico e o esquecimento a qual muitas delas foram sentenciadas, lança a noção de *notoriedade retrospectiva* enquanto “o modo como o *renome* adquirido a partir de um certo momento pode iluminar a vida inteira de um persona-

gem” (2003, p. 21). Dito de outro modo, tal noção age como se o prestígio e a fama de alguém, materializados sob o seu nome próprio, pudessem operar de maneira retroativa, fornecendo uma coesão e um sentido a toda a sua existência. A partir daí, nome torna-se então *renome* e passa a ser revestido de um brilhantismo e de uma singularidade que, olhando-se bem, sempre estiveram magicamente lá.

Ora, se o “efeito mágico” do nome próprio, – *Chiquinha Gonzaga* – produtor de uma “curiosa contaminação de prestígio para tudo e todos que gravitam ao seu redor” (PONTES, 2011, p. 235), pode, por um lado, colocar em posição de evidência uma dada figura humana, exultando algumas de suas características e feitos, faz encobrir, por outro, com a mesma facilidade, arestas angulosas e obscuras a respeito de sua trajetória. Trata-se sempre de um fenômeno parcial cujas pretensões à totalidade muito se lhe aspiram e nunca se efetivam. Tido como a instituição que assegura a constância e a unidade da identidade do sujeito através do tempo, o nome próprio sobressai-se enquanto obra, descolando-se de seu próprio portador e obliterando, assim, as diversas posições tomadas por ele em diferentes etapas de sua trajetória ao longo do espaço social e, também, mascara as motivações e incoerências de ordem subjetiva que o inspiraram a tais decisões.

O primeiro fato a chamar minha atenção, assim que me dirigi ao *corpus* empírico desta pesquisa, consistiu em observar como tal notoriedade retrospectiva era acessada a todo o momento pelos biógrafos de Chiquinha Gonzaga. Nas cinco obras que consultei, os autores escreviam partindo do pressuposto indiscutido (ao menos em seus livros) de que “Chiquinha Gonzaga” – este nome tornado *renome* – consistia ela própria numa obra acabada: a impressão primeira, que depois tentarei converter em hipótese, era a de que sua “história de vida” – suas experiências, suas motivações e frustrações – formaram-lhe uma personalidade tal que, descuidadamente, foi transferida desde a sua infância até seus últimos momento, ou, em outras palavras, as características de mulher “vitoriosa” e “pioneira” estiveram presentes no momento de seu nascimento e a acompanharam durante toda a sua existência.

Sua biógrafa mais prestigiosa, Edinha Diniz, comenta sobre um curioso fato logo nas primeiras páginas de seu livro: “Aquela que mais tarde viria a ser conhecida como uma mulher de enorme audácia, a compositora Chiquinha Gonzaga, já veio à vida conhecendo o perigo e sabendo vencê-lo” (DINIZ, 2009, p. 23, grifos meus). Efeitos de retórica à parte, este excerto mostra que, ao que se seguirá nas demais páginas, o leitor deparar-se-á com um indivíduo cuja coerência de personalidade

já saltava aos olhos logo ao nascer, preexistindo, portanto, à própria experiência de vida responsável por sua formação.

O fenômeno apontado por Mariza Corrêa, que ocorre com a pessoa de Chiquinha Gonzaga, encontra correspondência direta em relação a sua música. Todas as biografias procuram explicitar, cada uma a seu modo, que ela teve, desde sempre, uma inclinação inata ao piano e à composição. “Na manhã bonita e radiosa de 17 de outubro, nascia uma artista!” (1978, p. 17) escreve Geysa Bôscoli, seu sobrinho e também biógrafo. Devido à sua vivência em círculos musicais considerados *populares* – como entre os *chorões* – Chiquinha acabou incorporando em sua obra traços estéticos que mais tarde seriam definidos como pertencentes a um fazer musical estritamente brasileiro. E tal vinculação forte com a “música popular” – uma noção inexistente à época de Chiquinha, principalmente com a conotação que possui hoje –, a qual o Modernismo e outras correntes intelectuais tanto valorizaram, acabou fixando no imaginário coletivo a ideia de que Chiquinha Gonzaga traria consigo desde muito nova o *ethos* já consolidado de uma artista experiente que cria a partir, única e exclusivamente, de sua “plena espontaneidade” subjetiva, “livre de toda injunção que não a de seu próprio impulso criador” (PINHEIRO FILHO, 2008, p. 19), isto é, não conforme os constrangimentos sociais e as normas estéticas de uma época.

Pierre Bourdieu oferece uma contribuição metodológica importante à problematização da noção de história de vida. Segundo ele, a este termo subjaz o pressuposto de que a vida é uma história e que tal história é necessariamente o “conjunto de acontecimentos de uma existência individual” (1996, p. 76) destinado a produzir um todo coerente e, em certa medida, teleológico. O biografado torna-se, então, personagem de uma *estória* (aqui no sentido ficcional) cujo enredo faz-se inteligível e objetivo. As cinco obras escolhidas não escapam, respeitando-se as suas especificidades, a esta tendência “literarizante”: as peculiaridades da vida de Chiquinha Gonzaga – sua socialização em uma família de prestígio do Rio de Janeiro, sua formação intelectual e musical, os relacionamentos polêmicos e a maternidade – ora são expressas como fatos episódicos de um drama pessoal ora eclipsam-se face à forte repercussão de sua música nos círculos de sociabilidade *popular* da capital imperial. Em suma, elas tornam-se meros obstáculos a serem transpostos pela obstinação intrépida de sua personalidade “forte e pioneira”.

No entanto, não quero dizer aqui que as biografias são “enganosas” ou que se afastem da “verdade” sobre a vida da compositora. Isto seria contraditório ao

ponto de ferir meus objetivos na pesquisa. As aspas utilizadas procuram expressar a sensação de implausibilidade epistemológica que subjaz à tendência historicista de “*voltar à informação inicial*” (RANKE apud Elias, 2001, p. 18) como tentativa de fazer o “registro fiel dos eventos”. Sabe-se que isso foi amplamente discutido pelas correntes contemporâneas da historiografia. Assim, ao contrário de basear-me em meu material empírico para “refazer os passos” de Chiquinha Gonzaga, procurei mapear os contextos de elaboração das biografias assim como as intenções dos autores, remetendo-os, portanto, ao momento histórico e intelectual em que foram escritos. E isto porque, a meu ver, o procedimento biográfico foi responsável não por traçar um quadro definitivo da compositora, mas sim por recriá-la: a cada obra, ela adquiria novas características e perdia outras, sempre de acordo com o autor que se dispunha a narrar sua vida³. No limite, portanto, a cada biógrafo coube contar sua verdade, contar segundo determinados critérios – e visando a determinados objetivos – sua versão dos fatos.

Assim sendo, pude perceber que mais coube aos propósitos de elaboração de algumas das biografias mostrar a relevância de Chiquinha Gonzaga na música popular brasileira, algo que, ainda no final da década de 1930, era fenômeno muito pouco estudado. Já para outros autores, o estudo da história de vida de Chiquinha não vem subsumido ao estudo de sua obra e da relevância desta para o patrimônio cultural brasileiro, mas sim carrega o intuito de expor ao público as desventuras de uma personagem singular, esmiuçando detalhes íntimos de sua existência.

Em suma, todos os autores tiveram sua fração de responsabilidade numa espécie de “invenção” da biografada, cujos parâmetros são definidos segundo critérios encarregados de oferecer-lhe uma coerência sempre exterior, isto é, que é obra dos próprios biógrafos. A partir da leitura destes textos, pude perceber que é impossível atribuir um sentido único, pautado sobre qualquer tipo de critério, a uma vida. Toda forma de narrá-la é dar-lhe uma coerência *ad hoc*, uma teleologia tangível somente aos olhos daquele que se debruça sobre ela – seja ele o próprio biografado (no caso da autobiografia) ou não.

³ Um exemplo interessante é a questão do feminismo. Seus biógrafos insistem em associar Chiquinha Gonzaga ao movimento feminista, seja, mais uma vez, na condição de “pioneira” – “a primeira feminista brasileira” – seja como aquela que anteciparia historicamente a emergência do mesmo, sendo chamada de profeminista. O fato é que, durante o século XIX, o feminismo inexistia, no Brasil, enquanto movimento político organizado, com pautas que tratasse exclusivamente da condição feminina e das assimetrias de gênero. Contava somente com algumas manifestações de cunho sufragista disseminadas em pontos esparsos do país.

Portanto, meu “cuidado metodológico”, no que se referiu ao tratamento do material empírico, se dá precisamente por saber que ele próprio já é fruto de uma interpretação sobre o objeto, e justamente por isso, diz respeito a uma visão parcial da realidade do mesmo, ou ainda, norteia-se mediante um determinado recorte. Não digo com isso que minha interpretação suplantarà qualquer parcialidade, situando-se naquele âmbito de uma ciência objetiva isenta de quaisquer juízos de valor. Isto, como se sabe, há tempos vem sendo colocado em xeque pelos pesquisadores das ciências humanas. Ao contrário, portanto, os pontos relevantes por mim selecionados corroboram também com motivações assumidamente subjetivas, mas quis, contudo, perspectivar tais escolhas de acordo com a leitura de outros materiais. No limite, só existe parcialidade. O interessante é que todo o “biografar”, ao menos nos moldes em que se pautaram as cinco obras, escapa por definição à objetividade, justamente por enfatizar as ações de um único indivíduo, por só dar atenção a ele e relegar ao patamar da “circunstância” o seu exterior.

O problema, contudo, residia nos próprios limites do *corpus* empírico da pesquisa. Como não me foi possível recorrer a documentos e fontes primárias, a reconstrução da trajetória social de Chiquinha Gonzaga só se efetivaria utilizando-se das biografias, o que nos remeteria novamente às questões colocadas. Era necessário, portanto, adotar outra estratégia: percebi que, apesar de todos os biógrafos tocarem em pontos comuns acerca da vida da maestrina, as biografias mais antigas continham visões muito discrepantes das mais recentes, tanto nos conteúdos que abrangiam quanto na forma de retratá-los. Isso me pareceu claro em outro comentário de Edinha Diniz logo na apresentação de seu livro: “Seus dois biógrafos anteriores [Lira e Bôscoli] retransmitiram, ou criaram, versões moralizadoras, que encobriam mais que revelavam”, (DINIZ, 2009, p. 11). Ora, por que a disparidade de “versões”, uma vez que se tratava da mesma pessoa? A quais causas se devem versões mais ou menos moralizadoras?

Dessa forma, as orientações e críticas de cunho metodológico realizadas na pesquisa, que são o objetivo desta comunicação, permaneceram em um plano teórico que buscou problematizar as fronteiras entre historiografia e ficção na tentativa de saber até que ponto tal disparidade era fruto não do método e dos documentos escolhidos, mas sim do posicionamento social e moral do biógrafo.

Era necessária, então, a elaboração de um modelo que evitasse a reprodução desta “narrativa romanceada do outro”, utilizando, ao invés de “história de vida”, a

noção de *trajetória*: uma “série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente [...] em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, 1996, p. 71). Ao invés de restringir o escopo da análise somente no que toca a existência individual de Chiquinha, e tentar compreender o conjunto de fenômenos subjacentes a ela exclusivamente a partir da mesma e de seus arredores (família, amigos, etc.), será preciso investigar o desenvolvimento de processos sociais em curso paralelamente à investigação de sua trajetória, indo além, portanto, de uma visão circunscrita. Parafraseando Bourdieu, é preciso realizar o mapeamento preciso dos *espaços de possíveis* pelos quais Chiquinha Gonzaga transitou e se posicionou, evidenciando, por um lado, todo um conjunto de valores simbólicos envolvidos na construção de seu *habitus* nessa sociedade específica (principalmente na relação entre a “mulher” e o fazer artístico) e, por outro lado, delinear quais foram os constrangimentos que condicionaram suas escolhas (conscientes ou não) no campo da produção musical.

Para tanto, seria preciso pensar a trajetória da compositora sempre em relação aos limites do campo musical carioca do *fin de siècle* e ater-se às suas leis próprias a fim de se compreender a inserção de Chiquinha dentro dele, a escolha de suas parcerias, o estilo de compor, o gênero dileto, etc. Assim, evito entender sua trajetória como algo dissociado das relações sociais objetivas e dos grupos interdependentes aos quais ela esteve associada ao longo de sua carreira profissional, como se ela simplesmente se sobrepusesse a tais numa atitude mecânica (um simples “pano de fundo” colocado no horizonte de qualquer situação objetiva), e busco compreender como o espaço social de sua época – entrecortado por instituições cortesãs tradicionais ao mesmo tempo em que experimentava novos modos de sociabilidade engendrados pelos ares da modernização oitocentista – forneceu as condições de concretização de sua música, ou, antes disso, forjou disposições e esquemas mentais de intelecção da própria música.

* * *

Partindo, portanto, do objeto da pesquisa – a trajetória social de Chiquinha Gonzaga e as inflexões de gênero presente na relação desta com o campo musical carioca oitocentista – pôde-se auferir que o sucesso da compositora, entendido aqui como a capacidade de galgar um reconhecimento tanto perante seus pares quanto

perante determinadas frações de um público ouvinte, deveu-se a condições sociais *internas* inerentes a sua formação e ao acúmulo de altas quantidades de capital simbólico (econômico, cultural e social) e, também, a injunções *externas* dadas principalmente pelo processo de modernização sociocultural pelo qual passava a cidade do Rio de Janeiro no tocante à criação de novos nichos de sociabilidade e à reconfiguração da estrutura de oportunidades e expectativas de mulheres de determinada classe social frente ao mercado de bens simbólicos. Obviamente, não se pode prescindir das características psicológicas de Chiquinha Gonzaga no entendimento de suas atitudes combativas em relação a certos papéis a ela endereçados (por exemplo, o de esposa e mãe), no entanto, fixar-se nelas como único modo de explicar sua trajetória é operar uma disjunção entre o indivíduo e as relações sociais que o formam e que são, ao mesmo tempo, formadas pelo ele, recaindo, portanto, numa explicação misteriosa dos “nexos históricos” (ELIAS, 2001).

Também consta como resultado da pesquisa o fato de que, ao compor e tocar suas próprias peças musicais em ambientes considerados “inadequados para uma mulher”, Chiquinha Gonzaga interpela conceitos normativos operantes na sociedade carioca no tocante à divisão das esferas do público e do privado/doméstico em relação a homens e mulheres estabelecendo uma oposição binária. A tentativa de rastrear tanto as origens históricas quanto a lógica deste pensamento – que tem seu fundamento na oposição entre natureza e cultura e a associação da primeira ao feminino e da segunda ao masculino – constitui-se, na verdade, como argumento contra a ideia simples de que a música seria refratária ao feminino, apostando, assim, que a atividade musical (entendida aqui enquanto as habilidades de compreensão da linguagem musical, execução de instrumentos e composição) se articula com gênero de uma maneira difusa cujos significados são variáveis e móveis.

Referências

- BÔSCOLI, G. (1978). *A pioneira Chiquinha Gonzaga*. Natal, Departamento de Imprensa.
- BOURDIEU, P. (1996). “A ilusão biográfica”. In: _____. *Razões práticas*. São Paulo, Papirus.
- CORRÊA, M. (2003). *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- DINIZ, E. (2009). *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

ELIAS, N. (2001). *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

LIRA, M. (1978). *Chiquinha Gonzaga: grande compositora brasileira*. São Paulo, FUNARTE.

PINHEIRO FILHO, F. A. (2008). *Lasar Segall: arte em sociedade*. São Paulo, Cosac Naify.

PONTES, H. (2011). *Intérpretes da Metrópole*. São Paulo, Edusp.

Recebido em novembro/2012

Aprovado em janeiro/2013

Ativismo judicial nas lutas da sociedade civil contra os transgênicos

Luiza Duarte Bissoli*

Resumo: A proposta insere-se nas atuais discussões da teoria política contemporânea sobre democracia e participação, tendo em vista a transferência de demandas políticas das organizações ambientalistas para o poder judiciário. A partir de uma perspectiva genealógica estão sendo produzidas análises dos conflitos no tema dos transgênicos, identificando seus atores e o processo político anterior que culminou na judicialização ambiental. A metodologia parte do exame das Ações Cíveis Públicas (ACPs) e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIns) constantes no Superior Tribunal de Justiça (STJ), e no Supremo Tribunal Federal (STF), a partir do ano 2000; e, da realização de entrevistas com atores das instituições envolvidas (Judiciário, Ministério Público e membros das organizações civis que utilizam das ações judiciais como repertório de ação). As ACPs e as ADIns configuram-se em importantes estratégias da sociedade civil na medida em que visam criar barreiras às decisões que fomentam os transgênicos.

Palavras-chave: transgênicos, ações judiciais, judicialização ambiental, Idec.

Introdução

O artigo é fruto de uma pesquisa de iniciação científica que se propõe a analisar a judicialização dos conflitos no tema dos transgênicos a partir do processo de transferência das discussões ambientais acerca dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) para o judiciário. A partir de uma perspectiva genealógica busca identificar os diversos atores, espaços e estratégias de atuação das organizações civis que ingressam com esse tipo de ação através de uma trajetória política pretérita que culminou na utilização desses recursos jurídicos.

A pesquisa está em andamento, e inicialmente realizou-se o levantamento documental e a análise de acórdãos de Ações Cíveis Públicas (ACPs) e das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIns) impetradas por organizações da sociedade civil, a partir do ano 2000, respectivamente, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF). Eventualmente, ações presentes em outras instâncias foram também analisadas nesta pesquisa. Em momento posterior do desenvol-

* Graduanda em Ciências Sociais – UFES. Faz iniciação científica sob orientação da prof^a. Cristiana Losekann, com apoio do Laboratório de Estudos Políticos (LEP) e financiamento do CNPq.

vimento desse subprojeto, serão feitas entrevistas, em profundidade, com os atores envolvidos nesses processos.

Neste momento analisaremos uma ação civil pública específica, de registro “AC nº 2003.34.00.034026-7/DF”, que se encontra no site do Ministério Público Federal (cf. <www.pgr.mpf.gov.br>), impetrada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) contra a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul. Nesta ACP os réus são acusados de se omitirem na fiscalização dos agrotóxicos aplicados em soja transgênica, sem coibir seu uso ilegal.

No geral, para o desenvolvimento do texto utilizamos Santos (2007), que questiona a não-participação da sociedade civil no conselho da CTNBio e o papel da ciência. São citados alguns marcos jurídico-legais relativos ao meio ambiente durante toda a construção do texto, tais como o próprio art. 225 da nossa Constituição Federal, dentre outros. Busca-se também em McAdam, Tarrow e Tilly (2009), Bringel e Falero (2008) e Tarrow (2009) um aporte teórico para compreender os movimentos sociais e, em Escobar (1999) e Bringel e Falero (2008), o conceito de redes.

Breve histórico da luta antitransgênicos

Na última década do século XX e no início do século XXI vimos no Brasil o surgimento de um embate sobre a liberação dos OGMs (RIBEIRO; MARIN, 2012). Em 2005 a Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/05) foi aprovada, o que significava o fim da necessidade das licenças ambientais para estudo das OGMs. Com a lei foi reestruturada a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que não permite a participação de organizações ambientalistas em seu conselho, e julga, sozinha, os pedidos de liberação do uso comercial das sementes transgênicas. Nem o Ministério do Meio Ambiente (MMA) opina nessas questões.

A partir da análise de diversos acórdãos de ACPs e de ADIns percebe-se que o fato de permitir somente à CTNBio aprovar ou não o plantio de organismos geneticamente modificados, e retirar da sociedade civil o direito de influenciar nessas decisões sobre a aprovação ou não do plantio dos transgênicos, aumenta a discussão entre os vários setores organizados do país, como as ONGs e o próprio Ministério Público. Em espaços participativos, diversos atores do MMA e da sociedade civil discutiram sobre a liberação da pesquisa e da comercialização de OGMs, antes mesmo da aprovação da Lei nº 11.105/05, e defenderam que a agricultura envolvendo a transgenia precisava ser feita com muita cautela.

Esta posição foi definida, por exemplo, em deliberações na I Conferência Nacional de Meio Ambiente (I CNMA) e na Resolução nº 305/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que dispôs sobre requisitos para empreendimentos que envolvem biotecnologia, incluindo o acesso às informações pertinentes para a população e o controle do órgão ambiental. Além disso, quando ainda Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva assinou o Protocolo de Cartagena, na Colômbia, em que o Brasil se comprometia a resguardar diversos procedimentos em relação à biossegurança (LOSEKANN, 2012).

A questão de risco tornou-se tão importante que foi objeto de intensa luta política em vários foros internacionais na década de 1990, quando a sociedade percebeu que os problemas tecnocientíficos não poderiam ser deixados, exclusivamente, nas mãos da tecnociência. O Brasil, por exemplo, é signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que diz no artigo 15º: “Onde há risco de séria ou irreversível destruição, a falta de certeza plena dos cientistas não pode postergar medidas preventivas para devastação ambiental. Trata-se do chamado Princípio de Precaução, que está presente no Protocolo de Cartagena”.

Outro ponto crucial a ser levado é consideração é o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 que fala sobre o direito à biodiversidade e eleva o meio ambiente equilibrado à categoria de bem jurídico (SANTOS, 2007). Muitas convenções das quais o Brasil é signatário, resoluções criadas em órgãos públicos e outras instituições, legislações, e diversos instrumentos jurídicos consagram o princípio da precaução.

No entanto, mesmo com todos esses marcos jurídicos e muitos outros, para Santos (2007) a tecnociência acredita estar acima dessas convenções, leis, constituições, declarações e diversos outros mecanismos institucionais-legais presentes nessa mesma sociedade que a questiona. Assim, a tecnociência frequentemente ignora os interesses externos aos seus objetivos desenvolvimentistas. Para este autor, a Lei de Biossegurança é um exemplo disso, quando uma aliança entre o agronegócio, parcela da comunidade científica e as transnacionais das “ciências da vida” visavam a transformação dessa mesma lei em uma lei de fomento à biotecnologia. Lei para o desenvolvimento a qualquer preço, a partir uma moldura jurídica que permitisse o não limite à pesquisa e à comercialização da engenharia genética.

Numa lógica contrária ao que ocorre em países europeus, onde são constituídos comitês para reunir setores interessados em discutir opções tecnológicas antes

de qualquer decisão política, no Brasil cientistas e empresários ruralistas tentam impedir inclusive o Ministério do Meio Ambiente de dispor de qualquer instância de tomada de decisão (SANTOS, 2007).

Proibidos de participar ativamente nas decisões sobre os transgênicos nos âmbitos Executivo e Legislativo, a exploração da arena política por parte das organizações civis passou dos limites institucionais-partidistas para abarcar espaços, identidades e formas de ação coletiva desenvolvidas no seio da sociedade civil (BRINGEL; FALERO, 2008). Podemos ver um exemplo de uma dessas possibilidades a partir do caso do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), bem como de uma ação pública específica movida por este contra a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, conforme segue abaixo.

O Idec e a luta contra os transgênicos

Fundado em 1987, o Idec é uma associação de consumidores sem fins lucrativos, desvinculada de empresas, governos ou partidos políticos. É mantida com recursos financeiros provenientes de contribuições dos associados, da assinatura da Revista do Idec e demais publicações, além da realização de cursos. O Instituto recebe apoio de organismos públicos e fundações independentes, e justifica que esses recursos não comprometem sua independência. O Idec tem assento no *Consumers International*, organismo internacional que congrega mais de 250 associações de consumidores ao redor do mundo, faz parte do Fórum Nacional das Entidades Civas de Defesa do Consumidor (FNECDC), da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) e de várias redes temáticas nacionais e internacionais.

O Idec atua em muitas questões ligadas ao consumidor, que envolvem desde problemas de consumo em ambientes urbanos até prejuízos ambientais (IDEC, 2012a).

Uma das bandeiras mais conhecidas é a defesa da rotulagem de alimentos que contêm OGMs. É um mecanismo regulado pelo Decreto 4.680/03, que diz que os fabricantes devem indicar quando o alimento contém mais de 1% de OGM em sua composição, mesmo que não identificado no produto final. O rótulo deve conter o símbolo “T” inserido no meio de um triângulo amarelo, além de uma frase de alerta. A luta começou em 1999 e demorou quase oito anos até que uma sentença favorável fosse concedida à ACP do Idec e do Ministério Público Federal, determinando que

“os alimentos com qualquer quantidade de transgênicos devem conter alerta no rótulo e que a União deve fiscalizar as empresas” (IDEC, 2012e, p. 14).

Outro instrumento utilizado pelo Idec foi uma carta enviada aos deputados federais para impedir a aprovação Projeto de Lei (PL) 4.148/08, de autoria de Luiz Carlos Heinze (PP/RS), contrário à rotulagem de alimento, em parceria com 28 organizações civis, entre as quais a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA) e Greenpeace (IDEC, 2012b).

O Idec ainda produziu uma cartilha e participou de eventos internacionais, em um deles elaborando, com outras organizações, uma carta política. A cartilha, intitulada “Transgênicos: feche a boca e abra os olhos”, foi feita para orientar os consumidores sobre os produtos transgênicos dentro de um projeto coordenado pela *Consumers International*, com apoio da Comunidade Europeia e parceria do FNECDC e da campanha por um Brasil livre de transgênicos (IDEC, 2012c).

No segundo caso, o Idec participou de um evento em Curitiba, no ano de 2009, para debater junto com representantes de 80 organizações de movimentos sociais, de ONGs e de entidades de defesa do consumidor de todo país, a situação dos transgênicos e seus impactos sobre a biodiversidade, a saúde pública e os direitos de agricultores e consumidores. Divulgaram carta política após o evento, que defendeu a agricultura familiar camponesa de base ecológica (IDEC, 2012d).

A partir dessas informações nota-se que o Idec atua em redes transnacionais e nacionais, com parcerias, filiações e/ou apoios do *Greenpeace*, do *Consumers International* e da ASPTA, apenas para citar algumas organizações. Essas relações podem ser estudadas dentro dos conceitos de redes (ESCOBAR, 1999; MCADAM; TARROW; TILLY, 2009; TARROW, 2009; BRINGEL; FALERO, 2008), e também nas abordagens que tratam de conceitos como ação coletiva, repertórios de ação e quadros interpretativos, dentre outros (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009; TARROW, 2009; BRINGEL; FALERO, 2008).

Como antagonismos podemos citar a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul [no caso específico da ACP tratada a seguir], as redes de apoio aos transgênicos [centros de pesquisa de biotecnologia, transnacionais como a Monsanto, etc.] e congressistas da bancada ruralista, tais como o deputado Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e a senadora Kátia Abreu, que em 2007 propôs um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) de nº 90/2007 contra a rotulagem de alimentos transgênicos.

Ação civil pública contra o Glifosato

Trata-se de uma ação civil pública movida pelo Idec contra a União Federal e o Estado do Rio Grande do Sul, em 2003. O objeto foi impedir e proibir a utilização do agrotóxico *glifosato* em soja transgênica. A primeira sentença indeferiu a ação, alegando que não havia “o interesse em propor uma ação com a finalidade de resultar impedimento de um dano” (JUSBRASIL, 2012). O Instituto recorreu argumentando a existência “desse mesmo interesse”, uma vez que o Idec requer a efetiva fiscalização do uso do defensivo agrícola supracitado. O proponente apelou, ou seja, a ação passou para instância superior. Assim, apenas a critério de breve menção, os réus passaram a serem os apelados e o Idec, o apelante.

Um dos argumentos centrais dessa ação está no presente seguimento:

Inconstitucionalidade das Leis 10.688/03 (oriunda da conversão da Medida Provisória 113/03), 10.814/03 (oriunda da conversão da Medida Provisória 131/03) e 11.092/05 (oriunda da conversão da Medida Provisória 223/04) (PARECER, AC nº 2003.34.00.034026-7/DF) (DISTRITO FEDERAL, 2008).

Tais leis consideradas inconstitucionais pelo Idec (anteriormente medidas provisórias) liberaram a utilização e a comercialização da soja transgênica, resistente ao agrotóxico *glifosato*, sem passar por Estudos de Impacto Ambiental (EIA). O Idec argumentou que tal medida privilegia o interesse econômico de poucos, sem levar em consideração os possíveis prejuízos causados ao meio ambiente e aos consumidores dos produtos submetidos a altas doses de defensivos agrícolas.

Para corroborar esse argumento, o apelante utiliza de vários embasamentos jurídicos. Inicialmente expõe o art. 225 da Constituição Federal (CF) que trata do Meio Ambiente, focando no inciso 1º, IV sobre o Princípio de Precaução, no que tange a ausência de EIA nas plantações desses organismos geneticamente modificados. Outro ponto, também referente ao art. 225 da CF, trata do papel do Estado em conscientizar, educar, orientar e prestar esclarecimentos à sociedade sobre a preservação do meio ambiente.

Além disso, o Idec aponta inconstitucionalidade na Lei de Biossegurança, retomando, mais uma vez, a necessidade do EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental – Relatório de Impacto Ambiental), e questionando, inclusive, o fato da CTNBio ter exclusividade nas decisões que aprovam a liberação das sementes transgênicas:

Inconstitucionalidade, ainda, da atual Lei de Biossegurança, [...] O mesmo se observa no art. 16, §3º [...] ao conferir à CTNBio a possibilidade de deliberar em última e definitiva instância sobre os casos em que a atividade seja potencial ou efetivamente causadora de degradação ambiental. Outro agravante decorrente dessa vinculação é a possibilidade de dispensa de prévio EIA/RIMA (DISTRITO FEDERAL, 2008).

O parecer da apelação foi emitido em 2008 pelo Ministério Público Federal, que foi favorável ao recurso do Idec. Argumentos da Exma. Procuradora Regional da República, Maria Soares Camelo Cordioli, dizem:

Tal permissividade, seguramente em prol de interesses econômicos, redundou em inaceitável desamparo do meio ambiente, dos direitos do consumidor e da saúde pública, na medida em que mitigou, senão anulou, as regras que direcionavam o Poder Público na sua incumbência prevista nos II e V do §1º do art. 225 da CF (DISTRITO FEDERAL, 2008).

O parecer também critica a atual Lei de Biossegurança e a CTNBio, uma vez que outros órgãos não possuem as possibilidades de licenciar sobre atividades potencialmente prejudiciais ao meio ambiente, além de permitir a dispensa de prévio EIA/RIMA. Assim, finaliza:

Pelo exposto, razão assiste ao apelante em todos os pedidos por ele formulados, sobretudo, por tratar-se de valores maiores, quais sejam a efetiva proteção à saúde e a vida da população, bem como a devida proteção ao meio-ambiente. [...] a conduta omissiva e permissiva das rés acabam por criar um cenário de notória afronta aos princípios constitucionais de defesa do consumidor e do meio-ambiente (DISTRITO FEDERAL, 2008).

Direitos ambientais e (bio)diversidade

Bringel e Falero (2008) observam que os direitos foram construídos dentro de transformações que promoveram o surgimento da modernidade europeia, com a criação do Estado-Nação. Já em 1945, com vários Estados-Nações consolidados, foi fundada a Organização das Nações Unidas (ONU), pessoa jurídica de Direito Público Internacional com a finalidade de efetivar os direitos da pessoa humana, que elaborou a Declaração Universal em 1948, documento internacional que inspirou a elaboração de inúmeras constituições, inclusive a CF de 1988 (SOUZA, 2009).

Décadas depois surgiu no cenário internacional outra questão: a degradação ambiental. Esta trouxe em seu bojo um ponto crucial: a maior biodiversidade do planeta encontra-se majoritariamente nos chamados países economicamente em desenvolvimento. Em defesa do meio ambiente o conceito de desenvolvimento sus-

tentável foi criado no Relatório Brudtland, e posteriormente elaboradas as declarações de Estocolmo/72 e do Rio/92 (SOUZA, 2009). Vale lembrar que recentemente, em junho de 2012, ocorreram a RIO+20 e a Cúpula dos Povos, na cidade do Rio de Janeiro, corroborando com o tom do discurso ambientalista em âmbito mundial. Neste processo o Direito Ambiental passou a ser um Direito fundamental, classificado inclusive no Direito brasileiro, pelo Ministro Celso de Mello, como um direito humano de terceira geração (ver mais em STF, MS 22.164).

Vemos, portanto, que com o passar dos anos, a demanda pela preservação do meio ambiente atingiu o *status* da maturidade, inclusive compondo a Constituição Federal brasileira em vigor, que dedica o art. 225 para o tema ambiental, conforme comentado anteriormente.

Neste cenário de proteção à biodiversidade e ao meio ambiente como um todo surgiu a valorização de populações ligadas diretamente à exploração dos recursos naturais, muitas vezes comunidades tradicionais que detém saberes populares, comumente chamados de “conhecimento tradicional”. Este conceito ganhou, inclusive, aspecto legal há pouco mais de dez anos, como consta na Medida Provisória nº 2.186-16/01.

Em consonância com essa lógica, deve ser novamente citada a CDB, assinada pelo Brasil. A CDB une dois vieses: o ambiental e o saber local, tratando inclusive sobre o respeito e valorização do conhecimento tradicional (SHIVA, 2003).

Resultados, impactos e significados das ações judiciais e a transnacionalização do movimento ambiental

A defesa ao meio ambiente surgiu primeiramente em círculos sociais menores por meio da formulação de novas ideias, que passaram a ser compartilhadas amplamente em círculos cada vez maiores. Conforme destacado anteriormente, novas redes de relações se forjaram através de diversos debates internacionais, eventos realizados, ações de ONGs, propagandas conceituais, movimentos civis ao redor do mundo e outras formas de manifestação, inclusive em períodos de intensa atividade como a Rio 92 e a Cúpula dos Povos, em 2012. E, nesses processos, vários objetivos foram/são frequentemente institucionalizados e transformados em leis/legislação.

Segundo McAdam, Tarrow e Tilly (2009), o terreno analítico dos movimentos sociais possui fronteiras fluidas, podendo envolver diversos atores e repertórios de ação. Tendo em conta que o movimento ambiental busca inviabilizar decisões

contrárias ao Meio Ambiente de diversas maneiras, muitas das quais não tratadas neste artigo, pode-se considerar as ações judiciais de cunho ambiental como parte dos quadros interpretativos de ação coletiva utilizados pelas organizações civis ambientalistas, e até mesmo pelo Ministério Público, como recursos de “retificação” e efetividade de processos participativos. Tanto é que as ações judiciais entraram como forte instrumento para barrar as decisões de fomento aos transgênicos, muitas vezes como último recurso após lutas em diversas instâncias.

Mesmo assim, apesar dos diferentes repertórios de ações (das articulações, das ferramentas institucionais e, claro, das ações judiciais muitas vezes bem sucedidas como forma de atuação das ONGs nacionais) há um quadro acelerado de aprovação dos produtos transgênicos no Brasil. Dados de relatórios do ISAAA (do inglês *The International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications*) demonstram que o país ocupa hoje a 2ª posição em área de plantio desses alimentos modificados geneticamente e aprovou diversas sementes nos últimos anos (JAMES, 2011).

Muitos ambientalistas, organizações e estudiosos na área, parte deles citados durante o texto, têm se manifestado contrários ao chamado reduativismo genético promovido pela aprovação e plantio irrestrito dos OGMs ao redor do mundo, inclusive porque não passam pelo crivo da participação da sociedade civil (no caso da CTNBio) e, constantemente, não são realizados estudos de impacto, em acordo com as declarações e legislações vigentes.

Esse quadro em que os resultados gerais são constantemente desfavoráveis às ONGs ambientais e à sociedade no geral, tanto no Brasil, quanto no mundo, tem gerado redes transnacionais envolvendo atores globais. A biodiversidade cria uma rede transnacional que envolve diversos atores, práticas, culturas e interesses, em que “a identidade de cada um dos atores afeta a rede e é afetada por ela” (ESCOBAR, 1999, p. 16; tradução nossa). Na parte dominante dessa rede estão as ONGs, os jardins botânicos, as companhias farmacêuticas e os cientistas, que produzem “verdades” muitas vezes questionadas pelos movimentos sociais. Do lado contrário estão, constantemente, os discursos de soberania nacional, das ONGs progressistas e dos movimentos sociais.

Bringel e Falero (2008) ressaltam que tais lutas e movimentos sociais que ocorrem em âmbito transnacional não podem ser desvinculados de lógicas doméstico-nacionais. Há, ao mesmo tempo, uma dinâmica reticular transnacional e uma forte base territorial no espaço da nação. O que une esses movimentos em plano

internacional são convergências de solidariedade e identidades, marcos que transcendem o local-nacional.

Esses movimentos sociais mostram como é possível organizar a vida, o trabalho, a natureza e a cultura fora dos conceitos fechados emanados por uma cultura padronizada e uma economia exploratória (ESCOBAR, 1999).

Considerações finais

Conforme destacado neste artigo, as organizações civis ambientalistas ao redor do mundo atuam hoje, tanto nacional quanto internacionalmente, formando uma rede transnacional que utiliza diversos repertórios de promoções para gerar ações coletivas. No Brasil uma das ferramentas de ato político que tem ganhado relevância é a via judicial: as ACPs e ADIns, contra as decisões que fomentam os transgênicos.

Além disso, vale ressaltar que o papel da CTNBio, como única e definitiva instância que aprova os OGMs, promove críticas variadas constantes em diversas partes do texto. Esta crítica pode ser notada de forma indireta nos conteúdos de muitas ações judiciais, dentre as quais a do Idec presente no artigo, que defendem a participação de membros da sociedade nas decisões sobre transgênicos.

Por fim, apesar de as análises estarem ainda em via de produção, podemos concluir que as ACPs e ADIns, muitas vezes inacessíveis ao chamado público comum devido ao processo judicial envolvido que demanda um certo conhecimento dos aparatos legais, configuram-se num repertório de ação a mais para compor os quadros interpretativos da ação coletiva. Muitas atuando como possível forma de contorno de processos já aprovados em instâncias executivas e legislativas, e para suprir certas ausências ou ineficácias dos espaços participativos.

Referências

BRINGEL, B. FALERO, A. (2008). "Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial". *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 269-288, maio/ago.

DISTRITO FEDERAL (2008). Ministério Público Federal – Procuradoria Regional Da República 1ª Região. *Ação Civil Pública AC nº 2003.34.00.034026-7/DF*. Apelante: Idec. Apelado: União Federal e Estado do Rio Grande do Sul. Relator: Desembargador Federal Souza Prudente. Brasília/DF, 8 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://4ccr.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/gt-transgenicos/acps/acp_SojaTransgenica.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2012.

ESCOBAR, A. (1999). "Comunidades negras de colômbia: em defesa da biodiversidad, território y cultura". *Biodiversidad*, n. 22, p. 15-20, Dec.

FERES JÚNIOR, J.; POGREBINSCHI, T. (2010). *Teoria política contemporânea: uma introdução*. Rio de Janeiro, Elsevier.

IDEC (2012a). *O que é*. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/o-idec/o-que-e>>. Acesso em: 7 ago. 2012.

_____. (2012b). *Idec assina monção contra mais restrições na rotulagem de transgênicos*. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/idec-assina-mocao-contra-mais-restricoes-na-rotulagem-de-transgenicos>>. Acesso em: 7 ago. 2012.

_____. (2012c). *Idec lança cartilha de alerta sobre os riscos dos transgênicos*. Disponível em:<<http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/idec-lanca-cartilha-que-alerta-sobre-os-riscos-dos-transgenicos>>. Acesso em: 7 ago. 2012.

_____. (2012d). *Idec e entidades defendem agricultura familiar e fiscalização dos transgênicos em carta política*. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/idec-e-entidades-defendem-agricultura-familiar-e-fiscalizacao-dos-transgenicos-em-carta-politica>>. Acesso em: 7 ago. 2012.

_____. (2012e). *Linha do tempo*. Disponível em: <http://www.idec.org.br/uploads/publica%20coes/publicacoes/Linha_do_tempo_web.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2012.

JAMES, C. (2011). "Situación mundial de la comercialización de cultivos biotecnológicos/ MG en 2011". *ISAAA*, n.43.

JUSBRASIL (2012). *Interesse de agir*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/292164/interesse-de-agir>>. Acesso em 20 ago. 2012.

LOSEKANN, C. (2012). "Participação da sociedade civil na política ambiental do governo Lula". *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, vol. XV, n. 1, jan-mai, p. 179-200.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. (2009). "Para mapear o confronto político". *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 11-48.

RIBEIRO, I. G.; MARIN, V. A. (2012). "A falta de informação sobre os Organismos Geneticamente Modificados no Brasil". *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, fev.

SANTOS, L. G. (2007). "Desencontro ou "malencontro": os biotecnólogos brasileiros em face da sócio e da biodiversidade". *Novos Estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 78, p. 49-57, julho.

SHIVA, V. (2003). *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da tecnologia*. São Paulo, Gaia.

SOUZA, H. M. (2009). "Direitos humanos, conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual. Uma análise zetética e dogmática". *Jus Navigandi*, Teresina, ano 14, n. 17, mar. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/12479>>. Acesso em: 4 ago. 2012.

TARROW, S. (2009). *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Vozes.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em janeiro/2013

Balão não tem destino: uma etnografia das relações de quebrada através das práticas dos baloeiros

Marcos Vinícius Guidotti Silva*

Resumo: Este trabalho apresenta uma etnografia dos *Gênios*, um grupo de baloeiros, que há quinze anos atuam na zona sul de São Paulo (o local será omitido e o nome da equipe é fictício). Através do estudo, em andamento, das interações cotidianas dos membros desse grupo, estará em foco a heterogeneidade das *quebradas* (termo utilizado nesses locais para designar territórios como periferias e favelas). Pretende-se dar outras perspectivas das *relações de quebrada*, que vêm sendo discutidas recentemente na literatura. Essas perspectivas estarão apoiadas agora nas visões de seus moradores, o que ainda é, em grande medida, uma lacuna na bibliografia. A pesquisa de campo, iniciada em 2011, tem revelado como as posições estabelecidas dentro do grupo são expressas e mantidas pelas brincadeiras rotineiras entre os membros da *turma*; também está em foco a sociabilidade e os conflitos em torno do grupo estudado, inserido em relações diversas com os *moradores do bairro*, da *favela*, do *crime*, além do *estado*, da *mídia* e da *população* de outros espaços da cidade.

Palavras-chave: Cidade, conflito, moralidades, baloeiros, *quebrada*.



Figura 1: Balão Bagdá, 25 metros, tema da bandeira Jesus Cristo. Turma Gênios.

* Graduando em Ciências Sociais da UFSCar, integrante do NaMargem – Núcleo de Pesquisas Urbanas UFSCar. Gostaria de agradecer quem está *correndo* junto nessa minha *caminhada*, meu orientador Gabriel Feltran, o parceiro de discussão Adalton Marques, os amigos de NaMargem, a Taniele Rui e Alexandre Werneck que indicaram esse *paper* para publicação. E um salve especial para todos das *quebradas* que estão me ajudando.

Apresentação

Este texto é fruto da minha *correria*¹. Há dois anos ingressei no curso de Ciências Sociais na UFSCar, iniciei uma etnografia das *relações de quebrada*, tendo como referência a que eu nasci. Nas páginas que seguem estarão em foco algumas dessas relações, porém articuladas a partir das práticas cotidianas dos *baloeiros*, grupo presente na *favela* que tenho acompanhado etnograficamente.

Por *relações de quebrada* entendo aqui as que se estabelecem em situações que tangem a vida das periferias e de seus moradores (o convívio rotineiro, mas também o relacionamento da *favela* com o estado, as relações entre diferentes *quebradas*, o *crime*, o que a mídia diz sobre esses lugares, e a interação da população de outros pontos da cidade com a *favela*). As práticas cotidianas dos *baloeiros* que servem de mote para mapear alguns dos modos de *ser favela*² são as atividades que envolvem a fabricação, soltura e resgate dos balões.

Este artigo está organizado em três partes; início com a apresentação do meu argumento e da *Gênios*³, bem como a justificativa de pensar o balão para abordar as *relações de quebrada*; na segunda parte, apresentando situações empíricas, procuro demonstrar como as *zueiras* (brincadeiras) permitem lidar com conflitos internos à bancada de *baloeiros*, e como as *relações de quebrada* podem ser vistas, em sua heterogeneidade, a partir das relações da *bancada* (local onde é feito os balões e identificação da equipe) com outros atores sociais. Concluo em seguida, retomando o argumento que intitula esse trabalho.

¹ *Correria* nas periferias de São Paulo é um jeito de se referir à ação (é o fazer algo). Por exemplo, a profissão de um motoboy é uma ação, então sua *correria* é fazer entregas pela cidade arriscando sua vida adentrando os corredores formados pelos carros no trânsito da capital paulista. Um baloeiro tem o compromisso de fazer balões e/ou soltar, então essa é a sua *correria*. A *correria* também é um compromisso, uma ação que você se compromete a realizar. A minha *correria* é etnografar as relações de *quebrada* tendo como premissa levar a sério o que os moradores desses lugares dizem. Portanto, adoto na minha escrita, como recurso metodológico, os dialetos dos meus interlocutores e o jeito de se falar em campo. Acredito que isso aumenta a compreensão dos dados, pois me aproximo dos contextos e do modo como eles foram ditos. Os dialetos serão destacados em itálico e, quando for necessário, há uma nota de rodapé para sua “tradução”.

² Modos de habitar a quebrada. Para trabalhar essa ideia de diferentes formas de habitar a quebrada e consequentes jeitos de vê-la, estou utilizando as noções habitacionistas que o antropólogo Tim Ingold (2000) apresenta. A partir dessas noções ele mostra como existem diferentes engajamentos dos seres em relação aos meios em que habitam. Texto recomendado pelo Prof. Jorge Villela.

³ O nome da equipe dos baloeiros algumas vezes vai aparecer no masculino e outras no feminino, também no plural e singular. Essa variedade é decorrente da forma com que os membros da turma se referem a ela, ou a outras turmas. Por exemplo, há casos em que dizem a turma, ou os Gênios, a Gênios, as equipes, os baloeiros, etc.

A bancada e os baloeiros

Os *Gênios* compõem um grupo que participa da *correria* dos balões há quinze anos. Alguns membros são *baloeiros* há mais tempo, tendo participado de outras *turmas*⁴ ou soltando balões em agrupamentos sem o caráter de *turma*. Esta *bancada* teve origem na fusão de duas equipes de *baloeiros*, uma mais antiga do *miolo da favela* e outra fundada posteriormente, cuja sede ficava próxima à *favela*.

A fusão aconteceu quando os primeiros ficaram sem *bancada*, momento em que o dono da casa onde se instalavam se converteu religiosamente e parou de fazer balões. Os restantes conversaram com *os menino da turma* mais nova para propor uma união.

Cada *turma chegou*⁵ com o que tinha para oferecer, os primeiros com mais habilidade para fabricar os balões e os segundos com o espaço. No decorrer desses quinze anos chegaram e saíram membros, dando configurações diferentes para essa equipe. Hoje, os *baloeiros* têm a *bancada* no mesmo local desde a união. Ela conta com algo em torno de 20 membros, com idades que vão dos 17 até os 35 anos.

Preferencialmente, a *Gênios* opta por soltar balões não muito grandes, porque fica muito tempo fazendo e *demora para soltar*. O maior balão deles, sem contar a bandeira e as estruturas que a ligam ao balão, media 25 metros.



Figura 2: Momento de inflar o Bagdá, 25 metros, da Gênios.

⁴ É interessante notar que o significado do dicionário para *turma* não dá conta de explicar essa expressão. Ela é empregada com outros sentidos no campo conforme pode ser notado nos relatos que serão expostos.

⁵ Chegar não apenas dando sentido a uma aproximação, mas também naquele de se apresentar na relação, de se impor no mundo de certa maneira.

A presença dos membros na *bancada* não é uniforme, ou seja, não são todos que estão cotidianamente no local fazendo balão, *trocando ideia* e *chegando junto* com a *mensalidade*. Cada integrante também vive situações diversas na *favela* e outros espaços da cidade. Por exemplo, trabalhar em outro bairro, ter uma loja de peças automobilísticas em uma das ruas da *quebrada*, *tirar uns troco* de motoboy, ir à igreja e curtir uma roda de samba em algum *canto* de São Paulo. Assim, cada pessoa vai ocupar uma posição nas relações que participa, resultando da sua atitude frente a elas e o desempenho esperado pelos outros. Muitas vezes esse jogo de posições e relações é tensionado e aparece na forma de conflitos.

O acompanhamento etnográfico dos *Gênios* permitiu levantar uma reflexão sobre as relações manifestas por esses conflitos rotineiros. É possível constatar que, quase sempre, o conflito é latente e quase nunca chega às *vias de fato*, ou seja, à violência física ou mesmo *troca de palavras* (MARQUES, 2012). Na ampla maioria das vezes o desenrolar dos conflitos acontece através das *zueiras*. É *zuando* o cara que se argumenta sobre seu compromisso junto à *turma*, se estabelecem as posições internas, ou se discute uma situação cabível de ser *requisitada* (cobrada) *dentro da quebrada*. São essas situações que analisarei em seguida.

Brincadeiras e dinâmicas da bancada de baloeiros

Durante *uma visita na bancada*, *percebi que tinha um papel de resma colado na parede, próximo à entrada. O papel continha os nomes dos integrantes e, na frente, os meses do ano, formando um quadro. Além disso, estava escrito na parte superior algo do tipo: "pagamento de mensalidade". Com o passar do tempo os que pagavam recebiam um x em frente ao seu nome, na posição do quadro correspondente ao determinado mês. Um dos inadimplentes, ao invés do x, recebeu a frase: "matrícula trancada". Questionei os manos do por quê. Eles me disseram que o cara teve a matrícula trancada, pois nunca mais apareceu na bancada e nem mandou o dinheiro da mensalidade. Pique a música do Tim Maia, "partiu e nunca mais voltou"...*

Em uma festa (fora da *bancada*), um *ex-membro da turma* e o dono da casa, que não se conheciam muito bem, mas foram apresentados, começaram a usar droga juntos, na noite. O anfitrião ficou *muito loko* e o *baloeiro* ficou com a *ex-mina* desse cara. Dentro da *bancada*, após o ocorrido, brincadeiras como essas ficaram recorrentes:

Caraio Paulão, você encheu o cara de droga, entrou na casa dele e pegou a mina do cara! Cê é loko! Isso da até morte!

O Paulão respondia com um sorriso no rosto: *Mano nem sabia que era mina dele, ela venho pra cima e já tinha terminado, vocês num vale nada, fica falando essas coisas.*

Morador e balão

Relações presentes no convívio entre moradores apresentam diversificadas perspectivas e pontos de vista. Um mesmo acontecido na *quebrada* pode ter vários *pelo certo*, ou seja, diferentes visões sobre o que deve ou não ser feito, falado, tido como correto ou errado.

Aqui me detenho apenas sobre as perspectivas emergentes das relações dos moradores com o grupo de *baloeiros*, fazendo aparecer alguns desses *pelo certo*.

A *arte* do balão no dia a dia é silenciosa. Muitos vizinhos e moradores não a percebem, ou não são incomodados pelas práticas cotidianas dos *baloeiros*, descobrindo que *ali tem uma turma* só quando ocorre uma festa (junina ou da *turma*). Pois são nas festas que pessoas fora do convívio do balão se aproximam dele.

Por outro lado o silêncio acaba quando o balão cai, ou *na hora da bagunça* (fala que se refere ao resgate do balão). O corre-corre acontece, segundo os *baloeiros*, por três motivos. O primeiro é o balão não ser danificado; o segundo é para não prejudicar a casa de algum morador; o terceiro é para que a polícia não chegue, ou no caso de chegar o balão já esteja resgatado e nenhum flagrante possa ser feito.

Quando algum dano acontece, os *baloeiros*, no caso da *Gênios*, arcam com o prejuízo e transtorno causado. Além disso, existe uma hesitação de soltar balões da *favela*, principalmente dos membros da equipe que moram dentro dela. Essas atitudes previnem conflitos e problemas que possam prejudicar os outros moradores.

Mas quando falha tal prevenção, entre os envolvidos pode acontecer um *debate*, buscando uma resolução ali mesmo da *fita* (acontecido), como o relato da soltura de um *fogueteiro*⁶ de dentro da *favela*. O problema aconteceu quando os fogos do balão começaram a estourar antes dele pegar uma altura segura, atingindo os tetos das residências. Tudo deu errado segundo os *baloeiros*, todos tiveram que se proteger dos tiros dos rojões.

⁶ Balão que carrega fogos de artifício. Eles são acessos por um pavio, começando a estourar no alto enquanto o balão sobe.

Depois do *auê* (confusão) a *turma* ficou no local para assumir sua *responsa*(bilidade). Ao passar um tempo, chegou um morador dizendo que os rojões acertaram a sua casa e, para os baloeiros irem ver o estrago. No local, eles viram que o telhado estava com telhas danificadas. Enquanto contavam para mim em tom bem humorado essa *fita*, eles não contiveram a jocosidade:

Mano entramo na casa e tava cheio de buraco o teto do cara, dava pra ver as estrelas. O foda foi a véia, tia ou mãe do cara, sei lá, saindo de baixo da cama. Ela estava escondida e falando que agente era louco em soltar balão aqui, ela disse que pensou que era tiro, que tavam invadindo tudo aqui a favela!

A resolução desse conflito segundo os *baloeiros* aconteceu ali mesmo, sem a intervenção da polícia ou *outra instância reguladora de conflito*⁷ das *quebradas*. Os envolvidos *trocaram idéia* e se entenderam, a *turma* disse que arcaria com o prejuízo, e arcou. Partes das telhas foram trocadas por outras compradas pela equipe, as restantes foram recolhidas na rua. Como relatado: *Conforme agente passava e via alguma obra com telha vacilando a gente ia e pegava, levava pro cara na casa.*

Porém, na soltura de outro balão que homenageava a namorada de um conhecido, a polícia foi chamada. Não por causa do balão, mas sim pela movimentação de pessoas no fundo de um hospital da *favela*, entre elas mulheres.

Os vizinhos confundiram a ação com a de um sequestro, então ligaram para a *polícia* relatando a movimentação suspeita. A *polícia* chegou com várias viaturas, os policiais desceram com as armas em punho, e gritando: *cadê a vítima, cadê a vítima?* Os *menino* do balão ficaram confusos, olhando uns para os outros e se perguntando: *que vítima?* Segundo eles, demorou para todos entenderem o que acontecia ali, até os policiais informarem a motivação da ocorrência e os baloeiros explicarem que se tratava de uma homenagem.

Alguns membros foram levados até a delegacia, por causa do balão. Ao chegarem lá, tomaram uma *canseira*, ficaram algumas horas na delegacia, assinaram um *B.O.* e viram o delegado repreender a prisão deles junto aos policiais. Um membro da *turma* reproduziu a fala do delegado: *Por que vocês num vai atrás de ladrão? Vai atrás de baloeiro? Sabe que baloeiro tem endereço fixo, num tem passagem na polícia,*

⁷ Por exemplo, os debates do Primeiro Comando da Capital (PCC), instâncias reguladoras do conflito dentro das cadeias e da *quebrada*. A existência desses debates pode ser identificada nos enunciados de alguns moradores, também por uma bibliografia recente sobre violência e criminalidade. Para consultar essa bibliografia: BIONDI (2010); MARQUES (2010); FELTRAN (2011); HIRATA (2010).

tem trabalho. Eles num vão ser preso nunca. Vai atrás de ladrão, meu, deixa esses baloeiros pra lá!

Relação entre *quebradas*

Hoje em dia é outra *picadilli* (outro contexto). Conforme Marques (2012) nos apresenta, as relações entre os moradores das periferias foram mudando ao longo dos anos de 80, 90 e 2000. Antes, agrupamentos das *quebradas* iam pré-dispostos a arrumarem confusões com outros agrupamentos da cidade que fossem aos mesmos bailes, sambas, jogos de várzea ou festas, o importante era *representar não arregando* (não fugir da briga). Os dias de hoje apresentam novas configurações, ou seja, as relações que manifestavam um apetite para *tretas* (brigas) atualmente configuram-se como máquinas de formar alianças entre moradores das *quebradas*.

As relações entre as *turmas* podem ajudar a pensar a substituição das brigas pelas alianças nesse contexto de mudanças nas periferias de São Paulo. Essa inversão mostra-se presente no discurso dos *baloeiros*, ao relatarem suas vivências nas décadas de 1980 e 1990.

Bruno: Hoje em dia é mais amizades do que inimizade né, hoje em dia as turma é mais unida do que antes.

Pérão: Tudo bem que nossa turma já foi vista como uma das mais rebelde da área, antigamente a gente era muito muleke né meu, tinha muita mulekagem.

Bruno: Então, mas hoje graças a Deus hoje é mais amizade do que inimizade, você conhece muitas pessoa. E num adianta você arruma briga hoje, porque balão num tem destino, num adianta você arruma briga hoje porque você tá na sua quebrada e amanhã, e aí? Balão num tem destino, amanhã cai na quebrada dos outro que você arrumou briga, chega lá como que vai fica a história?

Então por isso hoje em dia num tem mais isso ai não. E tem a ética né, balão é, como na gíria do baloeiro diz, balão é boca, quem pega primeiro e pega na boca do balão o balão é dele, num adianta você chegar lá depois de um tempo que o balão desceu quere grita que o balão é seu porque num é não, tem essa ética quem pega primeiro na boca do balão o balão é dele, claro que tem as vezes aí que arruma confusão, mas é pouco isso daí.

Nessa mesma conversa, outro ponto me chamou a atenção. A partir dessa última fala do *Bruno*, chegamos a um ponto no qual uma das relações dos moradores com o *crime* apareceu. Depois que ele parou de falar, fiquei olhando para ambos e

emendei uma indagação, como se estivesse dizendo a coisa mais inteligente para se falar naquele momento:

Mas nessa relação aí de balão ser boca e não ter destino, se um cara chegar armado ou ser do movimento (do crime) o que acontece? O Bruno me olhou nos olhos como se estivesse dizendo: mano, você muleke de quebrada, me perguntando um absurdo desse? Cê acha que eu vou pagar pau pra ladrão? Isso ficou manifesto apenas no olhar, mas reverberando na minha mente. O que veio em palavras, um tanto em tom exaltado, foi o seguinte: Não, isso aí num influencia não, pelo menos na parte do balão é muito pouco isso. A influência de você ser ladrão, o cara tem que respeitar, o cara pode ser pai de família pode ser o que for, mas é como eu tava te explicando balão não tem destino, o cara é ladrão na quebrada dele ele não vai andar vinte e quatro hora armado, o balão caiu na zona sul amanhã ele pode cair na zona norte, ele num vai andar vinte quatro hora armado, aí o balão cai na zona norte na área lá do outro cara, aí o que vai acontecer? O cara pega ele, ele num vai poder ficar vinte e quatro hora armado. A regra do balão supera a parte de criminalidade, isso aí é poucos.

Conclusão

De fora pra dentro da bancada

Partindo do que foi exposto na apresentação desse texto, é possível fazer a constatação de que existem dois momentos da análise, um proveniente das dinâmicas internas da *bancada* e seus membros, e outro das dinâmicas externas dos *baloeiros*, momento em que as perspectivas desses estão em relação com outras.

As *zueiras* permitem entender como o conflito é tratado dentro da bancada. Elas determinam as posições (o que tem mais habilidade para desempenhar uma atividade, por exemplo) e quem está certo em dada situação. Para expor isso, eu mostrei a maneira de *zuar* um membro inadimplente colocando para todos lerem um papel com uma palavra jocosa expressando sua falta de compromisso.

Outro dado foi a atitude que corre o risco de ser olhada como *talaricagem*⁸ na *favela*, mas dentro da *bancada*, recebeu um tratamento bem humorado, porém não deixou de tratar aquele que a praticou como errado (na visão dos que *zuavam*), e esse se defendeu, explicando a situação para os outros, mantendo o tom de *zueira*.

De dentro para fora

A análise das *relações* de *quebrada* que procuro realizar, a partir da visão de seus moradores, guarda uma analogia com a própria elaboração do balão. No primeiro momento se começa na *bancada*, onde os baloeiros estão colando quadrado por quadrado de seda, dando forma ao balão e sua bandeira. Na minha *correria*, esse momento equivale às primeiras reflexões que posso dar forma sobre as dinâmicas dos moradores, em especial a dos *baloeiros*. Quando o balão vai ser inflado para ser solto, e especialmente conforme ele vai pegando altura, o olhar da análise também sobe, aí posso ter uma visão do alto de algumas relações entre *quebradas*: por exemplo, a amizade entre as turmas que se prestigiam, a necessidade da equipe se mostrar frente a outras, pois só faz balão quem *representa* (quem tem qualidades), e, no limite, pode acontecer uma desavença (uma *treta*) entre os *baloeiros*.

Quando o balão está fora da *bancada* ele pode tocar o *crime*, pois para ser baloeiro não tem um pré-requisito, basta gostar e ir atrás. Dentro desses circuitos, o fato de um sujeito ser ladrão não interfere diretamente, segundo a fala do *Bruno*, pois balão não tem destino e se o *mano* é do crime e vier se *crescer*⁹ ele pode se prejudicar, porque o balão não tem destino, ele pode cair em uma região que o criminoso está desprotegido da sua posição, porque ninguém o conhece. Esse dado serve de contra ponto para pensar as relações entre moradores e criminosos, ele mostra que em uma dada configuração o *crime* não tem o poder hegemônico de decisão nas *quebradas*. Com isso enalteço que as coisas no cotidiano apresentam uma maior complexidade, sendo difícil até definir o que é ou não hegemônico dentro de uma *favela* em São Paulo.

No momento da queda do balão e seu resgate caio junto sobre outras perspectivas, podendo citar as dos moradores que não querem ter suas casas prejudicadas. Verifico que por parte dos baloeiros essa ação é tangenciada pelo respeito e cuidado.

Abrindo um pequeno leque de possibilidades, a partir dos dados de campo, quando acontece um conflito entre moradores e *baloeiros*, causado pelo balão, a re-

⁸ Talarico é aquele que cobiça ou se relaciona com mulher compromissada, a *talaricagem* constitui essa ação. O termo se origina, para alguns, a partir da música do cantor Zeca Pagodinho intitulada *Talarico, Ladrão de Mulher*.

⁹ Tirar proveito da sua posição de criminoso, ou pelo fato de ter uma arma.

solução pode acontecer através de três instâncias. A primeira um *debate* entre os envolvidos (como apresentado nesse texto), a segunda pode ser por uma ocorrência policial e por fim, caso seja dentro da *quebrada*, um *irmão*¹⁰ pode ser acionado para um *debate* com os preceitos do *crime*.

Fora da *quebrada* o balão não é visto como *arte* e seus admiradores são tidos como criminosos que causam o pânico, infringem leis e não têm nenhum respeito com a população da cidade. Essa visão é expressa pela opinião pública, por exemplo, na matéria exibida no programa Fantástico da Rede Globo na data 03/06/2012¹¹. A matéria refere-se à atividade do balão *como colocando em risco a cidade inteira e os baloeiros tocam o terror na tentativa de resgatar essas bombas voadoras* (termos utilizados na matéria).

A partir das concepções de Turner (1974) e Da Matta (1997) a queda do balão pode ser vista como um estado liminar ou extravaso de regras e leis como é expresso na reportagem. Porém, eu tenho como premissa levar a sério aquilo que meus dados permitem interpretar e o que meus interlocutores dizem (BARBOSA, 1998; FOUCAULT, 1999)¹², sendo assim o que vejo em campo são as atividades dos *baloeiros*, incluindo o resgate, estarem interpeladas pelo respeito e cumprimento de leis. A questão então deixa de ser se os *baloeiros* infringem ou respeitam leis, e passa a ser quais leis estão seguindo: as leis da *favela*, as leis do balão, ou as de um aparato jurídico e legal?

Balão como máquina de aliança

Gostaria de propor, como experiência analítica, a transposição para o balão daquilo que Adalton Marques (2012) chama de *máquinas de aliança*. Com elas, o autor mostra uma mudança das atitudes dos moradores nas *quebradas*. Hoje em dia existe um maior *respeito e cuidado com as palavras*.

Essa atitude é acompanhada por um novo enunciado de paz e humildade entre os ladrões, surgido com a ascensão do PCC. A partir de conversas pessoais na *que-*

¹⁰ Membro batizado do PCC.

¹¹ Disponível em: <<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL1680773-15605,00.html>>. Acesso em 6 dez. 2012.

¹² Antônio Rafael Barbosa com seu trabalho pioneiro de dar caráter epistêmico à fala de seus *nativos* e a noção de Michel Foucault de saberes sujeitados vêm me servindo de referência metodológica para tratar os meus dados de campo e a fala dos meus interlocutores. O caráter de pioneirismo no trabalho do primeiro sempre foi destacado pelo Prof. Jorge Villela e Adalton Marques em conversas pessoais.

brada e com a leitura de trabalhos que abordam as dinâmicas do *crime*, eu tendo a acreditar, que para alguém que compartilha desses preceitos dos criminosos a mudança tem como motivador principal o *Partido* (PCC), mas, para um *baloeiro*, o balão pode ser o centralizador de uma *pacificação* de relações antes tensas.

O fato de balão não ter destino e sempre ter um balão subindo para ser visto, na visão dos *baloeiros*, é crucial para evitar desavenças desnecessárias com outras *turmas*, e conseqüentemente com outras *quebradas*. E então, nessa linha de pensamento, o balão é em si uma poderosa *máquina de aliança*.

O que está em foco aqui não é dizer que a visão dos *baloeiros* está certa e aquele que compartilha a visão do *crime* está errado, o que se mostra são movimentos que acompanham e são acompanhados por essa atitude de maior *respeito* dentro das *quebradas*. Para dar conta dos efeitos desse fator, é necessário que as perspectivas sejam colocadas no mesmo plano, levando a sério todos os enunciados em disputa.

Tenho para mim, então, que é fundamental colocar com a mesma relevância o balão como máquina de pacificação, os enunciados do PCC e levar a sério quando um morador diz que ele está *mais sossegado agora do que quando era mais muleke, pois tem uma família pra cuidar e está mais velho*. O balão tem me ajudado a entender essas *relações na quebrada*.

Referências

- BARBOSA, A. C. R. (1998). *Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Niterói, RJ, Eduff.
- BARBOSA, A. P. (2005). *De role pela cidade: os pixadores em São Paulo*. Dissertação de mestrado (Antropologia Social). São Paulo, Universidade de São Paulo, 119 p.
- BIONDI, K. (2010). *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo, Terceiro Nome/ FAPESP.
- CALDEIRA, T. P. (1984). *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo, Brasiliense.
- CARNEIRO, S. C. (1986). *Balão no céu alegria na terra*. Rio de Janeiro, Funarte/Instituto do Folclore.
- CLASTRES, P. (2003). *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo, Cosac Naify.
- _____. (2004). *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo, Cosac Naify.

DA MATTA, R. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Rocco.

DURHAM, E. R. (1973). *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva.

FELTRAN, G. S. (2011). *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora UNESP; CEM/ Cebrap.

_____. (2007). "Trabalhadores e bandidos: categorias de classificação, significados políticos". *Revista Temáticas*, ano 30, v. 15, p. 11-50.

FOUCAULT, M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes.

HIRATA, D. V. (2010). *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de Doutorado (Sociologia). São Paulo, Universidade de São Paulo, 317 p.

INGOLD, T. (2000). *The perception of the environment: essays on livelihood dwelling and skill*. Londres, Routledge.

MARQUES, A. (2010). *Crime, proceder, convive-seguro: um experimento antropológico a partir das relações entre os ladrões*. Dissertação de mestrado (Antropologia Social). São Paulo, Universidade de São Paulo, 119 p.

_____. (2012) "Maior Respeito" e "cuidado com as palavras": considerações de moradores sobre as transformações nas periferias de São Paulo, uma tendência nas favelas de existir um maior cuidado entre as palavras ditas e respeito entre moradores das quebradas. In: *Anais do 36º Encontro Anual da ANPOCS*, de 21 a 25 de outubro de 2012, em Águas de Lindóia/SP, 2012. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8232&Itemid=217>. Acesso em 28 jan. 2013.

SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SIMMEL, G. (2006). *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

TURNER, V. W. (1974). *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, RJ, Vozes.

VILLELA, J. M. (2011). *Ordem pública e a segurança individual: política no sertão de Pernambuco*. São Carlos, EDUFSCar.

ZALUAR, A. (1985). *A máquina e a revolta*. São Paulo, Brasiliense.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em janeiro/2013

Conflitos ambientais urbanos no estado de Minas Gerais – mesorregiões Campo das Vertentes e Zona da Mata

Vivian Prado Pereira*

Resumo: O artigo realiza análise crítica de dez casos de *conflitos ambientais urbanos* identificados em cidades médias das mesorregiões mineiras Campo das Vertentes e Zona da Mata. Os conflitos estudados indicam que a construção da cidade dual é intrínseca ao padrão de urbanização brasileiro.

Palavras-chave: conflitos ambientais, periferização, cidades médias, cidade dual, Minas Gerais.

I – Introdução

O presente artigo apresenta resultados parciais de atividades de pesquisa realizadas no âmbito do projeto *Mapa dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais*, desenvolvido pelo Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA), vinculado ao Departamento de Ciências Sociais (DECIS) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em conjunto com pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Esse projeto teve como objetivo fazer um amplo levantamento de casos/conflitos envolvendo o uso e apropriação assimétrica dos recursos naturais e territórios no estado de Minas Gerais, ocorridos entre os anos 2000 e 2010, resultando na construção, num sítio da Internet, de um mapa interativo de conflitos ambientais no estado de Minas Gerais (<<http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>>). Esse mapa contém relatos sistemáticos de 541 casos de conflito ambiental, contemplando todas as doze mesorregiões do estado estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (MINAS GERAIS, 2000), que recobrem a extensa área de 586.528 km².

No âmbito do presente artigo, vamos nos ater aos *conflitos ambientais urbanos* identificados em cidades médias de duas mesorregiões do estado, Campo das Vertentes e Zona da Mata, que apresentam características analiticamente relevantes, presentes no padrão de ocupação e gestão do território urbano verificado nas grandes e médias cidades brasileiras e, de modo geral, nos países semiperiféricos da economia-mundo capitalista.

* Graduada em Psicologia – UFSJ.

A segunda parte deste artigo é dedicada a considerações conceituais acerca do padrão característico da produção do espaço urbano das cidades da semiperiferia¹, responsável pelo desenvolvimento das chamadas *idades duais*. As tensões e contradições desse processo constituem as determinações mais gerais da eclosão dos conflitos ambientais urbanos, tematizados na terceira parte. Aqui, problematizam-se as concepções hegemônicas acerca da chamada “questão ambiental”, trazendo ao centro da reflexão a imbricação entre as condições naturais e os processos sócio-históricos de construção de territórios, com ênfase nas assimetrias estruturais que se verificam entre, de um lado, os agentes da acumulação de capital e, de outro, as classes trabalhadoras rurais e urbanas.

Na quarta parte do artigo, o arcabouço conceitual desenvolvido nas seções anteriores é investido na análise de casos empíricos de conflitos ambientais urbanos identificados nas cidades médias das mesorregiões mineiras da Zona da Mata e Campo das Vertentes. Por fim, na quinta parte, apresentamos, como conclusão, a consideração de que as contradições do processo de urbanização brasileiro, assim como as tensões e conflitos ambientais/territoriais correlatos, se reproduzem no crescimento mais recente das cidades médias brasileiras.

II – A construção da cidade dual na semiperiferia da economia-mundo

A urbanização da sociedade brasileira vem, desde o início do século passado, reproduzindo padrões de extrema desigualdade social e ambiental, porque construída sobre os pilares da desigualdade histórica do país, assentada em fatores como a relação de favores na esfera do poder político; a forte concentração da propriedade fundiária, rural e urbana (reafirmada e perpetuada pela lei de terras de 1850); a importância do trabalho escravo; e a emergência do trabalho livre, em 1888, destituída de condições de absorção da mão de obra pela economia de então (MARICATO, 2002).

Entretanto, para além dessas especificidades, o padrão de ocupação e gestão do território urbano vigente na formação das cidades brasileiras não difere, em geral, do que ocorre nos países semiperiféricos da economia-mundo capitalista. Caracteriza-se, fundamentalmente, pela constituição de *idades duais* (MARICATO, 2002). A

¹ Para a exposição da noção de semiperiferia e suas implicações para a análise da estrutura da economia-mundo de acumulação de capital, veja-se Arrighi (1997, principalmente, p. 137 ss.).

construção da cidade capitalista obedece, em última análise, à lógica dos interesses especulativos do capital imobiliário e da construção civil, que contam com a sucessão regular, ao longo das décadas, de administrações municipais praticantes de formas socialmente regressivas de gestão urbana, posto que promovem a concentração da aplicação dos recursos públicos nas áreas habitadas pelas classes privilegiadas e naquelas que interessam à expansão dos empreendimentos imobiliários. Nessas áreas, constrói-se a “cidade legal”. Nela, o acesso à moradia e à urbanização se dá pela combinação de dois mecanismos: a gestão pública, ou seja, a ação do Estado, e o funcionamento do mercado. A participação do capital se faz em cumprimento às normas que regulamentam a construção de espaços urbanos de moradia como mercadorias (loteamentos, condomínios etc), que exigem, dos capitalistas, o provimento de itens essenciais de habitabilidade urbana, o que encarece a mercadoria final (habitação *urbana*), tornando-a acessível apenas a uma minoria da classe trabalhadora que recebe os mais altos salários e às classes que vivem da extorsão da mais-valia.

De outra parte, a construção da cidade ilegal segue outra lógica. No contexto da semiperiferia da economia-mundo capitalista, o valor da força de trabalho não incorpora o acesso à habitação e à cidade como item essencial à sua reprodução. Assim, extensas parcelas das classes trabalhadoras se vêem obrigadas a obter o acesso à terra e à habitação urbanas por meios extra-mercadológicos, como as ocupações urbanas, e a compra da terra dos loteamentos não legalizados, mais barata porque não dispõe de equipamentos básicos de saneamento e infraestrutura urbana.

Nessas áreas, a ação do estado é insuficiente, ou mesmo ausente. O moradores, excluídos do mercado imobiliário formal e abandonados à própria sorte pelo poder público, são compelidos a se tornar protagonistas da construção das habitações e território urbano, acionando um complexo conjunto de estratégias: mutirões para a autoconstrução de casas e para a realização de obras de infraestrutura; a sustentação de lutas que reivindicam do Estado a implementação dos equipamentos de uso coletivo e de serviços básicos; as ocupações de terras urbanas que não interessam ao capital imobiliário e etc (VARGAS, 2006).

De toda sorte, as áreas habitadas pelas populações urbanas de baixa renda são essas últimas, tais como as margens inundáveis de cursos d’água, as encostas sujeitas a deslizamentos, as áreas de proteção ambiental em que é ilegal a construção de imóveis, as regiões periféricas muito distantes dos equipamentos e serviços urbanos, as “zonas de sacrifício”, próximas aos “lixões”, bota-foras, indústrias poluentes,

enfim, todas aquelas áreas que o discurso técnico põe sob o rótulo estigmatizante de “áreas de risco”.

III – Conflitos ambientais urbanos

Da perspectiva que nos orienta, a existência de diferentes concepções e projetos de apropriação das condições naturais decorre do fato de que a relação dos homens com a natureza não é, ela mesma, naturalmente pré-determinada, mas sim, condicionada por certas mediações, como as relações de produção (MARX, 2003). Logo, nas sociedades de classes, particularmente a capitalista, tais mediações implicam a distribuição desigual dos capitais (materiais e simbólicos), o que, por sua vez, acarreta a distribuição desigual das possibilidades de êxito nas lutas pela significação e apropriação das condições naturais. Da mesma forma, as classes e grupos sociais subalternos tendem a suportar maior carga de danos ambientais decorrentes das práticas dominantes de apropriação das condições naturais.

Entretanto, essa disputa não se dá apenas pela utilização de condições naturais, mas também por cristalizações do trabalho humano, ou momentos de “valorização do espaço”, que caracterizam os ambientes como territórios (MORAES, 2002). Quando as condições de que dispõe determinado agente para realizar a apropriação dos recursos naturais (solo, cursos d’água, atmosfera) e construídos (saneamento básico, infraestrutura, entre outros) são prejudicadas pelas atividades ou projetos de outros agentes, abre-se a possibilidade para que se instaure a situação que designamos como conflitos ambientais urbanos, ou seja, aqueles envolvidos na construção de territórios urbanos, protagonizados pelos grupos e classes sociais subalternizados pela produção capitalista da cidade.

IV – Análise dos casos empíricos²

Dadas as limitações de espaço, nos ateremos, aqui, à análise de alguns processos geradores de conflitos ambientais urbanos nas cidades médias³ das mesor-

² Os casos de conflitos ambientais urbanos aqui analisados não esgotam, é claro, todo o universo de casos que efetivamente ocorrem nas cidades médias das mesorregiões Campo das Vertentes e Zona da Mata. Trata-se, aqui, de evidenciar casos que são emblemáticos, no sentido de expressarem tensões recorrentes no padrão de construção e reprodução das desigualdades urbanas dessas mesorregiões.

³ A noção de cidade média não é consensual entre os pesquisadores, não existindo uma definição cristalizada do conceito. As definições de cidades médias estão, comumente, sujeitas aos objetivos de seus pesquisadores

regiões mineiras Campo das Vertentes e Zona da Mata. A partir dos anos 1980, a população das cidades “médias” passa a crescer a taxas superiores às das grandes cidades. Essa aceleração do crescimento demográfico das cidades médias se deve a um conjunto de fatores estruturais que remetem, por exemplo, aos deslocamentos espaciais do capital em busca de “vantagens competitivas” (HARVEY, 2004a) e à regionalização dos processos de acumulação de capital.

No caso específico das mesorregiões mineiras da Zona da Mata e Campo das Vertentes, o forte crescimento das cidades médias parece também estar ligado aos processos de migração endógena a essas regiões, que compartilham um modo de inserção particular na dinâmica de acumulação de capital que se realiza em Minas Gerais. O estado apresenta, hoje, uma economia de acumulação fortemente concentrada nas atividades de mineração, metalurgia, siderurgia e geração de energia⁴. Essa situação foi forjada, desde princípios dos anos 1940, pela elite econômica do estado, de modo a seguir a lógica da “modernização recuperadora” nacional (CARNEIRO, 2003; DULCI, 1999; DINIZ, 1981 e 2002). Na prática, isso significou o deslocamento efetivo do eixo da industrialização de Minas Gerais para a região central do estado, fato que, associado à recessão econômica nacional dos primeiros anos da década de 1960, determinou a decadência da industrialização nas mesorregiões Campo das Vertentes e Zona da Mata, as quais, na primeira metade do século passado, haviam passado por um período de forte e precoce industrialização centrado em setores “tradicionais” (laticínios, bebidas, alimentos, couros, móveis, têxteis etc.). Assim, a partir dos anos 1970, cidades como São João del-Rei, Barbacena, Ubá, Muriaé, Cataguases, Juiz de Fora, transformam-se, cada vez mais, em cidades-polo de áreas marginais ao centro da acumulação de capital em Minas Gerais, passando a atrair contingentes de migrantes da zona rural e da área urbana de pequenos municípios próximos. O quadro se agrava ainda mais a partir dos anos 1980, quando o colapso dos intentos de “modernização recuperadora” mergulha o país num processo de “desindustrialização endividada” (ALTVATER, 1995). Nesse novo contexto, diminui o

ou dos promotores de políticas públicas (FILHO; SERRA, 2001). Desse modo, buscou-se considerar, no presente estudo, na classificação das cidades médias, além do aspecto demográfico (média de 100 mil a 500 mil habitantes), critérios como o papel desempenhado pela cidade no âmbito regional, diversificação de bens e serviços ofertados localmente, tamanho do mercado local e grau de concentração das atividades, sempre tendo em vista as especificidades regionais (LOPES; HENRIQUE, 2010).

⁴ Essa função estratégica de produtora de bens intermediários ligados ao complexo mineiro-siderúrgico será uma das responsáveis pelos maiores impactos sobre as condições naturais do território mineiro (CARNEIRO, 2004).

volume dos repasses de recursos da União aos municípios, ao passo que aumentam e diversificam suas responsabilidades em áreas vitais, como a saúde, o saneamento e a educação. Esses processos ensejam, nas cidades médias, a construção acelerada da *cidade dual*, replicando a ocorrência de fenômenos e conflitos urbanos que, há algumas décadas, já se verificavam nas grandes cidades do Sul-Sudeste do país.

Observamos essa situação em diversos casos identificados na cidade de São João del-Rei, localizada na mesorregião Campo das Vertentes, como o dos moradores do bairro Águas Gerais, que organizaram a autoconstrução de ruas, assim como de um precário sistema de captação e distribuição de água potável a partir de uma mina d'água existente na região. Além disso, lutam por acesso a água potável e saneamento básico, numa situação em que o esgoto a céu aberto e a ausência do tratamento da água ocasionam a incidência de inúmeras doenças.

Há, ainda, problemas relativos à erosão do solo, como se vê no caso dos moradores do bairro São Dimas, que reivindicam ações de contenção de voçorocas, agravadas com o passar do tempo, gerando risco de desabamento de casas, dada a omissão dos proprietários dos terrenos onde estão localizadas e do poder público.

Um conflito comumente encontrado é o que envolve construtoras de loteamentos irregulares. Assim, ainda em São João del-Rei, proprietários de terrenos no bairro Vila Belizário denunciam falta de infraestrutura e ingressaram com ação judicial contra os empreendedores do loteamento. Já Associação dos Moradores do Bairro Matosinhos denunciou loteamento que previa a construção de valas para o escoamento do esgoto que cairia, sem tratamento, no rio das Mortes. Enquanto isso, moradores da vila João Lombardi denunciavam a recorrência de inundações no bairro em decorrência do despejo de esgoto e lixo de loteamentos irregulares nas voçorocas do entorno, o que vinha causando maior erosão e comprometimento das mesmas.

Já na cidade de Barbacena, ainda na mesorregião Campo das Vertentes, moradores do bairro Santo Antônio reivindicavam melhorias na rede de esgoto. Outros moradores, que habitam as proximidades da caixa de coleta de esgotos do Departamento de Meio Ambiente e Saneamento de Barbacena (DEMASA), pleiteavam melhorias no equipamento, que estava exalando mau cheiro e incomodando a vizinhança.

Em Juiz de Fora, já na mesorregião da Zona da Mata, destacamos os casos de ocupações urbanas. A cidade vem atraindo expressivos contingentes de migrantes da microrregião em que se situa e áreas fluminenses do vale do Paraíba limítrofes

de Minas Gerais. A população do município de Juiz Fora passou de 238.510 pessoas, em 1970, para 513.348, em 2007⁵. Isso quer dizer que, em menos de 40 anos, o município recebeu nada menos que cerca de 250.000 novos habitantes, dos quais mais de 99% residem na área urbana⁶. Considerando as características do padrão excludente de urbanização das metrópoles brasileiras acima indicado, conclui-se que boa parte desses 250.000 habitantes esteve envolvida, nas últimas quatro décadas, num monumental processo de construção da “cidade ilegal”.

Dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento (IPPLAN), da Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora S.A. (EMCASA), e da Universidade Federal de Juiz de Fora indicam que cerca de 30.000 juiz-foranos vivem em habitações “subnormais” (ocupações irregulares, áreas carentes de infra-estrutura e serviços públicos etc), em 79 áreas de ocupação (VARGAS, 2006, p. 45).

Assim, não surpreende que a pesquisa empírica tenha identificado um grande número de ocupações “irregulares”, e conflitos relacionados. Os dados apresentados pelo presidente do Movimento Nacional de Luta por Moradia em Juiz de Fora (MNLN-JF), em entrevista e durante a oficina com movimentos sociais da Zona da Mata, divergem fortemente das informações oficiais. Segundo o presidente do MNLN-JF, há, atualmente, em Juiz de Fora, 144 áreas ocupadas, nas quais viveriam cerca de 60.000 pessoas, isto é, precisamente o dobro do número informado pelas fontes oficiais.

Entre os vários casos de ocupações urbanas de Juiz de Fora, destacamos as ocupações Ponte Nova, Granjas Bethânia e Vila Barroso. Em todas encontramos situações semelhantes, como ausência de equipamentos e serviços básicos de infraestrutura urbana, gerando condições insalubres de moradia e comprometimento da saúde da população, e falta de regularização de posse do terreno.

As ocupações Ponte Nova e Granjas Bethânia são exemplos da participação nula do capital na construção de espaços urbanizados. Trata-se de espaços que não interessam ao capital, localizados em regiões não viáveis à especulação imobiliária, como áreas de proteção ambiental, áreas degradadas por atividades industriais (com alto índice de poluição sonora, atmosférica e hídrica), áreas com recorrências de alagamentos e enchentes, com elevada erosão do solo etc.

⁵ Em <<http://isal.camarajf.mg.gov.br/index.php?page=jf/demografia>>.

⁶ Conforme <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

Do ponto de vista da acumulação de capital e dos gestores urbanos, essas ocupações são, em larga medida, “funcionais” (CARNEIRO, 2005). Em primeiro lugar, elas servem de válvula de escape, reduzindo as pressões sobre o poder público por políticas públicas de habitação popular e, portanto, ajudando a preservar a legitimidade dos governantes junto à população local. Isso permite ainda ao Estado poupar o gasto de recursos que teriam que ser investidos na construção de moradias e territórios urbanos para populações de baixa renda. Pelo contrário, esses recursos podem, inclusive, ser empregados em atividades da gestão urbana socialmente regressiva (como, por exemplo, o “embelezamento” e urbanização de áreas já capturadas pelo capital, que, dessa forma, se “valorizam”). De outra parte, as ocupações em áreas que não interessam ao capital imobiliário preservam, para ele, as regiões rentáveis. Por fim, as ocupações permitem a não inclusão dos custos de moradia e do acesso à cidade nos salários, facultando a realização da acumulação de capital, principalmente naqueles setores intensivos no emprego de mão de obra pouco qualificada. Por essas razões, como salienta Maricato (2002), a farta legislação urbanística é aplicada de forma seletiva: nos casos de ocupações que se mostram “funcionais” às classes dominantes, o poder público se mostra tolerante; nos casos em que as ocupações ameaçam os interesses hegemônicos, a fiscalização e a aplicação da legislação são implacáveis. Aqui, ganha destaque, por exemplo, a prevalência do princípio da propriedade privada sobre o preceito constitucional que preconiza a observância da função social dessa propriedade. São inúmeros os casos de remoções violentas dos moradores de ocupações urbanas que estão na linha de expansão dos negócios imobiliários. Nesses casos, os moradores da ocupação se vêm obrigados a organizar ações de resistência ao deslocamento compulsório que as ameaça. O desfecho de cada caso depende da correlação de forças entre os agentes favoráveis e contrários à desocupação.

O caso de ocupação irregular juiz-forano mais extremo, em termos da precariedade das condições de habitabilidade, é, sem dúvida, o da vila Barroso, também pejorativamente denominada “Afeganistão”. Ela se constitui em processo diferente das outras duas, pois ocorreu em um terreno de propriedade da empresa multinacional de cimento Holcim. A população local continua vivendo em situação de insalubridade, embora tenha obtido, da empresa, a cessão definitiva do terreno. Em casos raros como esse, o capital se vê pressionado, pelas lutas populares, a transferir riqueza para as classes populares, num processo de inversão da acumulação

por espoliação, tal como definido por Harvey (2004b), ou seja, quando o capital se apropria de riquezas e recursos comuns mediante coação (geralmente exercida pelo Estado).

O caso das ocupações urbanas põe em relevo outro elemento estrutural do processo de urbanização em nosso país: a precariedade ou mesmo ausência de políticas públicas de enfrentamento do enorme déficit habitacional, ou seja, de construção de moradia urbana para as famílias de baixa renda. Recentemente, em 2009, o governo federal lançou o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que tinha como objetivo, não só subsidiar a compra da casa própria, mas, principalmente, impulsionar a construção de moradias de modo a minimizar o impacto da crise internacional eclodida em 2008 (MARICATO, 2011). Para a autora, o PMCMV retomou conceitos antigos, vigentes durante o regime militar, sobre a promoção de habitação. Com interesse apenas na quantidade de moradias, ignorou a questão central que é a condição urbana, desprezando a cidade pré-existente. Embora se destine à necessidade real de inserção da moradia no meio urbano, “o pacote não garante essa condição devido aos agentes que estão envolvidos em sua formulação e operação” (MARICATO, 2011, p. 59). A proposta foi formulada em parceria do governo federal com as onze maiores empresas promotoras de moradias (construtoras e incorporadoras) do país. Em contrapartida, não foram incorporados os avanços conceituais sobre habitação social e as diretrizes do Planhab (Plano Nacional de Habitação) e do FNHIS (Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social). A análise do PMCMV, tendo como referência a experiência da política habitacional implantada nos anos 70, já mostra “o impacto negativo sobre as cidades devido à localização inadequada de grandes conjuntos habitacionais e ao aumento do preço da terra e dos imóveis” (MARICATO, 2011, p. 68).

V – Conclusão

Os casos de conflitos ambientais urbanos aqui destacados podem ser tomados como contundentes evidências de que a relativa desconcentração do adensamento populacional nas metrópoles em favor de maiores taxas de crescimento demográfico nas cidades médias não significou a ruptura com os processos sistêmicos de (re) produção da *cidade dual*, expressão que pretende designar estenograficamente a trágica fratura que, reiterando-se ao longo das décadas, demarca abismos de desigualdades sócio-ambientais aparentemente intransponíveis. Pelo contrário, os con-

flitos empíricos aqui reportados indicam que essa fratura teima em se reapresentar na trajetória recente das chamadas cidades médias brasileiras.

Nesse sentido, a investigação rigorosa dos conflitos ambientais urbanos que têm lugar nas cidades médias brasileiras parece-nos tarefa inarredável para o avanço da compreensão acerca dos processos contemporâneos de espacialização da acumulação do capital no país. Esse avanço é, a nosso ver, indissociável do enfrentamento prático-político das históricas desigualdades ambientais e territoriais urbanas do Brasil.

Referências

ACSELRAD, H. (2001). "Políticas ambientais e construção democrática". In: SILVA, M. et al (Org.). *O desafio da sustentabilidade – um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo, Perseu Abramo, p. 75-96.

_____. (2004). "As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais". In: _____. (Org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/Fundação Heinrich Böll, p. 13-35.

ALTVATER, E. (1995). *O preço da riqueza*. São Paulo, Ed. UNESP.

AMORIM FILHO, O. B. (2001). *Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional*. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. 1 ed. Rio de Janeiro, IPEA, v. 1, p. 1-34.

CARNEIRO, E. J. (2003). *Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais*. 2003. 449 p. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.

_____. (2007). *Conflitos ambientais e a construção de territórios urbanos em São João del-Rei – MG*. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio a 1 de junho, Recife.

DINIZ, C. C. (1981). *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

_____. (2002). "O paradoxo mineiro: fortalecimento econômico e enfraquecimento político". In: *20 anos do Seminário sobre a Economia mineira – 1982-1002: coletânea de trabalhos, 1982-2000*. Belo Horizonte, UFMG/FACE/CEDEPLAR, v. 3, p. 23-43.

DULCI, O. S. (1999). *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

HARVEY, D. (2004a). "A opressão via capital". In: _____. *O novo imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola, p. 77-114.

_____. (2004b). "A acumulação via espoliação". In: _____. *O novo imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola, p. 115-148.

HENRIQUE, W.; LOPES, D. M. F. (Org.) (2010). *Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador, SEI.

MARICATO, E. (2002). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, Vozes.

_____. (2011). *O impasse da política urbano no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

MARX, K. (2003). *O capital*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MINAS GERAIS (2000). Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Superintendência Central de Planejamento Institucional. Divisões Territoriais adotadas pela Administração Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte.

MORAES, A. C. R. (2002). *Território e história no Brasil*. São Paulo, Hucitec.

VARGAS, M. A. R. (2006). *Construção social da moradia de risco: trajetórias de despossessão e resistência - a experiência de Juiz de Fora/MG*. Dissertação (mestrado em planejamento urbano e regional). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em fevereiro/2013

Corpos desviantes no ciberespaço: uma etnografia sobre avatares negros no Second Life

Raíra Bohrer dos Santos & Gustavo da Rocha Silveira*

Resumo: O trabalho consiste em uma observação no Ciberespaço como espaço social, considerando este um estado de afetos e abandonando perspectivas de um ciberespaço como meio comunicacional, e de um social como construção material. A partir da ideia de que o ciberespaço é feito de sujeitos homens-máquinas, usuários/avatares, fizemos uma investigação etnográfica no mundo virtual 3D Second Life, a fim de observar e compreender as aparências dos corpos e como se manifesta a hegemonia hiperbólica como estrutura, neste ambiente de sociabilidade. Pudemos observar a presença e atuação de marcadores sociais neste ambiente, remontando diferenças e desigualdades da nossa realidade não virtual. Residentes desviantes portadores de agência são nosso principal objeto de estudo, para isso fixamos foco no avatar negro, minoria neste universo.

Palavras-chave: Second Life, avatar, agência, aparência.

O projeto de pesquisa Realidades Digitais, coordenado pela prof^a. Dr^a. Débora Krischke Leitão junto à Universidade Federal de Santa Maria, no ano de 2012 desdobrou-se em dois subprojetos aos quais nos vinculamos: um deles sobre etnicidade e o outro a respeito de práticas sexuais, ambos em mundos virtuais 3D. A pesquisa relativa ao primeiro subprojeto está sendo realizada por Gustavo da Rocha Silveira, inicialmente pesquisador voluntário do grupo e atualmente bolsista de iniciação científica PROBIC/FAPERGS. Já a pesquisa sobre sexualidade no Second Life (SL), está sendo desenvolvida por Raíra Bohrer dos Santos, também inicialmente pesquisadora voluntária do grupo e atualmente bolsista de iniciação científica PIBIC/CNPq.

O trabalho por nós desenvolvido e aqui apresentado, assim, é parte do projeto Realidades Digitais, unindo as experiências de investigação e reflexões teóricas de dois pesquisadores de iniciação científica que, embora estejam voltados para subtemáticas diferentes, convergem no interesse em compreender as vivências cotidianas dos usuários de mundos virtuais tridimensionais. Nossas pesquisas individuais vêm sendo desenvolvidas desde o início de 2012, compreendendo observação par-

* Graduandos em Ciências Sociais – UFSM.

ticipante e entrevistas no mundo virtual Second Life e nas plataformas nas quais o ambiente de sociabilidade do SL se estende.

Em nossa pesquisa no mundo virtual Second Life foi possível observar a presença e atuação de marcadores sociais que remontam a diferenças e desigualdades que estão para além do virtual. A partir dessa constatação, propomos trazer algumas reflexões sobre os avatares negros, minoria nesse ambiente.

Entendemos o ciberespaço como espaço social conforme compreendem os antropólogos Segata (2008a, 2008b) e Guimarães Jr (1999a, 1999b, 2004), referidos em nosso estudo, ao observar a fluidez social. Abandonamos então, a perspectiva de que o ciberespaço seria apenas um meio de comunicação (LÉVY, 2003), para compreendê-lo como meio e também sujeito de relações sociais. Buscamos na superação do sujeito versus objeto, encontrados em “Entre Sujeitos” de Segata (2008a) ao citar Bruno Latour (2007), uma nova noção de interação entre sujeitos dotados de agência. Nesta relação entre humanos-máquinas identificamos usuários, avatares, ambientes e os meios de acesso.

Propomo-nos a observar e estudar as relações no ciberespaço, considerando o social de Bruno Latour nas palavras de Segata (2008b) como um estado de afetos e não uma construção material, domínio, ou espaço. Para tanto nos apropriamos do conceito de Guimarães de ciberespaço como espaço social a fim de caracterizar as vivências neste meio, mais especificamente no Second Life, plataforma virtual 3D de interações com base na representação visual corporificada tridimensional, o avatar (GUIMARÃES JR., 2004). Observamos e identificamos tendências hegemônicas e desviantes de corpos/avatares brasileiros, mais especificamente a questão étnico-racial voltada aos avatares negros, neste mundo de aparências.

Com a finalidade de compreender os valores, marcadores sociais, desigualdades e diferenças dentro do SL, utilizamos nossa vivência no ambiente e interação com outros avatares, além de observação e conversas informais. Não suficiente, encontramos inspiração no livro do jornalista americano Wagner James Au (2008), para compreender as dinâmicas e histórias desta nova sociedade virtual, a partir de suas crônicas sobre este universo, que também nos servem enquanto material de pesquisa. Esta etnografia online segue alguns pressupostos da etnografia tradicional definida por sua longa duração, imersão, convivência e experiência de vida semelhante a do “nativo” (MALINOWSKI, 1978). Com a criação de um avatar no SL começamos os contatos com nossos nativos, e negociamos nossa real entrada nesse universo.

A pesquisa não trata do exótico e sim de uma abordagem de temas bastante familiares espalhados pelo ambiente virtual, o qual não é cercado, pois não permanece na plataforma do SL apenas, mas também em fóruns, blogs e outros sites. Portanto para melhor compreender a convivência entre os avatares, frequentamos as várias plataformas deste ambiente de sociabilidade virtual (GUIMARÃES JR., 1999a).

Assim, iniciamos esse artigo apresentando rapidamente o que é o Second Life e quais suas particularidades atualmente. A seguir, discutimos a questão da aparência dos residentes/avatares, entendendo que suas escolhas estéticas também são escolhas políticas reveladoras e criadoras de determinados posicionamentos no mundo. Por último, seguindo as pistas de nossa etnografia no SL, tratamos dos locais de sociabilidade erótica no Second Life, em especial aqueles definidos por práticas sexuais ditas “interraciais” entre avatares.

O que é o Second Life?

Segundo Bell (2008), um mundo virtual é uma rede sincrônica e persistente de pessoas representadas por avatares e facilitada por uma rede de computadores. O Second Life é um mundo virtual como diversos outros que povoam o ciberespaço contemporaneamente. Um mundo virtual, no entanto,

[...] não implica desrealização, pois muitos dos atos produzidos pelos mecanismos de virtualização são fatos sociais concretos, já que produzem efeitos na realidade e, assim, não pertencem ao reino do imaginário, não desaparecem do universo das ações sociais tão logo sejam desligados os mecanismos tecnológicos que permitiram sua existência “virtual” (JUNGBLUT, 2004, p. 102).

O Second Life foi idealizado e disponibilizado ao público pela Lindem Lab em 2003. Tratava-se de uma terra a ser “semeada”. Neste mundo havia terras, céu, e mar, e, principalmente, ferramentas para que os usuários construíssem tudo que a imaginação permitisse. Foi apostando na criatividade dos usuários que a Lindem Lab viu crescer diante de si, um vasto mundo de possibilidades. Essa possibilidade de criação livre por parte dos usuários era inclusive promovida como diferencial desse mundo virtual pela empresa que o criou.

Cada usuário/avatar tem a possibilidade de criação a partir das ferramentas que a Lindem Lab oferece por meio do Viewer, que é o programa utilizado para acessar o mundo virtual. Para tanto, existe a necessidade de uma aprendizagem técnica que se dá *inworld*, dentro do mundo. Mas, de acordo com Leitão (2012a, p. 279-280),

Os discursos dos residentes do Second Life frequentemente discorrem sobre a “curva de aprendizagem” ser longa, razão pela qual seriam necessários muitos anos de experiência para plenamente dominar os saberes e fazeres do ambiente. Indubitavelmente os saberes ali presentes são específicos, mas creio que as falas que associam experiência à antiguidade na plataforma dizem mais respeito ao tempo de uso como estratégia de distinção do que propriamente às reais dinâmicas de transmissão e aprendizagem. Minha observação tem mostrado que residentes que chegam ao Second Life trazendo na bagagem experiências anteriores em outros mundos virtuais, em jogos on-line ou mesmo em jogos de videogame tradicionais, adaptam-se muito rapidamente.

Ao longo do tempo, a partir das técnicas de construção exploradas pelos residentes¹, cidades foram erguidas, casas, praias, lojas, shoppings, museus, clubes destinados a todos os tipos de festas ou atividades, carros, recriaram pontos turísticos de países, e criaram diversas opções de customização para avatares, como posturas, movimentos, roupas, cabelos, peles, corpos, genitais, entre outros acessórios.

Para criar um avatar no SL não é necessário dinheiro, mesmo para modificá-lo, pois existem itens grátis disponibilizados no mundo por outros residentes, principalmente em locais de ajuda destinados a usuários/avatares iniciantes. Mas existe também a possibilidade de compra e venda de itens, por meio de lojas construídas no mundo virtual com vitrines e modelos, e também no site Marketplace, semelhante ao Mercado Livre ou Ebay, no qual outros avatares expõem suas criações para venda intermediada pelo site. No que diz respeito ao plano econômico, o Second Life tem uma moeda local chamada Linden Dólar que pode ser convertida a partir de dólares americanos ou obtida por meio de trabalho dentro do SL. Essa moeda, assim como em qualquer sistema de câmbio real, tem uma cotação flutuante e seu valor está relacionado com a demanda monetária dos residentes.

Envolvendo transações econômicas ou não, a criação do avatar é uma experiência interessante, pois no site² há opção limitada de avatares pré-definidos, a maioria brancos, bastante magros e jovens. Porém, ao ingressar no mundo há opções de peles (*skin*), corpos (*shapes*), cabelos, roupas, sapatos, possibilitando a personalização e criação de um corpo.

A interação entre avatares acontece através de texto ou por voz, mas principalmente e significativamente pela escrita no chat. As conversas podem ser pessoais,

¹ “Residentes” é como se denominam os usuários/avatares no mundo virtual Second Life.

² Cf. <<http://secondlife.com/>>.

direcionadas e restritas a algum outro avatar, ou em chat aberto, onde todos do local possam ler. Ainda assim, é essencial para a sociabilidade que os avatares estejam interagindo quando se inicia a conversa mediada por texto, pois os residentes defendem que se não fosse desta forma, as conversas poderiam acontecer em qualquer bate-papo como chats do Terra, Uol, etc. Sendo assim, a interação entre os corpos tridimensionais é muito valorizada e determinante no mundo.

Outro aspecto central está ligado à criação de animações no SL: dançar, sentar em determinada posição, e também movimentos e posições sexuais. Com a finalidade de criar estes movimentos ou posições, um objeto é utilizado como mediador; os bancos, camas, escrivaninhas são exemplos destes objetos que comportam movimentos. Assim como os objetos, as animações são criadas pelos usuários/avatares, e para fazer uso delas é preciso utilizar o comando de “sentar” nos objetos.

Aparência e agência

Após a escolha do avatar pré-definido, utilizamos ferramentas do SL para deixar o avatar em altura media normal, e corpo não tão magro, além de utilizarmos algumas roupas compradas e outras grátis. Nosso convívio tem sido com os residentes brasileiros, e foram nessas interações que começamos a notar os outros corpos, os outros avatares. Os brasileiros do SL possuem corpos grandes, muito altos e musculosos. As mulheres são magras, com cintura muito fina, porém com pernas e bundas musculosas, quadris grandes, pele branca e bronzeada, cabelos compridos e lisos ou com as pontas onduladas. Já os homens são extremamente fortes e magros, com ombros largos e tatuagens (LEITÃO, 2012b). Essa hegemonia remonta a ideia de corpos hiperbólicos utilizada por Braz (2011) ao analisar clubes de sexo para homens.

A convivência e conversas com esses avatares e seus corpos hiperbólicos nos fez perceber a importância desta estrutura coercitiva de aparências, que cria um forte marcador do que é belo e bem quisto por todo o grupo, definindo um padrão estético que é aprendido pelo residente à medida que começa a socializar com outros usuários/avatares. Uma situação muito interessante nos ocorreu quando, ao entrar no SL com um avatar negro e cabelo *black power*, fomos abordados por um grupo de avatares que começou uma conversa com a intenção de ajudar a melhorar o avatar, para melhor socialização no mundo. Recebemos assim, um novo *shape*, uma *skin*, cabelo, e roupas. O novo conjunto de itens transformou o avatar em questão, em um avatar branco, muito forte, com tatuagens, visual despojado e vestindo trajes que

deixavam desnuda parte das nádegas do avatar. Notamos, então, que para sentir-se parte deste mundo, segue-se esta hegemonia dos corpos, por vezes, sem refletir.

Porém, neste ambiente hegemônico é possível encontrar desviantes, pois, mesmo que haja estruturas estruturantes, ainda assim, existem residentes com consciência parcial ou plena desta condição coercitiva e de dominação das estruturas, chamados de agentes. Nas palavras de Ortner (2006) “trata-se de uma teoria geral da produção de sujeitos sociais por meio da prática no mundo e da produção do próprio mundo por intermediário da prática”. Ou seja, as ações dos usuários/ avatares modificam as estruturas, e estas, por sua vez, influenciam os residentes.

Ao pensar nesses sujeitos com agência plena ou parcial, notamos no contexto do Second Life alguns avatares desviantes, suas diferenças e desvios estavam em seus corpos, que fugiam completamente da hegemonia do belo hiperbólico. Desde crianças, negros, cadeirantes, animais, robôs, alienígenas, ou mesmo avatares antropomórficos, minorias no mundo, mas, ainda assim, conscientes desta postura, como forma de se diferenciar do padrão estético hegemônico, e também satisfazer as possibilidades de criação. Ao conversar com alguns desses avatares, notamos que estavam muito cientes da sua opção, e não tinham intenção de mudar, também informaram que estavam sendo aceitos muito bem nas socializações *inworld*, e acreditam que estes novos elementos podem ser aceitos pela comunidade.

Enfim, nos detivemos a observar os corpos de pele negra pelo fato de ser uma pesquisa com objetos e objetivos familiares, semelhantes a Real Life (RL), e por inspiração de um trecho do livro do cronista americano Wagner Au, o qual foi contratado pela Linden Lab, para escrever sobre o mundo virtual. Os avatares negros são, sem dúvida, desviantes da hegemonia do belo, principalmente pela *skin* (pele), traços e cabelos bastante característico dos negros.

Ela passou três meses usando a pele de uma mulher negra. Alguns de seus amigos se afastaram, ela acredita. E ainda havia, acrescenta ela, os “caras que pensavam que eu era fácil de pegar, por falta de termo melhor”. Ela ficou abismada com a reação, especialmente porque a aparência dos avatares pode ser alterada com um simples clique do mouse. Outras reações foram mais silenciosas: alguns amigos íntimos no Second Life simplesmente pararam de falar com ela, e quando por acaso se encontravam, eles a cumprimentavam polida e friamente (Au, 2008, p. 95).

Inspirados com as leituras do trecho “A pele em que você está”, iniciamos uma busca por toda manifestação étnico-racial com enfoque no corpo/avatar negro. Esta procura ultrapassou plataformas, abrangendo toda a comunidade virtual do SL. En-

contramos blogs e sites falando da questão da negritude, alguns deles denunciando preconceito, outros buscando visibilidade para a beleza negra. Porém, o que mais nos chamou atenção foi um grupo de residentes que se intitulam Família Black Br, e dizem ser a comunidade negra dentro do SL, se manifestam por meio de um blog e também possuem uma ilha no mundo, caracterizada por objetos, e lugares que remontam parte da cultura afro. O blog tem como tema a beleza negra; a moda somada à cultura afro-brasileira. Encontramos diversos ensaios fotográficos de avatares negros com traços afros bastante marcados. Cabelos crespos e pretos, *dread*, rastafári, entre outros penteados. Mas principalmente uma manifestação *fashion* da beleza negra, buscando visibilidade para real beleza afro-brasileira. Nas postagens há sempre referência às lojas *inworld* que vendem as *skins*, cabelos, roupas, que a Família Black expõe em seus ensaios fotográficos, engendrando novas possibilidades de customização aos residentes que visitam o blog ou a ilha. Afinal, o visual que não é o padrão hegemônico do SL, é raro de ser encontrado em lojas. A busca por uma pele negra bonita, cabelos bem feitos, e roupas seguindo uma moda mais conceitual, com tecidos estampados, tigrados, é bastante difícil, pois as lojas, assim como os itens vendidos no site, seguem o padrão estético hegemônico dos corpos.

Sexualidade interracial

Nossa procura por avatares negros no SL nos trouxe algumas indagações, porque ao utilizar mecanismos de busca do próprio Viewer para encontrar manifestações interraciais, descobrimos que muitos destes espaços estavam diretamente ligados às práticas sexuais. Também nos surpreendeu o fato de encontrarmos muitos mais residentes negros nestes locais, do que já havíamos encontrado em toda nossa vida de avatar. Foi inevitável procurar as relações entre raça/cor e sexo, para tentar compreender as manifestações destes corpos, que nos pareceram ser exclusivamente sexuais.

Partindo da premissa de que as animações sexuais são criadas pelos avatares, nas ilhas destinadas à sexualidade interracial não é diferente. Trata-se de uma praia, com algumas lojas e cadeiras de praia dotadas de animações para massagens, posições para avatares sozinhos ou casais, e destinados às práticas sexuais. Não é restritamente uma praia de nudismo, mas muitos dos frequentadores ficam nus, com as genitais a mostra. Os homens são geralmente negros com pênis grandes, as mulheres mulatas com cintura fina e bunda grande, remontando mitos de erotiza-

ção do homem e da mulher negra em nossa sociedade (MOUTINHO, 2003), mulheres brancas e geralmente loiras, e alguns poucos homens brancos também frequentam o local.

Ainda utilizamos outra ferramenta deste ambiente virtual, ao acessar os fóruns destinados à interação textual entre os residentes. Em uma destas plataformas encontramos outro elemento que demonstra a erotização da pele negra. Atraídos pelo título da postagem “Ethnic skins are only mature?” encontramos a manifestação de uma residente/avatar de pele negra e corroborada por outros usuários, na qual os avatares se mostraram entusiasmados com o crescimento das variedades de peles não-brancas no mundo virtual, mas questionavam a aparência da pele negra vendida no SL, considerada uma pele mais madura, direcionada para o corpo que faz sexo, geralmente é vendida com as genitais, fugindo à regra das *skins* brancas, que não são direcionadas à sexualidade.

Da perspectiva dos estudos empíricos de Moutinho sobre o estigma e prestígio da cor e do mercado erótico-afetivo:

O “negro” é “racialmente inferior” ao “branco” na vida social e normativa, mas na esfera erótica aparece como superior como as metáforas térmicas, de proporção, virilidade, e desempenho sexual apontam (MOUTINHO, 2003, p. 358).

No SL os residentes negros estão visualmente mais ligados ao aspecto erótico do que à vida social, basta notar que a manifestação do corpo e da pele negra, se dá muito mais nas ilhas interracializadas ligadas à sexualidade, do que em outros espaços de sociabilidade. O estigma, ligado às manifestações práticas no SL, corrobora as estruturas coercitivas, nas quais o avatar negro, minoria na comunidade virtual, parece só ter lugar de prestígio em ambientes eróticos.

Considerações finais

O blog Família Black Br Fashion³ é um exemplo de atuações que visam promover uma “consciência negra” dentro do SL, pois mesmo desviando da aparência hegemônica dos brasileiros, utilizam seus traços e a pele negra para manifestação estética e política, sem esquecer da organização do mês da consciência negra no

³ Cf. <<http://familiablackbr.blogspot.com.br/>>.

mundo virtual, que estes residentes organizam. De acordo com Ortner (2006), mesmo com as estruturas coercitivas, os sujeitos têm agência e consciência plena ou parcial destas estruturas. E ao manifestarem suas diferenças com orgulho, ou seja, ao se afirmarem como difusores da consciência e beleza negra no SL estão sendo agentes importantes das mudanças no ambiente virtual; pois passam a ter a admiração de outros residentes, que buscam nos endereços citados no blog customização semelhante à Família Black, difundindo a pele negra e cultura afro no mundo virtual. Os marcadores considerados negativos são, assim, invertidos, usados positivamente pelos agentes na construção de seus avatares.

Ainda assim, encontramos diversas manifestações de racismo escancaradas em plataformas periféricas do SL. Em um site encontramos postados *prints* de conversas dentro do universo, nas quais há manifestação explícita do repúdio aos negros, ou mais especificamente, aos corpos negros; avatares de *skin* negra, cabelos mais cheios e cacheados. A questão do estigma erótico da pele negra também sugere certo preconceito, visto que muitos usuários criam estes avatares negros apenas para as práticas sexuais, nas quais o negro teria prestígio, mas dificulta a possibilidade de socializar em outros ambientes com esta *skin*. Ainda assim, tendo em vista a história do SL, a criação e difusão da pele negra, já está trazendo melhor aceitação em alguns espaços de sociabilidade, pois a partir da criação de um avatar negro, mesmo que destinado às práticas sexuais, alguns residentes tem a possibilidade de se afirmar como negro, e ultrapassar os limites das ilhas interracialis de sexo.

Após muitas pesquisas e conversas confirmamos o que Au (2008) afirmou em seu livro, para melhor convivência no universo, os usuários quando entram no SL, acabam por criar/escolher corpos hegemônicos a fim de facilitar a convivência e o pertencimento ao grupo. No entanto, também ressaltamos a importância dessas atuações que fogem à norma e que, mesmo sendo minoritárias, ganham visibilidade na plataforma Second Life e em seus desdobramentos noutras plataformas.

Referências

AU, W. J. (2008). *Os bastidores do Second Life: notícias de um novo mundo*. São Paulo, Ideia & Ação.

BELL, M. (2008). "Toward a definition of virtual worlds". *Journal of Virtual Worlds Research*, vol. 1, n. 1. Disponível em: <<http://journals.tdl.org/jvwr/article/view/283/237>>. Acesso em: 7 dez. 2012.

BRAZ, C. (2011). “Como num filme pornô”: notas sobre (des)controle e corpos que importam em clubes de sexo masculinos. Trabalho apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia, Belém.

GUIMARÃES JR., M. J. L. (1999a). *Sociabilidade no ciberespaço: distinção entre plataformas e ambientes*. Trabalho apresentado na 51ª Reunião Anual da SBPC – PUCRS.

_____. (1999b). *O ciberespaço como cenário para as ciências sociais*. Trabalho apresentado no Grupo Temático “A sociedade da informação e a transformação da sociologia” do IX Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre.

_____. (2004). “De pés descalços no ciberespaço: tecnologia e cultura no cotidiano de um grupo social on-line”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 123-154.

JUNGBLUT, A. (2004). “A heterogenia do mundo on-line: algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço”. *Horizontes Antropológicos*, ano 10, n. 21, p. 97-121.

LEITÃO, D. (2012). “Entre primitivos e malhas poligonais: modos de fazer, saber e aprender no mundo virtual Second Life”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, n. 38, jul/dez.

_____. (2012). “Aparências, consumo e crítica social no mundo virtual Second Life”. *Eco-Pós, Revista do programa de pós-graduação da escola de comunicação da UFRJ*, vol. 14, n. 3.

MOUTINHO, L. (2003). *Razão, “cor” e desejo: uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. Trabalho premiado no Concurso EDUSC-ANPOCS. São Paulo, Ed. UNESP.

ORTNER, S. B. (2006). *Uma atualização da teoria da prática*. Conferência pronunciada na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, Goiânia, Brasil. Tradução de Sieni Campos, revisão de Fernanda Cardozo.

SEGATA, J. (2008a). *Entre sujeitos: o ciberespaço e a ANT*. II Simpósio Nacional da ABCiber.

_____. (2008b). *Para além da pele e da tela: demarcando as fronteiras entre o humano e a máquina no ciberespaço*. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em fevereiro/2013

Da dispersão à concentração e o caminho de volta: uma análise da política entre os Waiwai

Victor Alcantara e Silva*

Resumo: O grupo a que se denomina Waiwai é hoje composto por diversos povos que habitavam de forma dispersa uma extensa área do escudo das Guianas. Atraídos pelas promessas do xamã Ewká, de uma vida pacífica e generosa, empenharam um processo de aglomeração que alterou o padrão de assentamento regional, tornando as aldeias maiores e mais sedentárias. Nesse trabalho procuro explorar o aspecto profético da pregação de Ewká e, utilizando como reflexão trabalhos sobre o profetismo Guarani, compreender o sentido da perambulação Waiwai.

Palavras-chave: etnologia, política, profetismo, Waiwai.

Introdução

Este texto retoma parte dos caminhos percorridos nos dois anos em que me dediquei a estudar a etnografia Waiwai, no trabalho que desenvolvi na monografia de graduação. O interesse pela antropologia política me levou aos estudos sobre os índios Guarani, que me influenciaram na interpretação do caso dos Waiwai, principalmente em razão de certo profetismo desenvolvido por um de seus chefes a partir do contato com os missionários. Além disso, esse percurso foi marcado pela curiosidade que desenvolvi na graduação pelo problema da transformação, quando não do desaparecimento, das sociedades indígenas a partir do “contato”.

Na antropologia, durante certo período, àqueles que escapassem do extermínio físico, restava o desaparecimento cultural. Nos estudos de “aculturação”, os índios, colocados passivamente como objetos de corrupção de sua própria cultura por aquela supostamente dominante, seriam invariavelmente tragados no decorrer da história. No entanto, dentre aqueles povos que não desapareceram de fato, vemos que eles não se dissolveram na sociedade nacional, e permaneceram afirmando sua diferença. Em um movimento mais recente, a etnologia visou positivar as relações de contato ao tratá-las da perspectiva nativa, elaborando “cosmologias de contato” (RAMOS; ALBERT, 2000). Desse ponto de vista, em vez de serem os índios uma ques-

* Graduado em Ciências Sociais – UFMG.

tão para o Estado, o próprio Estado e os brancos se tornam um problema para os índios, que, assim, se tornam protagonistas na história. No entanto, parece-me que alguns desses estudos, ao se focarem demasiado nas permanências, atenuam a ação da história sobre os ameríndios.

Observando os povos nativos atualmente, fica claro que suas condições de vida mudaram. Ainda que preservem sua distintividade, as sociedades indígenas se transformaram para se acomodar em um sistema em que não mais as relações entre povos livres é a realidade, mas em que todos estão, em alguma medida, ligados ao poder regulador do Estado. Acredito que para abordar a questão da mudança é necessário, primeiro, admitir que aquelas sociedades “selvagens” – no sentido clastreano de serem livres – de fato desapareceram. Isso não significa que foram aculturados, ou que deixaram de ser índios, mas que, em um mundo que mudou, tiveram que apreender novos conhecimentos e travar novas relações, e assim produzir modificações orientadas por uma filosofia própria.

Apresento brevemente alguns pontos a respeito dos índios Guarani a fim de refletirmos sobre essa questão, antes de passar aos Waiwai.

Ensinamentos Guarani

O estudo a respeito da mudança entre os guarani é abundante. No clássico livro de Hélène Clastres, *Terra Sem Mal*, a autora revisa algumas dessas teorias a fim de entender a mensagem religiosa desses índios, pois duvida que a religiosidade guarani seja tributária da experiência vivida nas missões do Chaco. A autora se volta então para o aspecto profético da religião guarani em torno dos mitos que tratam da Terra sem Mal. Hélène Clastres aposta que, se no passado o discurso dos *karaí*, os profetas, apontava para a possibilidade concreta da Terra sem Mal através das migrações, depois do contato e encapsulamento territorial desses grupos por parte do Estado – o que os impede de desenvolver suas vidas de acordo com os ideais tradicionais – a religião profética teria passado a anunciar o fim da existência guarani.

Os antigos profetas, ao percorrerem as aldeias, reuniam-se com os homens, que dançavam e cantavam em seu entorno, enquanto o *karaí* discursava, anunciando o fim próximo da terra, articulando-o com o mito do dilúvio que acabou com a primeira terra; lembrava aos homens as guerras e instigava a vingança; prometia a todos o acesso à Terra sem Mal, onde a flecha busca a caça sozinha e a mandioca

dá por si só, onde pode-se casar as filhas com qualquer um, onde vive-se em festa e é-se imortal. Assim reuniam milhares em grandes migrações que teriam por objetivo sua busca. A autora enfatiza o caráter de ascese da própria viagem: a migração é a realização do discurso do *karaí*, é o abandono das práticas sociais, é a tentativa dos homens viverem livres de coerção, tal como os deuses. Dessa forma, a própria lógica da migração profética determina seu fracasso: é impossível viver, como humano, fora das regras da sociedade.

Essa não seria mais a realidade atual dos Guarani, que teriam deslocado o sentido de sua religião, uma vez transformada sua sociedade pelas condições impostas pela dominação pelos brancos. Antes livres, os Guarani agora estariam conscientes de seu fim. Dessa forma, a religião teria se tornado local de afirmação de diferença em relação aos brancos, ao mesmo tempo em que a Terra sem Mal se deslocou da concretude para o plano metafísico, uma vez que as migrações se tornaram impossíveis. Existir como Guarani, atualmente, é experimentar uma condição ambígua, pois ao mesmo tempo em que são depositários dos deuses e devem seguir as regras sociais enviadas por eles a fim de atingir sua morada, seria preciso negá-las para se igualar às divindades. Assim, a sociedade e os laços que a constituem apareceriam, hoje, como meio para a imortalidade. Dessa maneira, os antigos guaranis negariam radicalmente a sociedade, enquanto os atuais a validariam como meio de conquistar a imortalidade.

No entanto, apontam Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha (CARNEIRO DA CUNHA, 2009) que os dois únicos aspectos não negados pelos antigos *karaí*, a vingança e o canibalismo, eram justamente o fundamento da sociedade tupi-guarani, e o meio através do qual o guerreiro atingia a imortalidade. Penso, assim, que tanto no passado quanto agora, a busca pela imortalidade passaria ao mesmo tempo por negar certos valores enquanto se busca efetivar outros, que são o cerne da sociedade. Como nota Renato Sztutman (2009), essa “consciência do fim”, que Hélène Clastres identifica, arrasta-se pelo tempo sem que os Guarani de fato tenham desaparecido.

As migrações e deslocamentos poderiam então ser vistos como forma de ajustamento do plano da socialidade visando às condições que possibilitem que um desejo coletivo, que os antigos *karaí* sabiam expressar, efetue-se aqui e agora, baseadas em um fundo metafísico ligado à imortalidade. Assim, as migrações poderiam ser vistas como fruto de motivações múltiplas, não apenas de caráter religioso.

Retomarei mais a frente o assunto, depois de termos passado pelo caso dos Waiwai, a fim de extrair algumas considerações dessa apresentação dos Guarani. Aponto agora apenas que me parece que a separação rígida entre interior e exterior da “cultura” no estudo de Hélène Clastres faz com que toda mudança, sendo externa ao universo indígena, torne-se negativa e corruptora, degenerando de um suposto modo de vida tradicional. Dessa perspectiva, mudar parece necessariamente iniciar um processo de destruição, e nesse caso o destino dos índios seria, de fato, desaparecer.

Um profetismo Waiwai?

Essa questão é importante quando olhamos hoje para os povos indígenas. Os historiadores já mostraram que mesmo aqueles mais remotos grupos, os “isolados”, estão ligados aos acontecimentos históricos da invasão europeia, problematizando a ideia de um modo “tradicional” de vida associado ao quadro observado etnograficamente.

O caso dos Waiwai permite que acompanhem parte dessas mudanças na História. Esse grupo é hoje formado por diversos povos que habitavam de forma dispersa uma área extensa próxima à Serra do Acari, que divide Brasil e Guianas, como os Xereu, Katuena, Mawayana, dentre outros. A partir da década de 1960, quando missionários norte-americanos se estabelecem permanentemente na região, ocorre uma brusca alteração nas relações indígenas e no padrão de assentamento regional. A partir de sua instalação próxima a uma dessas aldeias, cujos habitantes os guias Wapixana que os acompanhavam denominavam Waiwai, e a conversão de um prestigioso xamã regional, chamado Ewká, têm início expedições de busca a fim de atrair mais pessoas para a base da missão na então Guiana Inglesa.

Essas expedições, das quais Ewká e outros índios tomavam parte, lograram atrair vários grupos para o arredor da aldeia do ex-xamã, que aos poucos se tornou um chefe geral nesse novo contexto, em que os diferentes grupos, às vezes antigos inimigos, passavam a compartilhar um mesmo espaço comunitário. Essa nova configuração contrasta com o padrão tradicional consagrado na etnografia, de pequenas aldeias autônomas e dispersas entre si (cf. RIVIÈRE, 2001).

No ano de 2011, passei cerca de 20 dias em uma aldeia Waiwai, chamada Takara, na margem direita do baixo rio Mapuera, afluente do Trombetas. Havia dois homens bastante velhos na aldeia, Wihxo e Wiku, ambos com cerca de 90 anos de

idade, com os quais pude conversar. Assim fiquei sabendo que a antiga aldeia de Wihxo foi visitada por uma dessas expedições. Segundo seu filho, Asadó, quando Ewká chegou com os missionários, Wihxo desconfiou de suas intenções e não seguiu com eles para a missão (cf. DIAS JR., 2006, p. 46). No entanto, Asadó foi com a expedição, e algum tempo depois toda a aldeia seguiu para lá. Segundo me contou o velho, essa expedição deixou com eles apenas um terçado, com a promessa de que receberiam mais na missão. Sua aldeia foi contactada nas cabeceiras do rio Mapuera, onde haviam se estabelecido próximo aos índios Parukoto depois de uma série de migrações, após seu pai ter sido morto em uma aldeia no rio Cachorro. Wihxo disse que nessa época havia muita briga entre e dentro das próprias aldeias, que se cindiam.

Ambos disseram que, à medida que iam chegando novos moradores à missão, Ewká lhes falava longamente: dizia o ex-xamã que conhecia a vida deles e que deviam abandonar toda a feitiçaria, as bebidas fermentadas, o xamanismo e ficar somente com Deus. Obviamente isso não era prontamente aceito. O pessoal de Wihxo realizou festas escondidas durante algum tempo, até que a pressão dos missionários os fez parar de vez, para sua infelicidade. Do grupo de Wiku, algumas pessoas daquelas aldeias contactadas retornaram ao Cachorro após se abastecerem com os missionários. Anos depois, quando os parentes da missão resolveram visitá-los, se depararam com uma população dispersa, doente e reduzida pelas brigas. Resolvem todos então seguir novamente para a missão, onde se instalaram.

A narrativa dos velhos vai ao encontro daquelas consagradas na literatura sobre os Waiwai, que apontam o discurso de Ewká carregado de promessas de uma vida generosa e em paz para aqueles que vivessem próximos à missão, onde as guerras e o rapto de mulheres não teria lugar. A construção dessa forma de organização exigiu uma série de alterações em relação à forma de vida que levavam antes. Como se vê, ela passa inicialmente pela promessa de uma boa vida, pacífica e generosa, e pelo controle de alguns elementos tradicionais. Paralelamente à transformação das relações com suas entidades, há um rearranjo da política aldeã que possibilita, ao mesmo tempo em que cria, o contexto aglomerado: uma identidade genérica Waiwai foi sendo criada a partir da alfabetização e compartilhamento de valores, as aldeias passaram a se organizar em casas familiares dispostas em “bairros”, a chefia, antes ligada ao xamã, foi desdobrada em várias figuras, principalmente o cacique e pastor, que foram distribuídas entre os núcleos familiares que passaram a formar as aldeias.

Foi com essa imagem de transformações que fui a campo e escutei Wihxo e Wiku. De certa maneira, suas falas corresponderam ao que eu havia absorvido das leituras, mas também apontaram outros aspectos: ao tentar saber de Wihxo a diferença da vida antes e depois da aglomeração, ele me respondeu simplesmente que era “nenhuma”, e que continuavam vivendo como antes, resposta que me deixou confuso. Posteriormente, relembro suas palavras, percebi que a referência a algumas mudanças negativas vividas por ele, como o fim das festas tradicionais, o abandono dos adornos e a adoção de roupas, a alteração da relação entre as aldeias, convivem com outras positivas, como a satisfação com a aldeia em que reside. Explico: Wihxo, se referindo à época da morte de seu pai, seguida pela fuga e migração pelo Mapuera, disse ser aquela uma vida muito dura, e que, sem as ferramentas de ferro, era muito difícil abrir as roças. Apontando para os arredores de Takara, disse satisfeito que hoje em dia as roças são grandes e que há muita fartura.

Apesar das mudanças reconhecidas, ele considera que não há diferença entre a vida antes e depois da evangelização e aglomeração. Dessa forma, penso que houve a manutenção daquilo que Joanna Overing (2002) definiu como um “senso de comunidade” nativo entre os Waiwai. Apesar de ocorrerem transformações na morfologia social e política, na relação com os espíritos, na escatologia e etiologia, além ainda de diversos implementos técnicos, os princípios morais e filosóficos - ou cosmológicos -, que regem a socialidade, aparentemente não foram substituídos.

Se atentarmos para a história da região, podemos compreender melhor a conversão e a aglomeração iniciada a partir do contato com os missionários. A fala de Wihxo parece apontar para um traço fundamental da dinâmica política indígena, em que o constante deslocamento permite a aquisição de certos conhecimentos que possibilitam a realização de um ideal de vida, que nas Guianas está ligado à valorização da autonomia. Como Overing (1991) argumentou, para entendermos a organização social e política indígena, seria preciso levarmos a sério sua concepção do que é o “social”, que, nas Guianas, estaria ligado à ideia de que o *socius* é meio de se evitar relações de dominação.

No caso dos Waiwai, Catherine Howard (2002) indica que o sentimento que deve prevalecer na aldeia é aquele *Tawake*, de convivialidade ou pacificidade, produzido pela convivência harmônica e pelo fluxo das trocas sociais, da generosidade e da troca recíproca, o que se atinge entre parentes. As festas, por exemplo, são vistas como momentos em que esse sentimento é revitalizado através do estado gene-

realizado de reciprocidade e o espaço da aldeia é local em que um chefe é responsável por guiar os sentimentos coletivos, resolver conflitos, motivar os trabalhos, constituir a paz na comunidade. O comportamento solitário e agressivo é constantemente desencorajado, pois é típico das relações travadas com estrangeiros e associado ao exterior da socialidade Waiwai.

Nas conversas com os velhos, as constantes referências às brigas corroboram a descrição de viajantes e etnógrafos que percorreram a região antes do início da conversão. Os relatos de epidemias e de guerras são constantes, bem como o de extermínio de aldeias inteiras. Ruben Caixeta de Queiroz (1999) aponta que a doença entre os Waiwai era interpretada na lógica xamânica, e assim desencadeava ciclos de vingança, uma vez que tinham intenção humana. De fato, em campo, não ouvi dos velhos relatos de doenças em tempos antigos, apenas de morte por “sopro”, pauladas ou flechadas, decorrente de brigas. A doença, assim, engendrava um tipo de guerra que, por sua escala, escapava à lógica da reciprocidade canibal, que parece ter sido outrora a realidade na região, e causava certa perversão nas relações nativas (DREYFUS, 1993). Ainda Caixeta de Queiroz defende que as transformações iniciadas com a missão guardam relação com o passado, pois seriam o aprofundamento de estratégias de sobrevivência que já estavam em curso, como a migração pelo território buscando tanto o afastamento dos inimigos, mas também a aproximação e fusão com grupos aliados.

Tendo esse quadro em mente, podemos avaliar melhor as mudanças que os Waiwai produziram. Após a chegada dos missionários, em torno dos quais havia tanto apreensão quanto interesse, Ewká se torna figura central, uma vez que, escolhido pelos norte-americanos por ser um chefe em ascensão, passa a ter relação privilegiada com eles. Assim, penso que, devido ao prestígio adquirido nesse processo, que em grande medida escapa ao seu controle, Ewká se tornou momentaneamente capaz de rearticular antigas redes (ao mesmo tempo em que criou novas) que uniam esses diversos grupos.

Seu discurso indica as transformações necessárias para que o aglomerado possa se formar, pois se refere principalmente à supressão do conflito, causador de dispersão, através do controle da feitiçaria e das festas de bebida. No quadro de depopulação e doenças enfrentado pelos indígenas na primeira metade do século XX, a missão parece ter sido um meio eficaz de refrear esse processo. A etnografia contém referências à intensa perambulação do ex-xamã por aldeias diversas a fim

de atrair os índios, sob a promessa de uma vida melhor. Esse aspecto algo profético de Ewká talvez não seja fortuito, pois pode ter encontrado respaldo no anseio dos índios em por fim a uma situação negativa. Howard aponta ainda que, paralelamente às promessas de Ewká, havia a ênfase escatológica da pregação evangélica, o que teria disseminado a apreensão do fim do mundo na região.

Dessa maneira, a fala de Wihxo aponta para questões importantes: primeiro, que aquele quadro de ocupação tido como “tradicional”, de aldeias pequenas e impermanentes, pelo menos no caso dos Waiwai, deve ser tomado como um momento específico de sua história, ligado a um período negativo, de constantes conflitos e fugas. Segundo, que a migração aparece como forma de novamente dar curso a um ideal de vida, ou ajustar as relações sociais com vistas a efetivar certos desejos.

Nota final: o movimento como política

Resta ainda a questão de saber por que esses grupos de certa forma abriram mão de sua liberdade para se juntar aos Waiwai e aos missionários, que, como vimos, os pressionavam para alterar certos costumes. Howard aponta, inclusive, que os Waiwai constituíam relações assimétricas com os grupos atraídos devido ao acesso privilegiado aos missionários. Enfatizando o processo de “waiwaização”, isto é, de transformação dos antigos grupos em Waiwai através tanto do controle político, quanto da educação moral e das trocas matrimoniais, a autora parece construir uma imagem em que a diferença e o perigo da convivência entre os diferentes povos se atenuou. De fato, parece haver uma ênfase nativa nessa atenuação, pois é sabida da tendência ao mascaramento da afinidade no interior das aldeias guianenses devido ao perigo representado pelo exterior.

Porém, se no momento de sua pesquisa os Waiwai enfatizavam a unidade, agora, que passam por um processo intenso de dispersão, a diferença é constantemente explicitada, ligada aos antigos grupos atraídos e a seus respectivos lugares de origem. Dessa forma, é possível perceber que, paralelamente à “waiwaização”, houve e há a produção de diferença no interior do aglomerado. Os antigos grupos se perpetuam nas aldeias, ligados a um passado e origem comuns, e reafirmam essa diferença em diversos momentos. A forma de organização dos “bairros” seguiu os mesmos princípios das antigas casas coletivas, gerando disputa política no interior da aldeia. Segundo Howard, nesses conflitos, não raro o grupo politicamente proeminente re-preendia aqueles incorporados mais recentemente, referindo seu comportamento

ao fato de não serem waiwai, reforçando o ideal de sua centralidade política e reavivando os princípios que fundamentam o pertencimento a sua “ordem”.

Como foi possível perceber em campo, essa ordem, no entanto, não é permanente: tão logo os outros grupos são incorporados, assumem diferentes posições. Assim, se há a assimetria, ela não fixa as posições. E nos conflitos que surgem, o pertencimento à ordem Waiwai é antes evocada como um compartilhamento de valores do que ligada a privilégios de um grupo específico e garantidos hereditariamente. Assim, julgo que se no passado esses diversos grupos buscaram a missão como forma de satisfazer um anseio pelo fim dos conflitos generalizados, o acesso aos remédios e bens ocidentais, isso não significou se subordinar a um sistema de dominação política. Pelo contrário, parece-me que a busca por relações diretas com os missionários tinha como motivação não depender da mediação de outros grupos pelo acesso aos bens e recursos desejados, o que, atualmente, efetivou-se.

E que podemos concluir? Acredito que podemos pensar no profetismo não apenas como um momento, mas como uma via do pensamento, que no caso dos Waiwai possibilitou que naquele contexto específico eles dessem curso ao processo de aprendizado e incorporação do exterior de elementos que julgaram importantes. Incorporação essa que no caso desses índios parece ser mais da domesticação que da predação. Retomando mais uma vez Sztutman (2009), não é também político o sentido da busca da Terra sem Mal? Isto é, ela não aponta para um adequamento das relações terrenas tendo em vista um ideal – ainda que ele baseie-se no pós-morte?¹ Dessa maneira, podemos pensar que o longo caminho percorrido pelos grupos que compõem os Waiwai tem a ver com o ajustamento de um ideal de vida, que, nas Guianas, sabemos estar ligado à valorização da autonomia.

Em pouco mais de 60 anos, os Waiwai aprenderam muito com suas perambulações: as grandes canoas de tronco, aprendidas com os Wapixana, que possibilitaram a circulação por áreas distantes em busca de isolados; aprenderam, aos poucos, a serem índios enquanto categoria jurídica, ao passo que lidavam com órgãos federais e os missionários, e assim a garantir direitos perante o Estado; passaram a lidar

¹ Também entre os Waiwai o destino pós-vida atual implica em atingir um lugar em que “*everyone is decked in their most 'beautiful' bead and feather finery all the time and engaged in perpetual feasting, dancing and laughter. Each soul obtains a new spouse. No one has to work; nothing ever decays and food and wealth items just appear on their own. No one ages and no one can die; weapons would just pass through their diaphanous spirit-bodies*” (HOWARD apud Caixeta de Queiroz, 1999, p. 278).

com o dinheiro e com isso a depender menos da mediação dos missionários e órgãos públicos para o acesso aos bens; introduziram a escola, pois assim podem entender melhor os brancos e formar seus próprios profissionais; aprenderam português, inglês, francês, e assim perambulam eles mesmos pelas cidades do Brasil, Suriname, Guiana; produziram, com base na relação entre os *Yana*² e deles com os brancos, um tipo de conduta pacífica que permite que as aldeias se tornem locais de reunião de objetos e relações que julgam produzir felicidade.

O movimento que vemos hoje, de dispersão, carrega toda essa incorporação. As novas aldeias, ainda que pequenas e sociologicamente próximas daquelas do passado, não serão mais como estas. No passado, o discurso algo profético de Ewká encontrou expectativa entre aqueles que viviam perambulando pelas Guianas, ajuntando-os. E, depois do longo tempo vivendo não apenas *com*, mas *como* Waiwai, que possibilitou a aquisição do conhecimento necessário à produção de uma existência autônoma nesse novo mundo em que foram inseridos, talvez seja a hora de voltar para casa e exercê-lo em suas próprias comunidades, em um novo ciclo de dispersões e associações.

Referências

CAIXETA DE QUEIROZ, R. (1999). "A saga de Ewká: epidemias e evangelização entre os Waiwai". In: WRIGHT, R. (Org.). *Transformando os deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas, Ed. Unicamp.

CLASTRES, H. (1978). *Terra sem Mal*. São Paulo: Editora Brasiliense.

DIAS JR., C. M. (2006). *Entrelinhas de uma rede. Entre linhas Waiwai*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP.

DREYFUS, S. (1993). "Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental de 1613 a 1796". In: Viveiros de Castro, E.; CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). *Amazônia: etnologia e história indígena*. São Paulo, NHII/USP/FAPESP, p. 19-41.

HOWARD, C. (2002). *Wrought identities: the Waiwai expeditions in search of the "unseen tribes" of northern Amazonia*. Tese de Doutorado. Chicago/Illinois, The University of Chicago.

² Sufixo que identifica alguma "gente", geralmente a partir do local de habitação, por exemplo Kahyana, Kaxuyana, Mawayana, Tunayana, Tikyana, etc.

OVERING, J. (1991). "A estética da produção e o senso de comunidade entre os Cubeo e os Piaroa". *Revista de Antropologia*, n. 34. São Paulo, USP.

_____. (2002). "Estruturas elementares da reciprocidade". *Cadernos de Campo*, n. 10, ano 11. São Paulo, PPGAS/USP.

RAMOS, A.; ALBERT, B. (Org.). (2000). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo, Ed. UNESP.

RIVIÈRE, P. (2001). *Indivíduo e sociedade na Guiana: um estudo comparativo da organização social ameríndia*. São Paulo, Edusp.

SZTUTMAN, R. (2009). "Religião nômade ou germe do Estado? Pierre e Hélène Clastres e a vertigem Tupi". São Paulo, *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 83.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em fevereiro/2013

Empresas intensivas em conhecimento: internacionalização, interação com o Estado e com a universidade

**Diogo Serafim Schmidt, Juliana Passos de Mello & Lucas Silveira
de Moura***

Resumo: Este artigo elabora sobre dados produzidos pela pesquisa realizada pela prof^a. S. K. Guimarães¹, que analisou seis empresas intensivas em conhecimento, bem sucedidas em suas atividades de inovação e de internacionalização. Segundo a autora, o interesse do tema decorre da relevância da inovação e internacionalização para o desenvolvimento econômico sustentável, na atualidade. O artigo examina os processos de internacionalização a partir do exame de condições institucionais e sócio-econômicas, bem como, valores presentes entre os empreendedores, que os fazem perseguir a internacionalização, apesar das dificuldades, em um país como o Brasil. Essas questões foram examinadas por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas entre empreendedores de empresas internacionalizadas. O presente artigo estendeu a análise, utilizando-se dos dados já coletados, de alguns resultados produzidos pela pesquisa acima indicada e, também, pelo survey realizado pelo mesmo grupo. Alguns estudos afirmam que na chamada economia do conhecimento, para que se efetive a inovação qualificada, capaz de alcançar a internacionalização, seria fundamental consolidar a interação entre empresa, universidade e Estado. Partindo deste pressuposto, este artigo foca sobre a natureza da interação entre empresas, universidades e Estado, nas empresas investigadas.

Palavras-chave: inovação tecnológica, hélice tríplice, internacionalização.

Introdução

O estudo partiu da necessidade de conhecer, ainda que de forma incipiente, os fenômenos que caracterizam o denominado capitalismo informacional (CASTELLS, 1999) ou sociedade da informação e que impõem sérios desafios às economias emergentes, como o Brasil. Sendo a inovação o motor desse novo estágio do capitalismo, tornou-se necessário estimular a cultura da inovação, por meio de uma aproximação entre o setor produtivo e as principais fontes de conhecimento da sociedade, ou seja, a universidade e os centros de pesquisa, para que se produza a transferência, do conhecimento científico para a empresa, que utilizará o referido

* Graduandos em Ciências Sociais – UFRGS.

¹ A referida pesquisa resultou no artigo “International entrepreneurship in an emergent economy” (GUIMARÃES, 2011).

conhecimento para a geração de inovação – conhecimento aplicado, transformado em produto, serviço ou processo, a ser disponibilizado para o mercado. Outro agente igualmente relevante no novo contexto é o Estado. O modelo de interação entre universidade, empresa e Estado é denominado, por Etzkowitz (2009), de “hélice tríplice” e, segundo o autor, a importância dessa aliança decorre da complexidade e rapidez das mudanças tecnológicas atuais, baseadas em conhecimento científico. Contudo, a transferência do conhecimento não é automática; a interação universidade-empresa permite acelerar esse processo, enquanto o Estado deve criar incentivos e estímulos para que se desenvolva um ambiente propício à inovação. Cada elemento da hélice tríplice desempenha seu próprio papel e interage com o outro para possibilitar a inovação, preservando suas características e autonomia. A universidade produz conhecimento, a empresa é o ator-chave e *lócus* de produção e o Estado é a fonte de relações contratuais que possibilitam interações estáveis e o intercâmbio entre os atores.

Ao mesmo tempo, segundo o modelo da hélice tríplice, as interações permitem que cada ator “assuma o papel do outro”, sem perder seus papéis originais e suas identidades distintas (ETZKOWITZ, 2009). A universidade estimula o surgimento de novas empresas a partir da pesquisa científica, introduzindo a “capitalização do conhecimento” como um objetivo acadêmico. As empresas agem como universidades ao desenvolver Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para alcançar níveis mais qualificados de produção, compartilhando o conhecimento por meio de parcerias com organizações científicas e empresariais. O Estado mantém sua atividade regulatória, mas também age como capitalista público através de *joint ventures* (ETZKOWITZ, 2009). A teoria da hélice tríplice considera a universidade como a fonte de empreendedorismo e tecnologia, assim como de novos conhecimentos.

Inovação tecnológica em empresas localizadas em incubadoras ou parques tecnológicos

Para uma melhor delimitação do tema, apresentamos a definição de inovação tecnológica, utilizada pela PINTEC (2008), baseada, por sua vez, no *Manual de Oslo* (2004) – principal documento internacional, elaborado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), contendo proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica –, definida como a introdução no mercado de um produto (bem ou serviço) novo ou substancialmente

aprimorado, ou pela introdução na empresa de um processo novo ou substancialmente aprimorado. Essa foi também a definição empregada neste estudo.

A inovação realizada pela empresa pode ser incremental – a grande maioria dos casos, em especial no Brasil – ou, radical, como ocorre, em geral, nos países industrialmente avançados. A inovação incremental é uma melhoria no produto, processo ou na organização da produção no interior de uma empresa, já existente, sem alterar a estrutura industrial, próxima à imitação. No caso de um produto, é considerada inovação incremental, sempre que não houver alteração em suas funções básicas, mesmo que se utilizem novos materiais. Por sua vez, a inovação radical introduz um novo produto, processo ou forma de organização da produção, processando-se mudança significativa. A urna eletrônica brasileira, desenvolvida em Florianópolis, pela Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras (CERTI), pode ser considerada uma inovação radical, por introduzir um novo produto que representou mudança no processamento eleitoral; o voto manual foi substituído pelo voto eletrônico. Entretanto, a inovação radical não é a norma no Brasil, nem foi o resultado encontrado pela pesquisa agora examinada, que evidenciou o nível incremental de inovação das empresas investigadas, ou seja, inovação que não ultrapassa a fronteira científica mundial. Neste artigo não discutiremos a cerca de outros tipos ou categorias de inovação existentes, como a inovação social e a inovação organizacional.

Para melhor compreender o baixo grau de inovação da produção brasileira, deve-se considerar que a industrialização seguiu o modelo baseado na substituição de importações. Para De Negri (2005), o modelo de industrialização substitutiva de importações, vigente pelo menos entre 1930 e 1960, deu musculatura à indústria brasileira, porém, faltou ao Brasil ter como meta a liderança em mercados externos. Alguns países que se destacaram nos anos 80 e 90, como Japão, Coréia do Sul e China, apresentaram um quadro semelhante ao do Brasil, estando a diferença no enfrentamento à competição em mercados internacionais. No final dos anos 80, após a abertura comercial, a indústria brasileira ressentiu-se das características deixadas pelo modelo de substituição de importações, como acomodação, falta de estímulo para inovar e para criar inovações e, principalmente, para satisfazer os consumidores, em termos de preço e qualidade. No Brasil, a indústria orientou sua produção para o mercado interno e seu esforço tecnológico manteve-se em adaptar ao mercado brasileiro produtos de tecnologia externa.

Resultados da pesquisa *Construção da inovação através de redes de cooperação universidade-empresa: análise das iniciativas e estratégias de cooperação no Rio Grande do Sul*² apontaram para o baixo grau de inovação tecnológica da maior parte das 81 empresas intensivas em conhecimento investigadas; contudo, 19 declararam envolvimento com atividades internacionais, o que supõe capacidade de enfrentar competição no mercado mundial. Das 19 empresas internacionalizadas, seis casos considerados bem-sucedidos foram investigados. O objetivo da pesquisa, que era exploratória, foi o de conhecer as formas e os mecanismos presentes no processo de internacionalização (considerando não apenas envolvimento com o comércio internacional, mas também atividades como parcerias em P&D, *joint ventures* ou filiais no exterior). Conforme constata a literatura, observa-se a ocorrência de novas dinâmicas nos processos de internacionalização. Em passado recente, os principais envolvidos em processos de internacionalização eram as grandes empresas, contudo, com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs), junto à crescente importância da produção baseada em conhecimento intensivo, esse cenário se transformou. Novos “*players in the game*” emergem (RUZZIER *et al.*, 2006): as pequenas e médias empresas (PMEs). Assim, estamos diante de uma conjuntura em que as PMEs adquirem papel de destaque na economia mundial, mobilizando recursos econômicos e sociais, que diferem dos das grandes empresas e de empresas voltadas para o mercado doméstico.

O cenário econômico mundial se reestrutura, em grande parte, devido ao aumento da relevância da produção de bens e serviços baseados em conhecimento e da crescente descentralização de P&D, o que possibilita a emergência do empreendedorismo intensivo em conhecimento, também, em países emergentes, situados fora do antigo eixo principal, dominado pela América do Norte, Europa e Japão.

Em países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Grã-Bretanha, em média, 85% dos gastos em P&D se concentram em setores intensivos em tecnologia: eletrônica (25%), química, farmácia e petroquímica (18%), aeronáutica (17%), equipamentos de escritório, instrumentos de precisão e computadores (14%), automóveis, e outros meios de transporte (11%) (CARNEIRO, 2008).

² A pesquisa foi realizada, entre novembro de 2008 e fevereiro de 2010, pelo Grupo de Pesquisa sobre Trabalho na Sociedade Contemporânea da UFRGS.

Contudo, apesar do aumento de investimentos por parte de países emergentes no desenvolvimento de produtos com alto valor agregado pelo conhecimento, o Brasil, líder entre os países da América Latina, ainda tem como característica baixa taxa de exportação de produtos com inovações de alta intensidade tecnológica, prevalecendo a inovação e exportação de produtos com inovação incremental (GUIMARÃES, 2011).

A literatura sobre empreendedorismo e internacionalização concentra-se em países da Europa e nos Estados Unidos, e tem como característica estudos que enfatizam ou aspectos institucionais ou aspectos subjetivos do empreendedor. Alguns desses estudos partem da concepção de que os processos de internacionalização seriam fruto de um processo linear, em que a empresa passaria por uma consolidação em seu mercado regional e nacional, e somente depois se internacionalizaria. O alicerce dessa ideia é a teoria da *psychic distance*, que pressupõe que o baixo nível de diferença cultural e a distância geográfica seriam elementos que possibilitariam um maior sucesso nas práticas de internacionalização (KUEMMERE apud Guimarães, 2011). As seis empresas investigadas no estudo de Guimarães, atuavam nos setores de biotecnologia e *software*. Os produtos são intensivos em tecnologia e as empresas são caracterizadas pelos vínculos com o meio acadêmico. O artigo (GUIMARÃES, 2011) mostra que a internacionalização não possui padrões específicos e que a prática é realizada a partir de diferentes estratégias, de acordo com o setor em que atua a empresa e os valores dos empreendedores. O setor de informática é caracterizado por forte dinâmica de inovação, ainda que com predomínio incremental. Os produtos dessa atividade econômica não possuem uma vida muito longa, devido à rapidez das inovações, ao grande número de empresas inovadoras nessa área, e por não serem necessários grandes investimentos para a sua realização. Em contrapartida, o setor de biotecnologia necessita de grande investimento financeiro, devido aos altos custos em P&D, sendo também um setor onde o dispêndio de tempo é muito elevado, o que aumenta o risco e a incerteza, além de requerer alta qualificação do pessoal ocupado na empresa.

As entrevistas da pesquisa exploratória continham inúmeras informações relevantes sobre a interação dessas empresas internacionalizadas com a universidade e com o Estado que não foram explorados no artigo de Guimarães, e que são analisadas no presente artigo. A hipótese que norteou o estudo que ora apresentamos é de que os possíveis vínculos das empresas com a universidade e com o Estado facilitam

o processo de internacionalização. Com auxílio do *software* Nvivo 9, categorizou-se as entrevistas para análise de discurso. Apresentaremos, a seguir, os casos das empresas estudadas no que concerne às relações com a universidade e com o Estado, e demais informações relevantes, ilustradas pelo discurso dos empreendedores. Segue tabela com dados referentes às empresas estudadas:

Tabela 1 – Dados das empresas

Empresas	Área de Atuação	Localização	Nº de Funcionários
A	TI – Desenvolvimento de Sistemas	PUCRS	30
B	TI – Desenvolvimento de <i>Software</i>	UNISINOS	5
C	Tecnologia Eletrônica – Entretenimento e Informação	UNISC	100
D	Telecomunicações e TI	UNISINOS	90
E	Biotecnologia	PUCRS	22
F	Engenharia – Aplicação do Ozônio	PUCRS	12

Fonte: os autores.

As entrevistas

Todas as empresas investigadas mantinham relações, formais em alguns casos e informais em outros, com a universidade. Em relação à interação com o Estado, ficaram evidentes as críticas à dificuldade de acesso aos recursos governamentais; e as dificuldades criadas pela variação cambial, especificamente a valorização do real frente ao dólar, que vigorava à época. Inclusive, a variação cambial foi muito citada como um fator que representava tanto risco de perdas como de ganhos no processo de internacionalização, em decorrência da desvalorização ou valorização do dólar.

Os empreendedores referem-se à universidade como fonte de produção de conhecimento, informação e inovação, como também, é citada a função da universidade como provedora de estrutura física, no caso de empresas incubadas ou que funcionavam em parques tecnológicos. Em termos de parceria de pesquisa para criação e aprimoramento de bens, produtos ou serviços, detectou-se que cinco das seis empresas investigadas haviam firmado acordos formais com a instituição universitária ou com pesquisadores/doutores atuantes na universidade. Cinco das empresas seguiam o modelo formal de cooperação de pesquisa. A exceção foi a empresa B, cujo empreendedor afirmou que o ambiente em si serve para livre troca de informação e formação de redes, independente de vínculos formais, conforme trecho a seguir:

Tem algumas coisas mais formais, que são serviços que a universidade pode prestar para as empresas, e tem uma coisa mais informal, mais natural do ambiente mesmo. Então, se eu conheço vários professores, por ser incubado aqui e tudo mais, então acabo encontrando, conversando, aí eles conhecem o produto, e estão em sala de aula falando sobre um assunto que está relacionado, e então eles falam que tem uma empresa no pólo que trabalha com isso... Acontece bastante.

As empresas C e E representam o fenômeno do professor/pesquisador empreendedor, pois têm como fundadores, respectivamente, o coordenador do curso de Ciências da Computação de uma das universidades, e no caso da segunda empresa, uma pesquisadora já aposentada cujos sócios são também professores acadêmicos. Ambas as empresas contam com estudantes de graduação e pós-graduação no corpo de funcionários, geralmente indicados pelos próprios professores. Existem diferenças quanto ao nível de escolaridade dos funcionários de acordo com o setor da empresa; as de biotecnologia, por exemplo, necessitam de pessoas com maior qualificação devido à complexidade da atividade. Uma peculiaridade da empresa C é que ela contratou um aluno intercambista que visitou a universidade, ele conheceu a empresa e tornou-se representante comercial dessa em seu país de origem, um caso no qual a universidade claramente propiciou informalmente a internacionalização da empresa. A empresa E conta com cinco doutores, dois mestres, dois mestrandos, três técnicos da escola da UFRGS, e uma graduanda. Pode-se observar, neste caso, como a universidade serve para a captação de recursos humanos qualificados e, também, segundo a sócia, para questões infraestruturais e de proximidade:

Nós tínhamos um outro endereço, montamos fora. Mas aí não funciona, esse tipo de empresa não funciona sem estar ao lado, sem tu estares dentro de um ambiente como um

Parque Tecnológico. Que no nosso caso, é extremamente importante a segurança. Nós trabalhamos dia e noite.

Os sócios das empresas A, D e F contaram com a universidade para parcerias e convênios formais para projetos de pesquisa específicos e para P&D. A empresa A firmou parcerias com doutores para aprimorar seu serviço de desenvolvimento de *softwares* customizados e para diferenciar-se no mercado:

Nós temos um projeto desde 2005 com a universidade, como a minha área é software, e desenvolvê-lo é uma coisa que na prática 90% das empresas desenvolvem artesanalmente, mas eu nunca estive satisfeito com isso. Então eu estou trabalhando com dois doutores de engenharia de software que é para melhorar o processo, trazer mais engenharia para dentro do processo de desenvolvimento.

O resultado dessa colaboração, segundo o empreendedor, gera novas pesquisas acadêmicas que eventualmente podem servir para a empresa. A empresa D conta com duas equipes de P&D na UFRGS, além da equipe interna. Outro tipo de parceria, na qual a universidade procura a empresa, também existe, segundo o sócio:

E também tem um outro projeto que a gente ganhou que fizemos com a UFRGS. A UFRGS que ganha, mas eles têm que fazer junto com uma empresa. É um projeto conjunto.

Surgida de um trabalho de conclusão de curso, a empresa F nasceu na universidade, a partir de um grupo de colegas. É a única empresa que mantém convênios com diversas universidades, conforme o empreendedor: “A gente faz toda a parte de P&D e os convênios com as universidades. A gente gerencia através do Tecnopuc. Somos conveniados com a Unisinos, a UFRGS, a PUCRS, a Feevale, a Univale e a faculdade de Botocatu”. Na Unisinos, foi criado um laboratório especificamente para ozônio (objeto de P&D da empresa), com auxílio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e a empresa procura incentivar pesquisas que no futuro possam gerar produtos ou serviços que terão seu retorno econômico dividido com a universidade.

Nos casos estudados, o governo é representado pelos empreendedores como controlador do aparato burocrático, fonte para obtenção de recursos (financiamento) e subvenções, e como fomentador de redes para a internacionalização. A questão mais abordada foi a do financiamento, em específico, a dificuldade de acesso aos recursos disponibilizados pelo governo. Desde final dos anos 90, os governos têm

realizado esforços para incentivar a implementação de inovações no país. A criação dos Fundos Setoriais pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), em 1999, as Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (2003), a Lei de Inovação (2004), Lei nº 11.196, de 21/11/2005, ou “Lei do Bem” (2006) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (2008), são marcos legais recentes que visam a fomentar a inovação tecnológica no Brasil. A percepção dos empreendedores, entretanto, é de que não tem sido efetivo esse esforço governamental.

Foi unânime a observação, mesmo entre as empresas que conseguiram acesso ao financiamento, sobre a dificuldade de obtê-lo. Estudando os casos específicos, pode-se observar que duas empresas foram contempladas pelo financiamento, mas apenas uma, a empresa E, dentre seis, de fato já conseguiu ter acesso à verba para subsidiar a pesquisa: “*Nós passamos quatro anos tentando pedir e não conseguimos nunca (...). Mas hoje qualquer projeto que a gente coloca a gente ganha.*”. Por outro lado, a empresa A não realiza esforços para acessar os recursos:

Eu não sei, tem um projeto que até a gente pensou em pegar [financiamento], mas como para nós não era uma questão, ou faz o projeto com financiamento ou não faz, e tinha toda uma burocracia que nós teríamos que gastar energia, que eu acho que é certo, eu não estou discutindo isso, então nós achamos por bem, não, vamos deixar pra quem precisa, né?!

Segundo os entrevistados, a especificidade dos editais gera vantagem às empresas que contratam profissionais para elaboração de projetos para lidar com a burocracia inerente a eles; como ilustram, respectivamente, as falas dos empreendedores B e F:

Mas o que acontece é o seguinte: o governo cria um edital distribuindo dinheiro, só que muitas vezes para áreas muito específicas.; e “Aí quem ganha? Ganha a Natura, a Gerdau... E ainda sem subvenção. É um depósito. É muito bonito subvenção econômica da FINEP, etc, etc, mas ele contempla empresas que já são grandes...

A empresa D, que foi contemplada, mas ainda não recebeu o recurso, critica a dificuldade de acesso aos editais, o tempo que o recurso leva até chegar efetivamente ao destino, e aponta a falta de investimento na indústria:

Parece que às vezes o governo acorda, mas a gente estava muito refém disso, então têm coisas que estão começando a acontecer, por outro lado a indústria nacional não tem muito incentivo pra continuar fazendo alguma coisa no Brasil.

Em termos de relação com o Estado, a questão do financiamento foi a mais referida pelos empreendedores, mas há empresas que mantêm outro tipo de relações com o governo. A empresa C firmou parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para construção de um laboratório na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com contrapartida da empresa e parceria com a FINEP para criação de laboratório na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), destinado principalmente à pesquisa. A empresa E foi criada por uma demanda que a FINEP fez para alguns cientistas, no sentido de transformar resultados de pesquisas em produtos. A empresa F fez uso de programas de exportação governamental, que incentivaram e auxiliaram o empresário para que fosse realizado com sucesso o processo de internacionalização da empresa; houve também parceria da empresa com a Secretaria do Meio Ambiente, visto que o empreendedor é sócio do Fórum Gaúcho de Produção e Consumo Sustentável, e a empresa passou à Secretaria de Governo informações importantes de pesquisa que influenciaram nas novas regras da Lei da Aviação Agrícola.

Conclusão

Constatou-se uma forte relação das empresas com a universidade no que tange à captação de recursos humanos qualificados, bem como de utilização da infraestrutura universitária. As empresas investem no desenvolvimento de recursos humanos qualificados. Um exemplo disso são as empresas que financiam a pós-graduação do seu quadro de funcionários. Em linhas gerais, as empresas se beneficiam das possibilidades oferecidas pelo ambiente acadêmico, e este pode ser um fator decisivo no desenvolvimento e implementação de inovações que alcancem o mercado externo. Portanto, os mecanismos de interação das empresas com a universidade são relevantes para o desenvolvimento das mesmas, bem como o de seus produtos e/ou processos, e, conseqüentemente, para a internacionalização. Já na interação com o Estado, os entraves, principalmente referentes aos incentivos governamentais, são recorrentes, conforme os entrevistados. Há um descontentamento em relação ao difícil acesso ao financiamento governamental. Apesar de existirem diversos recursos públicos disponíveis, e os empreendedores reconhecem isso, as empresas encontram inúmeras barreiras para acessá-los. Este pode ser um dos entraves no processo de inovação e de internacionalização das empresas, pois o acesso a estes recursos

diminuiria os elevados custos da atividade inovativa, e facilitaria o desenvolvimento de inovações mais competitivas.

Referências

CARNEIRO, A. P. M. (2005). *Estudo da importância da inovação tecnológica no Brasil e da influência da gestão na estratégia de inovação – apresentação do cenário de inovação nas empresas industriais brasileiras através da pesquisa de inovação (PINTEC)*. 150 p. Dissertação (Mestrado em Sistema de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, UFF, Niterói. Disponível em: <http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_arquivos/14/TDE-2008-10-30T162423Z-1741/Publico/Dissertacao%20Ana%20Morgado.pdf>.

CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.

DE NEGRI, J. A. (2005). “Padrões tecnológicos e de comércio exterior das firmas brasileiras”. In: DE NEGRI, J. A.; SALERNO, M. S. *Inovações, padrões tecnológicos e desempenho das firmas industriais brasileiras*. Brasília, IPEA.

ETZKOWITZ, H. (2009). *Hélice tríplice: universidade-indústria-governo: inovação em ação*. Porto Alegre, EDIPUCRS.

GUIMARÃES, S. et al. (2012). *Construção da inovação através de redes de cooperação universidade-empresa: análise das iniciativas e estratégias de cooperação no Rio Grande do Sul*. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppgsocio/Pojetto_Final_Inova%E7%E3o.pdf>.

GUIMARÃES, S. K. (2012). “International entrepreneurship in an emergent economy”. In: BURGER-HELMCHEN, T. (Org.). *Entrepreneurship: gender, geographies and social context*. Rijeka, Intech, p. 235-248.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2008). *Pesquisas de inovação tecnológica – PINTEC*. Disponível em: <<http://www.pintec.ibge.gov.br/downloads/PUBLICACAO/Publicacao%20PINTEC%202008.pdf>>.

OCDE, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (2004). *Manual de Oslo – proposta e diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica*. Traduzido por FINEP. Brasília, 136 p. Disponível em: <http://download.finep.gov.br/imprensa/manual_de_oslo.pdf>.

RUZZIER, M; HISRICH, R. D.; ANTONCIC, B. (2006). “SME internationalization research: past, present and future”. *Journal of small business and enterprise development*, vol. 13, n. 4, p. 476-497.

Recebido em dezembro/2012
Aprovado em fevereiro/2013

Influências de Émile Durkheim e Henri Bergson nas tensões teóricas da *teoria da memória coletiva* de Maurice Halbwachs

Veridiana Domingos Cordeiro*

Resumo: O presente trabalho, dado o caráter fragmentado e pouco explorado da obra de Maurice Halbwachs, dá grande atenção a uma pesquisa teórica, que rastreia as principais influências de Halbwachs, a fim de demonstrar as possíveis consequências em sua *teoria social da memória coletiva*. Para isso, lançou-se mão da leitura de dois livros de Halbwachs referentes à memória, identificando-se, assim, a influência do pensamento durkheiminiano e bergsoniano ao longo de suas formulações. Em seguida, realizou-se uma leitura interpretativa tanto de Durkheim, quanto de Bergson, a fim de apontar os possíveis afastamentos e aproximações que Halbwachs mantém com ambos, o que permitiu uma melhor compreensão da tensão teórica presente na *teoria da memória coletiva* e melhor clarificar os problemas oriundos desta tensão.

Palavras-chave: teoria da memória coletiva, Halbwachs, Durkheim, Bergson.

Introdução

Este texto foca as duas obras do sociólogo francês Maurice Halbwachs sobre o tema da memória: *Les cadres sociaux de la memoire* (1925)¹ e *La memoire collective* (*A memória coletiva*, 1939), tentando recuperar as influências norteadoras das mesmas. Em uma primeira leitura exploratória, notou-se a grande influência de dois autores franceses em seu pensamento: o sociólogo Émile Durkheim e o filósofo Henri Bergson. Assim, julgou-se válido revisitar suas obras que tratariam da memória e do tempo, a fim de buscar possíveis influências na obra de Halbwachs.

Fez-se uma leitura exegética de *O suicídio*, *Da divisão do trabalho social*, *As regras do método sociológico* e *As formas elementares da vida religiosa*, buscando semântica e contextualmente os termos “memória” e seus correlatos, “recordar”, “recordação”, “rememorar” e “lembrança”. Tais termos foram localizados em seus respectivos contextos de sentido, analisados e mobilizados em uma argumentação demonstrativa e sintética das concepções de Durkheim sobre a memória. As obras

* Graduada em Ciências Sociais – USP.

¹ Este livro não foi traduzido para o português. Todas as citações deste livro são produto de traduções livres.

bergsonianas escolhidas foram aquelas traduzidas para o português e que tratam diretamente do tema da memória, a saber, *A evolução criadora*, *Matéria e memória* e *Matéria e vida*. Fez-se uma leitura teórico-interpretativa tentando compreender o pensamento de Bergson e suas formulações acerca da memória. Concluída esta etapa preliminar, iniciou-se uma segunda leitura – agora analítica-interpretativa – voltando-se às obras de Halbwachs que construíram sua *teoria social da memória coletiva*, compreendendo seu pensamento e localizando seus principais conceitos e influências.

A herança durkheiminiana em Halbwachs: relações entre coesão social e memória

A ocorrência dos termos relacionados à memória tem aparição marcada na obra de Durkheim. Notou-se que não há ocorrências dos termos em *Da divisão do trabalho social* e em *As regras do método*, e pouquíssimas vezes em *O suicídio*. Contudo, tal número salta de maneira espantosa em *As Formas Elementares*. Tentou-se construir interpretativamente o que a escrita de Durkheim aparentava entender sobre a memória.

Em *Les cadres sociaux de la memoire*, como se verá com mais atenção à frente, Halbwachs dedica uma generosa porção das páginas ao tema dos sonhos, no qual Durkheim é citado. Não por acaso, Durkheim também trata do tema dos sonhos no início de *As formas elementares* (DURKHEIM, 2008a), ao discorrer sobre o animismo, lançando argumentos contra a noção da origem da religião na crença do *duplo*, isto é, a dupla existência de um homem caracterizado em estado de vigília e o outro caracterizado pelo homem durante o sono. Ele aborda a questão dos sonhos, vinculando a ela o elemento da memória:

Com muita frequência nossos sonhos relacionam-se a acontecimentos passados; revemos o que vimos, o que fizemos durante a vigília, ontem, anteontem, em nossa juventude e etc. [...] Como é que o homem, por mais rudimentar que fosse sua inteligência, poderia acreditar uma vez desperto, que acabara de presenciar realmente ou de tomar parte um acontecimento que ele sabia ter se passado outrora? [...] Era bem mais natural que visse nessas imagens renovadas o que elas são realmente, isto é, lembranças, tais como ele as tem durante o dia, mas de uma intencionalidade particular (DURKHEIM, 2008a, p. 44).

De modo geral, a ideia é a de que os sonhos mais se utilizam dos elementos da memória, como peças, para se construírem de acordo com sua intencionalidade es-

pecífica do que eles teriam a capacidade de fornecer elementos à própria memória; eles não conseguiriam deixar na própria memória reminiscências significativas, isto pois ele simplesmente não consegue fazê-lo, tanto para Durkheim quanto para Halbwachs. Tal fraqueza se dá pela ausência de elementos sociais externos, isto é, pela presença coletiva que, de fato, (re)construiria a(s) memória(s). Além disso, as diferentes intensidades da presença da coletividade exercendo seu efeito sobre a memória está presente, praticamente, em todos os trechos trabalhados por Durkheim que tocam a memória em *As formas elementares*. Assim, notamos os argumentos de Durkheim acerca de acontecimentos imprevistos, extracotidianos, na vida mnemônica de um dado grupo:

Claro que, eventualmente, algum acontecimento inesperado se produz: é o sol em eclipse, é a lua que desaparece atrás das nuvens, é o rio que transborda, etc. Mas estas perturbações são passageiras, só podem dar origem a impressões igualmente passageiras, cuja lembrança se apaga ao cabo de algum tempo (DURKHEIM, 2008a, p.76).

A ligeira duração de eventos extraordinários não deixaria, correlativamente, impressão duradoura na comunidade que a presenciou, apagando-se com o tempo devido sua efemeridade. Por raciocínio suplementar, entende-se que os eventos da vida cotidiana tenderiam a deixar marcas mais profundas nas mentes dos membros de uma comunidade. Os eventos da vida cotidiana deixariam marcas muito mais significativas na *memória* das pessoas, formariam a memória de uma maneira duradoura, e isso devido à exposição contínua dos elementos. Não obstante, paradoxalmente, Halbwachs entende que os eventos cotidianos apareceriam como sendo opacos, enquanto, por outro lado, os eventos extraordinários deixariam marcas muito mais vivas na memória.

Voltando ao argumento durkheiminiano, a vida cotidiana e suas formas de classificação seriam moldadas e garantidas pela *consciência coletiva* que, em outros momentos, pode ser entendida como *moral coletiva*. É neste sentido que a repetição da vida cotidiana baseada na consciência ou moral coletiva aponta para a ideia de tradição. Assim, moral e tradição poderiam ser compreendidas como elementos eminentemente constitutivos da memória. O meio social, a influência do grupo, interferiria ou mesmo conservaria as memórias².

² Algo amplamente desenvolvido no segundo livro de Halbwachs.

Em *As formas elementares* a conservação da memória é garantida por ritos e mitos:

O que exprimem as tradições cuja lembrança, ela [a mitologia] perpetua, é a maneira pela qual a sociedade concebe o homem e o mundo; trata-se de uma moral e de uma cronologia, ao mesmo tempo de uma história. O rito, portanto, só serve e só pode servir para manter a ritualidade dessas crenças, para impedir que elas se apaguem das memórias (DURKHEIM, 2008a, p. 405).

Assim, no limite, ritos e mitos seriam os elementos que constituiriam e manteriam a memória. Mais precisamente, a relação de ritos e mitos com o grupo é o da tentativa de criação e manutenção da *coesão no grupo*, havendo uma estreita ligação entre a coesão de um grupo e o grau de vivacidade da memória. Compreende-se, assim, que os fatores que formariam os diferentes graus de intensidade de uma memória seriam a *solidariedade* e a *coesão*. Em suma, a memória em Durkheim dependeria das relações sociais. A configuração e persistência da memória estariam organizadas a partir de elementos que geram coesão e solidariedade. Somado a isso, deve-se levar em consideração que ela deve estar referida a um meio social. Assim, a intensidade da memória estaria diretamente dependente do grau de solidariedade/coesão de um dado grupo, sendo esta a ideia desenvolvida por Halbwachs.

A memória e o tempo bergsoniano na obra de Halbwachs

No final do século XIX e o primeiro terço do XX, a memória estava localizada, sobretudo, no campo da psicologia e da filosofia. É frente a esses campos que Halbwachs se posiciona. A psicologia empregava esforços em estudos³ que apontavam a memória e as recordações como processos exclusivamente individuais. Conforme Halbwachs: a teoria clássica da memória estaria olhando para o polo equivocado da relação – a de conservação da memória no indivíduo –, na medida em que ele propunha um olhar que recaísse sobre a evocação dessas memórias que se localizariam fora do indivíduo.

Apesar das novas proposições e da refutação de uma memória conservada no indivíduo, Halbwachs ainda continua travando extensos debates com a filosofia que

³ Chamados por Halbwachs de teoria clássica da memória.

centraram-se na obra do filósofo francês Henri Bergson, professor de Halbwachs⁴. Apesar de Bergson ter desenvolvido diversos trabalhos sobre memória e, conseqüentemente, ter influenciado Halbwachs, houve pouca dimensionalização desta influência pelos comentadores do último. Por isso, tentou-se, aqui, reconstruir parte do pensamento bergsoniano no que tange a “memória” e o “tempo”.

Halbwachs leva em consideração (mesmo que não totalmente) três noções bergsonianas: a noção temporal de *duração* e as duas formas mnemônicas, a *memória-hábito* e a *imagem-recordação*. O conceito de ‘duração’⁵ é um conceito que acaba por exprimir uma *ontologia*, pois diz respeito a uma certa *natureza da realidade*, expressando uma *mudança incessante*. Argumenta ele que “não há afeto, não há representação que não se modifique a todo o momento; se um estado de alma parasse de variar, sua duração deixaria de fluir. [...] A verdade é que mudamos sem parar e que o próprio estado já é mudança” (BERGSON, 2005, p. 2). Quando estamos conscientes, percebemos a duração, este tempo qualitativo, e tentamos medi-lo. Isso ocorre, sobretudo, no ser social, que frequentemente visa uma ação pragmática do tempo e para a orientação das ações dos homens neste tempo. Por ação pragmática se compreende os marcos orientadores da vida social, como a contagem de dias, meses, anos, festividades e etc, em suma, o tempo social. De certa maneira, então, a duração quantificável seria uma espécie de ilusão, na medida em que a duração não seria algo pensado, mas algo vivido: “a *duração real* é o que sempre se chamou *tempo*, mas o tempo percebido como indivisível” (BERGSON, 2011, p. 16).

Compreendendo o sentido de duração, podemos perceber que *duração* é *memória*. Ela é “o progresso contínuo do passado que rói o porvir e incha à medida que avança.” (BERGSON, 2011, p. 48). Uma vez que o passado cresce incessantemente, ele também “se conserva indefinidamente”. Assim, a memória é uma conservação dos passados no inconsciente e só introduz na consciência “o que for de natureza que esclareça a situação presente, que auxilie a ação formação, enfim, um trabalho útil”

⁴ Bergson se fez presente na vida de Halbwachs durante muitos anos, sobretudo no início de seus anos de estudos. No diário da mãe de Halbwachs pode-se notar tal comentário da mesma sobre o livro *Les cadres sociaux de la memoire*: “Me sinto emocionada de te ver muito próximo do Bergson, que foi realmente o ‘demônio familiar de sua juventude’” (NAMER, 2004, p. 354).

⁵ Duração é empregado por Bergson em sua crítica à concepção corrente, até então, de tempo, como sendo, a saber, um tempo quantificável e, assim, mecanizável. Em oposição a isto, o conceito de *duração* visa exprimir a qualidade ao tempo, estando ele relacionado à experiência vivida de uma vida subjetiva. Noção similar pode ser encontrada no filósofo alemão Edmund Husserl.

(BERGSON, 2011, p. 4). A ideia que Bergson desenvolve aqui⁶ é a de uma memória que se conserva como se fosse um depósito que acumula vários passados e que é ativada, quando estamos em nosso estado de vigília, a fim de visar uma *utilidade* para a ação empregada.

Essa memória como acúmulo de passados pode funcionar de duas maneiras: a *memória-hábito* e a *imagem-recordação*. A primeira seria a memória dos mecanismos motores, adquirida pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos e palavras, ao longo da socialização. A segunda diria respeito a um momento único da vida, que não foi repetido e por isso não tem um caráter mecânico, mas sim evocativo (BOSI, 2009). A *memória-hábito* ocorre no dia-a-dia, enquanto estamos engajados com algo no mundo, agindo e, por isso, selecionando no real aquilo que nos é *útil*. A *imagem-recordação* é a memória ativada por alguma forma de interação/engajamento com o mundo atual (isto é, no momento da ação), assim a memória seria “desencadeada”.

Halbwachs, que foi aluno de Bergson, um dos filósofos mais reconhecidos da época, viu-se obrigado a argumentar sobre o assunto devendo considerar seu impacto na época. Todavia, Halbwachs, que adota uma perspectiva durkheimiana, tenta reinterpretar um pensamento que, para ele, parece sofrer de falta de percepção do social, como nota-se em afirmações de Bergson: “Para evocar o passado em forma de imagem, é preciso poder abstrair-se da ação presente, é preciso saber dar valor ao inútil, é preciso querer sonhar” (BERGSON, 2011, p. 90). Para Halbwachs o que justamente não podemos prescindir é da ação do presente e, mais precisamente, dos marcos sociais. O caminho percorrido por Halbwachs com seus dois livros mostra o caminho do próprio autor na tentativa de refutação de Bergson. Se em *Les cadres sociaux*, Halbwachs tenta adequar parte do repertório bergsoniano, consciente ou inconscientemente, em *A memória coletiva* o tom durkheimiano toma a dianteira, aumentando as refutações a Bergson.

Influências bergsonianas e durkheimianas em *Les cadres sociaux de la memoire* de Halbwachs

Como visto, a memória era tema da psicologia, com Freud e o *inconsciente*. Halbwachs parte daí em seus primeiros debates, escolhendo os “sonhos e a memó-

⁶ Sistemáticamente refutada por Halbwachs em *Les cadres sociaux*.

ria” como tema central do primeiro livro. Assim, os sonhos funcionam como contraste para introdução de um de seus principais conceitos: *os quadros sociais da memória*.

Existiria um duplo caminho a ser trilhado em busca da memória que envolve um plano subjetivo e outro objetivo. O primeiro estaria composto da sucessão de recordações individuais, as experiências subjetivas, que, no limite, são únicas. Essa trajetória, contudo, tem como referência marcos na divisão temporal da sociedade que ordenam e classificam as recordações – o que Halbwachs denomina de *quadros sociais da memória*. Estes funcionariam como critérios objetivos, que se imporiam desde fora como *fatos sociais*, não presentes nos sonhos. Eles seriam compostos pelas mesmas peças que compõem as recordações, sendo que entre ambas haveria diferença de grau e não de natureza.

Se temos o sentimento (talvez ilusório) de que nossas recordações (que se relacionam com a vida consciente do estado de vigília) estão dispostas em uma ordem imutável no fundo da nossa memória, se a sequência de imagens do passado nos parece tão objetiva como na sequência dessas imagens atuais ou virtuais que chamamos de mundo exterior, é porque elas se situam nos quadros imóveis que não são do nosso meio exclusivo e que se impõe a nós de fora (HALBWACHS, 2004, p. 35-36).

Os *quadros sociais da memória* podem ser definidos como instrumentos comuns a todos os indivíduos de um determinado grupo ou sociedade, que permitiriam ao indivíduo reconstruir suas recordações, mesmo depois de elas terem se esvanecido. São o pré-requisito para constituição das lembranças (SANTOS, 2003) e até mesmo para a compreensão dos sonhos. Igualmente, a ausência (total ou parcial) *dos quadros sociais da memória* explica os fatos esquecidos (HALBWACHS, 2004)⁷. Eles aparecem em Halbwachs como um sistema de datas e lugares que viriam a nós cada vez que desejássemos localizar ou recuperar um acontecimento. Assim, esse sistema é responsável por organizar nossas memórias, sendo dados pelo grupo social no qual o indivíduo está inserido. Uma vez empregado o termo “sistema”, há a ideia de que os termos isolados, por si só, não querem dizer nada; eles seriam entendidos conforme a concepção estruturalista da linguagem, sendo as recordações diacríticas.

⁷ Essa alusão ao processo de esquecimento dos fatos, confirma mais uma vez que o passado se conservaria intacto nas memórias individuais.

Recordar, assim, seria reconstruir fatos, reinterpretar o passado à luz do presente, fazendo com que a recordação tenha um caráter aproximativo dos fatos. Isso marca um dos principais afastamentos de Halbwachs à Bergson, já que não poderíamos evocar *recordações puras*⁸. Se há a ilusão de que o passado continua intacto é porque continuamos as mesmas pessoas; isso implica, necessariamente, que nosso contexto tenha permanecido, no limite, o mesmo: “temos, ao contrário, a ilusão de reencontrar esse passado inalterado, porque nos reencontramos, nós mesmos no estado em que atravessávamos” (HALBWACHS, 2004, p. 41).

Influências bergsonianas e durkheimianas em *La memoire collective*

Em *A memória coletiva* a preocupação de Bergson muda de maneira acentuada em relação ao seu trabalho anterior. Aqui, a questão é saber como funcionaria a memória de alguém em relação à memória coletiva.

Ele parte da divisão entre o *ser sensível*, uma espécie de testemunha que vai depor sobre o que viu; e o *eu*, que não viu, mas que talvez tenha formado opinião com base em outros testemunhos. O *ser sensível*, por sua vez, é o ente que está no mundo, vivendo e recebendo os estímulos dele. Já o *eu* seria um ente interpretativo, recebendo uma série de testemunhos distintos, inclusive de si próprio e que, a partir daí, construiria uma imagem. Em relação às nossas percepções passadas, à luz do presente, nós nos conformaríamos em ser testemunhas distintas, a pessoa do passado que viveu aquilo que fora lembrado e a pessoa do presente:

Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. *É como se estivéssemos diante de muitas testemunhas*. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no *essencial*, apesar de certas divergências (HALBWACHS, 2009, p. 29; grifos meus).

Toda essa ideia interpretativa esvaziaria o conteúdo de objetividade das lembranças. Contudo, preocupado com o critério de objetividade, argumenta Halbwachs que as referências às memórias de outrem aumentariam a confiabilidade da exatidão das recordações. Para tanto, temos que nos apoiar sobre a memória de outros

⁸ Bergson acreditava na existência de uma memória pura, inalterável, que contrapunha-se à “recordações imagens”, que seriam recordações que correspondem a “percepções acompanhadas de reflexão, de juízos, de pensamentos abstratos” (HALBWACHS, 2004, p. 68).

a fim de lembrarmos com alguma confiabilidade um evento. “Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2009, p. 30).

Partindo da ideia de que “jamais estamos sós”, haveria a noção de que sempre carregamos alguém com nós que nos chamaria atenção a um *perfil*⁹ daquilo que percebemos, daqui que vivemos. Dai segue a argumentação:

Suponhamos que eu passei sozinho. Será que se poderá dizer que deste passeio guardei apenas lembranças individuais, só minhas? Contudo, apenas em aparência andei sozinho [...] Em todos esses momentos, não posso dizer que estive sozinho [...] pois em pensamento eu me situava neste ou naquele grupo (HALBWACHS, 2009, p. 30-31).

A demonstração do raciocínio na argumentação sublima a presença física. Mas, se ainda não sabemos se a sociabilidade prescinde da presença física, certamente os *atos de memória* sim. “Para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhas no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 2009, p. 31). Podemos com facilidade lidar com recordações de “segunda mão” – e isso valeria para relatos passados de pessoas a pessoas seja pessoalmente, seja por meio da escrita. O indivíduo estaria em uma espécie de “conversação” contínua com os mais diferentes grupos da sociedade pela qual ele se socializa.

A coesão e a persistência no tempo de um grupo, de acordo com Halbwachs, teria influência direta no grau de vivacidade de uma memória relacionada a este mesmo grupo. Como exemplo, o autor utiliza a situação de um professor e uma sala de aula: enquanto uma sala de aula lembraria com mais clareza o professor, a grande parte dos alunos passaria despercebida pelos professores. Para o grupo de alunos, a figura do professor seria uma referência coletiva e única. A convivência do grupo da sala de aula reforçaria sempre, na memória de todos, aquele professor. Desta maneira,

todas as lembranças que poderiam ter origem dentro da turma se apoiavam uma na outra e não em recordações exteriores. Assim, por força das circunstâncias, a duração de uma memória desse tipo estava limitada à duração do grupo (HALBWACHS, 2009, p. 35).

⁹ Seria o ponto de vista onde um observador se situa.

Se a lembrança está diretamente relacionada ao prolongamento temporal dos grupos e relacionada à intensidade de envolvimento relativa, portanto, o esquecimento seguiria a proporção inversa. Com isso, esquecer um período da vida é perder o contato com os que então nos rodeavam, ou “esquecer uma língua estrangeira é não estar mais em condições de compreender os que se dirigiam a nós nesta língua” (HALBWACHS, 2009, p. 37). A objetividade de uma memória não estaria necessariamente vinculada a um acontecimento supostamente real – à “realidade” e à “verdade” dos fatos. A objetividade estaria baseada sobre a *solidariedade* de um grupo que sustentaria tal memória, ou melhor, na *crença* da existência de tal memória¹⁰.

Temos dois elementos compreendidos pelo nosso passado: os que podemos e os que não podemos evocar quando desejamos. Os que são evocados segundo a nossa vontade se dão, pois: “os fatos de nossa vida que estão sempre mais presentes para nós também foram gravados na memória dos grupos mais chegados. Assim, os fatos e ideias que mais facilmente recordamos são do terreno comum, pelo menos para um ou alguns ambientes” (HALBWACHS, 2009, p. 66-67). Aqueles que não atendem à nossa vontade dizem respeito a lembranças que somente nós podemos lembrar: “por mais estranho e paradoxal que isto possa parecer, as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são as que dizem respeito somente a nós” (HALBWACHS, 2009, p. 67). Aqui encontramos uma menção decisiva da interpretação durkheimiana da memória, já que os eventos que estariam vinculados a determinados grupos, contextos sociais, portanto, a alguma moral e consciência de grupo específicas, teriam seu *suporte* de existência.

Considerações finais

Tendo-se em vista Durkheim e Bergson em relação à obra de Halbwachs, pode-se perceber que ambos causavam tensões no interior da *teoria social da memória coletiva*. De um lado, ter-se-ia um indivíduo que capta a realidade da maneira prescrita pela *duração*, fazendo com que ele dispusesse de uma memória única - justamente por ser um observador em um ponto de vista singular na experiência da realidade. E de outro, haveria a disposição explicativa durkheiminiana, a qual faria com

¹⁰ No limite, não importaria se o fato aconteceu ou não aconteceu, mas sim, se todos consistentemente acreditam nele ou não.

que tivesse não uma memória singular *sui generis*, mas sim, um ponto de vista sobre uma memória coletiva, exterior a ele, e independente de sua apreensão individual da realidade – que é transformada em memória. As duas concepções não podem coexistir pacificamente, pois uma tende a ruir a outra.

Para tentar apontar a própria contribuição de Halbwachs, seria necessário demonstrar, em detalhes, como a noção de *grupos* é uma tentativa de resolução da tensão teórico-epistemológica advinda da união das teorias de Durkheim e Bergson, e como a noção de *grupos*, mais propriamente falando, pode ser encarada como uma *atualização* da teorização de Durkheim. Com isso, notou-se que a noção de *grupos* foi o grande passo teórico de Halbwachs. Neste sentido, Halbwachs parece ter pretendido fazer da noção de *grupos* um intermediário da relação durkheiminiana entre *indivíduo* e *sociedade* – na verdade, a própria noção de sociedade aparenta se dissolver na noção de grupos. Na relação em que grupos mantêm com a memória, notou-se que a intensidade que tem relação com a *solidariedade* e a *coesão*, transpõe-se na configuração das memórias, formulando o seguinte postulado: *há uma relação direta entre a intensidade e o grau de coesão de uma memória e o grau de coesão e solidariedade de um dado grupo.*

Referências

- BERGSON, H. (2005). *A evolução criadora*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (1999). *Matéria e memória*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (2011). *Matéria e vida*. São Paulo, Martins Fontes.
- BOSI, E. (2009). *Memória e sociedade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DURKHEIM, E. (2008a). *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes.
- _____. (2008b). *As regras do método sociológico*. São Paulo, Martins Fontes.
- HALBWACHS, M. (2004). *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona, Antropos.
- _____. (2009). *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro.
- NAMER, G. (2004). “Prólogo”. In: HALBWACHS, M. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona, Antropos.
- SANTOS, M. (2003). *Memória coletiva e teoria social*. São Paulo, Annablume.

Recebido em novembro/2012

Aprovado em janeiro/2013

Do lado de lá: um estudo etnográfico sobre as homossociabilidades que se constituem nas periferias da cidade de São Paulo

Maíra Kobayashi*

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa ainda em andamento sobre as sociabilidades homossexuais que se constituem nas periferias da cidade de São Paulo. A partir de pesquisa etnográfica em três casas noturnas localizadas na zona leste de São Paulo, o artigo tem como objetivo compreender as dinâmicas sociais de gays e lésbicas, procurando através dessas relações identificar as subjetividades dos diferentes sujeitos, relacionando-os com marcadores sociais de diferença, como a classe social, raça, gênero, geração, sexualidade e corporalidade. Ao tentar manter relações tanto com a sociologia como com a antropologia, o presente artigo aparece mais como um experimento, na tentativa de buscar um maior aprofundamento para se pensar a construção das identidades marginais através do urbano, da territorialidade e da orientação sexual.

Palavras-chave: sexualidade, gênero, identidade, periferias.

Falar de periferia é ainda um tema um pouco delicado nas Ciências Sociais, complexidade que se agrava quando relacionamos as (homo)sexualidades que se constituem nas periferias de uma metrópole como São Paulo. Devido a essas dificuldades e por ainda ser um campo relativamente novo a ser explorado, esse artigo aparece mais como um experimento na tentativa de mesclar autores da sociologia e da antropologia para se pensar a construção das identidades desviantes. A reflexão do homem marginal de Florestan Fernandes me parece primordial para se pensar o quanto a situação do marginal é privilegiada para uma reflexão mais audaz, ou seja, ao olharmos da perspectiva do dominado ou do estigmatizado conseguimos ter um maior campo crítico para análises mais contundentes.

Sendo assim, o presente artigo procura analisar os processos de homossociabilidades presentes nas periferias da cidade de São Paulo. Ao revelar diferentes olhares e dar voz a diferentes sujeitos pretende-se identificar as percepções e subjetividades desses atores, tanto em relação ao centro da cidade como em relação a sua identidade enquanto homossexual. Com isso, sua relevância consiste em dar voz

* Graduada em Ciências Sociais – PUC-SP.

àqueles que não têm chance de mostrar sua própria interpretação frente a uma cidade em constante movimento. Procuo analisar como o homossexual das diferentes periferias da cidade de São Paulo vive, interpreta e representa sua própria cidade e sua identidade.

Portanto, o artigo encaminha-se para a necessidade de se pensar as especificidades dos diferentes sujeitos das diferentes periferias. As três casas visitadas na zona leste de alguma forma ajudam a construir o sujeito homossexual de periferia, demarcando entre gerações, relações performativas de gênero, estratos sociais, sexualidade, entre outros marcadores sociais de diferença. Uma delas, em Itaquera, é composta por um público bem jovem de “moderninhos”¹, esteticamente falando, que gostam do cenário alternativo. Já em São Mateus, há uma boate em que seus frequentadores – travestis, gays e lésbicas – curtem “bate-cabelo”². Outra casa também em São Mateus se define mais como uma boate com *videokê*, onde há uma grande presença de homossexuais na faixa dos 30 anos que gostam de cantar músicas nacionais, como MPB e sertanejo. Sendo assim, pretende-se trazer nesse *paper* um breve relato dessas três casas noturnas, mostrando as especificidades de cada uma delas e o quanto colaboram para a construção de diferentes sujeitos e para a demarcação de fronteiras.

Os “quase moderninhos”³ da *Plasticine*

Em uma rua tranquila a quinze minutos do metrô Itaquera, encontra-se uma casa noturna chamada *Luar Rock Bar*. Há onze anos essa casa promove shows para bandas de rock do cenário independente. Há três anos e meio, impulsionada pela queda do público nessa casa, iniciou-se uma festa intitulada “*Plasticine*”, nome que remete a uma música da banda de rock inglesa *Placebo*. De acordo com o organizador dessa festa, ela começou tocando músicas do cenário *indie rock* e, com o passar do tempo, houve a inclusão do pop. A mudança de público vai ocorrendo gradati-

¹ Esse termo vem sendo bastante utilizado na mídia, e define basicamente um tipo de público com um determinado estilo restrito que escapa ao visual comum.

² Estilo de dança e música tradicional na cena GLS, em que a artista gira abruptamente a cabeça de forma a deixar a peruca/cabelo rodopiando freneticamente.

³ Esse termo foi extraído do tópico “Quase bonitos, quase modernos”, da dissertação de Isadora Lins França. O termo “quase”, de acordo com a autora, anuncia limites mediante distinções, sendo que “um deslize pode ser considerado como indício de não-pertencimento” (FRANÇA, 2006, p. 79).

vamente, fazendo com que hoje seus frequentadores peçam em todas as festas a inclusão do *funk*.

As observações feitas em campo levam a acreditar que a casa se encontra em transição. Em conversas informais com frequentadores dessa casa, observou-se as disputas simbólicas que envolvem esse lugar. Com uma estrutura que remete aos famosos circuitos de rock de São Paulo, juntamente com a própria história da casa que servia como ponto de encontro para o público do rock do cenário independente, há ainda por parte dos veteranos um enorme incômodo com a mudança de público dessa casa. Houve depoimentos onde homens heterossexuais disseram sentir-se incomodados com a forte presença de “viadinhos” na casa. Esse rapaz, especificamente, além de não estar gostando da presença de gays na festa, revelou que irá parar de frequentar também pelo fato de seus amigos terem parado de ir. Outro homem heterossexual disse que só frequentava a festa para “comer”, devido à facilidade de conseguir uma relação sexual tanto pela faixa etária das meninas, como pelo fato de estarem sempre embriagadas. Também reclamou da grande presença de lésbicas que não davam entrada para homens.

Fato curioso na *Plasticine* foi a discrepância dos depoimentos com seus mais diversos frequentadores. Para a maior parte do público que se autointitula heterossexual abordado, a presença de homossexuais é minoritária, não dando assim para ser considerada como uma festa GLS. Já para grande parte do público homossexual, a festa, apesar de ter características alternativas, pode ser considerada como GLS, já que para estes há a presença de oitenta a noventa por cento de homossexuais que ocupam este lugar. Apesar de não ser uma casa propriamente GLS, essa festa serve como ponto de encontro semanal para adolescentes e jovens homossexuais trocarem experiências.

Esse conflito da própria identidade da festa, assim como a dificuldade para o entendimento daquele público e daquele espaço, motivaram a procura por conexões com o circuito Centro-Augusta-Barra Funda, de forma que fosse possível analisar os pontos de aproximação e distanciamento entre o pedaço e o circuito⁴. Parece que na *Plasticine* há uma tentativa de aproximação estética – visto na vestimenta, acessórios, corte ou cor de cabelo – com o público alternativo presente em grande parte no

⁴ Os termos pedaço e circuito são usados aqui segundo o sentido proposto por Magnani (1996).

circuito alternativo de São Paulo. Porém, as músicas tocadas nessa festa não fazem dela alternativa se entendermos que o cenário alternativo diz respeito a um comportamento, caráter estético e estilos musicais que não são comercializados⁵. Sendo assim, ao tocar *funks* famosos como MC Beyoncé ou pop internacional como Britney Spears e Lady Gaga, ela já não se encaixa na cena alternativa ou independente.

O que se pode concluir a partir daí é que a tentativa de aproximação do visual ‘moderninho’ presente no circuito alternativo de São Paulo – que faz com que grande parte desse público frequente ou tenha forte interesse em conhecer esse circuito, indo para boates localizadas em regiões mais centrais em São Paulo – acaba por legitimar o padrão ‘moderninho’ de conduta. Porém esse padrão ‘moderninho’ tem rachaduras na medida em que segue apenas um gosto estético de vestimenta, deixando de lado a essência do ser alternativo. Como diz Bourdieu (1983) ao analisar a relação intrínseca entre os gostos de classe e o estilo de vida, há uma tentativa das camadas menos favorecidas em seguir o gosto estético dominante, porém essa tentativa é sempre falha na medida em que não se leva em consideração o constante movimento de distanciamento das camadas favorecidas em relação às camadas populares, buscando assim um grau maior de diferenciação.

Outro ponto observado é que esse público tem como referência a centralidade, ou seja, apesar de morarem em bairros do extremo leste da cidade⁶, usam o termo zona leste para designar pessoas, homossexuais ou não, de forma pejorativa. Um dos entrevistados ao ser indagado sobre o que era uma “bicha estranha”, termo que ele utilizou recorrentemente na entrevista, me explicou:

Bichinha feia, pobre, sabe, aquelas bem.... sei lá... David Brazil. Éhh, não sei como dizer. É aquelas bichas que tipo, ai sei lá, é da zona leste, nem sei se mora na zona leste, mas tem cara de zona leste. Tipo aquelas que tem *piercing* aqui na sombrancelha, ou um *piercing* aqui, que usa aqueles boné da barraca, que usa aquelas camisa colada da C&A, nada contra a C&A porque eu compro roupa lá também, mas a parte mais feia da C&A. Aquelas calça manchada, aqueles Nike véio, Mizuno, Rebook. Ai é muito sei lá, é umas bicha estranha.⁷

⁵ Como aponta Facchini (2008), as meninas do cenário alternativo na cidade de São Paulo têm como referência as músicas europeias, além das roupas de grife descoladas, de forma a dar um ar desleixado. Soma-se também a isso o interesse por determinadas produções culturais artísticas restritas, tanto no âmbito nacional como internacional.

⁶ Grande parte dos frequentadores dessa festa moram em regiões como Itaquera, Itaim Paulista, Guaianazes, São Miguel Paulista e Cidade Tiradentes.

⁷ Entrevista realizada em agosto de 2012, durante pesquisa de campo.

Parece que, como grande parte do público da *Plasticine* frequenta o circuito homossexual e/ou alternativo, eles adjetivam o termo zona leste por sofrer discriminação em outros ambientes localizados em regiões mais centrais. Assim como por parte dos moradores das periferias leste há uma busca pela diferenciação entre o criminoso e o trabalhador, como aponta Clemente (1998), há também por parte dos homossexuais a busca por diferenciação expressada em constantes comparações entre a “bichinha” e o “gay” ou “homossexual”. Um dos entrevistados, um jovem de 23 anos, me disse que não gosta de morar em seu bairro porque além de ser longe de tudo, ele sente muita discriminação quando fala que mora em Guaianazes.

Outra entrevistada também disse que a zona leste tem uma cara, porém diferentemente do primeiro entrevistado, a cara da zona leste é a violência.

Posso ser sincera? No Jardins o pessoal é a cara da riqueza, aqui na zona leste é a cara da pobreza. Então eu queria morar no Jardins, acho que eu ia me sentir mais confortável do que aqui. Porque aqui só sai tiroteio, o pessoal anda armado, só tem droga, entendeu? No Jardins é um clima diferente, é um ambiente diferente, são pessoas que sabem ser cidadãos.⁸

O interessante nessa fala é que ela não diz que Itaquera é a ‘cara da pobreza’, mas sim a zona leste como um todo. Como quase quatro milhões de habitantes podem ter uma cara? Os dois dizem que a zona leste tem uma cara, em um caso a ‘cara da zona leste’ remete a atribuição de um significado através de acessórios corporais como o *piercing*, boné, camisa, calça e tênis. No outro caso, a ‘cara da zona leste’ se refere à classe social, à violência e ao tráfico de drogas – ou ao uso de drogas.

Apesar de ambos nunca terem presenciado violência ou criminalidade próximo ao seu local de moradia, acabam por reproduzir um discurso que visa homogeneizar a zona leste como o local do perigo, da desordem, do esteticamente feio e do mau gosto.

A irreverência no *Guinga's Bar*

O *Guinga's Bar* é uma casa localizada próximo ao terminal São Mateus. A casa é dividida em três ambientes: a pista de dança com bar que chega a ficar cheia aos sábados; um espaço com pouca iluminação com mesas e cadeiras, e um outro am-

⁸ Entrevista realizada em outubro de 2012, durante pesquisa de campo.

biente com *videokê*, bar e mesas. A faixa etária média do público é de 30 anos, e seus frequentadores se dividem proporcionalmente entre gays e lésbicas. Já em relação a marcadores raciais, a casa também é bem dividida entre brancos e pardos. Todos os entrevistados e pessoas com quem conversei tinham como nível de instrução o Ensino Médio completo, muitos também, principalmente entre o público na faixa dos 24 anos, estavam cursando a graduação. Alguns tinham o Ensino Superior completo.

Acredito que a categoria “pedaço” proposta por Magnani pode ser importante para análise da descrição de uma forma específica de sociabilidade. De acordo com o autor, os frequentadores do pedaço “se reconheciam como portadores dos mesmos símbolos que remetem a gostos, orientações, valores, hábitos de consumo e modos de vida semelhantes” (MAGNANI, 2002, p. 22). Sendo assim, foi identificada nessa casa uma certa homogeneidade de comportamento e pensamento de seus frequentadores. A recusa com pessoas e baladas das regiões centrais, como também constantes comparações entre as diversas casas noturnas e regiões da cidade, parecem algo corriqueiro. Para melhor explicitar o que se pretende dizer aqui, segue a transcrição da fala de duas entrevistadas:

As pessoas [daqui] gostam de uma amizade, gostam de conversar, por mais que no decorrer do tempo você vai conhecendo realmente quem é aquela pessoa, não é aquela que você pensava que era. As pessoas são mais humildes, as pessoas são mais abertas, as pessoas são mais... tem espaço, tem mais atitude, acho mó barato aqui na zona leste!... que eu já tive convivência, tipo assim com as minhas ex e tal que... só teve a última que foi da zona leste, mas a outra foi da zona oeste e a outra foi da zona sul. E tipo assim completamente diferente, é mó... é completamente estranho! Tipo a cabeça em si da pessoa não bate, uma pessoa mais arrogante, uma pessoa mais fria pela convivência por onde morar, é completamente diferente!⁹

A reação de estranhamento com as pessoas das zonas sul e oeste, juntamente com a positividade da zona leste, aparece também na fala de outra entrevistada, porém a diferença da outra entrevistada é que ela não divide essa diferença em zonas, mas sim em classes sociais. Moradora de Mauá, ela frequentava diversas casas GLS na região oeste, sul e central de São Paulo, porém disse que parou de andar nessas casas devido à “podridão” desse público. No trecho que segue abaixo, ela fala sobre um suposto mascaramento de sua identidade, fazendo com que se recolhesse à sua

⁹ Entrevista realizada em setembro de 2012, durante pesquisa de campo.

região de moradia, local onde podia ser ela mesma e se sentir bem. Em outros momentos da entrevista, ela também cita a forte presença do alcoolismo e de substâncias ilícitas nessas casas, além da arrogância de seus frequentadores:

Se você for, aonde eu vou te dizer agora, na *Bubu*, não sei se vocês chegaram a ir lá, vai lá pra você ver se tem o mesmo calor humano que aqui. Não tem. As pessoas são classe média alta, então já te olha com segundos olhos (...) Eu ia pra *Bubu*, *Tunnel*, *Madame Satã*, *Clube Z*, que é no Itaim também, fechou, *Clube A* que também é meio dividido, entendeu? Essas classes assim. Então eu parei, eu sou muito de observar as coisas e as pessoas. Então eu falei: meu, o que eu tô fazendo aqui? Tô sendo uma pessoa que eu não sou, você tá entendendo? (...) Então eu falei: não, não é mais a minha cultura, não é mais o meu fluxo, eu vou partir para o meu lado, do município que é do meu lado A, B, C, D, é aonde eu vivo e me dou muito bem.¹⁰

Temos assim, em um caso, o estranhamento com pessoas das regiões oeste e sul, e no outro, o distanciamento com as classes média/média alta. No primeiro caso, a preferência pela região leste; no segundo caso, a preferência pelas camadas populares. As duas entrevistadas disseram se sentir melhor em seu local de moradia. Nesse caso, a utilização da noção de fronteira proposta por José de Souza Martins para interpretar a relação de conflito que ocorre no encontro entre a frente pioneira e a frente de expansão pode ser transportada para dentro da cidade de São Paulo, enxergando a fronteira como uma forma simbólica de luta social.

Porque não estamos falando apenas de “grupos sociais com interesses conflitivos” (MARTINS, 1996, p. 27), mas também da existência do “conflito entre historicidades desencontradas”. Nesse caso, a própria construção da zona leste já carrega uma carga simbólica negativa no que diz respeito à construção da ideia de sujeira, pobreza, perigo, desordem e disseminação de doenças (CLEMENTE, 1998). O fato de essas pessoas ocuparem a cidade, ou melhor, as casas noturnas de classe média localizadas em regiões mais centrais, gera um motivo de conflito. Talvez esse estranhamento ou afastamento da classe popular referente a essas zonas seja a expressão de uma expulsão subjetiva, por isso a vontade do recuo ou a dificuldade de interpretar os códigos sociais, na ideia de *habitus* do próprio Bourdieu.

Assim, diferentemente da *Plasticine*, onde seus frequentadores legitimam badadas e locais com melhor infraestrutura, no *Guinga's* procura-se o recuo, o afas-

¹⁰ Entrevista realizada em setembro de 2012, durante pesquisa de campo.

tamento de casas GLS localizadas nas regiões mais centrais, e a posituação da periferia. Enquanto na *Plasticine* a periferia aparece como o local da violência e do esteticamente feio, no *Guinga's* a periferia se dá como o local de segurança e de proximidade entre as pessoas.

A construção do novo no *Disturbia*

Em São Mateus, próximo ao *Guinga's*, encontra-se uma casa chamada *Disturbia*. Apesar da proximidade espacial, o público dessas duas casas por vezes se choca e por outras interage. Assim, são comuns em conversas informais com o público dessas duas casas as acusações comparativas entre os frequentadores dos dois estabelecimentos. Um dos fatores de distanciamento citado pelo público do *Guinga's* diz respeito à feminilidade dos gays da outra casa, à desordem, à faixa etária, à presença de travestis e ao som estridente. Em contrapartida, o público do *Disturbia* aconselhava a não conhecer o *Guinga's* pelo seu caráter “baixo”, “sério”, “chato” e de “pessoas velhas”. Porém, apesar desse distanciamento, também há um grande número de pessoas que frequentam as duas casas.

Talvez haja uma disputa simbólica pelo significado daquele pedaço, uma busca por legitimação. No caso do *Disturbia* há uma vontade de construir o homossexual – ou mesmo criar estruturas para que esse homossexual se fortaleça, refletido na ideia de gueto, estudado por MacRae (2005) – assim ao resgatar o “bate-cabelo”, estilo de música tradicional na cena GLS, a casa ajuda a construir a cultura homossexual. Além do resgate do ser homossexual, também foi identificado nessa casa específica a construção do homossexual de periferia. Nesse sentido, pensar a construção das identidades homossexuais a partir do processo de consumo (FRANÇA, 2006) é válido na medida em que nos possibilita enxergar a produção de diferenças e de sujeitos a partir do mercado.

A criação do novo, ou melhor, de uma casa que fortalece a construção de uma identidade pautada em categorias estigmatizadas – como a feminilidade de gays, a masculinidade de lésbicas, o indivíduo da periferia – foi encontrada nessa boate, em que apresentadores e *drag queens* da casa realçam uma positividade da periferia, denunciando tanto a visão pejorativa que a periferia sofre, como os olhares discriminatórios de que são alvo as pessoas dessas regiões em ambientes mais elitizados. Assim, a construção de uma identidade homossexual de periferia – termos como “**nós** somos de São Mateus” *versus* “**eles** nos olham como se a gente fosse lixo” – foi

observada nessa casa específica, fato que nunca presenciamos em nenhuma balada GLS das regiões centrais de São Paulo – muito pelo contrário, as piadas contra a periferia são muito mais intensificadas nesses locais, como no caso de um show em que a apresentadora *drag queen* respondeu ao frequentador, quando este disse morar em Itaquera: “gente, esconde a bolsa!”. A quantidade de piadas desse porte e de risos extremos acabam por contribuir para a degradação das periferias. Nesse sentido, acreditamos que a concepção habermasiana da teoria da ação comunicativa é válida, na medida em que a identificação do marginal, do ‘periférico’, passa pela produção de um discurso que visa à legitimação de uma classe dominante. Isto também pode ser pensado na própria concepção de Martins no que diz respeito à alteridade, ou seja, a “fronteira do humano”, à necessidade de degradar o outro pra viabilizar a existência do dominador.

A faixa etária da casa varia dos 17 aos 24 anos, sendo comum às sextas-feiras maiores de trinta anos, apesar de serem poucos. A casa agrega uma forte presença de pardos e negros, como também um número razoável de travestis. A maior parte dos entrevistados não terminou o Ensino Médio, e muitos deles estão desempregados. Entre as casas noturnas mais citadas estão a *Danger*, *Blue Space* e encontros na Avenida Dr. Vieira de Carvalho.

As polaridades de gênero também parecem frequentes. A casa agrega um grande número de gays feminilizados que usam short curto e camisa colada. Grande parte desses jovens homossexuais também faz performances de *drag queens*. Já entre as meninas, as polaridades são ainda mais discrepantes. No que se refere à roupa, as mulheres masculinizadas vestem sempre tênis, na maior parte de cano longo; blusa amarrada na cintura; calça larga; às vezes boné pra trás, outras sem boné; correntes grandes e pesadas penduradas no pescoço, às vezes cabelo curto com gel, camiseta lisa. Já as mais feminilizadas usam mais top, ou dobram a blusinha de modo a deixar a barriga aparecendo. Roupas coladas ao corpo mostram seu desenho, umbigo a mostra, salto alto. Principalmente entre casais de mulheres, a heteronormatividade estudada por Butler (2003) é mais explícita, estando os binários hierárquicos mais evidentes. Essas performances corporais se expressam também pelas masculinizadas através do uso de blusas amarradas na cintura. Fazendo um paralelo com a análise de Lacombe (2007) sobre o uso do *pochete* por parte das masculinizadas servindo enquanto *simulacro*, o mesmo ocorreu no *Disturbia*, porém ao invés de *pochete*, o nó da blusa amarrada na parte frontal da cintura cumpre o mesmo papel,

principalmente no momento do *funk*. Enquanto a masculinizada fica reta e rígida, parada de braços cruzados, a mais feminilizada rebola o quadril no nó da blusa, peça utilizada como *simulacro*.

Considerações finais

A intenção deste *paper* foi o de registrar o trabalho apresentado no EAIC/ANPOCS de 2012. Por se tratar de uma pesquisa etnográfica, pretendeu-se mostrar as especificidades das diferentes casas noturnas localizadas nas periferias da zona leste de São Paulo, casas que acabam por contribuir para a construção de diferentes sujeitos. Assim, a presença do gay feminilizado, da lésbica masculinizada, do homossexual ‘moderninho’, do homossexual ‘zona leste’, entre outros, só reforça a necessidade de não pensar as diferentes periferias como um todo homogêneo, demonstrando com isso o quanto as casas produzem identidades e o quanto a construção desses atores em campo se entrelaçam e se contradizem, ou seja, como as relações fronteiriças de disputas simbólicas são explícitas até mesmo entre elas.

Olhar a cidade como o local privilegiado para a reflexão de uma forma simbólica de luta social é também pensar o quanto a situação de fronteira colabora para a construção do novo, construção através de disputas que acarretam em novas identidades e novas estratégias de lidar com o conflito. Por fim, ao dar voz ao marginal – tanto da perspectiva espacial, como da própria comunidade LGBT – buscou-se tanto o entendimento dos processos que originam esses atores identitários, como o entendimento das homossociabilidades marginais, procurando trabalhar na margem como forma de vencer a própria condição marginal.

Referências

- BOURDIEU, P. (1983). “Gostos de classe e estilo de vida”. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo, Ática.
- BUTLER, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CLEMENTE, C. (1998). *Apreciando o Movimento: Uma cartografia da periferia da Zona Leste de São Paulo*. São Paulo, PUC-SP. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais.
- FACCHINI, R. (2008). *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Tese de Doutorado em Ciências Sociais.

FRANÇA, I. (2006). *Cercas e pontes: o movimento GLBT e o mercado GLS na cidade de São Paulo*. São Paulo, FFLCH-USP. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social.

LACOMBE, A. (2007). “De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28.

MACRAE, E. (2005). “Em defesa do gueto”. In: GREEN, J. N.; TRINDADE, J. R. (Org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo, Ed. UNESP.

MAGNANI, J. G. C. (1996). “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole”. In: MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. (Org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo, Edusp/Fapesp, p. 12-53.

MARTINS, J. (1996). “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”. *Tempo social*, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 25-70.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em fevereiro/2013

Mensurando a qualidade da democracia na Venezuela¹

Rafael Moreira Dardaques Mucinhato*

Resumo: Este *paper*, baseado em trabalho apresentado no 1^o Encontro Anpocs de Iniciação Científica, tem como objetivo analisar as condições atuais da democracia na Venezuela. Através de uma primeira análise acerca da qualidade da democracia no país, procuro argumentar que o que realmente está em disputa entre governistas e opositores, mesmo que isto não se apresente de maneira clara para ambos, é o próprio conceito de democracia. São visões distintas acerca do termo: enquanto governistas enfatizam um modelo que privilegia a participação e a igualdade dos cidadãos, clamando serem democráticos, a oposição faz o mesmo, defendendo as liberdades dos cidadãos. Esta análise de maneira alguma esgota a discussão, mas procura contribuir com uma análise mais objetiva das condições atuais do sistema político em vigor na Venezuela.

Palavras-chave: democracia, Venezuela, situação, oposição.

O objeto central desta análise é o processo político pelo qual a Venezuela passa desde a chegada ao poder de Hugo Chávez e a relação de governo e oposição com a própria democracia venezuelana. Este *paper* é o resultado de certos questionamentos pessoais que tive acerca de alguns pontos que me chamaram a atenção quando da minha visita a este país. Eram vários aspectos que saltavam aos olhos de um “observador internacional”: o grau de politização da população; a distribuição gratuita pelas ruas de cópias da Constituição; a efervescência criada em torno do Referendo de fevereiro de 2009 (que permitiu que Chávez fosse mais uma vez candidato à reeleição em 2012); o apoio crítico de grande parte da população ao governo Chávez (afastando a ideia simplista de que há uma tensão entre “chavistas” e “anti-chavistas”); e sobretudo os debates que surgiam entre defensores do governo e da oposição sobre os rumos da democracia na Venezuela. Estas observações me estimularam a debruçar sobre o tema na tentativa de criar uma análise mais objetiva de um objeto tão questionado, como é o processo político recente da Venezuela.

¹ Esse ensaio representa uma versão distinta do artigo publicado na edição n. 2/2012 desta mesma revista. Neste texto, procurei dar maior enfoque sobre a disputa em torno do conceito de democracia envolvendo os projetos políticos do governo e da oposição na Venezuela. Agradeço a Fabrício Vassellai pelas críticas ao texto e também aos professores Adriano Codato e Renato Monseff Perissinoto, ambos da UFPR, coordenadores do GT Estado e Instituições do 1^o Encontro Anpocs de Iniciação Científica. Suas críticas foram incorporadas na medida do possível a esse *paper* e suas limitações são de minha total responsabilidade.

* Graduado em Ciências Sociais – USP.

Em se tratando da história política venezuelana, ela é bastante distinta em comparação com outros países da América Latina. O país sempre fora colocado como exemplo de democracia no continente (REY, 1980; O'DONNELL, 1998; VILLA, 2005), principalmente pela estabilidade de suas instituições políticas (NETO, 2003), até que esse sistema político começa a ruir envolto em inúmeros escândalos de corrupção, uma revolta popular de grandes proporções (o *El caracazo*, de 29 de fevereiro de 1989), altas taxas de desigualdade e desemprego – atingindo 15,4% em 1993 (MARINGONI, 2004) – e o processo de impeachment do presidente social-democrata Carlos Andrés Pérez, em 1993.

Nas eleições presidenciais de 1998, o cenário político apontava uma nova figura política em ascensão contraposta às forças políticas mais tradicionais (os partidos Ação Democrática – AD e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente – COPEI, que durante décadas se revezavam no poder). Era Hugo Rafael Chávez Frías, que após uma frustrada tentativa de Golpe, chegava finalmente ao poder via eleições, alterando profundamente os rumos da democracia no país e representando um “divisor de águas” na história do país (VILLA, 2005). Com um projeto político baseado na democracia participativa e na ideia de um povo culturalmente inspirado por uma vocação pan-americana universalista, seu governo sofre constantes críticas quanto aos rumos incertos que toma, sobretudo o rumo a uma forma de governo autoritária. É exatamente este ponto que pretendo colocar em discussão nesta análise.

Uma constatação que permeia essa análise é o fato da Venezuela não ter passado por nenhuma ruptura autoritária (aos moldes dos golpes de Estado na América Latina): Chávez chega ao poder sendo eleito por 56,20% dos votos válidos em 1998. Por que então o país tem sua democracia tão questionada? O que leva a esse questionamento, principalmente por parte da sua oposição, perante o processo político pelo qual o país passa? O que está realmente em disputa entre governistas e opositores na Venezuela? Seriam concepções distintas de democracia, ou diferentes projetos políticos?

Procurei ao longo desta pesquisa (e apesar de suas limitações) analisar diferentes dimensões do regime político venezuelano através da aplicação do modelo de qualidade da democracia elaborado pelos autores Larry Diamond e Leonardo Morlino (2005). Os autores definem as oito dimensões nas quais a democracia varia em qualidade: primado da lei, participação, competição, *accountability* vertical e horizontal, respeito pelas liberdades civis/políticas, implementação progressiva de igualdade política e por último responsividade. Nesse sentido, foram exploradas

cada uma das dimensões através de dados socioeconômicos e/ou observações empíricas, buscando explicitar as articulações que elas apresentam entre si. Meu objetivo foi demonstrar quais foram as dimensões do modelo as quais o governo toma como prioridade, os *trade-offs* existentes entre elas e exemplificá-las com algumas políticas públicas implantadas pelo governo. Ao final da empreitada, a análise me permitiu levantar certos questionamentos, como: estaria a oposição priorizando então as outras dimensões? O que permeia a disputa entre governistas e opositores?

Nesse sentido, as dimensões nas quais pude fazer uma avaliação positiva do governo são “primado da lei”, “participação”, “igualdade”, “responsividade” e “*accountability* vertical”. Aquelas em que a democracia venezuelana apresenta problemas (e por consequência as mais criticadas pela oposição) seriam “competição”, “liberdade” e “*accountability* horizontal”. A hipótese dos autores de que há *trade offs* entre as dimensões do modelo se sustenta e pôde ser constatada através de dados socioeconômicos e fatos ocorridos desde a chegada de Chávez ao poder. Apresento agora alguns apontamentos acerca de cada uma dessas dimensões, as quais me permitiram alcançar algumas formulações sobre a democracia venezuelana.

A dimensão “primado da lei” mostrou ser importante para os venezuelanos. Durante o período em que a Assembleia Constituinte exercia seus trabalhos, a mobilização política foi bastante grande, seja por alguns setores da sociedade civil e da população em geral, seja pelas diferentes forças políticas que compunham o sistema partidário. Porém, pode-se observar a relevância dada ao primado da lei principalmente quando da tentativa de golpe contra o governo, em abril de 2002. Na ocasião, uma multidão de milhares de pessoas se dirigiu ao Palácio de Miraflores, sede do governo, para defender sua Constituição amparando-se em seus próprios artigos. O então procurador-geral da República, Daniel Romero, já havia anunciado que aquela Constituição não seria mais respeitada, e que o novo Poder Legislativo que surgia a partir do golpe teria funções constituintes em uma questão de meses. Outra observação que reforça a ênfase dada pelo governo nessa dimensão e sua articulação com o estímulo à participação política dos cidadãos são os chamados “Círculos Bolivarianos”. Eles estimulam a participação cívica e auto-organizada da população para que se formem grupos de discussão, variando de 7 a 11 pessoas, nos quais são debatidos os problemas da região e a própria Constituição, a fim de que todos conheçam seus próprios direitos e deveres. Tal medida foi amplamente aceita pelos setores menos privilegiados da população (os mesmos que são o foco

dos projetos sociais citados adiante) com especial destaque para a população dos chamados *barrios* (favelas) de Caracas.

A dimensão “participação” pode ser exemplificada através da quantidade de referendos aplicados desde a chegada de Chávez à presidência (importante inovação criada pela nova Constituição são as diferentes formas de referendo que podem ser reivindicadas inclusive pela população). Dado o fato de que o voto não é obrigatório na Venezuela, considero também importante os índices de comparecimento às urnas nestes mesmos referendos e nas eleições ocorridas desde a chegada de Chávez ao poder. Como resultado, observa-se que esses índices se mostraram bastante positivos. Já foram aplicados cinco referendos sendo que a participação média foi de 59%¹, enquanto nas eleições regulares o comparecimento passou a apresentar um crescimento contínuo atingindo 60% em 2006².

A dimensão “igualdade” aparenta ser a grande prioridade do governo venezuelano (ou talvez do atual modelo de democracia na Venezuela) o que poderia estar associado aos elevados índices de pobreza e desigualdade observados antes da eleição de 1998. As *misiones* são o grande carro chefe do governo, tendo impacto direto na grande proporção dos setores menos privilegiados da sociedade. Entre elas, cito a *Mision Alimentacion*, *Mision Ribas*, *Mision Barrio Adentro* e *Mision Robinson*. Todos esses programas tiveram um significativo impacto na sociedade venezuelana. Os números apresentados no relatório “The Chávez administration at 10 years: the economy and social indicators” (2009) comprovam essa transformação: o acesso à educação cresceu drasticamente, o analfabetismo foi erradicado, a mortalidade infantil caiu e o índice Gini apresenta a maior queda na última década entre todos os países da América do Sul, variando de 46.96 para 40.99 desde a eleição de Chávez. A ênfase dada nesta dimensão também é reflexo da aplicação do orçamento na Venezuela: o orçamento total dos programas sociais alcançaram os 2 bilhões de dólares em 2004 (BECERA, 2006) e, segundo estimativas, pode ter alcançado 4 bilhões de dólares em 2010.

¹ CNE, Consejo Nacional Electoral, órgão vinculado ao Poder Electoral: <www.cne.gov.br>. Acesso em 15 out 2011.

² Até os anos 1980, o comparecimento às urnas não ultrapassava os 30%, chegando a um nível mínimo de 17% em 1994. A partir da eleição de Chávez essa porcentagem cresce de maneira contínua, exceção feita a eleição para governadores em 2005, boicotada pela oposição. Cf. entrevista de Maringoni ao Portal Terra – “Venezuela: alto comparecimento em eleições causa filas”: <<http://media.terra.com.br/mundo/noticias/0,,011281669-EI310,00.html>>.

As dimensões “responsividade” e “*accountability* vertical” estão intimamente associadas. Sendo assim, os referendos aplicados, as eleições regulares e o programa televisivo transmitido nacionalmente “Aló Presidente” (mesmo com a ressalva da excessiva exposição à mídia por parte do governo) cumprem um importante papel. As eleições sendo realizadas de maneira regular permitem aos cidadãos avaliarem periodicamente os seus representantes eleitos e os referendos, por sua vez, permitem aos setores organizados da sociedade elaborarem projetos de lei e os submeterem à população e à classe política venezuelana. O programa governamental “Aló Presidente” mantém a população informada quanto às realizações do governo, assim como permite uma interessante interlocução dos cidadãos com os seus representantes políticos.

A variável “competição” se mostrou problemática, pois apesar do governo realizar eleições regulares e a Constituição garantir o direito de associação, o governo possui um partido muito mais forte que qualquer outro. A criação do Partido Socialista Unido da Venezuela – PSUV –, em 2008, modificou o equilíbrio de forças existente entre os partidos e deu mais força ao governo. As aparições semanais do presidente, apesar de colaborarem para as dimensões “*accountability* vertical” e “responsividade”, também desequilibram a correlação de forças existente entre os partidos em favor do governo.

Quanto à dimensão “liberdade”, os dados da organização Freedom House colocam a Venezuela como “parcialmente livre”. A avaliação feita pela Freedom House toma como prioridade a dimensão “liberdade” para que um governo seja classificado como sendo democrático, sem levar em conta outros fatores que podem ser importantes, como a igualdade social e a responsividade. Mesmo assim, a não renovação da concessão de radiodifusão da RCTV (um canal de claro posicionamentopositor ao governo) demonstra que essa dimensão pode apresentar problemas na democracia venezuelana.

A qualidade do “*accountability* horizontal” também deve ser questionada. Apesar da divisão de poderes existir no sistema político venezuelano e da radical mudança promovida pela nova Constituição com a criação dos Poderes Eleitoral e Cidadão, estes recebem duras críticas quanto à sua politização, colocando em dúvida se eles realmente cumpririam um papel de verificação e monitoramento como forças autônomas ao governo.

Nesse sentido, procurei, por meio deste ensaio, sustentar a tese que a democracia de um determinado país se baseia em escolhas por parte de governantes e também por parte dos governados. A democracia venezuelana, após a eleição de Hugo Chávez, opta por enfatizar certas dimensões como participação e igualdade em possível detrimento de outras, como competição e liberdade – hipótese aqui comprovada. Tais escolhas são eminentemente políticas e acabam por gerar certas consequências, afetando determinadas instituições e setores da sociedade de maneira diferente. Apenas a título de ilustração, a ênfase dada na dimensão igualdade permitiu que milhares de pessoas saíssem da condição de pobreza extrema, mas ao mesmo tempo a capacidade de *accountability* horizontal das instituições políticas se tornou bastante reduzida na última década, e não me espantaria se determinada porcentagem das verbas provenientes para os projetos sociais fossem desviadas no meio do caminho.

As críticas dirigidas ao regime venezuelano atual argumentam que o governo Chávez caminha inexoravelmente rumo a um autoritarismo. Estas críticas partem principalmente de governos onde há em vigor um modelo liberal de democracia, baseando suas críticas em um juízo de valor do qual eu discordo. Nas palavras de Schmitter (2005), autor do capítulo acerca da *accountability* do modelo analítico utilizado, esta seria uma das falácias que poderiam surgir das análises das novas democracias, o *partisanship*, e creio ser isto o que ocorre na Venezuela. Aqueles que criticam o sistema político venezuelano tomam como parâmetro um modelo liberal de democracia, avaliando sempre de maneira negativa um modelo como o da Venezuela, o qual coloca os cidadãos como atores políticos ativos em um “processo revolucionário” enfatizando a sua participação nesse processo, entre outras coisas.

Nesse sentido, vou de encontro à conclusão alcançada pelo venezuelanista norte-americano Michael Coppedge (apud Neto, 2003). Acredito que o que está realmente em jogo na Venezuela é uma disputa pelo próprio conceito de “democracia”, mesmo que isto não esteja claro para todos os atores políticos. Há hoje na Venezuela um conflito entre duas visões de democracia, algo que vai além da disputa entre os projetos políticos de governistas e opositores. Governistas clamam serem democráticos com uma visão calcada na noção de soberania popular (mais participativa no nível societário, não só no nível eleitoral), sendo defendida pelos que se intitulam “pró-revolucionários”, reivindicando para o seu líder um mandato amplo supostamente conferido pelo eleitorado. Já os opositores reivindicam outra visão de demo-

cracia, mais liberal, sustentando que há uma necessidade de limitar os poderes do governo e respeitar o rol clássico de direitos para que exista realmente um regime democrático.

A análise desenvolvida aqui procurou em partes evidenciar esse dilema, demonstrando o tipo peculiar de democracia existente na Venezuela hoje em dia. Procuro me afastar da mera oposição entre “chavistas” e “anti chavistas”, muitas vezes colocada pela mídia e por analistas internacionais. Acredito que análises mais objetivas e empíricas são necessárias e de maneira nenhuma este artigo cobriria todo o debate em torno de um objeto tão polêmico, como o é a democracia na Venezuela.

Páginas da internet pesquisadas:

Aló Presidente: <<http://www.alopresidente.gob.ve/>>.

Consejo Nacional Electoral: <www.cne.gov.br>.

Gobierno en Línea: <<http://www.gobiernoenlinea.ve/miscelaneas/misiones.html>>.

Ministerio del Poder Popular para La Alimentación: <<http://www.mercal.gob.ve/web/index.php>>.

Organization of the American States: <www.oas.org>.

Political Database of the Americas: <<http://pdba.gerogetown.edu/>>.

Sistema Integrado de Indicadores Sociales de Venezuela: <www.sisov.mpd.gob.ve>.

Referências

ARBEX JR., J. (2004). “Entrevista do presidente Hugo Chávez”. *Revista Caros Amigos*, Editora Casa Amarela, ano VIII, n. 89, ago.

BECERA, M. P. (2006). *Clientelism and social funds: empirical evidence from Chávez's 'Misiones' programs In Venezuela*. Caracas, Instituto de Estudios Superiores de Administración (IESA).

COPPEDGE, M. (s/d). “Popular sovereignty versus liberal democracy in Venezuela”. In: DOMÍNGUEZ, J.; SHIFTER, M. (Org.). *Constructing democratic governance*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.

DIAMOND, L.; MORLINO, L. (Ed.) (2005). *Assessing the quality of democracy*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.

MARINGONI, G. (2004). *A Venezuela que se inventa*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

MCCOY, J. (2005). "O referendo na Venezuela: um ato em um drama inacabado". *Novos estudos - Cebrap*, São Paulo, n. 72.

MINISTERIO del Poder Popular para la Comunicación y la Información (2007). *Libro blanco sobre RCTV*. Caracas, Venezuela.

NETO, O. A. (2003). "De João Goulart a Hugo Chávez: a política venezuelana à luz da experiência brasileira". In: GUIMARÃES, S. P.; CARDIM, C. H (Org.). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão.

O'DONNELL, G. (1998). "Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina". *Novos Estudos - Cebrap*, São Paulo, n. 51, p. 37-61.

POWELL JR.; BINGHAM G. (2005). "The chain of responsiveness". In: DIAMOND, L.; MORLINO, L. (Ed.). *Assessing the quality of democracy*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.

REY, J. C. (1980). *Problemas socio-políticos de América Latina*. Caracas, Editorial Ate-neo y Editoria Jurídica Venezolana.

SCHMITTER, P. C. (2005). "The ambiguous virtues of accountability". In: DIAMOND, L.; MORLINO, L. (Ed.). *Assessing the quality of democracy*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.

VENEZUELA (1999). *Constitución de La República Bolivariana de Venezuela*. Gaceta Oficial de La República Bolivariana de Venezuela.

_____. (2002). *Ley orgánica del Poder Electoral*. Disponível em: <www.unhcr.org/refworld/docid/44a103f34.html>. Acesso em: 7 jan. 2010.

VILLA, R. D. (2005). "Venezuela: mudanças políticas na era Chávez". *Estudos avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55.

WEISBROT, M.; RAY, R.; SANDOVAL, L. (2009). "The Chávez administration at 10 years: the economy and social indicators". *CEPR*, fev. Disponível em: <www.cepr.net/documents/publications/venezuela-2009-02.pdf>.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em janeiro/2013

Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas

Diana Zacca Thomaz*

Resumo: Ao se iniciar o ano de 2012, os noticiários brasileiros alertaram para uma suposta “invasão” de haitianos atravessando a fronteira norte do país. O Brasil passou a se caracterizar mais nitidamente como destino desses migrantes a partir do terremoto que acometeu o Haiti no início de 2010, e do qual o país ainda não apresenta sinais claros de recuperação. O discurso da política externa brasileira insiste em frisar o papel protagonista e solidário que o país vem desempenhando no Haiti ao liderar a MINUSTAH. No entanto, frente ao incremento migratório verificado no início do ano de 2012, o governo optou por uma restrição na concessão de vistos, além de tomar medidas pelo reforço da segurança na fronteira norte. A presente pesquisa busca formular uma análise qualitativa desse fluxo migratório, frisando sua difícil definição legal e fornecendo um exame da postura adotada pelo governo brasileiro diante desse deslocamento rumo a suas fronteiras.

Palavras-chave: migração forçada, Haiti, humanitarismo.

Introdução

As palavras “miséria”, “diáspora” e “instabilidade” costumam se repetir nas narrativas veiculadas sobre a história e a realidade do Haiti. Tendo sido uma nação pioneira na obtenção da independência e na abolição da escravidão, o país e a população são, no entanto, lembrados atualmente na agenda internacional como incapazes de se recuperar e desenvolver, passadas décadas de crises políticas e pobreza, acompanhadas de intervenções externas e ajuda internacional. O terremoto de alta magnitude que acometeu o país em janeiro de 2010 reforçou, em grande medida, essa imagem infortuna do país ao provocar mais de 200.000 mortes e levar cerca de 1.6 milhão de pessoas a se deslocarem e perderem suas habitações¹.

A resposta internacional que se seguiu imediatamente ao desastre foi marcada pela tônica da solidariedade, o que se exemplifica nas promessas de ajuda somando cerca de 10 bilhões de dólares em uma conferência de doadores organizada pela

*Graduanda em Relações Internacionais – UFF.

¹ Dados disponibilizados por Human Rights Watch. *World Report 2011: Haiti*. Nova Iorque, 2011. 4p. Disponível em: <<http://www.hrw.org/world-report-2011/haiti>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

Organização das Nações Unidas (ONU)². O espetáculo do sofrimento haitiano desencadeou uma demonstração internacional de socorro e, empregando a formulação proposta por Fassin, esse panorama moral pode ser considerado como o próprio conceito do humanitarismo (FASSIN, 2012).

Entretanto, apesar dos discursos públicos e das ações que buscavam aliviar o sofrimento da população haitiana e contribuir para a reconstrução do país devastado, uma postura menos generosa foi geralmente adotada para com os haitianos que atravessaram fronteiras internacionais em busca de segurança e sobrevivência. Dois exemplos que se destacam, nesse sentido, correspondem às atitudes assumidas pelos Estados Unidos e pela França. No caso do primeiro, apesar de se constituir no principal provedor de ajuda ao Haiti após o terremoto, ele não aceitou os migrantes forçados que se seguiram ao desastre em seu território com base no argumento de que eles não correspondiam à definição de refugiado presente na lei estado-unidense³. No caso do segundo, também um doador de destaque, a postura foi bastante próxima, chegando a providenciar o fechamento das fronteiras da Guiana Francesa – um de seus departamentos ultramarinos na América Latina – de modo a inibir o que é considerada uma rota ilegal em direção a suas fronteiras europeias.

Defrontados com os obstáculos para acessar esses países do “Norte Global”, e somando-se ao grave surto de cólera que ocorreu dez meses após o desastre ambiental, milhares de haitianos optaram por fugir da situação precária em seu país de origem rumando para países da América do Sul. Esses migrantes dirigiram-se sobretudo para a vizinha República Dominicana, mas também para Guiana Francesa, Equador, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia, Chile, Argentina e Brasil⁴. Em 2010, o relatório global (Global Trends) do Alto Comissariado da ONU para Refugiados

² Dado obtido através do UN Department of Public Information Fact Sheet de 06/01/2012. Disponível para download em: <<http://www.un.org/apps/news/infocusRel.asp?infocusID=91>>. Acesso em: ago 2012.

³ Os EUA chegaram a admitir a entrada de um pequeno número de haitianos para tratamentos médicos emergenciais e tomaram a iniciativa de adiar a maioria das deportações para o país caribenho. A fim de coibir uma possível “onda” migratória haitiana a seu litoral após o terremoto, os EUA chegaram a impor um bloqueio naval, como foi relatado em: <<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/centralamericaandthecaribbean/haiti/7030237/Haiti-earthquake-US-ships-blockade-coast-to-thwart-exodus-to-America.html>>. Acesso em: dez 2012.

⁴ Deaths veiculados pelo Servicio Jesuita a Refugiados (SJR): *Los flujos haitianos hacia América Latina: Situación actual y propuestas*. Maio 2011, p. 2. Disponível em: <http://www.entreculturas.org/files/documentos/estudios_e_informes/Flujos%20haitianos%20haciaAL.pdf>. Acesso em: 5 jun 2011.

(ACNUR) contabilizou um total de 25.892 refugiados haitianos, 312 contando com a assistência da agência e 7.202 solicitantes de asilo com casos pendentes⁵.

Apesar do Brasil não constituir a principal destinação desse movimento migratório, ele recebeu cerca de seis mil haitianos desde a ocorrência do terremoto, a maioria dos quais atraídos pela posição do país como um mercado econômico emergente – o que fomenta expectativas de obtenção de emprego no país – e pelas parcerias que o governo, ONGs e empresas do país vêm firmando no Haiti em projetos de desenvolvimento, sobretudo desde 2004. A jornada dos haitianos envolve uma série de redes ilegais de atravessadores ou “coiotes”, normalmente incluindo viagens de avião para o Panamá e Equador, para a seguir se dirigirem ao Peru ou à Bolívia como meio de se chegar aos estados brasileiros do Amazonas e do Acre, respectivamente.

Passados dois anos da ocorrência do tremor, alguns atores, como o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, na sigla em inglês), salientam os progressos obtidos nesse período para a reconstrução do país, tais como a saída de cerca de um milhão de pessoas dos campos de deslocados internos (ou IDPs na sigla do inglês) – com cerca de 500.000 pessoas ainda vivendo nesses campos – e a remoção de 50% dos destroços gerados pelos prédios que colapsaram com o terremoto⁶. Entretanto, o Estado haitiano ainda não se mostrou capaz de contornar o grave quadro de precariedade das condições de vida da maioria de sua população, que, assim, ainda enfrenta sérios entraves no acesso à saúde, habitação, emprego, alimentação, saneamento básico, segurança, dentre outros pontos. Assim, existe ainda a dependência, em grande medida, da assistência de ONGs presentes no país (há 325 projetos em andamento atualmente⁷) e do apoio da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), cujo mandato se iniciou em 2004 e vem sendo reiteradamente estendido desde então.

Em comunicado do ACNUR na véspera dos dois anos da tragédia, a agência chama atenção para o erro que se incorre ao concluir que a redução em um milhão

⁵ UNHCR. *Global Trends 2010*. Genebra, 2011. 25 p. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4dfa11499.html>>. Acesso em: 4 jun 2012.

⁶ Informações oferecidas por OCHA. *Haiti: Two years after the devastating earthquake*. Disponível em: <<http://www.unocha.org/top-stories/all-stories/haiti-two-years-after-devastating-earthquake>>. Acesso em 5 jun 2012.

⁷ Mapeamento das ONGs, atuando no Haiti pela reconstrução do país após o terremoto, pode ser encontrado em : <<http://haiti.ngoaidmap.org/>>. Acesso em 5 jun 2012.

do montante de pessoas vivendo em campos de IDPs signifique que elas tenham encontrado soluções de habitação sustentáveis. Houve uma série de casos de expulsão de IDPs das propriedades que ocupavam desde o terremoto, o que faz com que o problema desses deslocados internos seja menos visível – já que não são mais contabilizados nos campos – porém não menos grave⁸. O número de pessoas que buscam alternativas para sobrevivência ao cruzar fronteiras internacionais não demonstrou redução em 2011, tendo ocorrido, na verdade, uma alta nesse número como demonstrado no Global Trends do ACNUR para o referido ano. Nesse período, a agência da ONU contabilizou 33.661 refugiados haitianos, 395 contando com sua assistência e 7.468 solicitantes de asilo com casos pendentes⁹.

Considerando-se esse quadro da situação haitiana e o movimento migratório desencadeado pelo terremoto de 2010, a pesquisa busca analisar qualitativamente o caráter desse deslocamento específico, considerando aspectos legais e teóricos acerca do mesmo. A partir dessa análise, pretende-se oferecer um breve estudo de caso acerca da maneira como o Brasil (compreendido não unitariamente mas em suas múltiplas facetas burocráticas, da sociedade civil, de ONGs, da mídia, etc.) respondeu à chegada desses migrantes haitianos a partir do desastre natural. Para tanto, metodologicamente, são utilizados dados estatísticos fornecidos por órgãos do governo brasileiro (CONARE, CNIg, Itamaraty, etc.), de organizações internacionais (ACNUR, OIM) e da sociedade civil (ONGs brasileiras e internacionais), além de declarações veiculadas nos canais próprios a esses atores e na mídia acerca do assunto.

A proteção dos haitianos sob a perspectiva legal

A definição legal dos haitianos que saíram de seu país após a ocorrência do terremoto não é clara dentro das normas internacionais voltadas para a proteção dos migrantes forçados. Alguns autores defendem a existência de um “regime internacional relativo aos refugiados” (BENZ; HASENCLEVER, 2011, p. 187), que teria surgido diante da constatação feita pelos Estados de que a magnitude e a complexidade do

⁸ Como veiculado pelo UNHCR. Press Release. *UN refugee agency marks two years since Haiti earthquake*. Washington, 2012. 2p. Disponível em: <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Full_Report_3325.pdf>. Acesso em: 5 jun 2012

⁹ UNHCR. *Global Trends 2011*. Genebra, 2012. 25 p. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4fd6f87f9.html>>. Acesso em: 4 jun 2012.

fenômeno da migração forçada precisavam ser respondidas de maneira conjunta internacionalmente para proteger e assegurar os direitos daqueles que não podiam contar com seu país de origem para tanto, oferecendo assim uma “proteção substituta” para esses migrantes. Atualmente, esse regime teria seu funcionamento no âmbito mundial, baseado na Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, no seu Protocolo de 1967 e no ACNUR, organização originalmente responsável pela implementação das referidas normas.

A demarcação do termo “refugiado”, presente na convenção e em seu protocolo, é bastante limitada – não abarca a diáspora haitiana verificada após o terremoto – entendendo como digno da proteção substituta enquanto refugiado aquele que não quer ou não pode retornar a seu país de origem devido a “fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertença a grupo social ou opinião política” (Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, 1951), o que convergia com as necessidades dos deslocados observados na Europa no imediato pós-Segunda Guerra Mundial.

Desde a formulação desses instrumentos legais, no entanto, o termo “refugiado” foi expandido na prática para fazer frente a um crescente número de pessoas que também precisavam de assistência e proteção internacional – uma vez situadas fora de seu país de origem – mas que não se enquadravam nesse escopo normativo. Assim, a definição legal e o entendimento comum da identidade do refugiados mudou juntamente com os contextos políticos globais e regionais ao longo do tempo.

Dessa forma, de modo a melhor entendermos as ferramentas brasileiras e latino-americanas destinadas a definir e proteger os refugiados, é necessário que se considere o ambiente político subjacente a sua formulação. Como mencionado, a Convenção de 1951 foi criada para lidar com as circunstâncias políticas e humanitárias que emergiram com o fim da Segunda Guerra. Durante a Guerra Fria que se seguiu, muitos países latino-americanos (destacadamente Chile, Guatemala, El Salvador e Nicarágua) suportaram décadas de regimes ditatoriais e disputas políticas internas que geraram milhões de refugiados no subcontinente. O regime internacional para refugiados foi considerado muito restrito para lidar adequadamente com essa realidade e, como resultado, a Declaração de Cartagena de 1984 – contando com o exemplo da Convenção da Organização da Unidade Africana – abriu caminho para a expansão da proteção aos refugiados no sistema inter-americano, recomendando a inclusão daqueles que:

tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (Declaração de Cartagena, 1984).

Apesar do caráter não vinculante da Declaração, muitos países latino-americanos traduziram sua definição ampla de refugiados para suas legislações nacionais. Como o Brasil permaneceu sob uma ditadura militar até o ano de 1985, ele inicialmente não aceitou as intenções e conteúdo de Cartagena e manteve sua lógica da segurança nacional sobre os assuntos migratórios¹⁰. No entanto, com o processo de re-democratização se desenvolvendo ao longo dos anos 1990, o país passou a adotar uma abordagem mais flexível com relação aos migrantes forçados, o que culminou na aprovação de uma lei específica sobre os refugiados em 1997 (Lei Nº 9.474 de 22 de julho) que incluía “grave e generalizada violação de direitos humanos” (Lei Nº 9.474, 1997) como uma das razões legítimas para a concessão do refúgio, além dos fatores de perseguição já abarcados na Convenção de 1951. Tendo sido o primeiro país do subcontinente a aprovar uma lei específica sobre refúgio, o Brasil tem sido, desde então, considerado por alguns como um líder regional no campo da proteção aos refugiados (JUBILUT, 2006), o que seria impulsionado pelo peso econômico e político relativo do país. Reforçando esse ponto de vista, o país encaminhou projetos de reassentamento desde 2001, além de ter apoiado reuniões regionais e planos de ação comum relacionados à proteção dos refugiados, como a Declaração de Brasília sobre a Proteção de Refugiados e Apátridas no Continente Americano de 2010.

Diante da indefinição, o poder do Estado: as respostas brasileiras vacilantes ao deslocamento haitiano

A maioria dos migrantes haitianos que chegaram ao Brasil após o terremoto procuraram, imediatamente, requisitar refúgio. Acerca desse assunto, é pertinente destacar a consideração de Nyers sobre esse momento específico da solicitação do

¹⁰ O Estatuto do Estrangeiro, ainda em vigor, data de 1980 e apresenta essa forte ênfase na segurança nacional para se regular a migração. Dada a constatação de que a lei migratória brasileira precisa ser adaptada para o contexto atual, tramita atualmente no Congresso o Projeto de Lei 5655/2009, que adota uma visão mais sintonizada com a proteção e garantia dos direitos humanos dos migrantes, não obstante o paradigma da segurança nacional ainda estar presente no documento. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=443102>>. Acesso em 5 jun 2012.

refúgio e da posição do Estado sobre se irá, ou deveria, conceder a acolhida e proteção (NYERS, 2003). De acordo com o autor, esse é um episódio político muito importante, já que a capacidade de se decidir sobre questões de inclusão e exclusão é um elemento central do poder soberano. O patrulhamento das fronteiras e a defesa dos cidadãos dos perigos externos são algumas das fontes de legitimidade do monopólio do Estado moderno sobre vários assuntos políticos. Nesse sentido, sempre que um Estado delibera sobre a concessão ou não da proteção aos solicitantes de refúgio, não apenas uma determinação humanitária está sendo feita, mas essa também é uma situação em que o Estado “(re)funda sua reivindicação de monopólio do político” (NYERS, 2003, p. 1071; tradução nossa¹¹).

Em sintonia com Nyers, vale resgatar brevemente a elaboração de Ashley (ASHLEY, 1988), de que não se pode tomar a soberania estatal como um dado inconteste e natural, mas como fruto de uma prática, construída sobre uma relação de poder, que frequentemente deve ser imposta para que se possa perpetuar. O autor chama de “prática heroica” o mecanismo presente nos discursos políticos modernos através do qual se estabelece a dicotomia entre soberania e anarquia, em que o primeiro termo representa a presença, a racionalidade, a “fonte fundacional da verdade e do significado”(ASHLEY, 1988, p. 230), ao passo em que o segundo é definido residualmente, como o âmbito do erro, da indeterminação, da ausência, ameaçando a existência pura da soberania. Diante da constatação de que não há uma autoridade global efetiva, opera-se a prática heroica de modo a se deduzir a existência de múltiplas entidades soberanas independentes.

A partir desse raciocínio, a ideia da soberania estatal, da existência de uma autoridade capaz de responder por uma sociedade bem delimitada e de exercer a força legitimamente em seu nome, não é tida como natural, mas como produto de práticas recorrentes que a todo momento trazem à tona a separação entre o interno (soberano, positivo) e o externo (anárquico, negativo). Assim, a questão da distinção estrangeiro/nacional contém um caráter político crucial para a política moderna, de modo que a regulação da entrada daqueles demarcados como o “outro” é atribuída ao Estado, não como mera atribuição secundária, mas como um dos mecanismos centrais, através dos quais ele reforça e justifica seu caráter soberano.

¹¹ Citação original: “(re) funds its claim to monopolise the political”.

Tendo-se essas considerações em mente, pode-se afirmar que, apesar da existência de uma série de declarações, entendimentos e determinações legais que demandariam que o Brasil adotasse uma definição de refúgio ampla, a palavra final sobre a concessão da proteção recai sobre o domínio soberano do Estado, em detrimento da capacidade de agência e autodefinição dos migrantes. Em casos, como o da migração haitiana pós-terremoto, que não se enquadram na definição tradicional de refugiado - relacionada à perseguição individual - essa dinâmica se torna ainda mais clara, já que a responsabilidade pela categorização desses migrantes é monopolizada pelos Estados receptores.

Dessa forma, o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) – o órgão público responsável por deliberar acerca da concessão do status de refugiado – chegou à conclusão de que os deslocados haitianos não poderiam ser considerados refugiados, a despeito da legislação nacional ampla sobre a questão. As razões para a negativa assinalavam que os haitianos não podiam demonstrar claramente a existência de uma ameaça a suas vidas, segurança ou liberdade. Além disso, o CONARE também apontou que a proteção daqueles que eram incapazes ou não tinham vontade de voltar a seu país de origem devido a catástrofes naturais ou pobreza não era compreendida no escopo da Convenção de 1951 ou na lei brasileira (GODOY, 2011).

No entanto, a recusa pela concessão do refúgio aos haitianos que o solicitavam não significou que sua situação particularmente vulnerável não seria considerada pelas autoridades nacionais. Ao deliberar negativamente acerca do caso haitiano, o CONARE simultaneamente considerou que esses migrantes demandavam um tipo de permissão especial para permanecer no Brasil devido às precárias condições que encarariam se retornassem a seu país de origem. Nesse aspecto, o Brasil se portou de maneira distinta àquela marcadamente restritiva de países do Norte Global, como os EUA e França mencionados anteriormente, não recusando completamente a entrada dos haitianos em seu território, ainda que lhes negando o status de refugiado que solicitavam.

Dessa forma, o CONARE usou-se de um instrumento legal que permite que casos entendidos como não diretamente cobertos pela legislação nacional para o refúgio, mas que, ainda assim, apresentem um caráter humanitário, sejam encaminhados para consideração pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). O escritório nacional do ACNUR e ONGs, sobretudo católicas, pressionaram para que o CNIg considerasse o caso dos haitianos com atenção especial. A resolução final comunicada

pelo conselho concedia aos haitianos vistos de permanência por motivos humanitários. Ainda que eles não correspondessem aos mesmos requisitos de proteção compreendidos na reconhecimento do status de refugiado, esses “vistos humanitários” foram vistos como demonstrando uma atitude positiva do Brasil, sendo inclusive elogiada em um relatório regional do ACNUR¹².

Com relação à concessão desses vistos especiais, no entanto, pode-se destacar duas maneiras diferentes de interpretá-los. Por um lado, eles podem ser vistos como uma forma de “proteção complementar” (MCADAM, 2007) que consiste em um Estado expandir suas obrigações de *non-refoulement* baseando-se em princípios de direitos humanos ou em outros de caráter humanitário. Essa interpretação foi a adotada pelo ACNUR, já que os vistos permitiam aos haitianos permanecerem no território brasileiro e, logo, longe da crise social em seu país de origem. Por outro lado, pode-se oferecer a crítica de que a lei nacional para o refúgio poderia ter sido interpretada de modo a conceder o status de refugiado aos haitianos, entendendo que, no quadro precário instalado pós-terremoto, eles estariam expostos a uma situação de “grave e generalizada violação de direitos humanos” (Lei Nº 9.474, 1997) prevista na lei nacional. Ao negar o acesso desses migrantes a essa lei, mas, ao mesmo tempo, concedendo-lhes um visto especial, dada a crise no Haiti, pode-se entender que as autoridades brasileiras adotaram uma postura baseada em “uma lógica de compaixão prevalecendo sobre o direito à proteção” (FASSIN, 2012). Ao aplicar essa “lógica de compaixão”, o Brasil não estaria se comprometendo a uma proteção sustentada dos migrantes haitianos com base em uma lei nacional sólida, mas estaria meramente oferecendo uma exceção baseada no sentimento momentâneo de que a negação de sua entrada no território não era recomendável.

Uma ruptura com essa política da concessão dos vistos humanitários aos haitianos surgiu no início de 2012, quando noticiários brasileiros começaram a reportar uma suposta “invasão” desses migrantes no norte do país, especialmente através do Acre. De acordo com uma notícia veiculada pelo maior periódico brasileiro¹³,

¹² UNHCR. *Global Report 2011: Americas Regional Summary*. Genebra, 2011. 6 p. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4fc880940.html>>. Acesso em: jul 2012.

¹³ Intitulada “Acre sofre com invasão de imigrantes do Haiti”, o artigo completo de O Globo pode ser encontrado em: <<http://oglobo.globo.com/pais/acre-sofre-com-invasao-de-imigrantes-do-haiti-3549381>>. Acesso em: out 2012.

aproximadamente 500 haitianos teriam entrado no território nacional durante os três últimos dias de 2011 devido a rumores de que o governo brasileiro deportaria aqueles que chegassem ao país depois do dia 31 de dezembro. A retórica da invasão – como os riscos de *securitização* (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1997) que ela carrega – foi rapidamente difundida para se referir à imigração haitiana e o tópico passou a ser largamente discutido na mídia e entre instâncias governamentais.

A resposta formal do governo brasileiro a esse quadro foi dupla: ele assumiu a responsabilidade de regularizar a situação dos aproximados quatro mil haitianos que tinham entrado no país até o final de 2011, ao passo em que introduziu um sistema de cotas para a aceitação de novos migrantes do país caribenho. A Resolução Normativa 97 do CNIg, publicada no dia 12 de janeiro – exatamente dois anos após o desastre ambiental –, determinava que vistos especiais ainda seriam concedidos aos haitianos por motivos humanitários, entendendo esses como “resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010”¹⁴. Entretanto, daquele dia em diante, o número de vistos seria restringido para 1.200 por ano (uma média de 100 por mês), sendo concedidos pelo Ministério das Relações Exteriores via sua embaixada em Porto Príncipe. A fim de obter esse visto, o nacional haitiano deve pagar a taxa de US\$ 200,00 e entregar três documentos: um passaporte atualizado, prova de residência e comprovante de que não tem antecedentes criminais. Os vistos são válidos por cinco anos, após os quais o haitiano deve comprovar situação laboral para obter a permissão para permanecer no país por mais tempo. Além dessas medidas, o governo brasileiro reforçou o patrulhamento nas fronteiras setentrionais, cooperando com países vizinhos para tanto. Pressionado pelo Ministério da Justiça brasileiro, o Peru passou a exigir vistos aos haitianos chegando em seu território. Em contraste, o Equador, ainda que exposto à mesma pressão do Brasil, recusou-se a exigir esses documentos dos haitianos.

Três dias após a tomada dessa medida, os ministros das Relações Exteriores e da Justiça divulgaram o pronunciamento conjunto “Brasil e Haiti: parceria para o

¹⁴ O texto da resolução foi veiculado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional De Imigração. *Resolução normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012*. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135687F345B412D/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2097.pdf>>. Acesso em: jun 2012.

desenvolvimento” (PATRIOTA; CARDOZO, 2012). Nele, as autoridades relembravam os dois anos da ocorrência do terremoto que devastou grande parte do Haiti e os esforços e comprometimentos de cooperação do Brasil para com aquele país. Curiosamente, mais da metade do texto é dedicado a justificar a entrada em vigor da Resolução Normativa 97 do CNIg. Segundo o discurso dos ministros, o que teria motivado a decisão de estipular uma cota na emissão dos vistos seria a preocupação do governo brasileiro com os cidadãos haitianos que, em seu trajeto para o Brasil, tornavam-se vítimas de “intermediários inescrupulosos” (PATRIOTA; CARDOZO, 2012), sendo extorquidos e estando sujeitos a violências e abusos. Com relação a esse argumento, é importante destacar sua fraqueza, já que uma grande proporção dos deslocamentos forçados envolvem esse tipo de realidade, na qual pessoas em fuga são vítimas desse tipo de intermediários. Além disso, pode-se deduzir logicamente que ao se restringir a possibilidade de entrada legal dos haitianos ao Brasil, o trabalho do chamados “coiotes” é automaticamente valorizado, e não impedido.

As consequências dessa política restritiva para os migrantes haitianos que se deslocavam ao Brasil têm se mostrado severas. Enquanto que, em Porto Príncipe, o número de vistos emitidos tem sido inferior ao estipulado pela cota – por motivos relacionados ao seu alto valor e à falta de acesso da maioria da população aos documentos requeridos - centenas desses migrantes passaram a ficar presos na fronteira norte do Brasil, impossibilitados de atravessar (a cidade de Iñapari, localizada na fronteira tripartite com o Peru e a Bolívia, chegou a concentrar um grupo de mais de 250 haitianos logo a seguir à entrada em vigor da Resolução 97¹⁵). Aqueles que conseguem entrar no país também enfrentam dificuldades. O governador do Acre e seu secretário de Justiça têm sido citados em notícias clamando por ajuda federal para dar conta das necessidades de se acolher os haitianos que chegam regularmente¹⁶. A situação dos haitianos que não obtêm a devida assistência nas regiões de fronteira muito se assemelha à descrita por Agamben como da “vida nua” (AGAMBEN, 1998.), sem direitos políticos ou agência.

¹⁵ O caso dos migrantes haitianos foi acompanhado pela BBC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/03/120329_haitianos_frenteira_acao_jf.shtml>. Acesso em: jun 2012.

¹⁶ Como pode ser verificado na notícia do Jornal do Brasil: <<http://www.jb.com.br/internacional/noticias/2012/09/10/quadruplica-numero-de-haitianos-que-entram-ilegalmente-no-brasil/>>. Acesso em: dez 2012.

Considerações finais

Apesar da possibilidade de se enfatizar a existência de um regime internacional relativo aos refugiados e de uma série de declarações no âmbito da América Latina voltadas à proteção dos migrantes forçados, verifica-se que, na prática, a acolhida e proteção dessas pessoas nem sempre está assegurada. Casos de indefinição migratória não são raros no cenário internacional contemporâneo. Nesse quadro, o Estado se coloca como o agente capaz de categorizar os migrantes que requisitam acesso a seu território exclusivo, reafirmando assim sua condição soberana. A capacidade de agência e autodefinição dos migrantes, não raro, é ignorada nesse desenlace, estando estes sujeitos à vontade política do Estado para onde se dirigem. A mobilidade como direito humano fundamental e as necessidades particulares dos migrantes não necessariamente são levadas em consideração pelo Estado no seu momento de escolha pela acolhida ou não.

Sob uma perspectiva das Relações Internacionais, percebe-se que questões relativas àqueles marginalizados (como os migrantes forçados) podem oferecer uma visão muito mais complexa das relações de poder no mundo, para além da simples lógica interestatal (ENLOE, 2004). Nesse sentido, o caso do deslocamento haitiano revela uma série de contradições no posicionamento brasileiro, que, ao passo em que se coloca como parceiro comprometido com o desenvolvimento haitiano e como líder regional para questões de migração forçada, acaba adotando medidas que restringem a entrada dos nacionais haitianos, apesar do precário quadro de acesso aos direitos humanos em seu país. Considerando que o Estado conjuga uma miríade de interesses e atores em seu interior, as ambiguidades são esperadas, ao mesmo tempo em que situações humanitárias, como a haitiana, demandam uma postura mais generosa e coerente com os discursos de uma potência emergente que não herdaria as práticas restritivas do Norte Global.

Referências

- AGAMBEN, G. (1998). *Homo sacer: sovereign power and bare life*. Stanford, Stanford University Press.
- ASHLEY, R. (1988). "Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique". *Millennium: journal of International studies*, vol. 17, n. 2.

BENZ, S.; HASENCLEVER, A. (2011). "Global" Governance of Forced Migration". In: BETTS, A.; LOESCHER, G. (Org.). *Refugees in International Relations*. Oxford, Oxford University Press, p. 185-211.

BUZAN, B.; WAEVER, J.; WILDE, O. (1997). *Security: a new framework for analysis*. Cambridge Press.

Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: <<http://www.cidadevirtual.pt/acnur/refworld/refworld/legal/instrume/asylum/conv-0.html>>. Acesso em: jun. 2012.

Declaração de Cartagena, 1984. Disponível em: <http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/cartagen.html>. Acesso em: 10 jun. 2012.

ENLOE, C. (2004). *The curious feminist: searching for women in a new age of empire*. Berkeley, University of California Press.

FASSIN, D. (2012). *Humanitarian reason: a moral history of the present*. London, University of California Press.

GODOY, G. G. (2011). "O caso dos haitianos no Brasil e a via da proteção humanitária complementar". In: RAMOS, A. C.; RODRIGUES, G.; DE ALMEIDA, G. A. (Org.). *60 anos de ACNUR: perspectivas de futuro*. 1 ed. São Paulo, CLA Cultural, v. 1, p. 45-68.

JUBILUT, L. L. (2006). "Refugee Law and protection in Brazil: a model in South America?". *Journal of Refugee Studies*. Oxford, v. 19, n. 1, p. 22-44.

Lei Nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9474.htm>. Acesso em: fev. 2013.

MCADAM, J. (2007). *Complementary protection in international refugee law*. Oxford, Oxford University Press.

NYERS, P. (2003). "Abject Cosmopolitanism: the politics of protection in the anti-deportation movement". *Third World Quarterly*, Vol 24, No 6, p. 1069-1093.

PATRIOTA, A. A.; CARDOZO, J. E. "Brasil e Haiti: parceira para o desenvolvimento". *Folha de S. Paulo*, 15 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/brasil-e-haiti-parceria-para-o-desenvolvimento-folha-de-s-paulo-15-01-2012>>. Acesso em: jun. 2012.

Recebido em dezembro/2012
Aprovado em fevereiro/2013

Mulheres e RCC na América do Sul: uma revisão bibliográfica e um estudo de *sites* do Movimento de Renovação Carismática Católica

Cristiane Santos de Castro*

Resumo: Neste trabalho, procuro analisar a posição da mulher no catolicismo especialmente na Renovação Carismática Católica (RCC) e nas *novas comunidades* a partir de uma revisão da bibliografia e também de dados coletados em sites desse movimento e dessas comunidades no Brasil e em outros países latinos da América do Sul. Baseada na análise da bibliografia sobre mulheres no catolicismo na América Latina, procuro avaliar em que medida a RCC tem favorecido a presença das mulheres nos espaços de liderança religiosa católica. O objetivo, portanto, é discutir se houve alterações na posição da mulher no catolicismo a partir do crescimento do movimento carismático. Complemento essa discussão bibliográfica com levantamento de dados disponíveis em sites da RCC de países da América do Sul contabilizando as mulheres em cargos de liderança no movimento e nas comunidades carismáticas, buscando também refletir como as relações de gênero da sociedade em geral podem influenciar ou determinar a forma como as mulheres se inserem ou atuam no movimento carismático nesses países.

Palavras-chave: mulheres, relações de gênero, catolicismo, Renovação Carismática Católica.

Introdução

A religião como instituição social muito contribuiu para a criação e a redefinição das identidades de gênero, influenciando as relações e representações de gênero não só no âmbito religioso, mas em todas as esferas sociais. No Brasil, histórica e culturalmente, tem se observado que, no imaginário coletivo a respeito das relações de gênero, a religião seria uma atividade atribuída às mulheres (THEIJE, 2002, entre outros autores). Considera-se, nessa concepção, que as mulheres possuem características que as tornariam mais aptas para as atividades religiosas. Além do mais, a religião caberia às mulheres por pertencerem ao domínio da esfera privada.

Por outro lado, as religiões tendem a sustentar que os papéis sociais são sagrados, sacralizando a crença de que homens e mulheres possuem papéis sociais diferentes que se complementariam: ao homem é delegada a autoridade sobre sua família e à mulher cabe o papel de subserviência para com o seu marido e o cuidado

* Graduada em Ciências Sociais – UERJ.

com os filhos. Dessa forma, o fato dos grupos religiosos atribuírem ao gênero masculino o papel de provedor e “chefe da família” contribui para reforçar a posição de liderança que os homens ocupam na hierarquia católica. Essa posição é legitimada por um discurso que atribui aos homens a missão sacerdotal sob a necessidade de valorização da tradição católica (JOÃO PAULO II, 1994). No entanto, o catolicismo tem mudado especialmente com o surgimento da Renovação Carismática Católica, movimento que defende que leigos também podem ter acesso direto ao sagrado através dos dons do Espírito Santo (MACHADO, 1996; MARIZ, 2003).

O primeiro objetivo desse trabalho é, com base na análise da literatura sócio-antropológica sobre gênero e catolicismo, discutir hipóteses sobre mudanças da posição da mulher via movimento RCC. No entanto, realizei também coleta de dados empíricos¹ baseada em análise dos sites do movimento carismático do Brasil e demais países da América do Sul (com exceção das Guianas). Essa análise tinha a finalidade de identificar os espaços de atuação e de atividades exercidas por mulheres para pensar, num primeiro momento, como elas estão inseridas no movimento carismático. Procurei contabilizar o número de homens e mulheres e seus cargos ou ministérios. Também tentei identificar, quando possível, se havia cargos específicos de mulheres.

Nesta análise, adoto o pressuposto de que as relações de gênero da sociedade mais ampla influenciariam a forma como as mulheres se inserem ou atuam nestes grupos. Pretendo verificar se a abertura que a RCC proporcionou aos leigos e leigas resultou em novos espaços de atuação especialmente para as mulheres. Sendo assim, o movimento carismático poderia estar influenciando a posição da mulher no catolicismo.

Importância da RCC no cenário atual do catolicismo

Ao reverem a história do Movimento de Renovação Carismática Católica e sua origem em encontros ecumênicos entre universitários protestantes pentecostais e católicos, os diversos trabalhos destacam que leigos (tantos homens como mulheres) eram responsáveis pela liderança do movimento em seu início. Mas pau-

¹ Esses dados faziam parte também de pesquisa de minha orientadora sobre RCC e *novas comunidades* na América Latina (pesquisa de Mariz ainda não publicada), projeto apoiado pelo CNPq.

latinamente, o movimento foi colocado sob a orientação da estrutura eclesial (CARRANZA; MARIZ, 2009). Diversos autores (como PRANDI, 1997; MACHADO, 1996; CARRANZA, 2000; entre outros) observam que o Movimento de Renovação Carismática contribuiu para o fortalecimento institucional da Igreja Católica. No entanto, a RCC tinha, quando surgiu e ainda hoje declara ter, a proposta de transformar a Igreja, “uma nova forma de ser Igreja” (MARIZ, 2003) e assim transformar a forma de vivenciar o catolicismo para todos, incluindo laicato e clero.

Em fontes de pesquisa diversas² e de divulgação sobre o movimento, é possível ter acesso a um breve histórico sobre o nascimento da Renovação Carismática. O movimento surge nos EUA a partir de um retiro espiritual, na Universidade de Duquesne em Pittsburgh, Pensilvânia, no ano de 1967. No Brasil, o movimento chegou em 1969, através de dois padres jesuítas, Haroldo Rahm e Eduardo Dougherty (CARRANZA, 2000).

Na base da organização estrutural da Renovação, estão os grupos de oração, sob a iniciativa e liderança de leigos (as). O caráter emotivo e espontâneo é o que diferencia os grupos de oração carismática de outros grupos da Igreja Católica. Seu público, em maioria, é representado por mulheres. Vários líderes de grupos criaram as chamadas *novas comunidades*, que possuem relativa autonomia e dinâmica própria.

No Brasil, grande parte destas *novas comunidades* surgiu nos meados das décadas de 90, com a proposta de retomar o ideário de vida cristã comunitária. Essas comunidades são fundadas por leigos (as) e/ou sacerdotes. As comunidades, em geral, exigem consagração, votos e obediência às regras específicas. São definidas como comunidades de vida e comunidades de aliança. Os membros das comunidades de vida apenas se dedicam à vida religiosa, as comunidades de aliança reúnem membros que possuem autonomia doméstica e material. Segundo Carranza e Mariz (2009), as razões pelas quais têm ocorrido o crescimento destas comunidades se devem à sua capacidade de oferecerem aos adeptos formas de consagração, que representam o elo identitário que une o grupo.

² As fontes de pesquisa citadas são os sites da RCC e das *novas comunidades*, onde são possíveis encontrar informações sobre a localização, atividades, lideranças, coordenações, dados sobre membros, informação sobre a história do movimento e fundadores, e também possui a função de evangelização e divulgação dos carismas das comunidades.

A RCC se distingue de outros grupos e movimentos da Igreja Católica pela potencial autonomia de seus membros devido à possibilidade de todos terem experiência com os dons do Espírito Santo. Os “carismas” tanto dão poder aos leigos (as) como também explicam a variedade e pluralidade das *novas comunidades*, e dos grupos de oração (MARIZ, 2003), e pela diversificação em torno de projetos e suborganizações que apresentam (CARRANZA, 2000). Por outro lado, em contraste com esse potencial de autonomia, o movimento de Renovação Carismática Católica resgata e reafirma os valores tradicionais católicos. Por um lado, a RCC inova em uma perspectiva autônoma e diversificada em relação ao catolicismo tradicional vivenciando uma diversidade de discursos e práticas, mas por outro lado, o movimento reforça a Igreja Católica cada vez mais se integrando à estrutura mais ampla da Igreja, e sob seu controle.

A RCC inova como um movimento que redefine o papel do (a) leigo (a), que são responsáveis por evangelizar e de transmitir e/ou retransmitir a tradição católica, além de se caracterizarem pelo contato direto com o sagrado oferecido pela experiência com os dons do Espírito Santo. A RCC aproxima homens e mulheres do sagrado e redefine a espiritualidade do católico, através da manifestação dos carismas e dons do Espírito Santo, que se exprimem na glossolalia, na cura, na exacerbação das emoções e no culto a Nossa Senhora.

Mulheres na RCC e nas *novas comunidades*

A bibliografia sobre catolicismo e gênero, como Theije (2002), Mariz e Machado (1997), Rosado Nunes (2009), entre outras, aponta que a mulher é maioria em quase todos os movimentos religiosos, embora em muitos ela não possa ser líder oficial da instituição – como o caso da Igreja Católica e outras igrejas cristãs. Como abordado por muitas autoras, entre essas Marjo de Theije (2002), a prática religiosa católica é mais forte entre as mulheres, sejam em grupos de oração carismática ou em outros movimentos leigos, as mulheres compõem 80% do público.

Sobre a maior propensão das mulheres à religião, Weber (1991 [1913]) apontava para uma tendência que as mulheres teriam para as religiões cristãs e especialmente para as religiões mais emocionais³. Para Linda Woodhead (2002), as mulhe-

³ Weber destaca que no judaísmo e no islamismo esta tendência não ocorre da mesma forma que no cristianismo.

res, na sociedade moderna, teriam uma maior participação nas religiões “tradicionais”, religiões que reforçam, sobretudo, os valores domésticos e patriarcais, mas que também poderiam proporcionar a essas mulheres um espaço de atuação para além do doméstico. A religião, de certa forma, representa uma abertura à participação de mulheres nas instituições sociais e na vida pública.

A literatura socioantropológica analisada (MACHADO, 1996; MACHADO; MARIZ, 1997; ARY, 2000; THEIJE, 2002; CAMPOS; CAMINHA, 2009), que trabalha a questão da mulher no catolicismo, e tem como foco a presença de mulheres na RCC e nas *novas comunidades*, tem apontado para hipóteses de que o movimento carismático beneficia as mulheres no sentido de não apenas proporcionar espaços de atuação além do doméstico, mas também proporcionar apoio no enfrentamento de problemas cotidianos. O movimento carismático possui redes de solidariedade para os membros que vão de grupos mais informais até os mais institucionais, como os ministérios.

Apesar de serem dependentes de uma hierarquia, elas têm a possibilidade de estarem como liderança, tendo importante atuação. Isso pode trazer reconhecimento e empoderamento a estas mulheres. Em muitos casos, a Igreja ou grupo religioso se tornam um dos poucos espaços sociais em que elas estão inseridas. O reconhecimento e o empoderamento não significam total emancipação, mas podem levá-las a obter prestígio perante a família e a sociedade e uma revalorização de si mesma através das posições ou cargos ocupados. Assim, o engajamento em grupos religiosos é considerado uma atividade respeitável por elas (MACHADO, 1996).

A literatura também aponta para uma reafirmação da submissão da mulher no mundo católico, através da hipótese que estabelece uma relação entre Marianismo e a cultura machista da América Latina (STEVENS, 1977). Assim, o Marianismo tem sido criticado como um conjunto de valores e crenças que dão significado espiritual ao sofrimento e à submissão das mulheres. É também interpretado como um contrapoder feminino, no sentido de que a imagem de inferioridade da mulher perante os homens é subvertida por meio de Maria.

No entanto, são valorizadas a submissão e a docilidade, esses valores seriam associados às mulheres em oposição aos atributos masculinos, como observado em interpretações de Evelyn Stevens (1977), Zaíra Ary (2000) e Maria das Dores Campos Machado (1996). Assim, o Marianismo normatizaria papéis para homens e mulheres cristãos e seria uma forma de demarcar os espaços reservados às mulheres, ou seja, as posições que podem ocupar na sociedade.

A bibliografia tem mostrado que, de forma geral, as *novas comunidades*, em sua maioria, têm como fundadores homens. As mulheres destacam-se como conselheiras intelectuais e aparecem na história da fundação dessas comunidades como “cofundadoras”, como no caso das Comunidades Shalom, uma das maiores comunidades do país fundada em Fortaleza em 1982, e a comunidade Obra de Maria, em Recife, reconhecida pela forte presença e atuação feminina. Nas comunidades, embora as mulheres se destaquem pela participação e liderança, o poder parece monopolizado pelos homens que são os fundadores e outras lideranças.

Os sites da RCC em diferentes países da América do Sul

Um dos trabalhos de referência mais importantes sobre a RCC na América Latina é o do padre dominicano, Edward L. Cleary (2011). Neste livro, Cleary destaca que os percentuais de carismáticos entre católicos de diferentes países da América do Sul são: Colômbia 28%, Brasil 22%, Argentina 14%, Chile 14%, Venezuela 14%, Bolívia 12%, Equador 10%, Peru 10%, Uruguai 8% e Paraguai 2% (BARRETT; JOHNSON apud Cleary, 2011).

A pesquisa, nos sites da RCC de cada um dos países acima citados aponta para dados que revelam os espaços de atuação e de atividades exercidas pelas mulheres no movimento em cada país. Mostram que, na RCC do Chile, as mulheres estão presentes nas coordenações regionais do Centro e Norte do país, e ainda coordenam os grupos de oração de treze das vinte e três dioceses no país. Na Renovação Carismática Católica do Peru, mais especificamente em Lima, as mulheres ocupam a coordenação arquidiocesana, a secretaria e a tesouraria, coordenam vinte e uma das vinte e três regionais, e estão presentes nos ministérios, como: Cura, Primeiro Nível de Formação, Ensino, Acolhida, Ações Eclesiais, Ação de Recursos Econômicos, Família e Livraria. Dados do Censo Nacional da RCC do Peru de 2008 mostram que 79,18% de seu público são mulheres.

Na RCC da Venezuela, as mulheres ocupam a coordenação nacional de dez das quinze dioceses. De dez ministérios, estão presentes liderando três, são eles: Serviço Social, Serviço de Comunidades e Ministério Infantil. O comitê nacional, que é composto pelos maiores cargos, como o de Coordenador Nacional, Assessor Nacional e Assessor Adjunto, tem como representantes homens, dois representantes do clero e um leigo.

Na RCC do Brasil, as mulheres se fazem presentes nos ministérios nacionais, compondo a coordenação da Comunicação Social, o Ministério para as Crianças, Ministério para as Famílias, Promoção Humana, Religiosas e Consagradas e Formação, liderando seis de dezesseis ministérios. Na presidência estadual, estão presentes nos estados de Tocantins e Amazonas. Recentemente, mulheres ocuparam a presidência estadual nos estados do Mato Grosso e Paraná. Outro dado recente foi a eleição de uma mulher como presidenta nacional no período de 2013-2016⁴.

No site RCC Equador, há informações sobre vinte e quatro comunidades, oito sob lideranças de mulheres, doze sob lideranças de homens e quatro são compartilhadas entre homens e mulheres. O ministério de “Promoção Humana e Ação Social” tem como líder uma mulher. Não há informações sobre outros ministérios e lideranças. O movimento no país se divide em cinco regiões, três são coordenadas por mulheres.

O movimento carismático na Argentina está subdividido em seis regiões: nordeste, noroeste, centro e litoral, Buenos Aires e Sul. Na região nordeste, o quadro de coordenação é composto por dois homens e duas mulheres. Nesta região, há nove grupos de oração e seis desses são coordenados por mulheres. Na região noroeste, a equipe responsável pela coordenação regional é composta por dois homens e duas mulheres. Sobre as coordenações das dioceses, há informações sobre duas, as dioceses de Inmaculada Concepcion de Tucuman, coordenada por uma mulher e a diocese de Santiago del Estero, que tem como coordenador um homem. Na região centro, a equipe regional é composta por três mulheres e um homem. Das dez dioceses que integram a região, sete são coordenadas por mulheres. Na diocese de Cruz Del Eje, as mulheres além de comporem a coordenação ocupam outros cargos como secretaria e tesouraria. Nas dioceses de San Luis e San Rafael, além da coordenação há mulheres na vice-coordenação. A equipe da região litorânea é composta somente por homens, nesta região há oito dioceses; na diocese de Concórdia, a equipe é composta por cinco mulheres e três homens. Na diocese de Rosario, há nove grupos de oração, sendo sete coordenados por mulheres e quatro coordenações compartilhadas por homens e mulheres, além de nove mulheres como vice-coordenadoras. A

⁴ Atualmente, é a presidente da Arquidiocese de Vitória, no Espírito Santo. Além disso, ela exerce a função de primeira secretária do Conselho Nacional.

equipe diocesana em Santa Fé é composta por cinco mulheres e um homem, sobre as demais dioceses não há informações disponíveis sobre lideranças.

A equipe da região de Buenos Aires é composta por treze mulheres e oito homens nas coordenadorias de dezenove dioceses e vicariatos. As informações sobre a região Sul mostram que há duas equipes de coordenação desta região, compostas por três mulheres e um homem. Sete dioceses integram esta região, mas há informações somente sobre três dioceses, são elas a de Neuquén, coordenada por uma mulher e tem como subcoordenadores seis mulheres e dois homens. Na diocese de Comodoro Rivadavia, um homem integra a coordenação, e em Rio Gallegos, uma mulher ocupa a coordenação.

Já na Colômbia, o país com maior proporção carismática entre os católicos, observou-se que entre os “miembros consejos nacional RCC” de 2009-2011, está o sacerdote Diego Jaramillo – assessor eclesial – e estão mais seis leigos, desses três homens e três mulheres. O movimento se divide em seis regiões; entre as dioceses de cada região se elege um representante regional, que integra o Conselho Nacional junto com o Sacerdote Assessor Nacional e o Coordenador Nacional da Secretaria de Jovens.

Da Bolívia, pesquisou-se o site da comunidade mais importante da RCC naquele país, La Mansion, e dos trinta grupos de oração lá listados, três são dirigidos por casal, treze por mulheres e quatorze por homens. O site da RCC do Paraguai era pouco elaborado e não havia nomes das lideranças. Não foi encontrado um site específico do movimento RCC no Uruguai.

Os dados acima mostram que, as mulheres na RCC e nas *novas comunidades*, comparadas aos homens, tendem a ocupar a maioria dos espaços sejam como membros, sejam até mesmo como líderes. Em alguns países, as mulheres apresentam uma participação em termos de liderança similar e, às vezes, maior que a dos homens. Deve-se levar em consideração que os dados são limitados e insuficientes. Em alguns países, não há informações sobre as lideranças nos sites da RCC e em outros não há número de membros. Houve caso de país onde não foi encontrado o site da RCC.

Na base do movimento, ou seja, nos grupos de oração, as lideranças são majoritariamente de mulheres. É possível, contudo, sugerir algumas conclusões a partir dos dados encontrados, como a de que atributos e valores femininos tendem a favorecer as experiências com o sagrado e o vínculo com os grupos religiosos. Neste

sentido, as mulheres possuem atributos e subjetividades que as aproximariam da religião, e desta forma, a divisão de tarefas neste contexto religioso segue e reforça os estereótipos e papéis tradicionais relativos às mulheres.

Em países, como Peru, Venezuela, Brasil e Equador, as mulheres estão liderando ministérios que são associados ao “universo feminino” ou aproximado das mulheres por excelência, como: ministério de ensino, acolhida, serviço social ou ação social, ministério infantil ou para as crianças, ministério para as famílias e promoção humana.

Entretanto, foi notada a presença de mulheres no ministério de formação, no Brasil e Peru, que tem por objetivo formar as lideranças na RCC. Outra novidade é uma mulher como presidenta da RCC Brasil e também a eleição de uma mulher da Guatemala para presidir o Conselho Carismático Latino Americano (CONCCLAT).

Observando a distribuição dos cargos e ministérios da RCC, em alguns países, predominam padrões de comportamento influenciados por uma estrutura patriarcal, que eleva os homens a posições de mais status e poder. A análise dos sites indica que ocorre na RCC o mesmo que na maioria das religiões: os relativamente poucos homens que participam das atividades religiosas são mais frequentemente líderes. A autoridade e o prestígio que acompanham as lideranças estão, assim, mais próximos ao masculino.

Conclusão

Este estudo procurou, com base na análise da bibliografia sobre mulheres no catolicismo na América Latina, avaliar em que medida a RCC tem favorecido a maior presença das mulheres nos espaços de liderança religiosa católica. Essa discussão, sobre a posição da mulher no catolicismo, na RCC e *novas comunidades* tinha por objetivo analisar a possibilidade de alterações na posição da mulher no catolicismo a partir do crescimento do movimento carismático. A bibliografia sugere hipóteses de uma crescente presença de lideranças femininas. Esses dados, embora simples, sugerem que há uma presença significativa de mulheres, e às vezes maior do que de homens, em posição de liderança na RCC em vários países cujos sites foram analisados. No entanto, os dados são insuficientes para refletir a respeito de como as relações de gênero da sociedade em geral de cada país podem, de forma diferente, influenciar ou determinar a maneira como as mulheres se inserem ou atuam no movimento carismático.

A literatura analisada mostra que, assim como ocorre na maior parte dos grupos religiosos brasileiros, a RCC destaca-se pela maior participação de mulheres. Por ser um movimento criado por leigas(os), resultou na criação de espaços de atuação e lideranças para homens e mulheres. Observa-se, no movimento como um todo, que as mulheres, mesmo sendo maioria, estão em alguns países relativamente em menor quantidade em posições de liderança, como no caso do Brasil, ou ocupando lideranças nas bases. No entanto, embora a RCC não defenda um discurso feminista, é notável a crescente presença de mulheres em cargos de liderança, como recentemente eleita a nova presidenta da RCC Brasil e a presidenta do CONCCLAT. Esses fatos podem representar indícios de futuras reflexões e mudanças no campo religioso em questão. No caso do Brasil, a mulher, na presidência geral da RCC Brasil, pode estar sinalizando para mudanças em curso na sociedade, uma mudança de fora para dentro, ou seja, da sociedade para a RCC. De todo jeito, a RCC tem se mostrado como um movimento que tem possibilitado maiores chances para mulheres se tornarem líderes quando comparado a outros espaços católicos.

Páginas da internet pesquisadas:

Comunidade Obra de Maria: <<http://www.obrademaria.com.br/>>.

Comunidade Shalom: <<http://www.comshalom.org/>>.

La Mansión: <<http://www.lamansion.org/>>.

RCC Argentina: <<http://www.rcc-argentina.com.ar/>>.

RCC Brasil: <<http://www.rccbrasil.org.br/portal/>>.

RCC Colômbia: <<http://rcc-colombia.org/>>.

RCC Equador: <<http://www.rccecuador.org/principal.html>>.

RCC Lima (Peru): <<http://www.rcclima.org.pe/la-rcc/quienes-somos.html>>.

RCC Peru: <<http://www.rccperu.org/>>.

RCC Venezuela: <<http://www.rccvenezuela.com/index.html>>.

Referências

ARY, Z. (2000). *Masculino e feminino no imaginário católico*. São Paulo, Annablume.

BIDEGAIN, A. M. (1996). *Mulheres: autonomia e controle religioso na América Latina*. Petrópolis, Cehila.

CAMPOS, R. B. C.; CAMINHA, C. P. R. (2009). "A obra de Maria: a redefinição da devoção mariana". In: CARRANZA, B.; MARIZ, C. L.; CAMURÇA, M. (Org.). *Novas comunidades católicas: em busca do espaço pós-moderno*. Aparecida, Ideias & Letras, p. 267-288.

CARRANZA, B. (2000). *Renovação Carismática Católica*. Aparecida, Ed. Santuário.

CARRANZA, B.; MARIZ, C. L. (2009). "Novas comunidades católicas: por que crescem?". In: CARRANZA, B.; MARIZ, C. L.; CAMURÇA, M. (Org.). *Novas comunidades católicas: em busca do espaço pós-moderno*. Aparecida, Ideias & Letras, p. 139-170.

CLEARY, E. L. (2011). *The rise of charismatic catholicism in Latin America*. Gainesville, University Press of Florida.

JOÃO PAULO II (1994). *Ordinato sacerdotalis*. Disponível em: <http://www.vatican.va/phome_po.htm>.

MACHADO, M. D. C. (1996). *Carismáticos e pentecostais – adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas, Autores associados.

MACHADO, M. D. C. ; MARIZ, C. L. (1997). "Mulheres e práticas religiosas - um estudo comparativo das CEBs, comunidades carismáticas e pentecostais". *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 34, p. 71-87.

MARIZ, C. L. (2003). "A Renovação Carismática Católica: uma igreja dentro da igreja?". *Civitas*, Porto Alegre, v. 3, n° 1, p. 169-186.

MARIZ, C. L.; LOPES, P. V. L. (2009). "O reavivamento católico no Brasil e o caso da Toca de Assis". In: TEIXEIRA, F.; MENESES, R. (Org.). *Catolicismo plural: dinâmicas contemporâneas*. Petrópolis, Vozes, p. 75-108.

PRANDI, R. (1997). *Um sopro do Espírito*. São Paulo, Edusp.

ROSADO NUNES, M. J. F. (2009). "Religiões". In: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H.; Senotier, D. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo, Ed. UNESP, p. 213-217.

SOUZA, S. D. (2006). *Gênero e religião no Brasil*. São Bernardo do Campo, Ed. Universidade Metodista de São Paulo.

STEVENS, E. P. (1977). "Marianismo: la otra cara del machismo em Latino-America". In: PESCATOLO, A. *Hembra y macho in Latino-America: ensaios*. México, Ed Diana.

FERNANDES, S. R. (2005). "A não ordenação feminina: delimitando as assimetrias de gênero na igreja católica a partir de rapazes e moças vocacionados/as". *Estudos feministas*, v. 13, p. 425-436.

THEIJE, M. (2002). “São metade macho, metade fêmea’: sobre a identidade de gênero dos homens católicos”. *Anthropológicas*, v. 13(1), p. 47-56.

WEBER, M. (1991 [1913]). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Ed. UnB, p. 332-336.

WOODHEAD, L. (2002). “Mulheres e gênero: uma estrutura teórica”. *Revista de estudos da religião*, n° 1 , p. 1-11.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em fevereiro/2013

Processos políticos e a produção de papéis e significados: uma análise das relações entre o Estado e o movimento LGBT na criação do Centro de Referência GLTTB de Campinas – SP

Vinícius Pedro Correia Zanoli*

Resumo: O presente artigo tem como foco a análise do processo político que levou à criação do Centro de Referência GLTTB de Campinas, primeira política pública a oferecer assistência social, jurídica e psicológica a LGBT no Brasil. Assim sendo, serão enunciados os atores envolvidos, privilegiando as relações estabelecidas entre aqueles pertencentes ao Estado e ao movimento LGBT. A análise recai sobre a produção relacional e processual de categorias simbólicas através das quais atores sociais presentes em processos políticos locais compreendem sua ação política, isto é, seu discurso acerca de sua ação política. Evidenciando assim os múltiplos pertencimentos institucionais dos atores envolvidos no processo político aqui tratado, bem como, a porosidade das fronteiras entre Estado e movimento LGBT, colaborando para a crítica a análise que toma tais entidades como discretas e homogêneas.

Palavras-chave: movimento LGBT, Estado, homossexualidade, movimentos sociais, políticas públicas.

Este artigo trata de um processo político local, datado da década de 2000, que envolveu atores ligados ao movimento LGBT, a outros movimentos sociais e ao Estado: a criação do Centro de Referência GLTTB de Campinas, inaugurado em 2003, primeira política pública a oferecer assistência social, jurídica e psicológica a essa população no Brasil. Para tal, apresento os atores sociais envolvidos no processo e suas relações.

Foram privilegiadas as relações estabelecidas entre atores provenientes do ativismo em torno dos direitos de LGBT¹ e o Estado.

O objetivo é analisar a produção relacional e processual de categorias simbólicas através das quais atores sociais presentes no processo em questão compreendem sua ação política.

* Graduando em Ciências Sociais – UNICAMP. Bolsista de iniciação científica sob orientação da Prof^a. Dr^a. Regina Facchini, com apoio da FAPESP, no Núcleo de Estudos de Gênero, Pagu, da mesma Universidade.

¹ A sigla LGBT se refere ao movimento político organizado em torno do direito de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Sua escolha foi votada na I Conferência Nacional LGBT, em 2008 (FACCHINI; FRANÇA, 2009).

A pesquisa, na qual se baseia este artigo, tem caráter etnográfico, agregando observação e entrevistas. A observação ocorreu entre os meses de agosto de 2010 e agosto de 2012. Foram observados: (a) os grupos ativistas LGBT de Campinas, especialmente os membros do Identidade, em atividades realizadas pelos ativistas e nas Paradas do Orgulho LGBT da cidade; e (b) os gestores públicos ligados ao Centro de Referência e à Coordenadoria de Políticas para a Diversidade nas atividades que organizaram. O material conta, ainda, com dez entrevistas provenientes de oito interlocutores.

A cidade escolhida para a realização da pesquisa foi Campinas com população estimada, segundo o IBGE², em pouco mais de um milhão de habitantes. Portanto, uma cidade do interior de grande porte. O município é, ainda, sede da Região Metropolitana de Campinas.

O surgimento do Movimento LGBT brasileiro e seus primeiros passos em Campinas

O movimento LGBT teve seu início no Brasil em 1978, com a criação do grupo Somos de São Paulo (MACRAE, 1990; GREEN, 2000; SIMÕES; FACCHINI, 2009; FACCHINI, 2009). Ao periodizar a trajetória desse movimento a partir do contexto político no qual se insere, problematizando de que maneira as organizações ativistas se relacionam com os demais atores sociais presentes em seu “campo” de ativismo, Facchini (2005) aponta para a existência de três “ondas” do movimento.

A “primeira onda” é marcada pelo surgimento do Grupo Somos de São Paulo (MACRAE, 1990). A segunda, pelo declínio do número de grupos e pela epidemia de HIV/Aids na década de 1980. Um dos principais representantes dessa fase é o Triângulo Rosa do Rio de Janeiro (CÂMARA, 2002). A partir dos anos 1990, o movimento passa pela sua “terceira onda”.

Nesse último período, o movimento LGBT passa por um processo de institucionalização, tornando-se um dos mais visíveis no cenário político nacional. Em decorrência desse processo, muitos grupos passaram a assumir o formato de ONGs, fenômeno que, como esclarece Doimo (1995), não é apenas característico do movimento LGBT. Com a redemocratização, outros movimentos sociais se

² Informações provenientes do site IBGE cidades. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso: 5 dez 2012.

institucionalizaram, assumindo formato de organizações não governamentais, registrando sua existência em cartório com a criação de estatutos e participando de editais públicos.

É na terceira “onda” do movimento, que surge o Expressão, primeiro grupo ativista LGBT de que se tem notícia em Campinas. O coletivo foi fundado em 1995 e era responsável pela edição de um jornal, “O Babado”, que circulava em espaços de sociabilidade homossexual da cidade. Os fundadores do Expressão frequentavam um *grupo de vivência* no âmbito do Programa Municipal de DST/Aids, o Conviver. Em 1995, depois de uma palestra oferecida por Luiz Mott³ na Unicamp, frequentadores do Conviver criaram o Expressão.

Em 1998, a partir de uma cisão do Expressão, surge o Identidade. O motivo dessa cisão está ligado à edição d’ “O Babado”. O setor do Expressão que mais tarde fundaria o Identidade, considerando que deveria dialogar mais com as lésbicas, decidiu estampar um casal de mulheres na capa do jornal de março de 1998. Pretendiam que essa edição focalizasse a temática lésbica, visto a proximidade do 8 de março. Entretanto, contrariando negociações prévias, sem aviso, o conteúdo do jornal foi modificado pela parcela do grupo considerada majoritária no Expressão, minimizando o enfoque dado às lésbicas. Isso causou grande revolta no setor do Expressão que viria a se tornar Identidade. Ainda que, de última hora, o jornal tenha sido editado da maneira inicialmente prevista, essa situação causou desgaste entre os integrantes do grupo (ZANOLI; FACCHINI, 2012).

O evento que deu origem ao Identidade, ou seja, a disputa em torno da edição d’ “O Babado”, não pode ser visto como um momento isolado que causou por si só a cisão do grupo. Ao olhar para o que os ativistas que deixaram o Expressão alegam ser o motivo que os levou a fazer isso, ou seja, o caráter *mais festivo e menos preocupado com questões políticas* do grupo, vemos que esse evento expressa uma tensão pré-existente, que diz respeito à própria concepção de política de duas parcelas da organização militante. Desse modo, o Identidade foi fundado em decorrência de uma diferença na concepção do que seria o papel de um movimento social, e do que seria política, tornando a coexistência de facções vistas como antagônicas impossível

³ Mott é um antropólogo e importante ativista da causa LGBT na Bahia.

dentro de um mesmo grupo. Isso teria motivado essa parcela crítica da atuação do Expressão a fundar *um novo coletivo de homossexuais*⁴ no dia 19 de maio de 1998.

O Identidade é o grupo ativista LGBT em atividade mais antigo de Campinas. Apenas dois anos após sua fundação, em 2000, o grupo se dividiu, essa divisão deu origem ao Mo.Le.Ca. (Movimento Lésbico de Campinas). No início dos anos 2000, esses dois grupos eram os mais atuantes no cenário LGBT do município. Feita a contextualização histórica do movimento LGBT em âmbito nacional e esboçada a trajetória do movimento campineiro até o início da década de 2000, passemos ao processo político local que é central a esta análise.

Conflitos e disputas na implementação do Centro de Referência

No processo eleitoral de 2000, o candidato Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, apresenta como proposta de campanha a implementação de um Orçamento Participativo, ferramenta de gestão que convida a sociedade civil a opinar e participar na avaliação e proposição de políticas para o município.

Com sua eleição ano seguinte, 2001, Toninho inicia a criação da nova política de gestão através de reuniões nas quais foram criados eixos temáticos em que determinados setores prioritários da sociedade civil organizada discutiriam questões específicas – a saber: saúde, assistência, cidadania, cultura e esporte, desenvolvimento econômico, educação e gestão. Algumas dessas temáticas eram também divididas em categorias. Em princípio, no entanto, o movimento LGBT não foi convidado a participar em nenhum dos eixos temáticos, diferentemente de outros movimentos, como as mulheres e os deficientes físicos, por exemplo⁵.

Como principais representantes do movimento LGBT em Campinas, o Identidade e o Mo.Le.Ca., inconformados com a exclusão dos LGBT, deram início ao que denominam *processo de luta pela inclusão dos homossexuais no OP*. Tal processo foi marcado por negociações entre os grupos ativistas LGBT da cidade e representantes do executivo municipal. Segundo os entrevistados, nas negociações, foi necessário

⁴ É convenção neste artigo a formatação em itálico quando me referir a categorias êmicas e a pequenas citações referentes à fala de entrevistados ou discursos advindos da observação etnográfica.

⁵ O ano de 2001 foi marcante na história da cidade. No processo de consolidação do OP, o recém-empossado prefeito, Toninho, foi assassinado. Izalene Tiene, sua vice, tomou posse como prefeita e acabou por seguir o caminho de seu antecessor, dando continuidade à criação do OP.

demonstrar a *vulnerabilidade* e a *violação de direitos* que sofriam os LGBT enquanto grupo social. O processo de luta teve êxito, o que resultou na alocação da categoria *homossexual* ao eixo temático *cidadania* do OP, junto aos *negros, idosos, jovens, portadores de deficiência e mulheres*. A partir daí, com a integração, ainda que trabalhosa, dos grupos homossexuais ao OP, seus representantes poderiam elaborar e encaminhar propostas de políticas públicas.

Com a implementação do OP, em 2002, o movimento LGBT teve aprovada a criação de um Disque-Defesa Homossexual, que acolheria denúncias de crimes homofóbicos. Como resultado das negociações com a Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ) da cidade, os representantes do movimento LGBT indicaram um ativista (integrante do grupo Identidade) para coordenar o serviço, Lucas⁶.

Ainda em 2002, o movimento LGBT apresentou ao OP o projeto, aprovado no mesmo ano, de criação do Centro de Referência (CR), que ofereceria assistência social, jurídica e psicológica a LGBT. A escrita do projeto envolveu ativistas do Identidade, do Mo.Le.Ca., um ativista do E-Jovem (uma rede jovem LGBT) e uma ativista que mais adiante fundaria o Aos Brados (grupo ativista cujo foco é a atuação “na periferia”). No entanto, de acordo com os entrevistados, mesmo depois de aprovado, o projeto do CR demorou a *sair do papel*. Essa demora e as dificuldades no processo de negociação desgastaram as relações dos ativistas, principalmente os que faziam parte do Identidade, com o Estado, especialmente com a SAJ.

O principal ponto de tensão foi a demanda do movimento por indicar todos os funcionários da nova política, dado que a proposta fora pensada por eles. Na negociação, o movimento pode indicar a advogada, integrante do Mo.Le.Ca. Além disso, Lucas se tornou também coordenador do CR, o que resultou na incorporação do Disque-Defesa Homossexual ao CR. Os demais funcionários foram contratados através de edital próprio da prefeitura.

Apesar das tensões e das disputas, os ativistas apontam que, foi a partir da participação do OP que puderam compreender o que chamam de *morosidade e burocracia estatal*. As diversas dificuldades que enfrentaram no caminho e a constante necessidade de *cobrança* os levaram a *lidar melhor* ou, pelo menos, *saber lidar* com

⁶ Optei por utilizar pseudônimos para me referir a todos os envolvidos no processo político aqui estudado. Procurei, dessa maneira, salvaguardar a identidade dos meus interlocutores.

o Estado. Essa experiência é, portanto, apontada como um *aprendizado*. O reconhecimento desse aspecto positivo da experiência, contudo, não minimizou as críticas ao Estado que resultaram dessas tensões.

O CR foi inaugurado em 31 de julho de 2003. No período que segue à sua inauguração, as relações de tensão entre movimento e Estado se deslocaram da figura da SAJ para a coordenação do CR. As tensões entre Estado e movimento tornaram o duplo pertencimento institucional insustentável para Lucas, membro-fundador do Identidade e coordenador do CR por indicação do movimento, acarretando no desligamento de sua atuação no grupo Identidade.

Lucas se manteve nesse cargo até o ano de 2010⁷, quando, com a criação da Coordenadoria de Políticas para Diversidade Sexual do município, é convidado a coordená-la. Com a transferência do então coordenador do CR para a coordenadoria, a assistente social do centro passa a realizar duas funções, a que já exercia e a de coordenadora do equipamento. A Coordenadoria de Políticas para a Diversidade e o CR estão vinculados à Secretaria de Cidadania da cidade de Campinas. As duas instituições atuam como aliadas por estarem voltadas ao mesmo segmento da população municipal.

No que diz respeito às relações entre os ativistas e os gestores, pude observar um distanciamento gradual entre o Identidade e o CR até 2011. A partir do começo de 2012, parece estar acontecendo uma lenta reaproximação. Contudo, a possibilidade de atuação conjunta ainda é incerta. O grupo que, com o passar do tempo, se tornou mais próximo do centro foi o E-Jovem. Uma conhecida *drag queen* da cidade, e integrante do E-Jovem, é uma das poucas ativistas presentes nos eventos promovidos pelo CR.

O conflito entre movimento LGBT e CR tinha como epicentro ativistas do Identidade e Lucas, ex-ativista e coordenador do CR., por isso, é necessário retomar um pouco de sua história. Desde seu surgimento, o coletivo tem fortes relações com o PT e com outras organizações ligadas à esquerda. Depois da experiência com o CR, o grupo passa por forte processo de radicalização, que se expressa na mudança de seu

⁷ Desde o fim do segundo semestre de 2012, a Coordenadoria de Políticas para a Diversidade Sexual passou a dividir espaço na sede do CR, deixando de ocupar uma sala na prefeitura da cidade. Os gestores relataram que todos os coordenadores e centros ligados às coordenadorias existentes no município passaram a dividir a mesma sede por decisão do atual secretário

nome: de Grupo de Ação pela Cidadania Homossexual passa a se denominar Grupo de Luta pela Diversidade Sexual.

Essa mudança, como afirmam os ativistas, está ligada à maneira como passaram a compreender o Estado a partir das relações estabelecidas com o executivo municipal. Tais relações remetem não só à participação no OP, mas também à execução de projetos através de editais públicos. Contribui para essa modificação a aproximação com outros movimentos sociais como o Movimento Negro e o Passe Livre, tidos como mais contestadores. A partir dessas relações, passaram a compreender *cidadania* como uma *categoria burguesa* que previa *aliança com o Estado*. Em decorrência do processo de radicalização que culmina com a mudança do nome em 2008, o grupo passa a se compreender como *anti-Estado*, a categoria *cidadania* deixa de figurar em seu nome e *ação* é substituída por *luta*, visto que essa segunda categoria é, de acordo com os ativistas, mais característica de um *movimento social* (ZANOLI; FACCHINI, 2012).

Tecendo reflexões

Essa descrição do drama, que envolve a relação entre diferentes atores sociais no processo de formulação e implementação de uma política pública, ajuda a refletir sobre as relações do movimento social em questão e sua identidade institucional. Colabora, ainda, para a análise sobre os trânsitos e múltiplos pertencimentos institucionais que têm se tornado cada vez mais comuns no período pós-redemocratização no Brasil, com a ampliação da participação do movimento social na construção de políticas públicas (FACCHINI, 2009).

Nesse drama, não só os contornos do que é entendido como Estado e como movimento social são continuamente produzidos e negociados, como os próprios papéis de cada um desses atores são reelaborados. A partir de uma abordagem relacional e processual (STRATHERN, 1996), o olhar para a porosidade das fronteiras entre Estado e movimento social, verificada no campo, bem como para a constatação de “múltiplos pertencimentos”, nos permitem problematizar análises que tomam tais atores como entidades discretas e homogêneas.

O “trânsito de atores” pode ser observado através da trajetória de Lucas, quando deixa o Identidade, mantendo apenas o cargo de coordenador do CR. Análises sobre movimento LGBT chamam atenção para o crescente trânsito de atores no movimento LGBT brasileiro pós-redemocratização (FACCHINI, 2005; SIMÕES; FAC-

CHINI, 2009; FACCHINI; FRANÇA, 2009). Entretanto, é importante ressaltar que esse fenômeno não é característico apenas das relações estabelecidas pelo movimento LGBT. Ativistas de outros movimentos, como os pelos direitos das crianças (GREGORI, 2000) e os ligados à periferia (FELTRAN, 2010), também passaram a oferecer quadros para a gestão pública.

Lucas nos permite contemplar não só o trânsito de atores, mas, também, os “múltiplos pertencimentos”. Seu duplo pertencimento institucional foi mantido por algum tempo. Ainda que as tensões entre ele, enquanto coordenador, e os ativistas do grupo em que militava tenham acarretado na sua saída do mesmo, em outras circunstâncias, sua múltipla inserção institucional poderia, talvez, ter se mantido. Essa duplicidade se expressa, também, na pertença de ativistas a outras instituições que nem sempre são vistas como aliadas, como é o caso de partidos políticos, ou a *academia*.

Mariza Corrêa (1983), inspirada por Victor Turner (2009), lança mão da análise de momentos de crise, assassinatos e tentativas de assassinatos entre cônjuges, para compreender a construção do que chama de papéis sexuais ideais de homens e mulheres, além da maneira pela qual tais papéis são reforçados pelo judiciário brasileiro.

Segundo Turner, os momentos de crise possibilitam ao antropólogo acessar a estrutura social, a saber, a maneira como as relações entre pessoas e grupos de pessoas se estabelecem. Ora, a partir do drama aqui apresentado o mesmo pode ser feito. Ainda que em menor escala, os conflitos que o constituem evidenciam a construção processual de ideais a cada um dos atores envolvidos no processo. Isto é, como os atores atribuem papéis a si mesmos e aos outros nas relações que estabelecem, os produtos dessa atribuição são elaborados e transformados no interior de processos políticos e a partir dessas relações.

Strathern (1996a, 1996b) aponta para essa produção relacional de significado. Segundo ela, em uma rede, os pontos são produzidos através das relações que estabelecem consigo e com os outros. Assim sendo, os significados e papéis atribuídos a atores políticos seriam produzidos nessas relações.

O olhar para relações de conflito entre esses diversos atores nos permitiu contemplar os mecanismos de produção de significado dentro dessa rede. Isto é, as lutas simbólicas travadas entre cada um desses atores acerca de (a) categorias como

política, ação, luta, movimento social e Estado; e (b) de papéis atribuídos por cada um deles a entidades como o movimento social e o Estado.

Essa produção relacional e processual de papéis e significados fica evidente em momentos de crise. Todos os momentos de crise tratados nesse artigo parecem evidenciar a maneira como os atores envolvidos no processo político em questão produzem as noções através das quais pensam sua ação política.

Um momento que pode ser trazido como exemplo é o episódio que leva à fundação do Identidade (ZANOLI; FACCHINI, 2012). Tal acontecimento evidencia concepções antagônicas no que diz respeito ao que se compreende como *movimento social* e ao significado de *política*. Para a parcela do grupo Expressão que veio a fundar o Identidade, um movimento social deveria se preocupar mais com *política*, e menos com *festividade*, diferentemente do que aconteceria no Expressão. A partir dessa tensão, os fundadores do Identidade passaram a forjar o que seria *política* e qual seria o papel de um movimento social, categorias que continuam a se modificar conforme as relações com o Estado são estabelecidas.

Ao longo do tempo, esse tipo de ação coletiva é crescentemente significado pelos integrantes do Identidade por uma característica: a de *contestar e cobrar o/ do Estado*. Do mesmo modo, o papel atribuído ao Estado, a partir das relações que o Identidade estabeleceu não só com o próprio Estado, mas com os demais atores presentes em sua rede de relações, também se modificou. Se, em um primeiro momento, o Estado foi visto como possível parceiro, as tensões causadas pelas relações entre os ativistas, a SAJ e o CR fizeram com que passasse a ser visto como instituição passível de *suspeitas*. A maneira como os ativistas avaliaram as relações com o Estado criou condições não apenas para que o grupo se colocasse como *anti-Estado*, mas para o próprio processo de radicalização pelo qual passou grupo.

Além disso, é a partir das relações entre cada um dos atores presentes no campo de ativismo do movimento LGBT de Campinas que os integrantes compreendem categorias como *política, luta, ação, Estado e movimento social* e a própria *homossexualidade* e as diversas formas identitárias, ou não, que ela pode assumir. A produção de alianças entre esses atores, assim como as disputas, têm como base a atribuição de significado. Os atores que conferem sentidos de modo semelhante tendem a estabelecer alianças, colaborando, desse modo, para a cristalização de determinados significados em detrimento de outros.

Considerações finais

Neste artigo, procurei situar os atores sociais envolvidos no processo de proposição e de implementação do Centro de Referência GLTTB de Campinas (atual Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS LGBT de Campinas), bem como as relações que se estabelecem entre eles na trama que se forma em torno das políticas para LGBT do município. Tal trama que, por sua vez, é permeada por disputas e alianças. O que possibilita, por fim, afirmar que não só as fronteiras do que se compreende como movimento social e Estado, como as categorias acionadas para se referir à ação política e aos atores sociais, são produtos das relações que cada um dos atores estabelece com os demais no campo político. No limite, as categorias e sentidos que permitem pensar os atores e ações políticas são construídos e reconstruídos coletivamente o tempo todo pelos próprios atores em relação no interior de processos políticos.

Referências

- CÂMARA, C. (2002). *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro, Academia Avançada.
- CORRÊA, M. (1983). *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro, Edições Graal.
- FELTRAN, G. S. (2010). "Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo". *Lua Nova*, São Paulo, 79: 201-233.
- FACCHINI, R. (2009). "Entre compassos e descompassos: um olhar para o campo e para a arena do movimento LGBT brasileiro". *Bagoas*, v. 1, p. 131-158.
- _____. (2008). *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferença na cidade de São Paulo*. (Tese) Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____. (2005). *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro, Garamond.
- FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. (2009). "De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro". *Sexualidad, salud y sociedad - Revista latinoamericana*. n. 3, p. 55-81.
- FRANÇA, I. L. (2012a). *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ.

_____. (2012b). "Sexualidade e política: uma abordagem a partir do mercado e do consumo". *Bagoas*, v. 6, n. 7, jan./jun.

GREGORI, M. F. (2000). *Viração – experiências de meninos nas ruas*. São Paulo, Companhia das Letras.

MACRAE, E.(1990). *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas, Ed. Unicamp.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. (2009). *Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.

STRATHERN, M. (1996a). "Cutting the network". *The Journal of the Royal Anthropological Institute*. v. 2. n. 3.

_____. (2006). *O Gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, Ed. Unicamp.

_____. (1989). "The concept of society is theoretically obsolete: for the motion (1)". In: INGOLD, T, (Org.). *Key debates in anthropology*. Londres, Routledge.

TURNER, V. W. (2009 [1969]). *The ritual process: structure and anti-structure*. Nova Brunswick, Aldine.

ZANOLI, V.; FACCHINI, R. (2012). "Conexões, atores, políticas sexuais e cidade: uma reflexão a partir da trajetória do grupo Identidade de Campinas/SP". *Ponto Urbe*, n. 10, ano 6, Julho.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em fevereiro/2013

Tocqueville e os teóricos contemporâneos da Revolução Francesa

Felipe Freller*

Resumo: O ponto de partida deste trabalho é a repercussão do pensamento de Alexis de Tocqueville sobre o debate político contemporâneo acerca do significado da Revolução Francesa, considerando como um marco fundamental desse debate o trabalho do historiador francês François Furet. Em um primeiro momento, o objetivo é apresentar os pontos mais importantes da intervenção de Furet no debate político e historiográfico sobre a Revolução Francesa, tendo como foco o papel que o resgate da obra de Tocqueville cumpre nessa intervenção e o esforço do historiador para situar a Revolução Francesa no plano do político. Em um segundo momento, a problemática resultante do resgate de Tocqueville nesse debate contemporâneo nos serve para examinar o conceito de revolução empregado pelo próprio autor do século XIX. O objetivo dessa segunda parte do trabalho é questionar, por meio de uma análise da evolução do conceito tocquevilliano de revolução em três diferentes textos, se o autor do século XIX também tinha essa preocupação de delimitar a Revolução Francesa como um fenômeno exclusivamente político e não social.

Palavras-chave: Tocqueville, François Furet, Revolução Francesa, político, revolução.

I

A referência central desta primeira parte do *paper* é o livro *Pensando a Revolução Francesa*, publicado em 1978 por François Furet, tornado com esse trabalho provavelmente o mais importante e polêmico historiador da Revolução Francesa da atualidade. Segundo Claude Lefort (1991, p. 115), Furet se empenhou, nesse livro, “em reabrir à história um caminho do qual ela, no seu conjunto, se afastou: o caminho que a liga à reflexão política”. Essa observação de Lefort deixa clara não apenas a relevância de um historiador como Furet para a teoria política, mas também esclarece o objetivo do trabalho desse historiador: não realizar uma contribuição limitada aos “progressos setoriais da erudição” (FURET, 1989, p. 21) que se acumulam desde que a história revolucionária se tornou uma especialização universitária, no fim do século XIX, mas modificar o modo como a Revolução Francesa é conceitualizada.

Quando Furet fala em “conceitualizar a Revolução Francesa”, ele confere ao termo “conceitualização” um significado mais preciso (e mais exigente) do que pa-

* Graduado em Ciências Sociais – USP.

rece à primeira vista: uma história conceitual da Revolução Francesa é, para Furet, aquela que consegue se libertar da ideologia revolucionária, do relato da Revolução sobre si mesma, da identificação com os contemporâneos do evento revolucionário (seja com os partidários da Revolução ou com seus inimigos): “qualquer conceitualização da história revolucionária começa pela crítica da ideia de revolução, tal como foi vivida por seus atores e veiculada por seus herdeiros: ou seja, como uma mudança radical, e como a origem de um tempo novo” (FURET, 1989, p. 28). O que está em jogo, em suma, para o historiador, é a crítica ao corte antigo/novo situado no centro da ideologia revolucionária.

Com essa proposta, Furet tem como alvo uma historiografia marxista bastante influente na França daquele período, representada por autores como Albert Soboul e Claude Mazauric. Esses historiadores são acusados de serem mais neojacobinos do que propriamente marxistas, no sentido de aplicarem

um esquema marxista, veiculado pela Revolução Soviética, a um investimento político-afetivo, poderoso no mais alto grau, e que é a interpretação da Revolução Francesa por ela mesma, simultaneamente como fundadora da “grande nação” e como libertadora da sociedade universal (FURET, 1989, p. 106).

Segundo Furet, essa historiografia marxista (ou neojacobina) interpreta a Revolução Francesa na chave social, como uma ruptura na estrutura social movida pela luta de classes. O conceito-chave dessas interpretações marxistas seria o de “revolução burguesa”, duramente criticado por Furet. Esse conceito pressupõe que o âmago do acontecimento revolucionário é de natureza social: a vitória da burguesia sobre as antigas classes privilegiadas do Antigo Regime, e a liberação das forças produtivas que possibilitariam o doloroso parto do capitalismo na França. Furet argumenta que uma macro-interpretação fundada na ideia da substituição de modos de produção é incompatível com a periodização curta que normalmente se faz da Revolução Francesa (o recorte cronológico 1789-1799, ou 1789-1794), sendo arbitrário atribuir o nascimento do capitalismo a um período de apenas dez anos. A arbitrariedade de situar o nascimento do capitalismo entre 1789 e 1799 é interpretada por Furet como um modo de transferir a ideologia revolucionária, que concebe a revolução como o advento de um tempo absolutamente novo, para o campo da história social (o que apenas evidenciaria, pelo absurdo criado, o poder simbólico da representação da “Revolução-advento”).

O contexto histórico em que Furet escreve seu trabalho lhe parece propício para propor uma interpretação da Revolução Francesa que fuja da identificação automática com seus próprios atores. O principal motivo é que a crítica do totalitarismo soviético por parte de um pensamento de esquerda teria levado a uma nova revisão crítica do conceito de revolução: “o privilégio exorbitante da ideia de revolução, que consiste na impossibilidade de ser atingida por qualquer crítica interna, está então perdendo seu valor de evidência” (FURET, 1989, p. 26), o que permitiria ao historiador uma nova relação com a Revolução Francesa, crítica em relação à ideia de revolução veiculada por esta e reforçada pela Revolução Soviética. Assim, o contexto de crise do “socialismo real” (se ainda não de sua derrocada final, ao menos de crise de sua legitimação no campo intelectual) abriria espaço para o resgate de autores do passado que já haviam questionado a ideia de revolução legada pela Revolução Francesa.

É justamente na qualidade de autor que “liberou o pensar sobre a Revolução da crença na Revolução” (LEFORT, 1991, p. 127) que Tocqueville tem seu legado intelectual recuperado por Furet. Este considera Tocqueville um dos “únicos historiadores que propõem uma conceitualização rigorosa da Revolução Francesa” (FURET, 1989, p. 12), e faz do estudo do autor do século XIX um material importante de sua própria reflexão, justamente devido à preocupação de Tocqueville em iluminar o “desnível entre o papel objetivamente desempenhado pelas revoluções na mudança histórica e a percepção que delas têm seus contemporâneos, ou a fascinação intelectual exercida sobre as gerações seguintes” (FURET, 1989, p. 171). Segundo Furet, Tocqueville golpeia a compreensão que a Revolução Francesa teve de si mesma já desde um texto de juventude hoje pouco conhecido: “État social et politique de la France avant et depuis 1789”, de 1836. Esse texto já mostra, segundo o historiador, que a Revolução Francesa, “bem mais do que uma transformação radical da França e dos franceses, é a conclusão, o coroamento de uma tendência já em funcionamento na sociedade do Antigo Regime” (FURET, 1989, p. 148): o nivelamento das condições e a centralização administrativa.

O antigo regime e a revolução (escrito vinte anos depois, em 1856) é visto por Furet como uma contribuição ainda mais original de Tocqueville sobre a conceitualização da Revolução Francesa. A originalidade intelectual fundamental de *L'ancien régime* consistiria em uma nova primazia conferida ao político sobre o social: a centralização administrativa, até então tratada como uma consequência do estado so-

cial democrático, passaria a ser tratada, em 1856, como o principal fator explicativo da democratização da sociedade francesa e da separação de suas diferentes classes. Esse novo estatuto da esfera política em *O antigo regime* – não mais uma simples consequência do estado social, mas uma instância que produz efeitos sobre esse estado – interessa a Furet na medida em que lhe permite criticar o que ele entende ser um sociologismo redutor das interpretações marxistas da Revolução Francesa produzidas no século XX e ressaltar a importância do Estado administrativo centralizado francês na desarticulação da sociedade de ordens do Antigo Regime.

Seria arriscado, contudo, continuar enxergando influências de Tocqueville sobre Furet para além das já mencionadas. Lefort (1991, p. 127) observa que Furet “não espora todas as teses de Tocqueville e tira um duplo proveito de sua obra – pois ela o instrui pelo que diz e pelo que se priva de dizer”. Com efeito, na interpretação de Furet, Tocqueville rompe com a ideologia revolucionária ao se recusar a tratar a Revolução Francesa como um período a ser narrado, cujo sentido estaria cristalino na própria narrativa, preferindo tratá-la como um balanço histórico, no qual ficava evidente a distância entre a obra objetiva da Revolução e o discurso revolucionário. Ao tratar o problema da Revolução como um balanço, o autor do século XIX teria deixado de lado o problema da Revolução como acontecimento, como modalidade de ação e de discurso – problema considerado importante por Furet. É por essa razão que *O antigo regime* é considerado por nosso historiador “mais importante pelo método que sugere do que pela tese que defende” (FURET, 1989, p. 30).

Na teoria do acontecimento revolucionário formulada por Furet, ao invés de Tocqueville, é outro intérprete da Revolução Francesa que ganha destaque: Augustin Cochin (1876 – 1916), o qual teria levado o espírito dedutivo e conceitual do primeiro ao problema não investigado por este, mas pelo qual Furet se interessa: o jacobinismo. O historiador contemporâneo segue Cochin de perto na conceitualização da Revolução Francesa a partir de um novo sistema de legitimação do poder, o qual seria constantemente manipulado por grupos anônimos que se identificam com o povo soberano e precisam sempre eleger inimigos para serem excluídos dessa categoria. A grande criação da Revolução Francesa, para Furet, é a política democrática, concebida como um “sistema de crenças que constitui a nova legitimidade nascida da Revolução, segundo a qual o ‘povo’, para instaurar a liberdade e a igualdade, que são as finalidades da ação coletiva, deve romper a resistência de seus inimigos” (FURET, 1989, p. 42). O que invadiria a esfera do poder, a partir de

1789, seria um novo tipo de discurso e de prática política, centrado na disputa em torno de quem representa o povo, a igualdade ou a nação. Um componente essencial desse discurso é a noção de conspiração aristocrática (o “outro” do povo e da Revolução), responsável por uma forma de consciência histórica que vê por trás de todo acontecimento uma vontade subjetiva. O discurso revolucionário se caracterizaria, assim, por uma representação maniqueísta do mundo e da História, na qual cabe aos portadores do “novo” derrotar os conspiradores que tentam restaurar o “velho”. Em outras palavras, Furet concebe o discurso revolucionário como indissociável da violência política, sendo o Terror de 1793-94 um desdobramento dessa modalidade de ação política, não uma mera reação às “circunstâncias”.

Segundo Furet, essa sua interpretação do fenômeno revolucionário apresenta

a dupla vantagem de restituir à Revolução Francesa sua mais evidente dimensão, que é de natureza política, e de colocar no centro da reflexão a verdadeira solução de continuidade pela qual ela separa o antes e o depois, a das legitimações e das representações da ação histórica (1989, p. 42).

Tal interpretação permitiria, em suma, ao historiador da Revolução Francesa “redescobrir a análise do político como tal” (FURET, 1989, p. 43). O ponto chave da intervenção de Furet no debate contemporâneo sobre a Revolução Francesa é, assim, retirá-la do plano do social, em que o conceito de “revolução burguesa” a havia deixado, e situá-la no plano do político. Por político, Furet não entende, como esclarece Lefort (1991, p. 115), uma classe de fatos particulares, pertencentes a um subsistema social (o das instituições políticas), mas “um esquema ou um conjunto de esquemas de ações e de representações” que orientam “a posição e a representação do poder, a figuração de seu lugar”.

Florenzano (1995, p. 105) observa que *Pensando a Revolução Francesa* constitui o momento mais radical do pensamento de Furet, “seja na crítica à historiografia revolucionária, seja na redução da Revolução a um fenômeno político (provocado por causas políticas e com consequências apenas políticas), seja ainda na destruição do sujeito (no sentido de indivíduos ou classes)”. Em algumas passagens, parece completamente destruída a ideia de que a Revolução (seja a francesa ou qualquer outra) possa ser concebida como uma transformação social, sendo concebida apenas como um momento no qual “o véu da ideologia oculta ao máximo o sentido dos acontecimentos aos olhos dos atores do drama” (FURET, 1989, p. 171). O imperativo

da transformação social seria apenas uma justificativa ideológica para a prática da violência política. Em alguns momentos, Furet parece estender essa tese forte e polêmica para o próprio Tocqueville, uma vez que este também acreditava que muitas das instituições consideradas “obras” da Revolução Francesa já existiam no Antigo Regime. A segunda parte do *paper* se voltará para a obra de Tocqueville para examinar se este, como o historiador que o resgata no debate contemporâneo, negava o conceito de revolução como transformação social.

II

Reverendo-se a evolução da concepção tocquevilliana de revolução nos principais textos de Tocqueville sobre a Revolução Francesa à luz das proposições de Furet, conclui-se que, embora Tocqueville de fato apresente uma notável inovação historiográfica e conceitual ao ver a Revolução Francesa como um coroamento de uma tendência histórica de longo prazo, rompendo assim a imagem que a Revolução fez de si mesma, o autor não estava tão distante quanto Furet parece supor das preocupações e da conceitualização do fenômeno revolucionário próprias do século XIX. Destacamos que Tocqueville compartilhava com seu tempo um dos aspectos semânticos fundamentais que, segundo Reinhart Koselleck (2006, p. 71), o conceito de revolução adquiriu após a Revolução Francesa: “a *passagem da revolução política à revolução social*”.

Embora o problema da Revolução Francesa perpassasse toda a obra de Tocqueville (inclusive seu livro mais famoso, *A democracia na América*), a pesquisa se focou nos três textos do autor em que esse problema aparece com mais força: “*État social et politique de la France avant et depuis 1789*” (1836), *Lembranças de 1848* (escritas entre 1850 e 1851) e *O antigo regime e a revolução* (1856).

No primeiro texto, é nítido o método do balaço histórico apontado por Furet: o próprio título indica que a obra da Revolução é investigada por meio da comparação entre as sociedades pré e pós-revolucionária, sendo a análise dessa última deixada para textos posteriores. A principal tese defendida nesse texto é que a França pré-revolucionária já era um país democrático por seu estado social, suas ideias, seus costumes e sua distribuição da propriedade fundiária; que essa democratização social havia levado a um aprofundamento da centralização administrativa, explicado não apenas pela tendência instintiva dos povos democráticos à centralização, mas também pelo ataque às instituições provinciais como uma parte importante da luta

do Terceiro Estado contra a aristocracia, a qual controlava esses poderes provinciais; que, paradoxalmente, a ideia e o sentimento da liberdade vinham ganhando força, simultaneamente à transformação do antigo espírito aristocrático de liberdade (associado ao gozo de um privilégio) em um espírito democrático de liberdade (associado ao uso de um direito comum); e que, desse modo, o princípio aristocrático continuava vivo apenas na sociedade política, na qual era preciso ser nobre para servir o Estado. Assim, a Revolução é caracterizada como “um procedimento violento e rápido, com a ajuda do qual se adaptou o estado político ao estado social, os fatos às ideias e as leis aos costumes” (TOCQUEVILLE, 1988, p. 84-85)¹.

Nesse artigo de 1836, a grande obra da Revolução Francesa é, portanto, a introdução do princípio democrático na sociedade política (a única esfera da sociedade em que ainda reinava o princípio aristocrático, como vimos), conformando-a à democracia já existente no estado social.

Tocqueville não diz que a Revolução não foi um acontecimento que produziu efeitos sociais e políticos para além da ideologia. Pelo contrário, ela aprofundou a igualdade de condições e introduziu seu princípio nas leis; unificou todas as partes da França em um único corpo; fortaleceu o poder central e estendeu sua esfera de influência; conferiu à nação “se não ainda toda a realidade, ao menos toda a aparência do poder soberano” (TOCQUEVILLE, 1988, p. 84)². O que o autor afirma é que todas essas transformações ocorreram em um país já democrático, unificado, centralizado, que já havia formulado a ideia democrática de liberdade, e no qual todas essas tendências democráticas provavelmente continuariam se aprofundando, mesmo sem uma revolução violenta.

O que parece faltar nesse texto de 1836 é uma investigação sobre por que essas tendências democráticas da França do Antigo Regime levaram a uma revolução cujo caráter específico é a violência e a rapidez. Parece haver uma certa ambiguidade, na qual ora aparece como “natural” que um país já democrático com uma sociedade política ainda aristocrática fizesse uma revolução violenta para introduzir o princípio democrático também na sociedade política, ora essa revolução violenta

¹ Tradução nossa. O original é “un procédé violent et rapide à l’aide duquel on a adapté l’état politique à l’état social, les faits aux idées et les lois aux moeurs”.

² Tradução nossa. O original é “sinon encore toute la réalité, du moins toute l’apparence du souverain pouvoir”.

aparece como uma espécie de aberração historicamente desnecessária, uma vez que a marcha democrática seguiria seu rumo sem ela.

O lugar da Revolução no pensamento de Tocqueville sofre uma inflexão notável a partir da revolução de 1848, sendo possível notá-la em suas *Lembranças de 1848*. Se o autor compartilhava, até então, a crença de alguns de seus contemporâneos de que a Revolução Francesa já havia terminado e se estabilizado sob a forma política da monarquia constitucional e parlamentar, os levantes populares de fevereiro e de junho de 1848 o levam a rever seu pensamento, de modo a afirmar que a Revolução Francesa não terminou, sendo seu final ainda obscuro.

O cerne dessa continuação, no século XIX, do movimento da primeira Revolução Francesa é, aos olhos de Tocqueville, a passagem da revolução política à revolução social. Se a Revolução Francesa havia sido compreendida em 1836 como uma adaptação violenta de uma sociedade política ainda aristocrática a um estado social já democrático, as jornadas revolucionárias de 1848 são compreendidas como tentativas de democratizar ainda mais o estado social, mirando dessa vez o último obstáculo para a igualdade total entre os homens: a propriedade.

Essa concepção de revolução presente nas *Lembranças de 1848* – como um movimento que, se tem início na constituição do governo, tende a se aprofundar e mudar seu foco para as “leis imutáveis que constituem a própria sociedade” (TOCQUEVILLE, 2011, p. 118) – torna muito difícil estender a Tocqueville o conceito de revolução desenvolvido por Furet, o qual não recobre mais uma transformação social.

Mesmo diante dessa ameaça de ruptura total do corpo social, Tocqueville continua, todavia, vendo na centralização administrativa um elemento de continuidade no interior do processo revolucionário. Seria mais difícil romper com ela do que com a propriedade, uma vez que a centralização é percebida por Tocqueville como uma instituição que conta com o apoio dos mais diversos grupos políticos da França de seu tempo, unindo os mais conservadores aos mais revolucionários.

O último texto trabalhado na pesquisa foi *O antigo regime e a revolução*, de 1856. Nesse livro, a obra da Revolução Francesa é apreendida como a destruição súbita e violenta dos antigos poderes secundários de origem feudal, para substituí-los “por uma ordem social e política mais uniforme e mais simples que tinha como base a igualdade de condições” (TOCQUEVILLE, 2009, p. 24).

Ao invés de tratar a Revolução como um ajuste da superestrutura política aristocrática ao estado social democrático, como fizera em 1836, Tocqueville agora res-

salta o caráter simultaneamente social e político da Revolução Francesa. A revolução foi social e política na medida em que as próprias instituições feudais que foram seu alvo eram sociais e políticas:

independentemente do fato de ainda estarem misturadas e como que entrelaçadas com quase todas as leis religiosas e políticas da Europa, as instituições antigas tinham ademais sugerido uma infinidade de ideias, de sentimentos, de hábitos, de costumes, que lhe eram como que aderentes. Foi necessária uma terrível convulsão para destruir e extrair bruscamente do corpo social uma parte que estava agarrada assim a todos os seus órgãos (TOCQUEVILLE, 2009, p. 24).

Mais uma vez, a afirmação de Furet (1989, p. 171) de que o fenômeno revolucionário “não recobre mais uma transformação política e social” não pode ser aplicada a Tocqueville. Por mais que as instituições feudais já estivessem em decadência havia muito tempo, “o encerramento súbito e violento de uma obra na qual dez gerações de homens haviam trabalhado” (TOCQUEVILLE, 2009, p. 24) não deixa de ser uma transformação social e política com consequências importantes.

É verdade que continua havendo um elemento importante de continuidade na concepção de revolução subjacente a *O antigo regime e a revolução*, na medida em que a destruição súbita de instituições feudais entrelaçadas em todo o corpo social acabou fortalecendo, aos olhos de Tocqueville, uma instituição que já existia no Antigo Regime independentemente desses resquícios do feudalismo: a centralização administrativa.

Entretanto, seria incorreto afirmar que Tocqueville só se interessa pelo aspecto de continuidade da Revolução. Uma de suas preocupações centrais em *O antigo regime*, de certo modo ausente nos textos anteriores, é apreender a Revolução Francesa como um projeto de criar uma ordem social absolutamente nova, concebida a partir unicamente da razão e sem levar em conta a História, e entender como um projeto dessa natureza pôde se apossar dos espíritos de toda a nação francesa (ainda que a criação de uma ordem social absolutamente nova seja entendida por Tocqueville como uma intenção, não como a obra objetivamente realizada pela Revolução). O autor desenvolve, assim, no Livro III de *O antigo regime*, respostas para a pergunta que afirmamos estar ausente do texto de 1836: por que as indignações com as desigualdades do Antigo Regime, que perdiam cada vez mais seu princípio legitimador, transformaram-se no projeto radical e revolucionário de substituir inteiramente a velha sociedade por uma nova, com princípios radicalmente diferen-

tes? Em suma, qual a origem do espírito revolucionário que desperta em 1789 e que Tocqueville vê reacender em 1848, de modo a retornar a suas preocupações políticas mais urgentes?

O cerne da resposta de Tocqueville a essa questão se encontra no capítulo 1 do Livro III de *O antigo regime e a revolução*, cujo argumento principal é que, suprimidos os antigos espaços de participação política pela centralização administrativa, as indignações com os privilégios injustificados da nobreza foram canalizadas para o campo da teoria abstrata. Nesse campo da teoria abstrata, as indignações se transformaram não em propostas práticas para a resolução dos problemas, mas na construção de “uma sociedade imaginária na qual tudo parecia simples e coordenado, uniforme, equitativo e conforme com a razão” (TOCQUEVILLE, 2009, p. 161). Os construtores dessa sociedade imaginária, os literatos ou homens de letras, teriam se tornado os novos condutores espirituais da nação francesa, ocupando o espaço vazio deixado pela nobreza, e assim difundiram seu estilo de pensamento para toda a nação, a qual, “quando por fim teve de agir”, “transportou para a política todos os hábitos da literatura” (TOCQUEVILLE, 2009, p. 162). A transformação desse desejo de substituir a sociedade existente por uma sociedade imaginária concebida a partir unicamente da razão em um espírito verdadeiramente revolucionário foi possibilitada pelo espírito de combate à religião fomentado por esses mesmos homens de letras³, os quais retiraram da ordem social existente todo valor sagrado que a protegia contra tentativas revolucionárias.

Assim, ao longo da evolução histórica da concepção tocquevilliana de revolução, percebe-se que Tocqueville não compreendia a Revolução, como Furet, como uma simples ideologia, uma simples ilusão intelectual usada para legitimar a violência política, mas como uma modalidade de transformação social bastante real e bastante perigosa. Um dos objetivos de *O Antigo Regime* parece ser criticar essa modalidade de transformação social, mostrando os vínculos existentes entre ela e o despotismo. Assim, a preocupação de Furet de situar a Revolução Francesa exclusivamente no plano do político não encontra correspondência nesta que é uma de suas principais fontes de inspiração: Tocqueville.

³ Ver Tocqueville (2009, Livro III, cap. 2).

Referências

FLORENZANO, M. (1995). "François Furet historiador da Revolução Francesa". *Revista de História*, n. 132, p. 95-109.

FURET, F. (1989). *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

KOSELLECK, R. (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/Ed. PUC-Rio.

LEFORT, C. (1991). *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

TOCQUEVILLE, A. (1988). "État social et politique de la France avant et depuis 1789". In: _____. *L'ancien régime et la révolution*. Paris, Flammarion.

_____. (2009). *O antigo regime e a revolução*. São Paulo, WMF Martins Fontes.

_____. (2011). *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*. São Paulo, Companhia das Letras.

Recebido em novembro/2012

Aprovado em janeiro/2013

O trabalho informal na indústria de calçados: experiências e percepções dos agentes¹

Felipe Rangel*

Resumo: Neste texto pretendemos analisar o trabalho informal no setor calçadista no Estado de São Paulo e seu crescimento a partir dos processos de deslocamento industrial e generalização da terceirização. Buscamos, também, verificar a influência dos discursos sobre empreendedorismo na valorização do trabalho autônomo. Para tanto, assumimos como recorte o estudo de unidades produtivas informais (*bancas*) em três polos produtivos do Estado marcados por grande informalidade: Franca, Jaú e Birigui. A partir de estudos de caso, buscamos conhecer as diversas condições de realização do trabalho informal, dedicando especial atenção às manifestações do discurso empreendedor por parte dos trabalhadores. Se, por vezes, o trabalho autônomo informal nas bancas traveste-se de empreendedorismo, dando um verniz modernizador a uma situação de precariedade não mais vista como transitória, mas constituinte das novas e flexíveis formas de organização do trabalho, muitos são os casos em que a ocupação é percebida na sua evidente precariedade, tratando-se de uma espécie de “empreendedorismo por necessidade”.

Palavras-chave: informalidade, empreendedorismo, terceirização, indústria de calçados.

Introdução

A subcontratação de oficinas e trabalhadores para a execução de etapas da confecção do calçado que tendem a gerar “gargalos” na produção é uma prática historicamente utilizada pelas indústrias. Em meados da década de 1970, já era comum a subcontratação das chamadas “bancas” (oficinas terceirizadas que confeccionam partes do calçado), muitas delas instaladas no domicílio dos trabalhadores. Navarro (2006), ao realizar um estudo sobre a indústria de Franca, destaca a participação majoritária das mulheres no trabalho informal nesse período, especialmente na atividade de costura manual, principal tarefa externalizada na época. É preciso salientar que essa externalização tradicionalmente se dava por contingência, quando o volume da produção estava além da capacidade produtiva das fábricas.

Na década de 1980, contexto em que os impactos do processo global de reestruturação produtiva começaram a ser percebidos no Brasil, a prática de externaliza-

¹ Este artigo é resultado da pesquisa “Autonomia Empreendedora ou a Legitimação da Precariedade: Trabalhadores Domiciliares na Indústria de Calçados” – Estudo Apoiado pela Fapesp.

* Graduando em Ciências Sociais – UFSCar.

ção perde gradualmente seu caráter contingencial e passa a responder, primordialmente, ao ideal da redução de custos, em harmonia com o paradigma da “empresa enxuta”. Além de reduzir as despesas com mão de obra, a subcontratação das bancas se mostrou uma prática extremamente vantajosa para as empresas por possibilitar maior flexibilização do processo produtivo, permitindo um controle mais eficiente da produção perante a sazonalidade característica da demanda no setor de calçados.

Nesse novo contexto, caracterizado pela busca constante por formas de flexibilização, a prática de subcontratação ganhou aspectos modernos e positivos sob o termo “terceirização”, sendo interpretada como simples e imprescindível estratégia empresarial, condição para a manutenção das empresas na ordem competitiva. Como sugere Druck (2011), a terceirização encontrou sua justificação na medida em que foi legitimada e utilizada de forma epidêmica como “ferramenta” ou “estratégia” de sobrevivência empresarial numa conjuntura de crise e instabilidade, marcada pela reestruturação da indústria nacional e inserção desta na lógica competitiva global. No que se refere à cadeia produtiva, as relações entre empresas e trabalhadores tendem a se converterem em relações interempresariais assimétricas, nas quais a empresa contratante determina os padrões de produção, prazos e preços. Esse processo implica numa multiplicidade de relações de trabalho que tendem a assumir contornos cada vez mais precários, conforme as empresas e trabalhadores terceirizados se situem em posições mais periféricas dentro da cadeia produtiva (LIMA, 2010). Com efeito, esse padrão de terceirização adquire contornos perversos na medida em que a busca pela redução de custos se objetiva através da exploração do trabalho precário.

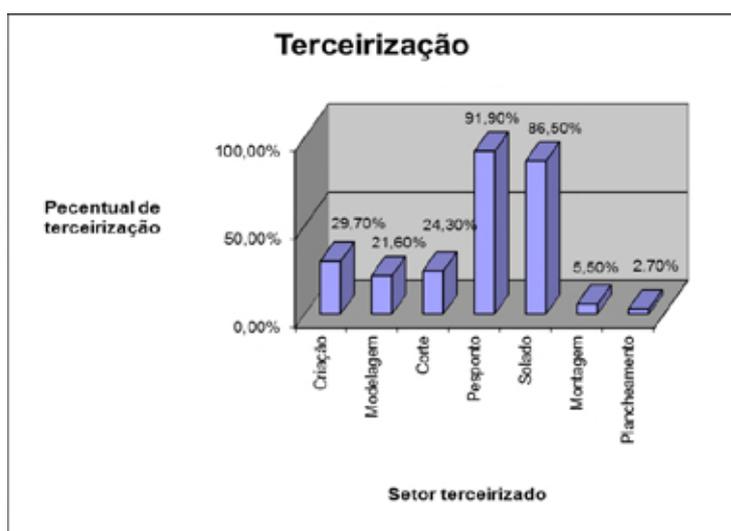
Ao longo da década de 1990, os principais polos produtores de calçados no Brasil, com destaque para a região do Vale dos Sinos e Franca, assistiram à redução do número de empregos formais na indústria local. O aumento da terceirização é uma das causas desse processo, visto que eliminou milhares de postos de trabalho e conduziu grande contingente de trabalhadores à condição de prestadores de serviço, muitos atuando na informalidade. Por outro lado, ao refletir sobre a redução dos empregos nesses polos, deve-se considerar também o impacto do processo de deslocamento espacial das indústrias, que incorporou na configuração industrial do país, áreas antes marginalizadas. Como forma de enfrentar a crise provocada pela abertura econômica dos anos 1990, muitas indústrias transferiram unidades para estados do Nordeste brasileiro, que se mostraram atrativos para as empresas

no contexto da “guerra fiscal” promovida por prefeituras e governos estaduais. De acordo com Lima (2002), além de disponibilizar mão de obra abundante, barata e desorganizada, diversos governos do Nordeste passaram a oferecer também renúncia fiscal, infraestrutura, treinamento de trabalhadores e, até mesmo, organização de cooperativas para terceirização. A intenção era atrair toda a cadeia produtiva de calçados, não apenas fábricas avulsas. O emprego gerado nessa região já nasce precário e convivendo com a instabilidade provocada pela mobilidade constante do capital, que só permanece em um determinado local enquanto os incentivos estiverem em vigência. No entanto, a precarização deve ser considerada em termos comparativos, numa região onde os trabalhadores pouco conheciam a atividade industrial ou relações de assalariamento formal, até mesmo os empregos precários criados pela desterritorialização industrial aparecem travestidos de um aspecto positivo.

Nas regiões de origem dessas indústrias, os trabalhadores tiveram que conviver com o crescimento do desemprego e, conseqüentemente, da informalidade. Multiplicaram-se as bancas de calçados pelos bairros periféricos das cidades, muitas delas organizadas por ex-funcionários das fábricas que se tornaram trabalhadores terceirizados. Esse movimento contou com forte apoio empresarial, visto que fábricas chegavam a emprestar máquinas para funcionários que se dispusessem a trabalhar como prestadores de serviço, montando o “próprio negócio” (NAVARRO, 2006). Nessa nova conjuntura, o trabalho domiciliar deixou de ser uma ocupação quase exclusivamente feminina e passou a significar uma alternativa ao desemprego para os trabalhadores em geral.

A consolidação do trabalho informal como constituinte das novas configurações do processo produtivo, assim como sua legitimação como alternativa de inserção no mercado de trabalho em um contexto de crise do assalariamento, se deu também pela concepção do trabalho na informalidade como um meio de canalização do espírito empreendedor dos trabalhadores. No contexto da hegemonia neoliberal, a informalidade, antes vista como sintoma do subdesenvolvimento, ganhou contornos mais positivos, sendo ressignificada sob a noção de empreendedorismo. O discurso do empreendedorismo passou a veicular a imagem do novo trabalhador como um sujeito capaz de ser flexível perante as adversidades do mercado, criativo e que está disposto a assumir os riscos do investimento no próprio negócio. Quanto mais próximo o trabalhador estiver da figura do “empreendedor de si mesmo”, mais estará assegurada sua permanência no mercado de trabalho, sua empregabilidade. A noção

de empreendedorismo assumiu feições de ideologia e passou a influenciar interpretações sobre o mundo do trabalho com forte viés individualista, dando maior destaque às qualidades individuais em detrimento das relações sociais (MELO, 2008). Pode-se dizer que o discurso empresarial, veiculado pela mídia e por instituições como o SEBRAE, tem contribuído para a adesão voluntária dos indivíduos à proposta da produção flexível, assim como para a construção de um *ethos* adequado a essa nova fase do capitalismo (MELO, 2008).



Fonte: SEBRAE. "Estudo da Atividade Empresarial: Setor Calçadista – Fabricação de Calçados Femininos – JAÚ – SP", 2003.

Tendo em vista este quadro, procuramos perceber em que medida se pode dizer que há a incorporação do discurso empreendedor pelos trabalhadores informais na indústria de calçados, bem como compreender a visão que esses agentes têm sobre sua própria situação de "pequeno empreendedor" e que, ao mesmo tempo, está à mercê da imposição da demanda das fábricas e da instabilidade do setor de calçados, numa condição de autonomia e submissão. A primeira etapa da pesquisa foi dedicada ao levantamento de dados acerca da situação da indústria de calçados no Estado de São Paulo, caracterizando os três polos produtivos selecionados: Franca, Jaú e Birigui. Foram coletados dados junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS) e Sindicatos das Indústrias dos três municípios estudados. Também foi realizado um levantamento bibliográfico sobre mercado de trabalho, informalidade e trabalho domiciliar no setor calçadista. Em seguida, realizamos visitas a unidades produtivas em todos

os polos. No total, foram visitadas 15 bancas e 4 fábricas de calçados, onde foram entrevistados trabalhadores e proprietários.

As faces da terceirização na indústria de calçados

Ao longo desta pesquisa, foram verificadas algumas das configurações assumidas pela terceirização na indústria calçadista. Como destaca Almeida (2010), a terceirização na indústria de calçados está longe de ser uma prática homogênea. As formas de subcontratação se dão através de uma diversidade de acordos, contratuais ou não. Primeiramente, pode-se partir da terceirização envolvendo duas empresas, a contratante e uma prestadora de serviços. Quando formalizada, o trabalho na banca terceirizada tende a ser executado em condições semelhantes ao realizado no interior da fábrica. Os trabalhadores, geralmente, são registrados e, assim, estão cobertos pelos direitos vinculados ao assalariamento formal. A jornada de trabalho segue a determinação legal, muito embora ocorra, frequentemente, a realização de horas extras (chamadas de “cerão”) nos períodos de maior produtividade ou atraso nas encomendas, situação que também se verifica no cotidiano das fábricas.



Banca de pesponto formalizada

Contudo, quando a oficina terceirizada não é regularizada, o trabalho tende a ser executado em condições acentuadamente mais precárias, em ambientes inadequados para a atividade (pouca iluminação, forte cheiro de cola em consequência da fraca ventilação, máquinas em mal estado). Muitas vezes, o responsável pelo

empreendimento paga aos outros trabalhadores uma remuneração acima do piso da categoria, para compensar a falta de registro na carteira de trabalho. A ausência de registro deixa os trabalhadores em grave situação de vulnerabilidade, principalmente quando levamos em consideração a sazonalidade da produção de calçados. No final do ano, a produção tende a diminuir radicalmente, o que conduz à demissão de muitos trabalhadores. Os que trabalham registrados recebem o seguro-desemprego até que chegue o período de recontrações, que se arrasta gradualmente até o meio do ano. Já os trabalhadores informais ficam desempregados e sem poder contar com qualquer benefício.



Banca de pesponto domiciliar

Entre as formas de subcontratação do trabalho terceirizado, o trabalho domiciliar merece grande destaque. As bancas domiciliares são instaladas em garagens, fundos de quintal, galpões de madeira, ou mesmo nas salas e cozinhas das casas. A remuneração se dá por peça produzida e as jornadas de trabalho chegam a 15 horas diárias, podendo se estender aos fins de semana. O acordo com a empresa que repassa o serviço é apenas verbal, não tendo qualquer garantia de continuidade da relação. Não raro se verifica a atividade de quarteirização, em que uma banca maior, que negocia diretamente com a fábrica, repassa o serviço para outras oficinas, normalmente vizinhas. Nesses casos, o trabalho informal é duplamente explorado, visto que, além do baixo valor pago pela fábrica, a banca terceirizada que media a relação fica com uma parte do que é pago por peça. Ainda existem casos em que há um in-

termediador que não executa qualquer tipo de atividade produtiva, apenas negocia a relação entre as fábricas e as bancas, se apropriando de parte da remuneração destas.

Também encontramos situações em que o trabalhador domiciliar busca regularizar sua situação, registrando-se como contribuinte autônomo no INSS ou se inscrevendo no programa “Empreendedor Individual”, pelo qual profissionais autônomos podem criar uma “Micro Empresa Individual”. A jornada e as condições de trabalho, nesses casos, em nada se diferenciam da atividade executada pelo trabalhador informal, em que pese o acesso a alguns benefícios dos quais os últimos estão alijados. Em outras situações, o trabalhador domiciliar pode ser contratado diretamente pelas empresas. Nesses casos, mantém-se a relação de assalariamento, com a condição de que o trabalhador produza uma quantidade determinada de pares por dia. De acordo com trabalhadores entrevistados, a vantagem dessa forma de trabalho se encontra na maior flexibilização da jornada de trabalho, uma vez que o trabalho domiciliar permite uma maior autonomia em relação à hierarquia fabril, com a conveniência de que os direitos vinculados ao registro em carteira continuam assegurados.

(o trabalho na banca) compensa, assim, se eu faltar. Tenho que levar meu filho no médico, aí eu compenso a noite, em outro dia. Se você faltar numa fábrica, num dia normal, de segunda a quinta, você perde o dia, um domingo ou um feriado. Se você faltar na sexta, você perde o sábado e o domingo. Aqui não. Você pode acordar 8 horas da manhã e trabalhar até um pouquinho mais tarde. Dia de chuva, você tá dentro da sua casa.”
(Trabalhador de banca domiciliar em Birigui).

De maneira geral, todos esses trabalhadores compartilham a experiência de sobreviver na insegurança provocada pela instabilidade do setor de calçados. O que varia são as condições de maior ou menor autonomia (sempre relativa) e as possibilidades de enfrentar os períodos de baixa produção, estando mais ou menos coberto por direitos trabalhistas. A partir dessas considerações, se torna mais preocupante a percepção de que a relação salarial tem gradualmente perdido garantias historicamente conquistadas, voltando a sua condição original de precariedade (LIMA, 2010). O processo de terceirização acaba por aplicar um verniz modernizador às práticas de subcontratação surgidas junto com a grande indústria, assim como recupera formas de utilização e organização do trabalho anteriores ao período que permitiu a idealização de uma sociedade salarial nos moldes do chamado *Welfare state* dos países centrais. Nesse sentido, a terceirização parece articular novas e ve-

lhas formas de exploração da força de trabalho, em um movimento no qual se torna difícil dissociar processo de terceirização, flexibilização e trabalho precário.

Informalidade e empreendedorismo

O discurso empreendedor dos anos 1990 se fez presente na indústria de calçados endossando as tentativas de criação do próprio negócio por parte de muitos trabalhadores que foram atingidos pelo desemprego, consequência do aumento da terceirização e da migração industrial. Foi nesse período que os polos de Franca, Birigui e Jaú assistiram ao crescimento radical do número de bancas prestadoras de serviço, a maioria na condição de informalidade. Com a ressalva de que não podemos falar em processo de precarização do trabalho na indústria de Jaú, tal como ocorreu nos outros polos, visto que o polo de Jaú só vai se consolidar durante a década de 1990, já inserido no modelo da produção flexível, a despeito da produção de calçados na cidade remontar à década de 1950.

Almeida (2008), ao estudar o trabalho informal na indústria de Franca, percebe que a criação de uma microempresa ou, até mesmo, o trabalho domiciliar são ocupações valorizadas pelos trabalhadores, ainda que esses empreendimentos tenham vida curta e estabeleçam contratos verbais instáveis com as fábricas. O motivo atribuído para essa tendência se relaciona com os baixos salários pagos no setor, mesmo nos empregos formais, e com a fragilidade dos vínculos empregatícios, vide a alta taxa de rotatividade na indústria local. A partir dessa conjuntura instável e precária, a pesquisadora conclui que os trabalhadores se sentem impelidos a buscarem a condição de “patrão de si mesmo”.

A disseminação da ideologia do empreendedorismo, com a proposição de que a sobrevivência no mercado de trabalho depende, acima de tudo, do esforço individual, traz consigo a responsabilização do trabalhador por sua própria empregabilidade. Este se torna um empresário de sua própria força de trabalho, devendo aperfeiçoá-la para que o mercado possa utilizar suas capacidades. A pessoa se torna uma empresa e a auto-exploração substitui a exploração, rendendo lucros às grandes empresas, clientes do auto-empresário (GORZ, 2005). A informalidade também é ressignificada nesse processo, visto que o trabalhador informal, em vez de um excluído do mercado, passa a ser percebido como um “empreendedor por necessidade”, cuja sobrevivência do próprio negócio depende da sua predisposição em inovar, assumir riscos e trabalhar duro (LIMA, 2010).

A ideologia do empreendedorismo tende a interpretar o trabalho precário nas bancas de calçados como uma possibilidade de libertação do espírito empreendedor dos trabalhadores. Podemos conferir exemplo dessa perspectiva através de um estudo realizado pelo SEBRAE em Jaú, no qual a organização aponta a “necessidade de criar uma ‘consciência de empresário’ para os donos de banca, pois muitos deles continuam se enxergando como ‘sendo empregado da empresa que lhe dá serviço’” (SEBRAE, 2003, p. 214). Vale ressaltar que o SEBRAE trabalha com duas categorias principais: “empresário”, que já possui um empreendimento formal em atividade, e “empreendedor”, pessoa que pretende iniciar um negócio ou desenvolve uma atividade que ainda carece de regularização (MELO, 2008). Dessa forma, o trabalhador informal é visto como um empreendedor que pode vir a se tornar um empresário, desde que deixe de se perceber como um empregado. Fator que tende a dar legitimidade a uma condição precária na informalidade não mais vista como transitória, mas constituinte das formas flexíveis de estruturação do trabalho.

Contudo, o estudo realizado nos mostrou as complicações de se associar o trabalhador informal da indústria de calçados com a figura do microempreendedor independente. A fragilidade dos contratos, isso quando eles existem, deixa o trabalhador a mercê da demanda instável das fábricas. A relativa autonomia proporcionada pelo trabalho nas bancas se resume à flexibilidade da jornada de trabalho. Assim, são muito raros os casos de trabalhadores/proprietários de bancas que se veem como empresários em potencial. De fato, encontramos situações em que o discurso do empreendedorismo aparece dando contornos modernos ao trabalho nas bancas, como no caso de um ex-funcionário fabril que montou uma oficina domiciliar em Franca, se inscreveu no programa “Empreendedor Individual” e planejar abrir uma pequena fábrica no próximo ano. Na pesquisa em Franca também entramos em contato com casos em que discurso semelhante aparece:

banca dá certo com quem não tem problema em trabalhar fora do horário. No começo é difícil pra todo mundo, mas tem que ser sério e bom de trabalho. Comecei trabalhando em casa com a minha mulher, agora to bem. Tem que ter visão. [...] Agora to até pensando em alugar um espaço maior pra poder crescer (Milton – proprietário de banca em Franca).

O discurso empreendedor justifica, por exemplo, o trabalho intenso e a ausência de lazer lançando mão do imperativo da determinação e do trabalho duro como condição para o sucesso do empreendimento. A autonomia, nessa condição de

“patrão de si mesmo”, aparece como contrapartida compensatória à necessidade de se realizar longas jornadas de trabalho e à instabilidade causada pela ausência de direitos. Todavia, em todos os casos analisados, os trabalhadores atribuíam a motivação para criar a própria oficina à precariedade que se estende também ao trabalho formal, com a instabilidade que é inerente ao setor de calçados e os baixos salários pagos pelas empresas. Os valores empresariais são incorporados até certo ponto, a “subordinação consentida” não impede que o trabalhador perceba a precarização da vida (LIMA, 2010).

Outro ponto que merece destaque é a diferença na percepção do trabalho domiciliar entre homens e mulheres. Com a pesquisa de campo, percebemos que quando executado pelo homem, o trabalho na oficina tende a se constituir na principal fonte da renda familiar. Essa situação se justifica pela legitimação da construção social do homem como o provedor da família. Quando realizado pela mulher, a renda da banca aparece como complementação de renda, mesmo quando representa a maior parte do orçamento familiar. Disso podemos inferir que o discurso empreendedor aparece com maior força no trabalho informal no setor calçadista juntamente com o crescimento da presença masculina nessas ocupações, resultado do processo de reestruturação produtiva do fim da década de 80. Na perspectiva feminina do trabalho domiciliar nas bancas de calçado, a maior margem de liberdade proporcionada pela atividade não é exaltada como a condição de “trabalho sem patrão”, mas sim valorizada como possibilidade de equalizar trabalho e cuidado da casa e dos filhos, como verificado em todos os casos pesquisados.

Considerações finais

A partir dos resultados da pesquisa, pode-se perceber que o movimento em direção ao trabalho informal e domiciliar na indústria de calçados é menos resultado da incorporação de uma ideologia do empreendedorismo do que motivado por um senso prático que busca lidar com as necessidades do cotidiano sem abrir mão da renda proporcionada pela atividade produtiva, além de haver a percepção da precariedade e instabilidade instaladas no próprio trabalho formal. O fato é que, concretamente, o trabalho terceirizado, especialmente na condição de informalidade, é muito vantajoso para as empresas, na medida em que permite maior flexibilização da produção e redução de custos com o trabalho vivo. Essa constatação permite reflexões que enxergam na precariedade do mercado de trabalho uma estratégia de

dominação capitalista, na medida em que a articulação entre força e consentimento se constitui em instrumento do capital para a efetivação do padrão de acumulação, em que a força se materializa na imposição de condições de trabalho precárias numa conjuntura onde o desemprego aparece como uma ameaça constante (DRUCK, 2011).

Com a pesquisa, percebemos que os trabalhadores ainda desejam a condição salarial, mas não na forma como ela têm se apresentado nas últimas décadas. O trabalhador almeja um emprego seguro cujas condições de trabalho sejam dignas, artigo cada vez mais raro. A “cultura do assalariamento” ainda está bastante presente entre os trabalhadores, representando um obstáculo à incorporação dos valores do auto-emprego (LIMA, 2010). A condição de vulnerabilidade na qual o trabalhador informal está inserido é percebida e, geralmente, verbalizada por ele mesmo. Invariavelmente, os empreendimentos informais visitados são fruto de um “empreendedorismo por necessidade”, cujo fundamento está na falta de opções frente às condições do mercado de trabalho. Não queremos dizer com isso que o trabalhador informal que lança mão do discurso empreendedor acredita ter um maior leque de possibilidades, uma vez que junto ao discurso otimista pronunciado por esses agentes é manifestada a percepção das adversidades, limites e riscos inerentes à conjuntura atual do mercado de trabalho. Queremos acentuar que um olhar externo sobre a informalidade tende a enxergar inclinações empreendedoras em muitas situações distintas, principalmente no que se refere à possibilidade de ascensão econômica. Contudo, ressignificar informalidade e trabalho precário sob o rótulo de empreendedorismo é corroborar com a ideia de que o trabalhador pobre se dispõe a correr riscos, ignorando o processo de precarização social do trabalho inserido na dinâmica do capitalismo flexível.

Referências

ALMEIDA, M. S. (2010). “A terceirização do calçado em Franca e o desmonte do contrato formal de trabalho”. *ORG & DEMO*, Marília, v. 11, n. 2, p. 75-92.

_____. (2008). *A miríade de atores produtivos na terceirização do calçado em Franca*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.

CASTEL, R. (1998). *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes.

CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

DRUCK, G. (2011). "Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?". *Caderno CRH*, Salvador, n. 1, v. 24, p. 35-55.

GORZ, A. (2005). *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo, Annablume.

LIMA, J. C. (2002). *As artimanhas da flexibilização: o trabalho em cooperativas de produção industrial*. São Paulo, Terceira Margem.

_____. (2009). "A terceirização e seus espaços: os territórios da precariedade – a experiência da indústria de confecção e calçados". In: DAU, D.; RODRIGUES, I.; CONCEIÇÃO, J. (Org.). *Terceirização no Brasil: do discurso da inovação à precarização do trabalho (atualização e perspectivas)*. São Paulo, Annablume, v. 1, p. 69-84.

_____. (2010). "Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?". *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, p. 158-198.

MELO, N. M. (2008). *SEBRAE e empreendedorismo: origem e desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado, São Carlos, UFSCar.

NAVARRO, V. L. (2006). *Trabalho e trabalhadores do calçado*. São Paulo, Expressão Popular.

SEBRAE (2003). *Estudo da Atividade Empresarial: Setor Calçadista – Fabricação de Calçados Femininos*. Jaú, São Paulo.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em janeiro/2013

Transformações socioprodutivas e trajetórias migratórias de famílias do sertão paraibano¹

Giovana Almeida Nascimento*

Resumo: O objetivo desse estudo é analisar a relação entre as transformações dos sistemas socioprodutivas do Alto Sertão Paraibano; as condições de reprodução social de famílias camponesas – pequenos proprietários, moradores e rendeiros e suas trajetórias migratórias no período de 1970 a 2011. É fundamentado em pesquisa empírica realizada com homens que migram do município de São José de Piranhas no Estado da Paraíba para trabalhar no corte de cana de açúcar, em usinas no Estado de São Paulo. A metodologia utilizada foi a história oral, com a realização de entrevistas semiestruturadas e histórias de vida. A história das migrações no município de São José de Piranhas no Sertão Paraibano para o sul do país remonta às décadas de 1930 e 1940, e está vinculada à procura por trabalho nas áreas urbanas da região Sudeste do Brasil. A partir da década de 1990, começa a ganhar destaque as migrações para as regiões canavieira do Brasil.

Palavras-chave: transformações socioprodutivas, sertão paraibano, trajetórias migratórias.

Introdução

O objetivo desse estudo é analisar a relação entre as transformações dos sistemas socioprodutivas do alto sertão paraibano; as condições de reprodução social de famílias camponesas – pequenos proprietários, moradores e rendeiros e suas trajetórias migratórias no período de 1970 a 2011. É fundamentado em pesquisa empírica realizada com homens que migram do município de São José de Piranhas no estado da Paraíba para trabalhar no corte de cana de açúcar, em usinas no estado de São Paulo. A metodologia utilizada foi a história oral, com a realização de entrevistas semiestruturadas e histórias de vida.

O município de São José de Piranhas tem uma área territorial de 677, 292 km², está localizado na microrregião de Cajazeiras, no estado da Paraíba e conta atualmente com uma população total de 19.566 habitantes (IBGE, 2010). Os dados demográficos revelam que houve uma inversão na distribuição espacial da população. Segundo o Censo Demográfico de 2000, 54,63% da população estava na zona rural

¹ Projeto de iniciação científica financiado pelo CNPq (2011-2012), coordenado pela professora Marilda Aparecida Menezes.

* Graduada em Ciências Sociais – UFCG, Campina Grande–PB. E-mail: <giovanaufcg@bol.com.br>.

e 45,37% na zona urbana; já em 2010, 56,54% habitava a zona urbana e 43,46% estava na zona rural. Quanto ao perfil etário, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2010, 20,5% da população estava na faixa etária dos 14 a 24 anos.

A maior parte das famílias desse município é constituída por camponeses que tem na agricultura de autoconsumo sua base econômica, sendo complementada com outras atividades, como: serviços públicos, pequenos comércios, programas governamentais tais como Bolsa Família, aposentadorias e, pela renda em atividades assalariadas fora da região, como é o caso do corte de cana em usinas do estado de São Paulo.

A história das migrações no município de São José de Piranhas no Sertão Paraibano para o sul do país remonta às décadas de 1930 e 1940, e está vinculada à procura por trabalho nas áreas urbanas da região Sudeste do Brasil. A partir da década de 1990, começam a ganhar destaque as migrações para as regiões canavieiras do Brasil. O principal destino dos migrantes são os municípios onde se concentram os canaviais e as usinas do estado de São Paulo. Em geral, são jovens e homens que trabalham na safra da cana de açúcar no período de nove meses, de março a novembro e na entre safra, de dezembro a fevereiro retornam aos seus locais de origem para o descanso, cuidar do roçado ou investir o dinheiro ganho no período da safra. Sem expectativa de emprego nos municípios de origem para complementar a renda do roçado, esses trabalhadores veem na migração o meio de melhorarem as suas condições sociais de vida.

Os processos de expropriação em duas trajetórias de famílias camponesas

Começamos com a história de vida de seu Valdemar, 76 anos, casado e com 17 filhos, dos quais um é arregimentador de trabalhadores para as usinas. Dois moram em São Paulo e três são esposas de migrantes. Tudo começou quando em 1942 o pai de seu Valdemar, assim como muitos pequenos proprietários da época perderam seu pequeno pedaço terra para saldar as dívidas nos barracões das grandes propriedades, onde compravam, a preços exorbitantes, os produtos que não eram produzidos na agricultura. O sr. Valdemar trabalhava com o pai e os irmãos na pequena propriedade, utilizavam-se do trabalho familiar, produziam os produtos básicos para alimentação: feijão, milho, arroz e mandioca. A terra que tinham era insuficiente para o sustento da família extensa, e para complementar a renda trabalhavam de rendeiro na propriedade de outros proprietários da localidade. Em 1954, a família

passou a trabalhar na condição de morador em outra grande propriedade. Morador é um trabalhador rural que reside e trabalha na propriedade de terceiros, recebendo em troca da morada um salário inferior aos demais trabalhadores ou prestando alguns dias de trabalho gratuito¹. Em 1960, sr. Valdemar se casa com dona Ana e começa a trabalhar como vaqueiro, atividade que exerce durante 29 anos. Em 1989, com a venda de alguns animais sr. Valdemar compra uma casa e a família vai morar no Distrito de Boa Vista, situado na área rural do município. Atualmente, sr. Valdemar é aposentado e trabalha de alugado² em um sítio vizinho.

A trajetória de vida da família de sr. Valdemar é importante para fazermos algumas reflexões. Primeiro, a expropriação da terra é um fenômeno vivenciado por várias gerações de camponeses. No caso da família de sr. Valdemar, os processos de expropriação já faziam parte da trajetória do pai. Em termos temporais, isso remete ao início do século XX. Segundo, a expropriação muitas vezes foi decorrente da relação de exploração e dominação pelo proprietário da terra, especialmente através do endividamento nos barracões. Terceiro, a expropriação também aconteceu pela crise do algodão, que representava a principal cultura comercial, e o crescimento da pecuária que competia por cada pedaço de terra, deslocando tanto a moradia dos trabalhadores quanto os seus roçados, dedicados ao plantio de alimentos. Ou seja, a terra é desocupada para dar lugar ao gado, há uma disputa entre a produção de alimento e de capim. Menezes (1985) e Garcia Junior (1989), em pesquisas realizadas no sertão e agreste paraibano chamam a atenção para uma estrutura fundiária concentrada, tornando a terra pouco acessível às famílias camponesas, o que dificultava a sua reprodução social. Dessa forma, esses acontecimentos provocam um movimento de saída involuntária das famílias do campo para morar nos povoados e na área urbana do município, bem como a migração para outras regiões do país.

No caso da família de sr. Valdemar, a mudança de atividade não aconteceu por escolha voluntária, mas tiveram que construir estratégias de trabalho e vida no contexto da transformação produtiva. Tiveram que “dançar conforme a música”. Como conta sr. Valdemar, “eu nunca deixei agricultura não, passei uns tempo sem traba-

¹ Os estudos de Garcia Jr. (1989) e Sigaud (2004) mostram que a relação patrão-morador é assinalada por traços de dependência.

² Trabalhar de alugado consiste em trabalhar por diárias, na propriedade de terceiros onde são remunerados por diária ou semana.

lhar por causa que eu fui trabalhar na fazenda, trabalhei muito tempo com o gado aí não tive tempo nem terra prá roça, aí me afastei da roça”. Isto provoca implicações nas condições de reprodução da família e, por falta de alternativa no meio rural, veem a migração como uma alternativa de vida e de escapar da relação de sujeição aos proprietários locais.

A sujeição, que é uma noção cunhada nas formas de dominação e exploração da relação de moradia, é uma condição que a geração de sr. Valdemar vivenciou. Porém, a geração de seus filhos buscou escapar dessa condição de sujeição. Uma alternativa muito recorrente foi a migração para trabalhar em outras atividades, na maioria das vezes em outras regiões do Brasil. Tal é o caso de Vital, 46 anos, que foi um dos primeiros da localidade a migrar para o corte de cana, com 22 anos. A primeira vez que cortou cana foi em 1989, continuou cortando por dez anos e desde 1998 assumiu a posição de arregimentador, que é um intermediário entre os trabalhadores e os chefes da usina³. Antes de trabalhar nos canaviais paulista, Vital trabalhava na agricultura e era morador, ele relata: “a pessoa trabalha a semana toda no pesado e num dava pra comprar nem um quilo de carne. Lá (São Paulo) num é mole não, mais dá pra comprar o alimento, roupa e coisinha”.

Similar à trajetória da família de sr. Valdemar, sr. Natal tem filhos e irmãos que foram tentar a sorte distante de casa. A família de sr. Natal é composta por sete membros: sr. Natal, a esposa e cinco filhos, dos quais dois moram em São Paulo. Ele é pequeno proprietário reside com a esposa e três filhos no sítio Picada dos Ferreira no município de São José de Piranhas, terra herdada do pai. Seu pai era dono da pequena propriedade onde produziam milho, arroz, feijão e algodão. Até 1980, além do trabalho familiar, seu pai tinha um morador e um rezeiro que trabalhavam em sua propriedade no sistema de parceria. “Com a crise do algodão as coisas passaram a ficar difícil e papai teve que mandar os dois empregados ir embora” e dos sete irmãos de seu Natal três foram morar em São Paulo, o que foi um alívio para o pai. Essa estratégia de alguns filhos migrarem como uma estratégia de amenizar a pressão, sobre a renda gerada no trabalho agrícola, tem sido recorrente entre famílias de pequenos proprietários na região Nordeste do Brasil, como tem sido analisado por alguns autores (MENEZES, 1985 e 2002; GARCIA JR., 1989; WOORTMANN, 1990).

³ Como verificou Menezes (2002) e Silva (2006).

“Já deles não precisando tá aqui, já tá fazendo grande coisa, eles lá vive por conta própria... É, porque aqui não tem condição de sustentar esta família”.

Observamos que nas duas trajetórias, a de sr. Valdemar e a de sr. Natal, a decadência do algodão abriu um espaço maior para a pecuária no sertão, que devido a disponibilidade de terra assume um caráter extensivo. Isso provocou uma concentração da propriedade da terra e processos de expropriação que afetaram significativamente as condições de reprodução social dos pequenos proprietários e moradores, a família de sr. Natal é exemplo disso.

Transformações no sertão paraibano e trabalhadores migrantes no agronegócio canavieiro

As transformações no acesso a terra e nos sistemas produtivos provocaram a pauperização dos pequenos proprietários e moradores. Devido ao tamanho insuficiente da terra e de capital para acompanhar as novas formas produtivas, como é o caso da pecuária, os pequenos proprietários foram obrigados a optarem por atividades complementares. Menezes (1985) enfatiza que esse processo de transformação provocou um movimento de saída involuntária das famílias das áreas rurais para morar nos povoados, cidades ou em outras regiões do país. É o caso dos dois filhos de sr. Natal e de muitos jovens de São José de Piranhas, que diante da precariedade das alternativas locais e tendo em vista a possibilidade de trabalho com remuneração maior em outros locais, repetirão a experiência migratória das gerações anteriores que foram para São Paulo.

Nas décadas de 1950 a 1980, as migrações eram predominantemente para áreas urbanas que necessitavam de mão de obra. A partir da década de 1990, a consolidação do setor sucroalcooleiro e a expansão do plantio de cana de açúcar no estado de São Paulo têm direcionado um fluxo importante de migrantes de áreas rurais da região Nordeste do Brasil. Assim, o trabalho nos canaviais tem sido uma possibilidade de emprego para homens, que na maior parte das vezes, migram sozinhos e deixam suas famílias nas localidades de origem. Na pesquisa “Migrações do sertão paraibano para as usinas de São Paulo (2010-2011)”⁴ verificamos que dos

⁴ Pesquisa vinculada ao Projeto “Políticas públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias no Nordeste brasileiro: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano”, financiado pelo CNPq-Edital MCT/CNPq/CT-Infra/CT-Petro/Ação Transversal IV N°16/200-, coordenado por Marilda A. Menezes (UFMG) e Emília Pietrafesa (UNICAMP).

trabalhadores de São José de Piranhas que vão para o corte de cana nos canaviais paulista, 57%, são jovens com idade entre 18 e 29 anos. Essa tendência é verificada também por outros autores em pesquisa anterior, Novaes et al (2007), na pesquisa “Juventude e integração Sul Americana” conclui que 64,2% dos trabalhadores migrantes em usinas do estado de São Paulo são jovens. É um número significativo de jovens que por falta de opção migram para os canaviais deixando de lado os estudos.

O município de São José de Piranhas dispõe de atendimento escolar e facilidades de acesso à escola, tem programas governamentais de incentivo que favorecem o transporte escolar e merenda para todos. No entanto, o que verificamos foi um baixo nível de escolaridade entre os entrevistados. O ciclo de trabalho dos migrantes é determinado pelo calendário agrícola da cana, que é incompatível com o calendário escolar. Esses jovens migram no período que vai de março a dezembro, impossibilitando a frequência à escola. Assim, a necessidade de garantir os recursos para a sobrevivência, resulta no abandono desde cedo da escola para a inserção no mercado de trabalho. Em sua maioria não conseguem concluir o ensino fundamental, a predominância da escolaridade é entorno do ensino fundamental, 44% conclui a 1ª fase do ensino fundamental, 15% chega à 2ª fase do ensino fundamental incompleto e apenas 3% consegue concluir o ensino médio completo⁵.

A busca por independência econômica começa desde cedo na vida desses jovens migrantes. A partir dos dados coletados na pesquisa de campo constatamos que a primeira migração dos trabalhadores ocorre na faixa etária de 18-23 anos. Estudos como o de Menezes (1985 e 2002), Silva (2006) e Cover (2011) verificaram que os jovens migrantes com a renda obtida ajudam os pais, adquirem terrenos, constroem ou reformam a casa, compram motos, animais, dão um passo a frente em direção à autonomia, “para certas famílias, o trabalho na cana pode representar um recurso para viabilizar ou para melhorar a qualidade do roçado ou para a aquisição de bens duráveis” (NOVAES, 2009, p. 118). Desse modo, os motivos impulsionadores que levam os jovens ao trabalho no corte de cana podem ser diversos e estão relacionados com as condições de sobrevivência desses no seu local de origem. Como nos conta Vital: “a gente trabalha aqui o mês todo e num dava pra comprar a mistura

⁵ Durante a pesquisa foram aplicados 120 questionários com migrantes no local de origem (município de São José de Piranhas).

só o grosso mesmo, lá a gente fica o mês, manda dinheiro pra casa e ainda guarda um pouco”.

O fato de receber mais no corte de cana que na agricultura, seja na condição de pequeno proprietário ou trabalhando em terra de outros, é um dos fatores que impulsionam a migração para o corte de cana nos canaviais paulistas. Como relata Vital: “Você ganha um salário de diária hoje... amanhã mais alguma coisa, tem cara que tira R\$1.500,00 por mês, nessa faixa, de acordo com a pessoa”. O trabalho na roça no local de origem é informal, ou seja, sem a carteira profissional assinada, já o trabalho nos canaviais a carteira é assinada, o que garante os direitos trabalhistas como FGTS e seguro desemprego. Isso garante ao trabalhador no final da safra o retorno para o local de origem e a compra da casa, da moto, de sapatos, roupas e outros.

No período da safra da cana de açúcar em São Paulo, que vai de março a novembro, a população do município de São José de Piranhas diminui significativamente, como relata sr. Natal:

Hoje com a migração a gente procura gente pra brocar é aposentado, hoje agente paga trinta reais para um dia de trabalho e eles não querem vão para o corte de cana, se deslocarão tudo pra São Paulo, pro interior, pro corte de cana ai... Diminuiu muita gente aqui, de trabalho.

Essa realidade também pode ser justificada pelos novos desejos de consumo, como expressa Vital: “Hoje você não encontra mão de obra prá trabalhar, praticamente acabou com o morador, o sonho do jovem aqui é ter uma moto, eles se prepara vai para são Paulo pra ter a moto”.

As narrativas refletem um pouco o processo de transformação ocorrido no sertão paraibano, a falta de mão de obra para o trabalho na roça é uma herança da pecuarização que empurrou os camponeses para as cidades e/ou outras regiões do país, neste caso principalmente para sudeste. Esses fatos provocam uma alteração no processo de reprodução das famílias camponesas, em que sair da localidade tem sido uma alternativa para a sua reprodução.

Menezes (1985) em pesquisa realizada no início da década de 1980 no município de São José de Piranhas já apresentava que as migrações de indivíduos ou famílias para regiões metropolitanas do Estado de São Paulo se explicavam tanto pelas possibilidades de emprego quanto pelas transformações do sistema produtivo do sertão paraibano baseado no consórcio entre agricultura de autoconsumo, pecuária

e algodão, O diferencial é que as migrações de áreas rurais da região Nordeste para o estado de São Paulo nas décadas de 1930-1940 eram mais destinadas à busca por empregos urbanos, com tendências à fixação do migrante no local de destino, já na década de 90 as migrações tomaram outros rumos, no caso para a região canavieira de São Paulo.

As décadas de 1960 e 1970 são marcadas por uma nova expansão e reestruturação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro. As possibilidades de abertura de créditos e instalação de destilarias transformaram o Estado de São Paulo no principal produtor de cana de açúcar no Brasil. Segundo Novaes et al (2005), as novas tecnologias na produção da cana e a expansão da agroindústria canavieira promoveram uma alteração no mercado de trabalho de abrangência nacional. O processo de expansão do setor sucroalcooleiro é acompanhado por uma segmentação dos trabalhadores, com intensificação da contratação de trabalhadores migrantes, sendo o maior número desses trabalhadores oriundos de pequenos municípios da região Nordeste.

Os trabalhadores migrantes são em grande maioria trabalhadores provenientes de áreas rurais, caracterizados pelo acesso precário à terra e socializados para o trabalho na agricultura, exibindo, portanto, um corpo disciplinado para o trabalho pesado exigido pelas usinas. Ademais estão dispostos ao trabalho com remuneração inferior pago aos trabalhadores paulistas. “O povo de lá (São Paulo) num quer cortar cana não, trabalhar muito e ganhar pouco, isso fica para os Paraíba que não tem outra opção. Aqui a gente não tem condição de plantar tudo que come e nem de comprar o que precisa” expressa João, cortador de cana, 22 anos.

A seleção e arregimentação desses trabalhadores são realizadas nos pequenos municípios de origem por uma rede de arregimentadores, empreiteiros, turmeiros, usineiros que atuam de forma conectada para as diversas fases de seleção e contratação dos trabalhadores migrantes. A maior parte dos arregimentadores é construída por antigos cortadores de cana, e moradores dos mesmos municípios de origem dos migrantes, como relata Vital: “É todo mundo é conhecido, o cara cortava cana e agora é arregimentador. O pessoal é todo daqui, tudo trabalhador dos sítios vizinhos e daqui da cidade”. Assim, as relações sociais nas quais esses indivíduos estão inseridos são fundamentais no processo de arregimentação dos migrantes que vão para o corte de cana. É a partir das relações de amizade e parentesco com os migrantes que os arregimentadores selecionam os trabalhadores que eles vão levar para o corte. Dessa forma, as relações familiares e de sociabilidade com o local de origem são

fundamentais na relação dos trabalhadores migrantes com o trabalho no corte de cana em São Paulo.

Os arregimentadores saem para o período da entre safra sabendo quantos e quem provavelmente irá retornar com eles para o corte de cana. No final da safra a usina faz uma reunião com os arregimentadores e diz quantos e qual o perfil do trabalhador que ela quer para o trabalho, e durante todo período da entre safra o arregimentador no seu local de origem começa a articular a arregimentação, ou seja, o contato com os cortadores de cana não se perde.

Não foi difícil encontrar os arregimentadores nos pontos de encontro e observação dos que provavelmente irão ser selecionados para ir para o corte. É nesses pontos: bares, padarias, praça da cidade e no sindicato dos trabalhadores rurais que os arregimentadores fazem a primeira avaliação dos cortadores de cana, uma espécie de mapeamento dos possíveis contratados e excluídos. Eles se reúnem nesses pontos e apresentam uns aos outros, informações referentes ao tempo de trabalho na usina: como foi o comportamento, se cumpriram o tempo de trabalho exigido e como foi a produção. Esses arregimentadores exercem duas funções, tanto nos locais de origem dos migrantes, onde realiza a “primeira triagem” dos trabalhadores, quanto nos locais de destinos onde exercem a função de “fiscal de turma” sendo responsáveis pela turma que levam e fazem a mediação dos trabalhadores com a usina. Assim, ganha relevo a estratégia das usinas que cada vez mais têm se utilizado de arregimentadores nos locais de moradia dos migrantes para realizarem os mecanismos de controle dos trabalhadores, que começam a se fazer presentes já no momento da classificação e seleção dos corpos aptos e inaptos, isto é, dos que podem e dos que não podem cortar cana.

Considerações finais

Diante das situações descritas acima, consideramos que as informações sobre o arregimentador são uma referência importante para a compreensão do sistema de recrutamento dos trabalhadores migrantes nordestinos. Para os arregimentadores, levar parentes e amigos dá certa segurança de que o tempo de trabalho, o período da safra será cumprido e será mais fácil exercer o controle. O sistema de recrutamento não é uma ação isolada, ainda se dá pelas relações estabelecidas pelos indivíduos, é uma prática histórica experimentada no âmbito das relações familiares e de sociabilidade em que o indivíduo está inserido.

Nesse sentido, no contexto dessas mudanças, as usinas exigem dos migrantes nordestinos, não apenas a força física para garantir a exigência de alta produtividade, mas a disposição para trabalhar e a obediência. Os arregimentadores, assim como os migrantes têm um contrato de trabalho temporário referente ao período de safra da cana de açúcar, em geral entre março e dezembro. Moram em alojamentos, pensões improvisadas e cortiços localizados na periferia dos municípios da região canavieira de São Paulo. Segundo os entrevistados, o trabalho na cana não é fácil, mas é a única opção já que a baixa escolaridade não promove oportunidade em outras atividades.

Apesar da saída dos jovens para o corte de cana em outros estados e das relações estabelecidas com outros grupos, esses migrantes não perdem a referência de seu local de origem; os laços familiares não são perdidos, ao contrário, é por meio deles que as diversas etapas do processo migratório se realizam (MENEZES, 1985). Mesmo a migração sendo uma opção individual, ela é tomada no seio da família, não sendo determinada apenas por uma vontade mas pautada por condicionamentos sociais de suas localidades. No período da entressafra, esses jovens retornam para os seus municípios carregados de expectativas para rever os familiares e amigos e para investir o dinheiro trazido do corte. E, finalmente, após oito meses as famílias podem comemorar o retorno dos migrantes para sua cidade natal.

Desse modo, compreendemos que a migração não é uma ação isolada, ao contrário, é uma prática histórica experimentada no âmbito da família. O que constatamos na pesquisa é, que na família dos entrevistados a migração é algo recorrente. Para estas famílias sertanejas, as migrações representam uma estratégia para garantir a reprodução individual ou familiar, e também uma estratégia para aquisição de bens e mais autonomia.

Referências

ALVES, F. (2007). "Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo". In: NOVAES, J. R.; ALVES, F. (Org.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos, Edufscar, p. 21-54.

_____. (2003). *Políticas públicas para o desenvolvimento auto-sustentável da bacia hidrográfica do Rio Mogi-Guaçu*. Relatório de Pesquisa FAPESP (mimeo). São Carlos, UFSCar/DEP.

BOURDIEU, P. (1983). "A juventude não é mais que uma palavra". In: _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, p. 112-121.

_____. (2006). "O camponês e seu corpo". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 26.

COVER, M. (2011). *O "Tranco da roça" e a "Vida no Barraco": um estudo sobre trabalhadores no setor do agronegócio Canavieiro*. João Pessoa, Ed. UFPB.

DURHAM, E. R. (1973). *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Perspectiva.

GARCIA JR., A. R. (1989). *O sul, caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília, Marco Zero/Ed. UnB/CNPq.

IBGE (2010). *Censo populacional*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm>. Acesso em: 12 ago. 2012.

MENEZES, M. A. (1985). *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho*. (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Humanidades. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

_____. (2002). *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes*. Rio de Janeiro/João Pessoa, Relume Dumará/Ed. UFPB.

_____. (2009). *Juventudes rurais do Nordeste: trabalho, migrações e movimentos sociais*. Relatório de Pesquisa CNPq. Campina Grande, UFCG.

NOVAES, J. R. P. (2009). "Trabalho nos canaviais – os jovens entre a enxada e o facão". *Rurais – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, vol. 3 n. 1.

NOVAES, J. R. P. et al (2007). *Situações tipo e organizações sociais*. Pesquisa juventude e integração Sul Americana, realizado por meio de uma parceria entre IBASE/PO-LIS/IDRC. Rio de Janeiro, UFRJ.

_____. (2005). *Migrações dos trabalhadores do Maranhão e do Piauí para o trabalho na lavoura canavieira de São Paulo e Rio de Janeiro*. Projeto de Pesquisa.

SILVA, M. A. M. (1999). *Errantes do fim do século*. São Paulo, Ed. UNESP.

SILVA, M. S. (2006). *Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e as identidades da juventude rural*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

SIGAUD, L. (2004). "Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na mata pernambucana". *Mana*, vol. 10, n. 1, p. 131-163.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em fevereiro/2013

Os usos das justiças do diálogo e a “produção de justiça”: uma análise da administração de conflitos de gênero e geração¹

Paolla Jenevain Braga & Luiza Mattheis Cruz*

Resumo: O presente trabalho tem o intuito de compreender o uso do instituto da conciliação como meio alternativo de administração de conflitos marcados por dissimetrias de poder relacionadas a gênero, notadamente aqueles que envolvem crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher nos termos da Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha. Interessa, em especial, perceber a dinâmica das audiências de conciliação na 2ª Vara Criminal de Justiça Comum de Juiz de Fora – MG realizadas no âmbito dessa Lei e como nessas conciliações essas dissimetrias de poder são ou não administradas. A pesquisa de campo, de caráter etnográfico, aponta que, dentre as quatro varas criminais da cidade de Juiz de Fora, apenas a 1ª e a 2ª realizam tais audiências. O estudo mostrou também que a noção de “conciliação”, preponderante entre os operadores do Direito na referida vara, é diferente daquela comumente utilizada na prática jurídica, em que as partes chegam a um acordo que põe fim ao problema, gerando o arquivamento do processo judicial. O objetivo da audiência parece ser a explicação às partes acerca da aplicação das medidas protetivas existentes na Lei Maria da Penha, bem como as consequências de seu descumprimento. Nesse processo chamado de conciliatório, percebe-se que há por parte dos operadores dessa Lei, uma reificação das posições hierárquicas de gênero nos casos de violência tratados.

Palavras-chave: conciliação, gênero, violência doméstica, Lei Maria da Penha.

Criada em 7 de agosto de 2006 e popularmente conhecida como “Lei Maria da Penha”, a Lei 11.340 estabeleceu mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de visar garantir sua integridade física, psíquica, sexual, moral e patrimonial. A sanção de uma lei específica para tratar desse tipo de crime teve como influência o caso emblemático da biofarmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que se tornou símbolo da luta contra a violência doméstica ao buscar o fim da impunidade gerada pelo Poder Judiciário, que protelou por quase vinte anos o processo e julgamento de seu então marido e agressor.

¹ O título utilizado neste trabalho é o mesmo que nomeia o projeto de pesquisa em que está inserido. Trata-se de um projeto de iniciação científica coordenado pela Professora Dra. Marcella Beraldo de Oliveira, desenvolvido na Universidade Federal de Juiz de Fora – MG e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Minas Gerais (FAPEMIG). No entanto, na apresentação do trabalho durante o 1º Encontro ANPOCS de Iniciação Científica, o título utilizado foi: “Lei Maria da Penha: Uma análise etnográfica de audiências de conciliação na cidade de Juiz de Fora.”

* Graduandas em Ciências Sociais – UFJF.

Buscou-se com a pesquisa, primeiramente, analisar a sistemática de funcionamento da Lei Maria da Penha na cidade de Juiz de Fora – MG, tentando entender como os casos de violência de gênero são tratados – especificamente na audiência de conciliação – e o que essa audiência produz como “justiça” em um sentido mais amplo. Em outras palavras, objetivou-se compreender como são administrados no Fórum, por meio da conciliação, os casos que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher, encaminhados pela delegacia especializada de defesa dos direitos da mulher: Delegacia de Polícia Civil de Orientação e Proteção à Família – DPCOPF de Juiz de Fora.

A partir da definição do objetivo principal da pesquisa, foi possível estabelecer os objetivos específicos, quais sejam, o entendimento do significado dessa conciliação para os operadores da Lei Maria da Penha e para as partes envolvidas nos casos de violência de gênero, bem como apreender o fluxo institucional pelos quais estes casos passam no sistema de justiça criminal dessa cidade.

A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa foi qualitativa, baseada nos métodos próprios da etnografia que, nas palavras de Geertz (1989, p. 7), consiste em

[...] uma descrição densa [...] é como tentar ler (‘no sentido de construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escritos não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado.

Nesse sentido, a descrição densa deve ser entendida como uma observação interpretativa, em busca dos significados contidos nos símbolos sociais, através do trabalho metódico de campo. Essa observação deve considerar o contexto das relações pessoais estudadas e as condições sociais de produção dos discursos, a fim de que o observador possa analisar o seu próprio modo de olhar (CARDOSO, 1986).

Com base nesta perspectiva, o trabalho de campo iniciou-se em setembro de 2011 e consistiu na observação de audiências de conciliação no âmbito da Lei Maria da Penha no Fórum de Justiça Comum de Juiz de Fora. Além disso, houve a realização de entrevistas com as partes e os profissionais do Direito operadores dessa Lei, a consulta de documentação, tais como a pauta de audiências, os boletins de ocorrência, os requerimentos de medidas protetivas, as atas de audiência, entre outros; e finalmente, o mapeamento da dinâmica de organização do ambiente estudado.

O reconhecimento da violência contra a mulher como crime

Desde a Conferência das Nações Unidas, em 1993, quando a violência contra a mulher foi reconhecida formalmente como um modo de violação dos direitos humanos, os países membros da ONU têm adotado medidas para combatê-la. Seguindo a tendência internacional, o Brasil adotou em 1994 a Convenção Interamericana Para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também denominada de “Convenção de Belém do Pará”.

Nessa convenção, além do país ratificar esse tipo de violência como uma transgressão aos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres, definiu-se que “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (1994, p. 142) é caracterizado como violência contra a mulher.

É necessário, portanto, explicitar o cenário em que se inseria a violência contra a mulher nesse período. Em meados da década de 90, a justiça criminal brasileira passou por reformas informalizantes que promoveram diversas mudanças. Os Juizados Criminais, instituídos pela Lei 9.099/95, fizeram parte desse movimento, que teve como base a conciliação de conflitos na justiça penal. Conforme explica Beraldo de Oliveira (2006, p. 153),

Essa forma de administrar conflitos no Judiciário, implementada no Brasil pela Lei 9.099/95, é criticada pelo movimento feminista, com o argumento de que essa Lei banalizou a violência contra a mulher, principalmente por dois fatores: a pena da cesta básica atribuída aos agressores e por tornar o crime de lesão corporal e ameaça, crimes de ação penal pública condicionada, isto é, que necessitam de representação da vítima para continuar no sistema de justiça [...].

A promulgação da Lei Maria da Penha fez com que fosse retirada do âmbito dos Juizados Especiais Criminais a competência para o processo, o julgamento e a execução dos crimes decorrentes da prática de “violência doméstica e familiar contra a mulher” – categoria criada por essa Lei específica. A Lei Maria da Penha utiliza dessa categoria restringindo sua competência para tratar de um tipo específico de violência contra a mulher: apenas a que ocorre em relações domésticas e familiares. Sendo assim, esta Lei não necessariamente abrange toda violência cometida contra a mulher, como por exemplo, em casos de violência cometida contra uma prostituta, questão que retomaremos mais adiante.

Em termos de nomeação para o tipo de violência abordado nesta pesquisa, preferimos denominar por “violência de gênero”¹, partindo do pressuposto de que estamos tratando o caráter relacional da violência e a construção do desequilíbrio de poder entre posições sociais de gênero, consideradas também posições fluidas e mutáveis.

Ao longo dos anos, notadamente a partir da década de 80, o tratamento dispensado às mulheres em situação de violência e o universo legal foram explorados em diferentes análises que tiveram como objeto as Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, o Sistema Judiciário e os Juizados Especiais Criminais. Entre outras questões, esses estudos apontam a dissonância de expectativas das demandantes sobre os serviços, bem como dos agentes do Estado em relação às demandas das mulheres que procuram os serviços (BONETTI; PINHEIRO, 2009). Num contexto de insatisfação com a banalização da justiça com relação à violência de gênero, representado em especial pela luta de movimentos sociais de defesa dos direitos as mulheres, as críticas contribuíram para o avanço tanto das políticas públicas quanto da legislação sobre violência contra as mulheres no país, culminando com a promulgação da Lei Maria da Penha, a qual alterou novamente, o procedimento jurídico da violência doméstica contra a mulher na justiça brasileira (BERALDO DE OLIVEIRA, 2010).

Aspectos do funcionamento da Lei Maria da Penha em Juiz de Fora

A Lei Maria da Penha prevê a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – órgãos com competência cível e criminal, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher. No entanto, em todo o estado de Minas Gerais, somente a capital aproxima-se dessa realidade, com duas varas especializadas para esse fim. Dessa forma, o procedimento adotado foi o de distribuir os casos de violência de gênero entre as quatro Varas Criminais situadas no Fórum de Justiça Comum Estadual da cidade.

¹ Segundo De Lauretis (apud Beraldo de Oliveira, 2006, p. 16): “[...] gênero não é apenas uma construção sócio-cultural, mas um aparelho semiótico, um sistema de representação que atribui significado aos indivíduos no interior da sociedade. Atribui-lhes identidade, valor, prestígio, posição no sistema de parentesco, status na hierarquia social, etc. Gênero, portanto, é algo de natureza relacional que atravessa e constrói identidades de homens e mulheres, condicionando suas percepções de mundo”.

A presente pesquisa foi realizada entre os meses de setembro de 2011 e agosto de 2012, na 1ª Vara Criminal, onde são realizadas todas as audiências de conciliação de pedidos de medidas protetivas². Dentre as quatro Varas Criminais, apenas as duas primeiras designam tais audiências para que se decida se as medidas devem ou não ser concedidas. Os juízes da terceira e a quarta varas, por sua vez, dispensam esse procedimento e, uma vez concedida a medida protetiva, o agressor é intimado por meio de oficial de justiça.

Os pedidos de medidas protetivas remetidos ao Fórum passam necessariamente pela Delegacia de Polícia Civil de Orientação e Proteção à Família – DPCOPF, especializada em atender mulheres vítimas de violência, ainda que o boletim de ocorrência tenha sido feito em outra Delegacia qualquer. A partir dos relatos das vítimas, a autoridade policial realiza o registro da ocorrência dos fatos, a qualificação dos envolvidos e o requerimento de concessão das medidas protetivas de urgência cabíveis, caso a vítima solicite, como está previsto na Lei. A Lei prevê ainda que o requerimento possa ser feito pelo Ministério Público, Defensoria Pública ou por advogados particulares.

Após o pedido de medida protetiva de urgência ser feito pela vítima perante a autoridade policial, esta deve encaminhar a solicitação em até 48 horas para o Fórum. Feito isso, os procedimentos são levados ao guichê de distribuição, onde são enviados, por sorteio, às Varas Criminais. Uma vez nas Varas, as audiências de conciliação são agendadas e ocorrem cerca de duas semanas depois.

Na 1ª Vara Criminal são realizadas por mês, em média, quarenta e quatro Audiências de Conciliação relativas aos pedidos de medidas protetivas oriundos da 2ª Vara. Cabe ressaltar, que há somente uma conciliadora que é funcionária da 1ª Vara e ocupa o cargo de oficial de apoio judicial. Há ainda uma defensora pública, cerca de dois estagiários que eventualmente mudam e alguns advogados voluntários que trabalham numa escala de revezamento para auxiliar os agressores que não possuem condições ou por motivos quaisquer não procuraram a defensoria pública.

Assim, caso ocorra o descumprimento pelo agressor das medidas protetivas concedidas, ele pode ter sua prisão preventiva decretada, se o juiz entender neces-

² Medidas protetivas são mecanismos que podem ser concedidos pelo juiz e visam à garantia da integridade física e moral da mulher, como por exemplo, a proibição de que o agressor se aproxime da vítima e familiares.

sário. No entanto, há a possibilidade da própria vítima descumprir as medidas, fazendo com que as mesmas sejam revogadas, já que, conforme pontua a conciliadora atuante na 1ª Vara, o desrespeito às medidas pode gerar consequências (embora distintas) para ambas as partes, seja vítima ou agressor.

As audiências de conciliação

Em meio a uma sala decorada cuidadosamente por alguém de gosto requintado, onde réplicas da obra de pintores como Claude Monet misturam-se às paredes de cores amarela, laranja e verde, encontra-se sentada em frente ao computador uma mulher de aparência de cinquenta e poucos anos. A sua função naquela sala da 1ª Vara Criminal é realizar *audiências de conciliação* em casos que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em seu Projeto Movimento Pela Conciliação (2006), utiliza-se da noção de conciliação elaborada por De Plácido e Silva (1993, p. 487) para definir o termo como:

ato pelo qual, duas ou mais pessoas, desavindas a respeito de certo negócio, ponham fim à divergência amigavelmente. Está, assim, na conformidade de seu sentido originário de harmonização a respeito do que se diverge. Desse modo, a conciliação, tecnicamente, tanto pode indicar o acordo amigável, como o que se faça, judicialmente, por meio da transação que termina o litígio.

As audiências, objeto de estudo deste trabalho, também são denominadas como “audiências de conciliação”, no entanto, segundo a própria conciliadora – e também escrevente da vara – estas são assim chamadas porque “não tem outro nome para isso”. Mas apesar de possuírem uma natureza peculiar, como vamos mostrar em uma descrição mais a frente, conforme ressalta a conciliadora, ainda, “não deixam de ter uma característica de conciliação”.

Os funcionários da 1ª Vara acreditam que estas audiências prévias à concessão (ou não) de medidas protetivas, são fundamentais, visto que, além do fato de vítima e agressor estarem em juízo, as audiências possuem um caráter informativo. Isto pode ser percebido nas palavras da defensora pública que atua na Vara:

As audiências de conciliação são essenciais, porque só uma intimação não surte o efeito que a lei quer. [...] algumas vezes *ele não sabe nem ler, não sabe nem o que está escrito ali*, não sabe o que pode acontecer se ele descumprir as medidas ou não. Então a audiência de conciliação é essencial para informar o agressor sobre o que ele não pode

fazer, o que ele pode, o que pode acontecer se ele descumprir a medida protetiva. Essas audiências têm esse caráter pedagógico que é muito necessário na violência doméstica (*Caderno de campo*, grifo nosso).

Para esta defensora, a demanda que mais recorre à Lei Maria da Penha é formada por indivíduos desinformados e de classe baixa, isso fica evidente em sua fala. Além disso, e, talvez exatamente por isso, em casos de violência doméstica, como afirma a defensora, é importante um esforço educativo e pedagógico, parecendo ser essa a principal função da justiça nesses casos, consolidando-se no que Geertz (1997) chamou de “sensibilidade jurídica”. Ou seja, a justiça em casos de violência doméstica deve ter uma função mais pedagógica do que punitiva para uma população mal informada e pobre. Essa é a percepção que demonstra a funcionária.

Nas audiências aqui analisadas, diferentemente das audiências de conciliação dos Juizados Especiais, o intuito parece ser a explicação às partes acerca da aplicação das medidas protetivas referidas na Lei, bem como as consequências de seu descumprimento. Como pode ser observado na fala da defensora:

A conciliação não é só para as partes chegarem a um acordo, no caso da medida protetiva é para as partes serem ouvidas. [...] A medida protetiva não é exatamente para fazer um acordo, ela é mais pra informar, mais por um caráter pedagógico mesmo [...], para a pessoa saber que os atos dela podem gerar consequências (*Caderno de campo*, grifo nosso).

Contudo, durante as audiências são também firmados alguns tipos de acordos, dentre eles, alguns são relativos a respeito mútuo entre as partes, outros envolvem questões cíveis, como permite a Lei Maria da Penha; porém, este último tipo tem um caráter provisório, logo, a decisão definitiva deve ser buscada junto à Vara de Família. No decorrer das audiências, notou-se que, quando vítima e agressor possuem filhos em comum, a questão/conflito original da audiência – a violência de gênero sofrida – parece ficar em “subplano”, enquanto questões como valor da pensão alimentícia, local e horário para visitação do menor, dentre outros, parecem tornar-se centrais nas discussões durante as audiências e tomar boa parte do tempo das mesmas. Sendo assim, parece haver uma mudança de foco da mulher como “sujeito de direitos” para a família, como também demonstra de forma bastante ilustrativa, o fato da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher da cidade de Juiz de Fora ter mudado o nome para Delegacia “de Orientação e Proteção à Família”.

Analisando de uma forma mais ampla, também foi possível constatar que a Lei Maria da Penha, ao utilizar a categoria ‘violência doméstica e familiar contra a mulher’ acaba por institucionalizar um limite para a percepção do que é ou não um crime fruto da desigualdade de gênero (BERALDO DE OLIVEIRA, 2010). Considerando que a lei engloba apenas a violência cometida no âmbito familiar e doméstico, consequentemente, a lei não protege necessariamente, uma prostituta, por exemplo. Isto pode ser exemplificado por um caso em Juiz de Fora em que uma prostituta que desejava medidas protetivas, assim como representar contra o agressor, foi informada na audiência de conciliação que o tipo de violência que ela sofrera não se enquadrava na Lei Maria da Penha, já que, segundo a conciliadora, ela não possuía “uma relação íntima de afeto” com o agressor.

As audiências observadas possuem duração variável, podendo durar de cinco até cinquenta minutos, uma vez que a variação do tempo está diretamente relacionada a outros fatores, a saber: a presença do agressor e da vítima; a existência ou não de ação na Vara de Família para a resolução de questões supracitadas; o desejo da vítima de que o agressor responda a um processo criminal; o nível de entendimento das partes sobre as medidas protetivas, bem como a concepção moral da conciliadora perante o caso.

Além do objetivo traçado da explicação de questões legais foi possível perceber também que a conciliadora da vara em muitos momentos posicionava-se como detentora das regras de “boas maneiras” para se conviver em família e em casal. Para melhor ilustrar, descrevemos uma audiência observada:

Faltavam vinte minutos para as dez horas quando a conciliadora, ainda ao telefone, pediu ao estagiário que fosse até a sala de espera e chamasse a primeira mulher com audiência marcada para aquela manhã de cinco de julho. A jovem vítima entra na sala e como de costume, é indicada a sentar-se ao lado da Defensora Pública. Também como é de praxe, o agressor será chamado à sala somente após conversa entre vítima e conciliadora. A denúncia feita na delegacia é lida, ora em voz alta ora em silêncio pela conciliadora. Constata-se que a vítima afirmou anteriormente que deseja representar contra o agressor. Após o término da leitura, a conciliadora dirige-se a vítima e indaga: “E agora, como tá a situação?” A vítima declara que após o episódio o agressor não tem a ‘perturbado’ mais. A conciliadora pergunta se ela entendeu o que é representar contra alguém, assim como se ela quer isso mesmo. A vítima responde que quer ‘amenizar’ as coisas. Dito isso, a conciliadora pergunta então a vítima se houver uma conversa com o agressor e ele acordar de não incomoda-la mais, com as ameaças e xingamentos, se está bom para ela. A vítima responde de forma positiva. Finalmente, o agressor – ex-namorado da vítima – entra na sala e senta-se ao lado do advogado voluntário do dia. Após algumas considerações acerca do ocorrido e do que fora conversado com a vítima, a conciliadora pergunta ao agressor se são necessárias medidas protetivas. O agressor

assume uma posição defensiva e começa a contar a história do dia do ocorrido, afirmando ter visto a ex-companheira com outra pessoa. A conciliadora chega calmamente a sua cadeira para frente e se aproxima do agressor. E então interrompendo a fala do agressor, dispara: “*Mesmo que você pegue a sua mulher na cama na lua de mel com outro homem, não pode bater*”. E continua: “Ela pode ‘dar’ pro bairro inteiro que o sr. não tem nada com isso. O sr. termina com ela, mas não pode bater, humilhar, xingar!” A vítima ri escondido do discurso da conciliadora. O ex-casal assina um documento denominado de ‘assentada’ a qual declarava que “As partes acordam nesta oportunidade que irão se respeitar.” As medidas protetivas são arquivadas (*Caderno de campo*, grifo nosso).

Nota-se que, por um lado, a população atendida busca o serviço de justiça de uma forma “tutelar”, e por outro, é recebida por operadores da lei dispostos a ensinar as “boas maneiras” para um convívio salutar em família. Em seu discurso, a bronca direcionada ao agressor tem o claro intuito de ensiná-lo um comportamento adequado para um cônjuge.

Considerações finais

A pesquisa de campo, de caráter etnográfico, aponta que, dentre as quatro varas criminais da cidade de Juiz de Fora, apenas a 1ª e a 2ª realizam audiências de conciliação. O estudo mostrou também que a noção de “conciliação” preponderante entre os operadores do Direito na referida vara é diferente daquela comumente utilizada na prática jurídica, em que as partes chegam a um acordo que põe fim ao problema, gerando o arquivamento do processo judicial. O objetivo da audiência parece ser a explicação de caráter moral às partes acerca da aplicação das medidas protetivas existentes na Lei Maria da Penha, bem como as consequências de seu descumprimento.

As partes usuárias dessa Lei são percebidas pela conciliadora como pobres e desinformadas, sem noções básicas de cidadania. Nesse processo chamado de conciliatório, percebe-se que há por parte dos operadores dessa Lei, uma reificação das posições hierárquicas de gênero nos casos de violência tratados.

A partir do trabalho de campo realizado, foi possível compreender que a percepção dos operadores do Direito da vara pesquisada é a de que a Lei não ampara qualquer mulher vítima de violência, mas tão somente aquelas que sofreram a violência no âmbito familiar e doméstico, excluindo, por exemplo, as prostitutas, como no caso já relatado.

Este entendimento parece se amparar na categoria específica de “violência doméstica e familiar contra a mulher” instituída pela Lei Maria da Penha, que, conseqüentemente, faz com que a demanda por direitos passe a ser em prol da família. Assim, para os referidos operadores do Direito, mostra-se indispensável a existência de um vínculo íntimo de afeto entre vítima e agressor para que o caso seja abarcado pela Lei e a mulher faça jus as medidas protetivas.

É importante ressaltar, por fim, que enfatizar a família em detrimento da mulher como sujeito de direitos é uma forma de reificar preconceitos e hierarquias de poder presentes nas relações familiares, muitas vezes, violentas.

Referências

BERALDO DE OLIVEIRA, M. (2006). *Crime invisível: mudança de significados da violência de gênero no Juizado Especial Criminal*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. (2008). “Da Delegacia de Defesa da Mulher ao Juizado Especial Criminal: significados da violência de gênero no fluxo processual”. In: _____. *Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri*. Campinas, Núcleo de Estudos de gênero – Pagu/ Unicamp, p. 14-49.

_____. (2010). *Justiças do Diálogo: uma análise da mediação extrajudicial*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. (2012). *Os usos das justiças do diálogo: uma análise dos significados de família e da pensão alimentícia*. Associação Brasileira de Antropologia. São Paulo, PUC.

BONETTI, A.; PINHEIRO, L. (2009). “De inovadora à diabólica – Primeiros resultados da Lei Maria da Penha”. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luis, v. 1, n. 11.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 set. de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm>. Acesso em 14 fev. 2013.

_____. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar

a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 ago. de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em 14 fev. 2013.

_____. Conselho Nacional de Justiça. *Projeto Movimento pela conciliação: manual de implementação*. Disponível em: <http://www.tj.sc.gov.br/institucional/especial/coordju-zesp/projeto_nacional/ManualImplem20060914.pdf>. Acesso em 20 out. 2012.

CÂMARA, A. F. (2010). *Lições de Direito Processual Civil*. Rio de Janeiro, Lumen Juris.

CARDOSO, R. C. L. (Org) et al. (1986). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Convenção Interamericana para Prevenir, punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará, 1994. (2006). In: FROSSARD, H. (Org.). *Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres*. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 139-146.

DEBERT, G. G. (2001). “A família e as novas políticas sociais no contexto brasileiro. Interseções”. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, UERJ, ano 3, n. 2.

GEERTZ, C. (1989). “Uma descrição densa: Por uma Teoria interpretativa da Cultura”. In: _____. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC.

_____. (1997). *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 2ª ed. Petrópolis, RJ, Vozes.

GREGORI, M. F. (1992). *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (2008). “Violência e Gênero: novas propostas, velhos dilemas”. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol. 23 n. 66. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n66/11.pdf>>. Acesso em 20 set. 2012.

LIMA, F. R. de (2007). “A renúncia das vítimas e os fatores de risco à violência doméstica. Da construção à aplicação do art. 16 da Lei Maria da Penha”. *Jus Navigandi*, Teresina. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/10718>>. Acesso em 20 set. 2012.

SILVA, De P. e (1993). *Vocabulário Jurídico*. vol. I. 12. ed. Rio de Janeiro, Forense.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em janeiro/2013

**PRIMEIROS
estudos**